

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Bruno Bortoloto do Carmo

**De “Deos Guarde” a “Saúde e Fraternidade”:
experiências e tensões cotidianas nas ruas de Santos
(1883 – 1897)**

Doutorado em História

São Paulo
2022

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Bruno Bortoloto do Carmo

**De “Deos Guarde” a “Saúde e Fraternidade”:
experiências e tensões cotidianas nas ruas de Santos
(1883 – 1897)**

Doutorado em História

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Izilda Santos de Matos.

São Paulo
2022

Banca Examinadora

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e da Fundação São Paulo - FUNDASP.

RESUMO

Esta tese investiga as tensões e os diálogos entre a população e os poderes públicos na aplicação das Posturas Municipais na cidade de Santos, principal porto do estado de São Paulo, durante a virada do século XIX para o XX. Questionam-se permanências e rupturas, em um processo de constante reinvenção das práticas cotidianas, em um momento específico de intensificação da movimentação portuária e de discussão e estabelecimento de práticas de “civildade, modernidade e progresso”.

A pesquisa foi majoritariamente desenvolvida no Arquivo Público da cidade de Santos/SP, sob custódia da Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS), incorporando livros de atas e ofícios, além dos papéis avulsos, multas e Códigos de Posturas, que compõem uma gama diversificada de fontes que possibilitam rastrear o conturbado cotidiano desse período. Além disso, as Posturas Municipais – instrumento que guia esta investigação na compreensão do cotidiano – tornam-se um estratégico ponto de partida para compreender tempos de agitação e políticas públicas incertas, pois a relação dessas Posturas com a população da cidade pode ser reveladora.

A passagem das Câmaras Municipais Imperiais para as Intendências Republicanas suscita muitas questões, principalmente no entendimento das elites dirigentes. O uso do plural – elites – se justifica pelas intensas disputas políticas do período, muitas composições e dissoluções de Conselhos, diversos grupos e múltiplas formas de entender a nascente República, bem como pelas expectativas de outros como eruditos, letrados, elites e populares para com a cidade. Propõe-se, portanto, um estudo desses grupos dirigentes valendo-se da prosopografia como método investigativo, entendendo como se organizavam, entendiam o espaço urbano e propunham intervenções na rua e seus habitantes.

Pretendendo ir além desses grupos e entendendo o poder na cidade como sendo múltiplo e multidirecional, busca-se a investigação de outros focos de decisão fora dessas elites dirigentes. Com isso, constatou-se a existência de redes transnacionais que faziam com que as mudanças na cidade passassem por diversas pessoas que não participavam formalmente das elites tradicionais locais: tensões entre corticeiros e loteadores imigrantes que agiam no limite da legalidade (e muitas vezes ultrapassando-a) e que mantinham relações dúbias com a municipalidade no que tange à aplicação das posturas municipais. Dessa forma, questões como as epidemias, o crescimento populacional desordenado e desafios à norma e aos poderes estabelecidos são abordados dentro desses contextos.

Por fim, esta tese busca incorporar todos os moradores da cidade, analisando a contrapelo a documentação em busca de silenciamentos e ocultamentos, focalizando conflitos que aconteciam em um movimento do “se fazer” na cidade por meio dos enfrentamentos aos poderes estabelecidos. Observa-se a cidade como espaço de conflito, onde a rua aparece como palco da cotidianidade, como espaço de convivência e trabalho, de disputas e tensões. Dessa forma, é possível apreender os múltiplos sentidos, visões e significados das vivências nas ruas e na cidade, algumas excluídas, invisibilizadas ou até mesmo apropriadas às visões hegemônicas.

Palavras-chave: Santos, cotidiano, rua, poder, elites, saúde, ocultamento, invisibilidade

ABSTRACT

This thesis investigates the tensions and dialogues between the population and public authorities in the application of the Municipal Postures in the city of Santos, the main port in the state of São Paulo, during the turn of the 19th to the 20th century. Permanencies and ruptures are questioned, in a process of constant reinvention of daily practices, in a specific moment of intensification of the port movement and of discussion and establishment of practices of “civility, modernity and progress”.

The research was mostly carried out in the *Public Archive of the city of Santos/SP*, under the custody of the *Santos Archive and Memory Foundation* (FAMS), incorporating minutes and official letters, in addition to unique documents, fines and *Codes of Postures*, which constitute a wide range of sources that make it possible to track the troubled daily life of that period. In addition, the *Municipal Postures* – an instrument that guides this investigation in the understanding of everyday life – become a strategic starting point for understanding times of turmoil and uncertain public policies, as the relationship of these *Postures* with the city's population can be revealing.

The transition from the Imperial Municipal Chambers to the Republican Intendencies raises many questions, mainly in the understanding of the ruling elites. The use of the plural – elites – is justified by the intense political disputes of the period, many compositions and dissolutions of Councils, various groups and multiple ways of understanding the newborn Republic, as well as the expectations of the local civil society such as scholars, lettered people, elites and popular spheres within the city. Therefore, we propose a study of these leading groups using prosopography as an investigative method, understanding how they were organized and how they “understood” (apprehended) the urban space and proposed interventions in the street and to its inhabitants.

Intending to go beyond these groups and understanding power in the city as multiple and multidirectional, we seek to investigate other decision-making focuses outside these ruling elites. With this, it was found that there were transnational networks that made changes in the city go through several people who did not formally participate in the local traditional elites: tensions between cork producers and immigrant plotters who acted at the limit of legality (and often breaking it) and that maintained dubious relations with the municipality regarding the application of municipal postures. Thus, issues such as epidemics, disorganized population growth and challenges to the norm and established powers are addressed within these contexts.

Finally, this thesis seeks to incorporate all city dwellers, analyzing against the background the documentation in search of possible traces of silencing and concealment, focusing on conflicts that occurred in a movement of “active creating” in the city through confrontations with established powers. The city is seen as a space of conflict, where the street appears as a stage for everyday life, as a space for coexistence and work, for disputes and tensions. In this way, it is possible to apprehend the multiple senses, visions and meanings of experiences on the streets and in the city, some excluded, invisible or even appropriate to hegemonic visions.

Keywords: Santos, everyday life, street, power, elites, health, concealment, invisibility

RÉSUMÉ

Cette thèse analyse les tensions et les dialogues entre la population et les pouvoirs publics dans l'application des *Postures municipales dans la ville de Santos*, le principal port de l'État de São Paulo, au tournant du XIXe au XXe siècle. Les permanences et les ruptures sont ainsi interrogées, dans un processus de réinvention constante des pratiques quotidiennes, à un moment précis d'intensification du mouvement portuaire, de discussion et de mise en place de pratiques de « civilité, modernité et progrès ».

La recherche a été principalement effectuée dans les archives publiques de la ville de Santos/SP, sous la garde de la *Santos Archive and Memory Foundation* (FAMS), incorporant des procès-verbaux et des lettres officielles, en plus de documents uniques, des amendes et des codes de posture, qui constituent une diversité de sources permettant donc de retracer le quotidien mouvementé de cette période. De plus, les *Postures municipales* – instrument qui guide cette enquête dans la compréhension du quotidien – deviennent un point de départ stratégique pour comprendre les périodes de troubles et les politiques publiques incertaines, tant la relation de ces *Postures* envers la population de la ville peut être révélatrice.

Le passage des Chambres municipales impériales aux Intendances républicaines soulève de nombreuses questions, principalement dans la compréhension des élites dirigeantes. L'usage du pluriel - les élites - se justifie par les intenses querelles politiques de l'époque, les nombreuses compositions et dissolutions de Conciles, les divers groupes et les multiples manières d'appréhender la République naissante, ainsi que les attentes de la société civile locale comme les académiques, les personnes alphabétisés, les élites et les groupes populaires qui composent la ville. Ainsi, une étude de ces groupes est proposée, utilisant la prosopographie comme méthode d'investigation pour mieux comprendre comment ils s'organisaient, appréhendaient l'espace urbain et proposaient des interventions dans la rue et envers les habitants.

Dans l'intention d'aller au-delà de ces groupes et de comprendre le pouvoir dans la ville comme multiple et multidirectionnel, nous cherchons à enquêter sur d'autres axes de prise de décision en dehors de ces élites dirigeantes. Ainsi, il a été constaté qu'il existait des réseaux transnationaux qui faisaient passer les changements de la ville par plusieurs personnes qui ne participaient pas formellement aux élites traditionnelles locales : tensions entre producteurs de liège et comploteurs immigrés qui agissaient à la limite de la légalité (et la dépassaient souvent) et qui entretenaient des relations douteuses auprès de la municipalité quant à l'application des postures municipales. Ainsi, des problèmes tels que les épidémies, la croissance démographique désorganisée et les défis à la norme et aux pouvoirs établis sont abordés dans ces contextes.

Enfin, cette thèse cherche à intégrer l'ensemble des citoyens, en analysant, comme toile de fond, la documentation en quête des silences et des pistes cachées. En se concentrant sur les conflits survenus dans un mouvement « d'action créative » dans la ville à travers des confrontations face aux pouvoirs établis. La ville est vue comme un espace de conflit, où la rue apparaît comme une scène de la vie quotidienne, comme un espace de coexistence et de travail, de disputes et de tensions. De cette façon, il est possible d'appréhender les multiples sens, visions et significations d'expériences dans la rue et dans la ville, certaines exclues, invisibles ou encore propres à des visions hégémoniques.

Mots-clés: Santos, quotidien, rue, pouvoir, élites, santé, dissimulation, invisibilité

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora Professora Maria Izilda Santos de Matos, pela possibilidade de contar com sua leitura atenciosa e crítica, além de sua amizade em momentos de falta de inspiração, nos quais me aconselhou pacientemente.

À Professora Mônica Raisa Schpun, coordenadora do Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain da École des Hautes Études em Sciences Sociales (CRBC/EHESS), que gentilmente me recebeu e orientou meus estudos em Paris durante minha bolsa de doutorado-sanduíche em 2019/2020.

À CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP, pela bolsa de estudos, de suma importância para que realizasse meu doutorado tanto no Brasil como em meu período de estágio na França.

À Haydée e ao José Fernando, por serem pais incríveis e desde a infância terem me incentivado, apoiado e ajudado a alcançar meus objetivos.

À Regina, companheira que nos últimos 15 anos esteve do meu lado nos momentos alegres e tristes, sempre me apoiando e renovando meu humor para continuar a pesquisa.

À Adelia e Carlos, meus sogros que tanto me apoiaram nessa caminhada.

À Sayuri, Fábio e Betânia que trouxeram muita alegria todos esses anos a minha casa.

Ao Jaelson, por toda a ajuda e paciência, que com seu largo conhecimento sobre a história de Santos contribuiu com fontes e direcionamentos.

À Marina, que desde a graduação me apoia e, de professora, virou parceira de pesquisas tanto na área da história como da educação em Santos.

Ao Luiz Henrique, que de referência bibliográfica virou um grande amigo no processo de feitura da tese, tendo inclusive me emprestado anotações pessoais de documentos que muito me ajudaram.

Ao Ivo, Guilherme, Fábio e Junior, barulhentos que trouxeram para o meu trabalho valiosos conceitos abstratos e intangíveis da música e da improvisação.

Ao Thiago, irmão de sangue, de alma e de blues.

À Rita e ao Nelson, pessoas que entendem infinitamente melhor o acervo que utilizei. Sem seu conhecimento e organização não teria chegado a este texto!

Ao Pietro, Marília, Guilherme e Mariana, importantes amigos que a vida museológica me deu.

À Bárbara, Daniella, Elis, Marcela, Nascilene, Osvaldo, Paulinha, Silvana e Rose, pelo companherismo nas horas de trabalho, de café (e nas demais também).

Ao Fernando, que, para além da amizade na vida museológica, emprestou a este trabalho seus traços para a ilustração do mapa de Santos que integra o fim da tese.

À Fabiana, ao Edmar e ao Augusto, colegas (também conhecidos como *jedis*) que, ainda na faculdade, sabiam e afirmaram que eu chegaria aqui.

À Andrea, Shannon, Nathalia, Paula, Regiano, Daniela, e Maria Eduarda, brasileiros que em Paris fizeram me sentir não só em casa, mas como se fossem da minha própria família.

Aos amigos do TK Allan, Ana, Augusto, Babi, Breno, Caio, Krishian, Luigi, Marcelo, Mari, Mika, Nelson, Rob, Roberto, Shibuya, Tap, Vanessa, Vivi e Yue: amigos de longa data (outros mais recentes) que fizeram esses anos mais leves com risadas, memes e cerveja.

À Carol, Henrique, Kerly, Dani e Bruno, incríveis pessoinhas que nos encontros periódicos me fizeram momentaneamente esquecer das demandas da tese.

Ao Francis, Erika, Danilo e Tailane, que entre um gole e outro, uma risada e outra, me deram ânimo pra seguir em frente.

Ao Iberê, ao Paulo, ao Kenzo e à Mônica, agradeço pelo carinho e companherismo que demonstraram e ainda demonstram nesses vários anos de convivência na PUC.

Enfim, a todas as pessoas que passaram pela minha vida nesses últimos anos e que com uma palavra amiga, um sorriso, uma gentileza ou demonstração de amor gratuito, mesmo sem saberem, contribuíram (muito!), e por isso meu sincero obrigado!

Dedico este trabalho à memória de minha avó
Célia Vieira do Carmo.

Não existe essa coisa de espaço vazio ou tempo vazio. Sempre há algo para ver, algo para ouvir. Efetivamente, não importa o quanto tentemos fazer silêncio, não podemos.

John Cage

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Edifício da Casa de Câmara e Cadeia.	28
Figura 2 –	Casario duplo do Valongo localizado no largo Monte Alegre.	33
Figura 3 –	Anúncio de João da Silva Oliveira Pinto, vulgo “João Fiscal”.	39
Figura 4 –	Anúncios em jornais de firmas familiares dos Xavier da Silveira (1856) e Alfaya Rodrigues (1886).	45
Figuras 5 e 6 –	Ofícios transcritos ao livro competente com assinaturas do secretário Manoel Ignacio Silveira e do vereador encarregado José Proost de Souza, ambos no ano de 1877.	50
Figura 7 –	Anúncio da casa de comissões de Felix Bento Vianna em Santos, aberta em dezembro de 1884.	52
Figura 8 –	Anúncio da fábrica de cal em S. Benedicto do Paquetá, depois apenas conhecido como bairro do Paquetá.	62
Figura 9 –	Publicação das Posturas da Câmara Municipal da cidade de Santos, 1857.	83
Figura 10 –	Largo da Cadeia Velha com o edifício da Casa de Câmara de 1723, ao centro, demolido no processo de abertura do Largo da Matriz (atual praça da República). À esquerda aparece a rua Setentrional e à direita, a rua Meridional.	96
Figura 11 –	Antigo quarteirão das “casinhas” visto do Largo da Matriz depois da desapropriação, transformado após 1889 em Praça da República.	97
Figura 12 –	Mapa de Santos com ruas e principais edifícios, c. 1878.	98
Figura 13 –	Gravura da nova alfândega de Santos, com construção iniciada em 1875 e concluída em 1880. Localizava-se no Largo da Matriz, que depois foi nomeado Praça de República.	106
Figura 14 –	Foto de Militão Augusto de Azevedo da rua da Palha, c. 1865.	116
Figura 15 –	Rua Direita vista em direção aos Quatro Cantos (atual rua XV de Novembro, esquina com rua Frei Gaspar), c. 1865.	120
Figura 16 –	Rua XV de Novembro (antiga Direita e 25 de Março) em direção à rua Frei Gaspar (antiga rua do Consulado).	121
Figura 17 –	Barracões improvisados para o armazenamento de sacas	127
Figura 18 –	Mapa presente no capítulo “Transformações de uma cidade”, feito por Maria Lúcia Duarte Lanna, com a legenda “Cortiços existentes na cidade de Santos entre 1880 e 1889”	154
Figura 19 –	Prontuário da enfermaria Almeida Moraes, que funcionou na Chácara do Macuco e depois se tornaria o primeiro hospital de isolamento municipal de Santos.	170
Figura 20 –	Anúncios de casas de campo voltadas para banhistas	173
Figura 21 –	Propaganda do novo loteamento da Nova Cintra no jornal <i>O Commercio de São Paulo</i> , 10 mai. 1894.	177
Figura 22 –	Anúncio de Francisco Casemiro Alberto da Costa na seção “Notabilidades” do Almanak Laemmert de 1883.	191

Figura 23 – Empreendimento em que Luiz de José Mattos tinha envolvimento na capital paulista.	219
Figura 24 – Rua da Praia e Mercado Provisório.....	229
Figura 25 – Detalhe de fotografia onde é possível observar um kiosque próximo às pontes de embarque e ao Mercado Provisório, c. 1887.....	232
Figura 26 – Antiga rua Meridional, atual Praça da República. Neste local funcionavam as antigas casinhas e pode-se ver um agrupamento de animais trazidos por marchantes, déc. 1860.	239
Figura 27 – Antigo Campo da Chácara, que funcionava como um campo de pastagem para muares e foi transformado no período na Praça dos Andradas, c. 1867.	260
Figuras 28, 29 e 30 – Vistas internas da Praça dos Andradas já arborizada, c. 1920.	261

LISTA DE TABELAS E GRÁFICO

Tabela 1 –	Exportação de café 1872 – 1909.....	34
Tabela 2 –	Relações familiares entre políticos santistas do Segundo Império.....	41
Tabela 3 –	Ofícios enviados e recebidos pedindo e recebendo aprovação de Posturas Municipais entre 1870 e 1883.....	84
Tabela 4 –	População santista em relação ao total do número de mortes, com números específicos para febre amarela e varíola (1872 – 1905).....	136
Tabela 5 –	Produção exportável de café das principais regiões produtoras (em sacas).....	188
Tabela 6 –	População de Santos nos anos de 1872 e 1913.	209
Tabela 7 –	Prontuários médicos de mulheres da enfermaria especial aberta quando da epidemia de varíola (1887).....	255
Gráfico 1 –	Mortes no município de Santos (1850 – 1919).....	137

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
CAPÍTULO I – BIOGRAFIAS CRUZADAS E AÇÕES POLÍTICAS: ELITES DIRIGENTES SANTISTAS	23
1.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DE SANTOS: EXERCÍCIOS DE PODER	26
1.2 CÂMARAS MUNICIPAIS IMPERIAIS: ENTRE CONSERVADORES E LIBERAIS MONARQUISTAS	40
1.3 INTENDÊNCIAS E A REPÚBLICA: ENTRE COMERCIANTES E PROFISSIONAIS LIBERAIS	57
CAPÍTULO II – RUAS: NORMA, PODER E ORDEM	76
2.1 POSTURAS MUNICIPAIS E A ORGANIZAÇÃO DA CIDADE	79
2.2 ESPAÇO DE INTERVENÇÃO: ALARGAMENTOS, DEMOLIÇÕES E EXPANSÃO.....	90
2.3 PASSEIOS, CALÇAMENTOS E O FLUIR DAS RUAS	114
CAPÍTULO III – ENTRE MIASMAS E BONS ARES: SAÚDE E DOENÇA NO “PORTO MALDITO”	131
3.1 EPIDEMIAS, CRISE SANITÁRIA E MÁ FAMA INTERNACIONAL	135
3.2 ENTRE A MORTE E O LUCRO: VIGILÂNCIA ÀS HABITAÇÕES COLETIVAS	146
3.3 PARA ALÉM DO CENTRO URBANO: ESPAÇOS PARA RITOS DE MORTE E SAÚDE.....	168
CAPÍTULO IV – NO LIMITE DA LEGALIDADE: DESAFIOS AO PODER ESTABELECIDO	180
4.1. MATHIAS CASEMIRO ALBERTO COSTA: ESPECULADOR DO CAFÉ E LOTEADOR.....	182
4.2 ENTRE TRANSPORTES E TERRAS: ALIANÇAS, CONFLITOS E TENSÕES	193
4.3 DISPUTAS ÉTNICAS E LEGADOS: ENFRENTAMENTOS JUDICIAIS	206
CAPÍTULO V – POR UMA ARQUEOLOGIA DA RUA: TRANSGRESSÕES E RESISTÊNCIAS COTIDIANAS.....	225
5.1. PELAS RUAS DA CIDADE: ENTRE A ORDEM E A BURLA	227
5.2 REVOLTAS E GREVES: DISTÚRBIOS E RESISTÊNCIAS POPULARES.....	240
5.3 OS SEM-NOME: INVISIBILIDADE E OCULTAMENTO	249
CONSIDERAÇÕES FINAIS	266
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	273
ANEXOS.....	292

APRESENTAÇÃO

Rua. Espaço, que ha entre as casas de huma Cidade, para a passagem da gente. Deriva-se do Francez *Rue*, que significa o mesmo; & os Francezes derivão o seu *Rue*, do verbo Grego *Ruo*, ou *Reo*, que val o mesmo que *Fluo* em Latim, & em Portuguez *Corro*, (fallando em cousas liquidas) porque pelas ruas corre a agua da chuva, que cahe dos telhados, como tambem a dos poços, & das fontes, que se derrama nas ruas. Tambem corre a gente as ruas, & cada huma dellas he huma corrente do povo, que vay ao seu negocio.

Querem alguns, que *Rua*, se derive de *Ruge*, como palavra Teutonica, ou Gallica antiquada. [...] Segundo alguns Etymologicos modernos, *Rua* antigamente na infima latinidade, chamava-se *Ruga*, & a razão da dita etymologia, he que nas Villas & Cidades, as ruas fazem o mesmo effeyto, que na testa as rugas, dividindo o espaço que ha entre humas casas, & outras. Menagio quer derivar *Rue* dos Francezes, do Grego *Romi*, do qual por metaplasmo se teria feyto *Ruma*, *Ruca*, & finalmente *Ruga* [...].¹

Abro a tese com essa descrição de Raphael Bluteau sobre a rua, de 1712. Ainda pensando no seu significado, no dicionário de Antônio Moraes da Silva, de 1813, a rua corresponde simplesmente ao espaço existente entre as casas nas cidades, vilas ou aldeias por onde se anda ou passeia. Segundo sua descrição, é antes de mais nada um espaço em que, entre renques de árvores ou entre canteiros, estabelece-se um caminho.²

A rua é um espaço familiar, onde se desenvolve boa parte do cotidiano de uma cidade. Se o cotidiano é o centro do fazer histórico³, a rua é o pulsar do cotidiano. Fragmentos de vidas ali se encontram, compondo um cenário difuso, entre o rasgar de rodas de carroças nas poucas ruas pavimentadas a toscas pedras que, de parede a parede dos prédios, compõem esses espaços. Ali patrões e trabalhadores, vendedores e compradores, moradores e visitantes, munícipes e autoridades, todos se misturam e aplicam suas idiossincrasias, transformando o espaço público em território, apropriando-se dele à sua forma.

¹ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico... Vol. 8. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728, p. 390-391.

² SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

³ HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Desde 2008 persigo as experiências históricas da rua e do cotidiano em Santos. Durante meu estágio no Arquivo Permanente da Fundação Arquivo e Memória de Santos, que detém a guarda dos acervos da Câmara Municipal e da Prefeitura, realizei uma pesquisa nos Códigos de Posturas para entender a grande quantidade de arquivos cartográficos descontextualizados que existiam no Arquivo. Naquela época percebi que deveria ir além da letra fria da lei. Pensei ser importante focalizar os papéis produzidos pelos fiscais da cidade para compreender como essas normas eram aplicadas (assim como eram burladas pela população). Portanto, os relatórios de fiscalização foram minhas primeiras janelas para uma cidade que desconhecia.

Em meio a uma caligrafia difícil, passando de década em década, me familiarizando com a letra cursiva de cada escrivão ou funcionário público do século XIX que deixou seus registros sobre a cidade, um mundo novo se abria. Ler esses documentos normativos fez com que emergisse uma cidade que percebi ter sido ignorada pela historiografia, pois o cotidiano ficava em segundo plano. A documentação me revelava por diversas vezes espaços da cidade em disputa, com uma multiplicidade de sujeitos históricos costurando as ruas em busca de sobrevivência ou manutenção de seus privilégios.

Nesta tese investigo o espaço de diálogo entre população e poder público na aplicação das Posturas Municipais na cidade de Santos, principal porto do estado de São Paulo, durante a passagem do Império para a República. Procuro compreender permanências e rupturas, em um processo de constante reinvenção das práticas cotidianas. O período eleito para o recorte, as décadas de 1880 e 1890, foi momento privilegiado de intensificação da movimentação portuária e de discussão e estabelecimento de práticas consideradas de “civildade, modernidade e progresso”.

Esta tese se baseia em documentação – ao menos grande maioria – do Arquivo Público da cidade de Santos/SP, sob custódia da Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS). São livros de atas e ofícios, além de papéis avulsos, multas e Códigos de Posturas que compõem uma gama diversificada de fontes que permitirão rastrear o conturbado cotidiano desse período. Além desses, a análise também se vale de uma grande quantidade de jornais e periódicos disponíveis no Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

O período da passagem das Câmaras do Império para as Intendências Republicanas ainda suscita muitas questões. O uso do plural – “Câmaras” e

“Intendências” – se justifica pelas intensas disputas políticas do período, muitas composições e dissoluções de Conselhos, diversos grupos e formas de entender a nascente República, bem como pela diversificada compreensão e expectativas de outros como eruditos, letrados, elites e populares para com a cidade.

Por ser um período emblemático de mudanças (também com permanências), a virada do século XIX para o XX tem sido objeto de esforços de vários pesquisadores da cidade de Santos, através de estudos que priorizaram o movimento portuário e comercial, os fluxos imigratórios, os surtos de epidemias, os movimentos de trabalhadores, as questões de moradia e saneamento, entre outras. Além disso, as Posturas Municipais – instrumento que guia esta investigação na compreensão do cotidiano – tornaram-se um estratégico ponto de partida para compreender tempos de agitação e políticas públicas incertas, pois a relação dessas Posturas com a população da cidade pode ser reveladora.

Perseguindo a dinâmica das ações e práticas cotidianas na cidade de Santos, elegi as datas de aprovação dos dois últimos Códigos de Posturas santistas como pontos de inflexão (1883 e 1897). Procuro compreender as estratégias utilizadas pela municipalidade, levantar informações e dúvidas sobre ações das Intendências, bem como os discursos utilizados. Por outro lado, ao observar as resistências cotidianas às Posturas Municipais, seja por meio de estratégias de sobrevivência ou táticas, objetivo preencher uma lacuna relevante na historiografia de Santos.

Proponho uma análise que parte dos próprios moradores, analisando a forma como os embates culturais aconteciam em um movimento do “se fazer” na cidade, indo de proprietário em proprietário, de habitante em habitante, em suas contendas e contingências, na transmissão de valores simbólicos, mesmo que esses valores fossem de encontro ao que o poder público pensasse sobre o que seria melhor para a cidade, fazendo com que se registrasse a produção de sentido (mesmo que momentânea) feita pela pessoa coagida/autuada. Principalmente nessas questões foquei meu estágio na École des Hautes Études em Sciences Sociales no ano de 2019/2020, quando pude levantar bibliografia relativa aos estudos da rua ainda não acessível em português.

A cidade é focalizada para além do seu entendimento como vetor de transformação urbana, sendo vista como espaço de conflito, no qual a rua aparece constantemente como palco dessas tensões: a rua como espaço de convivência, mas

também de disputas que se tornavam evidentes na cotidianidade. O trabalho justifica-se, então, a partir do momento em que traz como contribuição para a historiografia urbana uma forma de olhar a cidade em seu fluxo e seu pulsar. Nessa forma de análise é possível apreender do espaço físico e período estudado a “atribuição de sentidos e significados” que aconteciam na cidade e se perdiam, sendo tais visões de mundo excluídas ou até mesmo incorporadas ao hegemônico. Nessa forma de análise um espaço pode se tornar um lugar, portando, assim, significado e memória; e não só aqueles significados e memórias que resistiram ao tempo, consolidaram-se no inconsciente social e são identificáveis na contemporaneidade, mas também aquelas formas de entendimento apagadas pelos vetores do progresso, fazendo emergir diversas maneiras de se viver a cidade.

Para alcançar o objetivo proposto, a tese divide-se em cinco capítulos. Entre eles, perseguirei os personagens mais emblemáticos que a documentação me apresentou, tanto aqueles com nome e sobrenome de prestígio como aqueles não tão conhecidos e até anônimos. Partindo dos próprios vereadores das legislaturas de 1883 a 1897 e suas ações dentro da municipalidade para com as ruas da cidade⁴, me dirijo àqueles de menos prestígio: corticeiros imigrantes, loteadores que atuavam no limite da legalidade, assim como trabalhadores e trabalhadoras anônimas que deixaram seus rastros na documentação por qualquer contravenção que tenham cometido nas ruas da cidade.

No primeiro capítulo, intitulado “Biografias cruzadas e ações políticas: elites dirigentes santistas”, focalizo, antes da rua em si, quem produzia e quem aplicava a legislação. Para tanto, busco dentro da estrutura da municipalidade vereadores e intendentes até seus funcionários públicos, em especial os fiscais. Em um primeiro momento, o foco são as elites dirigentes e o modo como essas pessoas se relacionavam na cidade (e com a cidade): quem eram, de onde vieram e como atuavam econômica e politicamente os principais nomes das vereanças de 1883 a 1897, servindo como guia para entender a formação da cidade de Santos ao longo do século XIX.

⁴ Nesta tese indico nomes de ruas que, em sua maioria, mantém a mesma grafia original da documentação. Para melhor entendimento do leitor, deixo ao fim da tese no Anexo 5 um glossário de ruas com nomes antigos e atuais. Além disso, deixo no Anexo 6 um mapa ilustrado por Fernando Rocha Aguiar, baseado na Carta da cidade de Santos (1889/1894).

O entendimento de possíveis interesses ou disputas, não raro, caminha em direção aos problemas apresentados pelos fiscais no cotidiano da cidade. Por isso, para além das elites, também trago à tona os personagens centrais da fiscalização pública – os inspetores distritais ou fiscais –, que nessa seção são colocados em perspectiva em sua relação com os homens de vereança da cidade. Apesar da existência de muitos outros funcionários municipais, aqui privilegio os fiscais por serem, dentro dessa hierarquia, os primeiros e mais visíveis nos conflitos cotidianos da cidade. A documentação revela um diálogo constante dessas elites com esses funcionários da fiscalização; uma norma poderia ser aplicada de forma direta e obtusa, ou por vezes ser contornada, sendo os inspetores permissivos com determinadas infrações. Com isso, revelo a complexidade das disputas cotidianas na rua de Santos a partir de seus gestores e funcionários, em uma estrutura de uma “ordem frágil” do cotidiano da cidade.

No segundo capítulo, intitulado “Ruas: norma, poder e ordem”, focalizo esses espaços em sua materialidade e como objeto de atenção do poder público. Trabalho com questões relativas às transformações da rua na cidade de Santos durante a passagem do Império para a República, apresentando um planejamento urbano nem sempre constante e racional, muitas vezes condicionado às vicissitudes políticas. Sendo a rua assunto muitas vezes central na documentação, aqui evidencio os sentidos dados a ela pelas elites dirigentes em suas obras públicas, quando esse órgão se colocava como agente regulador em busca de alinhamento, regularidade de construções, calçamentos, entre outros. Em uma cidade marcada pela expansão dos negócios cafeeiros, tornando-se o principal porto exportador do grão na década de 1890, a municipalidade visava um maior espaço entre os prédios, alargando ruas, estabelecendo a pavimentação das vias para a circulação regular e com menos solavancos das carroças, assim como buscava o saneamento por meio da melhor circulação de ar pelas vias do centro urbano.

No terceiro capítulo, intitulado “Entre miasmas e bons ares: saúde e doença no porto maldito”, levanto questões sobre o limpo e o sujo, a vida e a morte no cotidiano da cidade, bastante aparentes nas constantes epidemias e nos planos urbanos que a municipalidade buscava em suas intervenções no espaço urbano, desde o “embelezamento” do cais moderno da Cia. Docas aos planos da cidade com Esteban Fuertes, em 1894, e Saturnino de Brito, já no limiar do século XIX. Entretanto,

o objetivo é ir além do planejamento urbano, apresentando uma cidade com diferentes práticas de se morar e viver. Questiono a respeito da moradia popular, a participação de imigrantes nesse rentável negócio com a construção de cortiços, sempre com os agentes fiscalizatórios no seu encalço para readequação ou demolição dos espaços de moradia coletiva.

Também utilizo essa seção para entender o estabelecimento de novos espaços que almejavam os bons ares das virações marítimas da praia da Barra Grande. Ao analisar esse discurso a respeito dos novos bairros, apresento esses espaços de saúde almejados pela municipalidade, seja o uso medicinal das praias, seja o estabelecimento de cemitérios e hospitais de isolamento fora do centro urbano. Com esse tema são introduzidos sujeitos históricos que participariam de disputas com a edilidade para se beneficiar de uma ausência de vigilância nas áreas distantes do centro urbano, estabelecendo poderes que desafiavam as autoridades em seus loteamentos, como o caso da Vila Mathias, Jabaquara e morro da Nova Cintra.

No quarto capítulo, intitulado “No limite da legalidade: desafios aos poderes estabelecidos”, apresento forças no cotidiano que se contrapunham àquelas que emanavam das leis e da fiscalização, perseguindo os sujeitos históricos que desafiaram a edilidade. A partir da vida e morte de Mathias Casimiro Alberto da Costa, desenvolvo questões de redes de sociabilidade, tensões étnicas e expansão urbana que ocorriam dentro e fora dos limites dos planejamentos da municipalidade. Mathias foi um dos principais empreendedores imigrantes de moradia popular na década de 1880; teve destaque não por sua participação nas cadeiras da municipalidade, mas por se infiltrar no tecido das elites e atuar no limite da lei em benefício próprio, utilizando também redes de patrícios portugueses já existentes na cidade. Utilizo sua história como fio condutor para ampliar o entendimento da forma como diferentes forças tencionavam a cotidianidade, apresentando disputas entre portugueses recém-chegados e nacionais ex-escravizados moradores do quilombo do Jabaquara. Por meio de sua trajetória é possível detectar tensões étnicas cotidianas ligadas ao período abolicionista e redes de solidariedade que aproximavam seus integrantes, assim como fazia expulsar e dificultar a circulação dos não filiados.

Por fim, no quinto capítulo, intitulado “Por uma arqueologia da rua: transgressões e resistências cotidianas”, persigo as tensões na rua, mas agora de uma parte da população sem poder para enfrentar diretamente a municipalidade ou

os poderes paralelos. Nesse capítulo busco ações diretas de revoltas, tais como greves e outras insurgências populares coletivas, questionamento de multas e outras formas de resistência às ações da municipalidade para com o ordenamento da vida cotidiana na passagem do império e da república. Entre as ações diretas e indiretas, explico aqueles que possuíam seu nome registrado na documentação, assim como aqueles que permaneceram anônimos nos registros. Em geral eram escravizados e libertos, mulheres, caiçaras ou pessoas que não possuíam filiação a nenhum tipo de grupo ou rede de solidariedade, mas que tiveram papel central na resistência às fiscalizações.

Discuto as resistências cotidianas, que contradizem o cotidiano como o fazer repetitivo, algo monótono e repetitivo. A quantidade de autuações aumentou de forma sensível na documentação a partir da década de 1890, o que possivelmente tem uma dupla causa: o aumento da circulação nas ruas, seja por moradores, marinheiros ou transeuntes; e, por outro lado, uma municipalidade que tentava de maneira mais ativa e incisiva mudar o aspecto do espaço urbano da cidade. Pescadores, vendedores ambulantes, lavadeiras, animais perdidos e sem dono: personagens praticamente ausentes na documentação em anos anteriores parecem tornar-se centrais em uma cidade que crescia e diversificava-se em sua gente e seus modos de viver.

Em todos os capítulos, observarei o espaço público para além da dimensão física e política. A gestão das ruas de fins do século XIX era feita por um poder público atuante e gerou impactos sociais, transformou sua memória e construiu uma identidade urbana que se tornaria hegemônica ao longo das primeiras décadas do século XX. A construção de uma pretensa *Belle Époque* santista, marcada por tentativas de silenciamento e de homogeneização das práticas culturais urbanas. Nesse movimento, diversos elementos de uma cidade ainda acanhada e com feições coloniais começaram a ser considerados impróprios para o espaço civilizado e moderno almejado, discurso que se intensificou com o estabelecimento do regime republicano. Se as duas últimas décadas do século XIX foram marcadas por ações de alargamento de ruas no centro urbano – que possuíam um duplo sentido de arejar a cidade e facilitar o crescente fluxo de carroças no porto –, os anos de 1890 foram também assinalados por uma forte fiscalização de costumes, buscando uma (quase) impossível ordem no centro urbano. Como narrador dessas histórias, espero envolver o leitor nessas tensões cotidianas da passagem do Império para a República.

CAPÍTULO I – BIOGRAFIAS CRUZADAS E AÇÕES POLÍTICAS: ELITES DIRIGENTES SANTISTAS

Santos, 5 de maio de 1881, sala de sessões da Câmara Municipal de Santos em sua terceira reunião ordinária. O vereador João José Teixeira pediu a palavra ao presidente da sessão, o doutor Pereira da Cunha, para fazer a seguinte indicação:

Considerando-se faltas que constantemente comete o fiscal João da Silva Oliveira Pinto, para algumas das quaes já tenho chamado atenção desta Camara; Que á despeito dessas considerações que por ella lhe tem sido feitas; são frequentes as infracções do Codigo de Posturas em muitos pontos da cidade; Que algumas dessas infrações já tem ocasionado representações de munícipes a esta Camara, pelo que tem sido ordenado ao referido fiscal [...] a fiel execução dos artigos de posturas, relativos a suas reclamações; Que apesar de tudo isto continuam a passar despercebidas ao mesmo fiscal essas e outras infracções, o que evidentemente denota devida má vontade, ignorância do Codigo de Posturas, ou incapacidade para exercer o lugar de fiscal; E finalmente, considerando os prejuízos que de tudo que fica dito [...] proponho que seja demitido o fiscal João da Silva Oliveira Pinto, por julgar esse [ilegível] único meio de pôr fim para [ilegível] a tantos abusos.⁵

Após essa comunicação, a documentação revela uma alteração nos ânimos daquela sessão. As anotações presentes nas atas ordinárias costumam ser bastante protocolares e sucintas, sem muitos detalhes daquilo que se passava no interior da sala de discussões. No entanto, o que era para ser uma sessão administrativa ganhou ares de tribunal. O vereador Teixeira trazia provas – caso os colegas delas necessitassem – que comprovavam as faltas do fiscal; em contrapartida, alguns vereadores preferiram fornecer algum tempo para que João da Silva de Oliveira Pinto produzisse sua defesa. O presidente, no entanto, negou e, com a presença do fiscal na sessão, pediu para que se defendesse das acusações naquele momento.

Ao passar para a votação da indicação de demissão, a mesa ficou dividida, entre aqueles que acatavam a decisão de desligar o fiscal pelos motivos citados pelo vereador, e aqueles que preferiam apenas aplicar uma suspensão e repreensão verbal. O voto derradeiro veio do presidente da sessão; o fato foi repreendido pelo

⁵ SANTOS. Atas da Câmara Municipal. 3ª Reunião ordinária, 5 de Maio de 1881. Livro 1880 – 1890, p. 78-82. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

próprio acusado, dizendo que o Dr. Pereira Cunha não poderia votar sobre a matéria, pois era sobrinho do vereador João José Teixeira. O funcionário, então, gritou as seguintes palavras – “Deixo de ser fiscal!”, quando “[...] puchou um chicote que trazia oculto e, covarde e traiçoeiramente o aggride, fazendo-lhe alguns ferimentos”. Em seguida, foi dada voz de prisão a João da Silva de Oliveira Pinto, sendo encerrada a sessão após os eventos que foram narrados.

O evento extraordinário ocorrido em uma sessão ordinária da Câmara Municipal de Santos suscita inúmeras questões que ajudam a compreender como a cidade e as ruas de Santos funcionavam na última década do Império. A primeira pergunta que pode ser levantada é: de quanto poder um fiscal estava investido em suas rondas diárias pela cidade? E quais eram as posições sociais que poderiam aproximar ou distanciar um fiscal de um vereador? O que significavam essas posições para a sociedade santista no período estudado?

As respostas para essas questões encontram-se entre papéis avulsos, organizados em séries documentais, e livros de registros de ofícios e atas, e se desvela um mundo. Requerimentos, abaixo-assinados, autos de punição, relatórios de fiscalização, atas, ofícios, enfim, papéis que foram acumulados no desenrolar das funções cotidianas da municipalidade de Santos. Lê-los é um desafio por inúmeros motivos: na leitura paleográfica, aos poucos, é preciso ir se familiarizando com a letra desse ou daquele secretário; o entendimento das funções específicas de cada empregado dentro do organograma municipal; as disputas de poder ocultas nas entrelinhas dos resumos das sessões diárias registrados em atas ordinárias e extraordinárias, entre outros. Cada conjunto explica um pouco do todo desse grande organismo chamado Câmara Municipal da cidade de Santos.

No entanto, ao ler esses papéis e livros, um segundo desafio emerge: quem são esses vereadores? A quais grupos pertencem? A quem dirigem suas ações? É impossível apenas pela leitura da documentação municipal entender de onde vieram e como ali chegaram as pessoas que faziam parte do organismo público que geria a cidade. Além disso, é preciso entender o funcionamento desse órgão para que se possa entender por que algumas pessoas ocuparam determinados cargos.

Este capítulo propõe um duplo objetivo: em um primeiro momento, pretende-se trazer à luz a administração pública como um todo, tentando entender sua organização e como os personagens centrais da fiscalização pública – os inspetores

distritais ou fiscais – se relacionavam com os homens de vereança da cidade. Apesar da existência de muitos outros funcionários municipais, e que serão citados ao longo deste capítulo, aqui se privilegiarão os fiscais por serem, dentro dessa hierarquia, os primeiros e mais visíveis nos conflitos cotidianos da cidade. Propõe-se essa análise pois a documentação revela um diálogo constante das elites dirigentes com esses funcionários da fiscalização; uma norma poderia ser aplicada de forma direta e obtusa, enquanto, por vezes, poderia ser contornada, sendo os inspetores permissivos com determinadas infrações. Com isso, objetiva-se entender a complexidade das disputas cotidianas da rua de Santos a partir de seus gestores e funcionários, em uma estrutura de uma “ordem frágil” do cotidiano da cidade⁶.

Em um segundo momento, pretende-se reconhecer quem são, de onde vieram e como atuavam econômica e politicamente os principais nomes das vereanças de 1883 a 1897. Por meio de uma prosopografia⁷ se buscará o entendimento de possíveis interesses ou disputas por parte das elites dirigentes para com os problemas encontrados pelos fiscais no cotidiano da cidade. Além disso, a historiografia local oferece poucos subsídios para o entendimento dessas elites dirigentes, tema que ainda carece de pesquisas. Por outro lado, dois memorialistas se ocuparam de uma memória republicana, sendo as informações ali encontradas um tanto fragmentadas quando se reflete sobre uma elite em movimento, entre republicanos e monarquistas, fossem eles liberais ou conservadores⁸. Portanto, fez-se necessária uma extensa pesquisa em jornais e periódicos para responder às seguintes perguntas: quem são os homens que fazem parte das elites dirigentes? De

⁶ Arlete Farge chamaria de uma “ordem difícil” (l’ordre difficile). FARGE, Arlette. **Vivre dans la rue à Paris au XVIII^e siècle**. Paris: Éditions Gallimard/Éditions Julliard, 1992.

⁷ Utiliza-se a concepção descrita por Stone (2011) e Bomtempi (2011), na qual os autores estabelecem que a prosopografia é uma abordagem na qual se busca uma biografia coletiva, na qual se objetiva encontrar correlações internas que transformem diversos sujeitos históricos em um ator coletivo. Para mais sobre o assunto, ver: STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011, p. 115-137. BOMTEMPI, Bruno. Usos da prosopografia para a história dos intelectuais da educação. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 33 n. 67, jan./abr. 2019. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/47897>>. Acesso em: 3 jun. 2021.

⁸ Os dois memorialistas em questão são Francisco Martins dos Santos e Costa e Silva Sobrinho. O primeiro, filho do republicano histórico Américo Martins dos Santos, traz em seu segundo volume de “História de Santos” uma memória que, embora com ótimo valor para pesquisa, possui uma série de silêncios em relação a personagens monarquistas do período. Já o segundo possui um trabalho de genealogia bastante extenso, seja em seu fundo documental de anotações pessoais presente na Fundação Arquivo e Memória, seja em seus livros. Cf. SANTOS, Francisco Martins dos. **História de Santos** (1532 – 1936). Vol. II. São Paulo: Empresa Graphica da “Revista dos Tribunais”, 1937. COSTA E SILVA SOBRINHO. **Santos Noutros Tempos**. São Paulo: IHGSP, 1953.

onde vêm? São elites locais ou em deslocamento? A quais grupos comerciais pertencem?

Não se pretende aqui, no entanto, fazer uma história política ou administrativa de Santos na passagem do Império para a República, mas tão somente detectar os principais atores presentes nas Câmaras Municipais e Intendências entre os anos de 1883 a 1897 e apresentá-los em suas diversas facetas sociais, tentando aproximá-los e distanciá-los no que diz respeito a atuações e possíveis interesses para com a cidade. Busca-se, com isso, observar na documentação suas movimentações e relacionamentos nos espaços econômicos, políticos e sociais da cidade de Santos ao longo do século XIX.

Por fim, este estudo sobre as elites locais mostrou-se importante para que se possa entender uma cidade e um porto em movimento. Foi possível detectar dois tipos de grupos distintos: as elites locais, que se gestaram na cidade na primeira metade do século XIX com a exportação do açúcar e, possivelmente, também com o tráfico e comércio de escravos; e um segundo grupo que se deslocou para Santos entre as décadas de 1870 e 1890, proveniente de regiões produtoras de café do interior do estado de São Paulo, mas também de diferentes províncias do norte e do sul. Com essa análise foi possível traçar um panorama da cidade de Santos nessa passagem do Império para a República, nas duas últimas décadas do século XIX.

1.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DE SANTOS: EXERCÍCIOS DE PODER

Regidas pelas Ordenações Manuelinas e, depois, pelas Filipinas, era nas Câmaras Municipais que as elites intelectual, econômica e política organizavam a vida cotidiana da vila ou cidade. Em tempos coloniais, eram compostas por dois juízes ordinários, três vereadores e mais funcionários com funções específicas: procurador, tesoureiro e escrivão. Até o Império, as Câmaras Municipais possuíam certa autonomia, nelas as funções judiciárias, legislativas e administrativas se confundiam. No entanto, a partir da Constituição de 1824 e do Ato de 1828 que delimitou as funções das Câmaras Municipais, separam-se as funções judiciárias das administrativas: ficava o Juiz junto aos delegados encarregados de garantir a segurança pública,

enquanto a Câmara assumiria a organização administrativa local, sendo esta última subordinada aos poderes “adultos” provinciais⁹.

As Câmaras Municipais atuavam em três eixos: regulamentação da economia local, implantação de políticas de saúde pública e ordenamento do espaço urbano, em um controle do “mercado, do sanitário e do edificatório”¹⁰. No período imperial, essa instituição era composta pelos seguintes elementos: vereadores, advogado procurador, médico, engenheiro, arruador, secretário/escrivão, fiscais e porteiros de edifícios públicos. Essa estrutura basicamente não se alterou com o passar do Império para a República, apenas sofisticou sua burocracia, aumentando o número de funcionários conforme o crescimento das necessidades da cidade.

Os vereadores eram pessoas de prestígio local e que, em tempos coloniais, seriam chamados de “homens bons” (aqueles com posses, que podiam votar e ser votados). Essas pessoas compunham uma elite política e econômica da cidade de Santos e, enquanto homens públicos de vereança, decidiam sobre questões locais das mais diversas.

Lidavam constantemente com os profissionais liberais contratados pela municipalidade, sejam eles médicos, engenheiros ou advogados. Com eles discutiam questões de direcionamento das políticas públicas, pediam avaliações e pareceres sobre questões relativas às suas áreas de conhecimento. Com base nesses documentos, tomavam decisões.

Também lidavam diariamente com os Inspetores Distritais ou, simplesmente, Fiscais¹¹. Com esses, estabeleciam diálogo a respeito da vida cotidiana da cidade. A função desses empregados era simples, ao mesmo tempo, espinhosa: buscar irregularidades e contravenções aos Códigos de Posturas¹² em vigência. Animais soltos pelas ruas da cidade, comerciantes e ambulantes sem licença, artigos alimentícios deteriorados expostos à venda, enfim, tudo o que pudessem registrar. Enviavam relatórios periódicos aos vereadores e, quando não sabiam como se portar

⁹ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012, p. 46. Disponível em: <<http://bit.ly/35zeldW>>. Acesso em: 14 out. 2019.

¹⁰ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Almuthasib* – Considerações sobre o direito de almotaçaria nas cidades de Portugal e suas colônias. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n. 42, 2001.

¹¹ Na verdade, o termo ao longo dos últimos 20 anos do século XIX sofre uma metamorfose. Inicialmente eram conhecidos como “fiscais”, tendo, posteriormente, o nome do cargo assumido o termo “inspetor distrital”, visto que cada um ficava responsável por um setor ou distrito da cidade.

¹² As questões que envolvem esse dispositivo e a cidade serão abordadas no segundo capítulo.

diante de alguma irregularidade, questionavam sobre a aplicação dessa ou daquela postura.



Figura 1 – Edifício da Casa de Câmara e Cadeia.¹³

As sessões da Câmara Municipal aconteciam no edifício da Casa de Câmara e Cadeia, onde funcionavam as repartições da administração municipal e do poder judiciário, com a delegacia de polícia, força policial e prisão da cidade. O edifício era localizado no antigo pasto para as rezes trazidas pelos marchantes, que no período estava se transformando no jardim e Praça Andrada.

Sua construção foi iniciada em 1839, mas o edifício de fato só começou a ser ocupado em fins da década de 1860. Com o crescimento da cidade e sofisticação da máquina burocrática, o local já dava sinais de não mais comportar as repartições públicas da Câmara Municipal em fins da década de 1880. Sua construção foi feita, possivelmente, pensando em abrigar apenas uma sala de sessões e secretaria.

¹³ Autor: Militão Augusto de Azevedo, c. 1867. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos

Foi na década de 1880 que a Câmara começou a dividir suas atividades em “Comissões” que funcionavam quase como repartições, sendo elas: Obras Públicas e Viação (que abrigava a Inspetoria de Obras Públicas, de Bondes e Veículos¹⁴), a Comissão de Higiene e Saúde (que abrigava a Inspetoria de Saúde, Limpeza e Higiene Pública¹⁵) e a Comissão de Justiça. A subdivisão era pensada nos profissionais que aconselhavam a municipalidade (engenheiro, médico e advogado), sendo um vereador responsável como Inspetor. A lógica seguiria quando a instituição adentrasse a República e fossem criadas as Intendências.

Os primeiros anos da República foram marcados por uma tentativa de complexificar e subdividir ainda mais as atividades da municipalidade, agora chamada de Intendência. Em 21 de fevereiro de 1890, como primeiro ato de organização da administração pública, o conselho provisório decide dividir os trabalhos dos intendentos da seguinte maneira:

- O Comissário de Viação Pública ficaria incumbido de tudo quanto dissesse respeito aos alinhamentos e demais questões das ruas, calçadas, caminhos, estradas, cais, edifícios ruinosos, além das edificações particulares, jardins e linhas de carris de ferro.
- O Comissário de Obras Municipais teria a seu cargo tudo que se referisse a obras de interesse público, assim como agricultura, indústria, extinção de incêndios. Caberia a esse intendente o exame dos relatórios de fiscalização dos inspetores distritais.
- O Comissário de Saúde Pública era encarregado da limpeza pública, esgotos, cemitérios, alimentação, saneamento, salubridade e higiene.
- O Comissário do Matadouro, Mercado, Lavanderias, Iluminação e Abastecimento de água era incumbido desses mesmos assuntos.
- Comissário de Fazenda e Contas era incumbido de tudo quanto dissesse respeito aos impostos, verificação de balanços e contas da municipalidade, além da arrecadação de rendas e contabilidade.
- Por fim, também era criada a função de Comissário de Justiça, Instrução Pública e Estatística, que era encarregado da legislação, dos processos judiciais, eleição e instrução pública. Tinha função também de se ocupar das casas de caridade, prisões

¹⁴ Em momentos específicos aparecem Comissões “do Caminho da Barra” e “de Iluminação”; entretanto, por sua não recorrência na documentação, sugere-se que fossem comissões especiais formadas para resolver assuntos específicos.

¹⁵ Aqui também aparece outra Comissão que se cogita especial, intitulada “de Saúde do Porto”.

e socorros de assistência pública “[...] aos necessitados em épocas extraordinárias [...]”.¹⁶

Em resumo, foram criadas seis Comissões independentes, que eram encabeçadas cada uma por um dos intendentos eleitos, fechando o número de sete intendentos¹⁷ com o presidente das sessões, que fazia a mediação das discussões trazidas pelos comissários. Apesar de não ter durado muito tempo, esse arranjo ajuda a entender as preocupações do poder público para com a cidade.

Em 1892, o número de Comissões voltaria a três, que seriam ligadas a um intendente que fazia as vezes de poder executivo. Eram exatamente as mesmas temáticas do Império e nomenclaturas levemente modificadas: Intendência de Obras e Viação Pública, Intendência de Justiça, Poderes e Higiene e, por fim, Intendência de Fazenda e Contas.

Esse poder executivo tripartido seria novamente modificado em 1894, quando o conselho decidiu elaborar uma Constituição Municipal. Entre outras questões, a lei que buscava autonomia total para os negócios do município separaria por completo o poder executivo do legislativo, criando assim o cargo de Prefeito e sendo a Câmara rebatizada de Assembleia Municipal¹⁸.

Apesar de essa Constituição Municipal ter sido declarada ilegal e inconstitucional pelo Governo do Estado de São Paulo, a partir da legislatura de 1896 continuariam com chefe do executivo único e atuando em separado do Conselho de Intendência; seria então criado o cargo de Intendente Municipal. Esse arranjo se manteria até 1907, quando as Intendências são extintas na cidade de Santos e é eleito, finalmente, um Prefeito Municipal.

¹⁶ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 1ª Sessão, 21 fev. 1890. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 1-5. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

¹⁷ A partir de 8 de março de 1890 foi elevado o número de intendentos para nove. Cf. “Officio do Governo do Estado de S. Paulo, comunicando ter, por acto de 8 do corrente, elevado de 7 a 9 o numero dos membros do Conselho de Intendencia Municipal e nomeado para completal-o os cidadãos José Azurém Costa Junior e Manoel Franco Araujo Vianna. [...]” SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 9ª Sessão, 13 mar. 1890. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 43-49. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

¹⁸ Para mais informações sobre a Constituição Municipal, ver: CALEFFI, Anderson Manoel. A Intendência Municipal e a Constituição Política de Santos de 1894: uma representação de República. In: FARIA, Luiz Henrique Portela; PEREIRA, Maria Aparecida Franco (Orgs.). **Santos na modernidade capitalista (1870-1930):** novas abordagens e releituras de velhas fontes. São Paulo: e-Manuscrito, 2019. KAREPOVS, Dainis. Papéis avulsos: a Constituição Santista. **Acervo Histórico**. São Paulo, n. 2, p. 37-50, 2004. Disponível em: <<http://bit.ly/2UgsE3y>>. Acesso em: 1º fev. 2020.

A partir das primeiras sessões dos Conselhos de Intendência, e ao longo daquela década, é possível também observar na documentação o surgimento de “repartições” ou “secções” da municipalidade. Por isso, já na sessão de 10 de abril de 1890 foi colocado em pauta o tema “melhoramento para o edifício da cadeia” e “[...] deliberada a demolição da parede que divide a secretaria da ante-sala da intendencia para dar mais espaço ao expediente da repartição municipal”.¹⁹

Na última década do século XIX, sabe-se ao menos que a Repartição de Higiene e Saúde já ocupava o prédio alugado pela municipalidade, para que pudesse abrigar as atividades daquela seção²⁰. Naquele período aumentou-se o número de médicos municipais para dois (sendo um para saúde pública e outro para o matadouro²¹), foi criado um corpo de desinfectadores²² (sendo um chefe e três auxiliares), além da construção de cocheiras para carros de limpeza pública, entre outros. Além disso, as constantes epidemias obrigavam o poder público a abrir enfermarias temporárias e contratar médicos, enfermeiros e administradores.

A Repartição de Obras e Viação também dava sinais de crescimento, visto que no período apareciam como funcionários não só o engenheiro, mas também seu ajudante, desenhista²³, arruador, feitor de obras, além de um administrador, almoxarife e servente para essa seção²⁴. Até mesmo a secretaria, que inicialmente possuía apenas um funcionário para preparação e organização de documentos oficiais, aparecia no período com dois escriturários, contador, amanuense e tesoureiro, um dos principais indícios de crescimento da máquina pública.

¹⁹ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 1ª Sessão, 21 fev. 1890. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 1-5. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²⁰ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. Sessão Extraordinária, 1º dez. 1893. Livro 1892 – 1894, p. 166-168A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²¹ “Nomeação de medico. O mesmo sr. apresentou a seguinte indicação: Considerando que se acha vago um lugar de medico da intendencia, porquanto o orçamento dispõe de dois lugares, e só um se acha preenchido, assim indico pra medico da intendencia, afim de fiscalizar a matança de gado no matadouro e zelar pela hygiene publica, o dr. Adolpho Porchat de Assis. [...] Aprovado.” Cf. SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 18ª Sessão, 24 mai. 1892. Livro 1892 – 1894, p. 352-359. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²² SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 11ª Sessão, 20 mar. 1890. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 59-63. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²³ “Participou o senhor Intendente de obras municipaes que o inspector districtal João da Silva Azevedo pedio demissão do lugar e julgo não ser preciso preencher-o; bem assim o dr. Olvio, ajudante do engenheiro, lembrado para essa vaga o actual desenhista que está certo desempenhará a contento. Aprovado”. Cf. SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 36ª Sessão, 13 jul. 1893. Livro 1892 – 1894, p. 112A-115. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²⁴ “[...] na repartição de Obras Publicas Municipaes, propõe os seguintes cidadãos: Administrador - Manoel Antonio de Assis. Almoxarife - Francisco de Paula Marques. Servente - Candido Militão de Souza Passos.” Cf. SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 13ª Sessão Ordinária, 31 jan. 1895. Livro 1894 – 1895, p. 158A-160A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Isso fez com que uma das prioridades dos intendentos nos primeiros anos republicanos fosse a mudança da Câmara do edifício da cadeia e aluguel de local que conseguisse abrigar as diversas secções da municipalidade e seus funcionários. Na reunião do dia 7 de fevereiro de 1893 o Intendente Alberto Veiga sugeriu que fosse “tomado por aluguel o predio do largo Monte Alegre n. 4 1º andar para funcionamento das repartições da câmara”²⁵. A indicação foi adiante e em 1895 a Intendência Municipal de Santos já funcionava em prédio novo²⁶.

A ocupação da Intendência ao casario duplo do Valongo no largo Monte Alegre tem, além da questão objetiva de falta de espaço, uma razão simbólica. Construído em estilo neoclássico em 1867 por Joaquim Ferreira Netto em frente à então recém-inaugurada estação da Estrada de Ferro São Paulo Railway, o casario era um dos maiores e mais imponentes prédios do centro urbano de Santos até então. Também se pode dizer que o edifício era o oposto – simbolicamente – daquilo que representava a Casa de Câmara e Cadeia e possuía características que a municipalidade buscava para os edifícios de toda a cidade, como elegância e simetria²⁷.

A transformação e complexificação da máquina burocrática acompanhavam as necessidades de uma cidade que crescia de forma rápida. Em mais ou menos 30 anos o município de Santos pulou de uma população de aproximadamente 20.000 em 1880 para mais de 90.000 na década de 1910²⁸. Além disso, as saídas de café pelo porto de Santos batiam recordes a cada ano, passando o porto do Rio de Janeiro em número de sacas exportadas no período de 1890 a 1895.

²⁵ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. Sessão Extraordinária, 22 set. 1894. Livro 1894 – 1895, p. 41-50. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²⁶ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 13ª Sessão Ordinária, 31 jan. 1895. Livro 1894 – 1895, p. 158A-160A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos. As Intendências e, posteriormente, a Câmara Municipal e a Prefeitura somente mudariam novamente em 1939 para ocupar o Paço Municipal, local que abriga até hoje as instituições municipais.

²⁷ Tais questões serão tratadas no Capítulo 2.

²⁸ Dados retirados da obra de Guilherme Álvaro sobre a Campanha Sanitária de Santos e do censo municipal feito em 1913. Cf. ALVARO, Guilherme. A campanha sanitária de Santos, suas causas e seus efeitos. **Novo Milênio**. Histórias e Lendas de Santos. 03/11/07. Disponível em: <<http://bit.ly/2vHtfRN>>. Acesso em: 1º fev. 2020. SANTOS (Município). Recenseamento da cidade e município de Santos em 31 de dezembro de 1913. Santos, 1914. Disponível em: <<http://bit.ly/38WHtfW>>. Acesso em: 1º fev. 2020.



Figura 2 – Casario duplo do Valongo localizado no largo Monte Alegre.²⁹

²⁹ Autor desconhecido, c. 1900. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Tabela 1 – Exportação de café 1872 – 1909.³⁰

Anos	Rio de Janeiro	Santos
1872 – 1875	8.313.122	1.936.585
1875 – 1880	13.990.278	4.635.150
1880 – 1885	20.369.669	8.660.805
1885 – 1890	15.590.279	10.032.820
1890 – 1895	14.304.539	15.755.683
1895 – 1900	16.501.088	25.429.502
1900 – 1905	18.961.047	39.808.126
1905 – 1909	13.989.954	39.051.406

Safras anuais (de julho a junho), sacas de 60 kg.

Por isso, o número de funcionários destinados à fiscalização das ruas também aumentou nesse período. Até fins da década de 1880 a cidade era dividida em dois distritos, cada um com um inspetor distrital e dois ajudantes, sendo um total de seis funcionários. Entre 1890 e 1897 o número de distritos da cidade cresceu para seis, tendo um fiscal efetivo para cada, além da existência de um chefe ou encarregado, que era chamado de Inspetor Geral.

Por sua função, os fiscais ou inspetores distritais tinham um poder consideravelmente grande nas ruas, pois estava a cargo deles a aplicação do Código de Posturas Municipais. Durante quase todo o período estudado, estavam ligados diretamente ao presidente da Câmara ou Intendência, ao qual recorriam quando tinham dúvidas sobre a aplicação de determinada disposição, além de relatar periodicamente suas ocorrências³¹. Somente o presidente da municipalidade, após deliberação conjunta do conselho, poderia desautorizar alguma multa aplicada por esses funcionários.

Dos nomes de fiscais que se pôde perseguir pela documentação disponível, é possível observar que esses funcionários públicos faziam parte de uma classe média urbana. Em primeiro lugar, possuíam instrução para elaboração da documentação necessária para desempenho de suas funções (autos de vistoria, aplicação de multas, relatórios, entre outros). Além disso, em geral também figuravam

³⁰ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. O porto do Rio de Janeiro no século XIX: Uma realidade de muitas faces. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF. Rio de Janeiro, nº 8, agosto de 1999. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg8-7.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2014.

³¹ A quantidade de relatórios periódicos variava, mas em geral eram feitos trimestralmente.

na documentação consultada como proprietários de pequenos empreendimentos comerciais, investindo com capital de baixo vulto.

Hermenegildo de Miranda Castro, entre os fiscais do período estudado, foi o mais longo no cargo, desempenhando a função de Inspetor do 2º distrito desde 1882 até 1887. Observou-se que também foi secretário da Capitania dos Portos em pelo menos duas oportunidades, em fins de 1850 e no início da década de 1870³². Além disso, apareceria pelo menos em uma oportunidade como proprietário de uma pequena fábrica de licores e vinagre³³.

Outro inspetor distrital com atuação quase tão longa foi João Feliciano dos Santos³⁴, que desempenhou as mesmas funções no 1º distrito de 1884 até 1887. João foi identificado na documentação como eleitor conservador desde 1867³⁵; além disso, era capitão reformado pela Guarda Nacional desde aquele mesmo ano³⁶.

O inspetor distrital Satyro Alves de Azevedo não teve vida longa no cargo (1886 a 1888), mas seus empreendimentos fora da função pública o fazem ser digno de nota. Ligado ao comando da Guarda Nacional de Jundiaí³⁷, Satyro possuía armazém de comissões de sal e açúcar naquela cidade desde pelo menos 1872, um ano depois passaria a residir na cidade de Santos. Em Santos, atuaria ainda como

³² É difícil precisar pela documentação consultada o período exato em que Hermenegildo foi secretário da Capitania, visto que não é possível constatar uma constância ao longo das décadas. É possível que tenha desempenhado a função de forma intermitente. Cf. O PUBLICADOR PAULISTANO. São Paulo, 2 jun. 1858, p. 2. DIÁRIO DE S. PAULO. São Paulo, 25 abr. 1871, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³³ Almanak da Província de São Paulo. São Paulo, 1873, p. 289. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁴ João Feliciano seria novamente nomeado para um cargo público em 1892, como inspetor do novo Cemitério da Filosofia, no Saboó. “[Informa] ter nomeado inspetor do cemitério da Philosophia o sr. João Feliciano dos Santos, e guarda do mesmo cemitério o sr. Joaquim Baldomiro”. Cf. SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 13ª Sessão, 07 abr. 1892. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 330-333. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³⁵ CHAIA, Vera. A longa conquista do voto na história política brasileira. **Texto e Contexto**. São Paulo, s/d. Disponível em: <<http://bit.ly/37639Fe>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

³⁶ Novo Almanach de São Paulo para o anno de 1883. São Paulo, 1882, p. 266. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁷ Cf. “Ao dr. chefe de policia. - Declarando-lhe em resposta ao seu officio de 29 do mez passado, que, segundo informa o commandante superior da guarda nacional, não póde ser dispensado do serviço activo o guarda Satyro Alves de Azevedo.” DIÁRIO DE S. PAULO. São Paulo, 29 abr. 1870, p. 2.

armador³⁸, abria uma empresa de cortejos fúnebres³⁹. Por último, mas não menos importante, apareceria em 1888 como proprietário⁴⁰ de um cortiço à rua do Rosário.

As atividades de fiscalização dos distritos da cidade, apesar de trabalho árduo, eram aparentemente uma profissão atraente pelo poder que possuía o inspetor distrital nas ruas da cidade. Todavia, as dificuldades para o desempenho da função a partir dos anos 1890 fariam com que essa atividade perdesse um pouco do prestígio que tinha nas décadas anteriores. A reclamação dos fiscais nesse período era constante, não só do mau cumprimento de seus serviços, mas também da baixa instrução dos novos fiscais.

Em sessão de 10 de agosto de 1893, o Intendente José Domingues Martins indicou que se fizesse uma triagem aos que se candidatassem ao posto de Inspectores Distritais, devendo os candidatos:

[...] saber ler e escrever o portuguez corretamente, fazer com precisão as quatro operações arithimeticas, devendo ter noções do systema metrico e que deverão sujeitar-se a concorrência de habilitação feita por uma comissão d'entre os senhores vereadores.⁴¹

Os perigos inerentes à profissão talvez também tenham afastado concorrentes ao posto de inspetor, pois reclamações dos fiscais à Câmara acerca de desobediências por parte da população, e até agressões, tornavam-se igualmente constantes. Em sessão de 30 de novembro de 1892, no intuito de “[...] repelir agressões de indivíduos que a todo momento [procuram] desrespeitar as leis municipais [...]”, inspetores distritais foram autorizados a andar armados. Sabe-se que tal determinação foi levada a cabo, pois em 4 de janeiro de 1894 o Intendente Manoel Maria Tourinho comunicou que:

[...] sendo agredido na rua Xavier da Silveira, o inspector Manoel Borges Ribeiro, conforme lhe participara o mesmo

³⁸ “Satyro Alves de Azevedo & C. Armadores - Rua do Visconde do Rio Branco, n. 2.” Cf. O POPULAR. Periódico Noticioso. São Paulo, 26 jun. 1879, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁹ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 15 mai. 1879, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁴⁰ INDICADOR SANTISTA. São Paulo, 1887, p. 271-272. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁴¹ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 40ª Sessão, 10 ago. 1893. Livro 1892 – 1894, p. 136-141. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

inspector, em sua defesa disparara um tiro, que determinou a morte de um animal.⁴²

Todavia, observa-se na documentação que funcionários da municipalidade também poderiam estar ligados a cargos de confiança dos intendentes, sendo a fiscalização uma posição estratégica nesse sentido. A primeira legislatura eleita após a Constituição Republicana de 1891 dá indícios dessa prática. A relação conturbada entre situacionistas florianistas e oposicionistas (rachados, divididos entre grupo ligado a Cesário Bastos e outro ao médico Manoel Maria Tourinho⁴³) contou com diversas renúncias e novas composições. Isso fez com que, por mais de uma vez, inspetores distritais fossem exonerados e novos admitidos. Um grupo de vereadores situacionistas florianistas (denominados de gliceristas após a morte do Marechal de Ferro e a eleição de Prudente de Moraes) ligados ao governador Bernardino de Campos e ao deputado Galeão Carvalhal assumiria a Intendência em meados de 1895. Uma de suas primeiras ações seria a de exonerar diversos funcionários ligados ao grupo que anteriormente estava no poder. Foram demitidos de uma vez: o chefe da contabilidade, primeiro escriturário, aferidor e seu ajudante, dois fiscais e fiel de tesoureiro⁴⁴, por alegarem que os funcionários eram utilizados como manobra para desestabilizar a Intendência.

O senhor Major Quintino de Lacerda faz algumas exposições, sobre o procedimento de alguns senhores vereadores que só tem procurado intrigar á empregados a desobediencia e só procuram defender hoje esta camara com interesse nas cadeiras de intendentes, porque... por cauza do conto de réis.⁴⁵

Ulysses Costa, inspetor distrital contratado em 1897 pela Intendência⁴⁶, possuía diversas acusações contra si por atuar de forma desleal no serviço eleitoral

⁴² SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 17ª Sessão, 4 jan. 1893. Livro 1892 – 1894, p. 39A-42. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴³ O assunto será tratado a seguir neste mesmo capítulo.

⁴⁴ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 3ª Sessão Ordinaria, 13ª Reunião Ordinária, 29 jul. 1895. Livro 1894 – 1895, p. 198A-199A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴⁵ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. Sessão Ordinária. 8ª Reunião Ordinária, 17 jul. 1895. Livro 1894 – 1895, p. 188-189. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos. A partir de setembro de 1890 o cargo de Intendente passou a ser remunerado, percebendo pela função o ordenado de 1:000\$000 (um conto de réis). Cf. SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 1ª Sessão, 30 set. 1892. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 4A-6A3A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴⁶ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 16ª Sessão Ordinária, 26 mai. 1897. Livro 1896 – 1898, p. 58A-60A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

do ano seguinte nas eleições presidenciais; na ocasião ele teria agredido “[...] um moço que censurava os seus actos criminosos negando-se a fornecer títulos a governistas”.⁴⁷ As eleições presidenciais de 1898 entre Campos Salles e Lauro Sodré foram especialmente violentas na cidade de Santos, haja vista a força proporcional entre o partido governista, que apoiava o primeiro, e o oposicionista glicerista, que apoiava o segundo⁴⁸. À época, o Conselho era presidido por Antônio de Iguatemy Martins, ligado ao partido oposicionista.

Todavia, a trajetória de um dos mais célebres dos fiscais da municipalidade santista mostra que talvez não fosse tão grande a distância entre vereadores e fiscais, com interesses políticos desde tempos de monarquia, sendo as redes de influência questão importante no cotidiano da cidade. João da Silva Oliveira Pinto – vulgo João Fiscal – ficou famoso por sua atitude intransigente ao desferir um golpe de chicote contra o vereador João José Teixeira na sessão de 5 de maio 1882. Sua posição social era parecida com a dos inspetores Hermenegildo, João Feliciano e Satyro: fora nomeado inspetor distrital em 1857⁴⁹, função que desempenhava paralelamente a outras atividades econômicas na cidade, como pequenas empreitadas de carregamento e descarregamento de lastros de navios⁵⁰. Seu processo-crime na justiça foi acompanhado com atenção por alguns setores da cidade, e quando foi inocentado saiu do tribunal “acompanhado até sua residência por mais de 300 pessoas que o aguardavam e aplaudiram a decisão proferida pelos jurados”⁵¹.

⁴⁷ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 15 fev. 1898, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁴⁸ A NAÇÃO. São Paulo, 2 mar. 1898, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁴⁹ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 13 jan. 1857, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁰ “Ao capitão do Porto de Santos. - Tendo nesta data expedido a ordem á thesouraria de fazenda para mandar pagar pela alfandega dessa cidade ao cidadão João da Silva Oliveira Pinto a quantia de 50\$000 rs despendida com o embarque de carvão para o vapor ‘Leão’, e assim mais a de 40\$000 rs. que em novembro ultimo dispendeu com o embarque do mesmo combustível para os vapores “Leão e Chuy”, assim o communico a v.s. em resposta ao seu officio de n. 168 de 14 do corrente.” Cf. CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 27 dez. 1865, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵¹ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 21 jun. 1882, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.



Figura 3 – Anúncio de João da Silva Oliveira Pinto, vulgo “João Fiscal”.⁵²

Esse fato, provavelmente, fez com que sua candidatura a vereador da Câmara Municipal fosse acolhida pelo Partido Liberal, que o elegeu para uma cadeira no legislativo no ano de 1887. Essa eleição de João Fiscal joga uma diferente perspectiva para a transformação da composição dos conselhos de vereança no período estudado, pois as elites dirigentes da cidade de Santos eram muito mais heterogêneas do que se possa imaginar, assim como a relação desses homens para com a cidade.

Por esse motivo o questionamento sobre as elites santistas (monarquistas e republicanas) – quem eram, que posições ocupavam e como se movimentavam na cidade (e também fora dela) – se faz premente para o entendimento do funcionamento do cotidiano de Santos. As transformações da rua e da cidade, nas quais os agentes de fiscalização eram a expressão máxima na aplicação de multas, eram fortemente influenciadas por esses vereadores, homens das elites comercial e industrial e muitas vezes ligados ao setor financeiro. Tal questionamento é elemento fundamental para a

⁵² JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 9 nov. 1894, p.12. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

discussão das diferentes representações que se possa ter sobre a alteração do cotidiano das vias públicas. Partindo-se do pressuposto de que as representações de determinados grupos produzem práticas que visam alterar o espaço ocupado, é importante, portanto, que se entenda quem são os grupos atuantes na cidade⁵³.

1.2 CÂMARAS MUNICIPAIS IMPERIAIS: ENTRE CONSERVADORES E LIBERAIS MONARQUISTAS

Na última década do Império a composição das duas últimas legislaturas das Câmaras Municipais (Anexo 1) trazia um grupo bastante coeso e forte de vereadores conservadores, enquanto os liberais perdiam, aos poucos, espaço para os republicanos convictos. Nota-se que as afiliações políticas são aqui apresentadas tais como se expressavam na época: existiam aqueles que se declaravam republicanos já antes de 15 de novembro de 1889 e faziam propaganda massiva pela mudança de regime, haja vista a forte presença do partido na cidade de Santos; entretanto, como se pode ver, não era um movimento hegemônico e alguns nomes passariam a integrar o Partido Republicano (os *quinzenovembristas*, *adesistas* ou *republicanos de ocasião*⁵⁴) anos depois ou entrariam em um ostracismo político (Anexo 2).

Alguns nomes ligados a partidos fiéis à monarquia podem causar estranheza ou surpresa, uma vez que estão historicamente ligados à memória republicana⁵⁵ – tais como Alfaya Rodrigues Júnior, Júlio Conceição ou Manoel Maria Tourinho. Entretanto, como se explicará a seguir, não somente afinidades de ideias políticas uniram homens públicos; muitas vezes uniões políticas eram feitas em torno de sujeitos históricos com um passado familiar comum, ou entre pessoas que tivessem atuações econômicas semelhantes com interesses em comum e frequentassem os mesmos espaços

⁵³ Admite-se aqui o conceito de Representações proposto por Roger Chartier, enquanto sendo formas e maneiras de enxergar o mundo que, necessariamente, produzem práticas para transformação do espaço onde atuam aqueles pertencentes ao grupo que o compartilham. CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre Práticas e Representações**. Difel: Alges, 2002.

⁵⁴ Na literatura sobre a história republicana os termos “adesistas” e “republicanos de ocasião” aparecem com bastante força. Entretanto o termo “quinzenovembrista” também é recorrente na documentação analisada. Para mais informações sobre o assunto: FITTIPALDI, Marta Lúcia Lopes. “Adesistas e históricos”: as disputas discursivas no processo de legitimação dos vários projetos republicanos. **Faces de Clio** - Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Juiz de Fora, v. 3, n. 6, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/36WHizL>>. Acesso em: 31 out. 2019.

⁵⁵ São pouco expressivos os estudos historiográficos sobre a memória monarquista na cidade, haja vista a determinante participação de Santos na causa republicana. Muitos novos sujeitos históricos apareceriam próximo ao 15 de novembro e atuariam nos primeiros anos republicanos, e antigos e fortes personagens monarquistas seriam afastados da vida pública.

sociais. No que tange aos Partidos Conservadores e Liberais, sua organização foi historicamente diferente do que se pode entender por uma instituição política nos dias de hoje, ou mesmo da forma como o Partido Republicano gestou-se nas últimas duas décadas do Império.

Um partido era claramente caracterizado por um senso de liderança altamente pessoal, pela ausência de uma agenda ideológica e geral ou de publicações e de manifestos, por sua visível relação com redes de parentesco e por seus apelos a interesses específicos (classe, nacionalidade etc.).⁵⁶

Entre os vereadores que ocuparam as cadeiras das últimas duas legislaturas municipais na cidade, quatro deles tinham algo em comum entre si: eram nascidos em Santos e também ligados a uma elite familiar local que teria se gestado entre fins do século XVIII e início do século XIX, consolidando-se até a década de 1850.

Tabela 2 – Relações familiares entre políticos santistas do Segundo Império.

Filhos	...e pais
João Octavio dos Santos (liberal)	Bastardo de João Octávio Nébias
Francisco Martins dos Santos Junior (liberal)	Francisco Martins dos Santos (pai) e Americo Martins dos Santos (tio)
Joaquim Xavier Pinheiro Junior (liberal)	Joaquim Xavier Pinheiro
João Manoel Alfaya Rodrigues Júnior (conservador)	Juan Manuel Alfaya Rodrigues

Entre os comerciantes que atuavam na cidade e se consolidaram a partir da primeira metade do século XIX, principalmente com o comércio de exportação (primeiro do açúcar e depois do café), estavam as famílias Nébias, Vergueiro, Ferreira da Silva, Martins dos Santos, Xavier Pinheiro e Alfaya Rodrigues. Fora essa última, cuja linhagem foi iniciada pelo espanhol Juan Manuel⁵⁷, eram todas as outras ligadas ao comércio local desde fins do século XVIII e início do XIX.

⁵⁶ NEEDLE, Jeffrey D. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 10, p. 5-22, nov. 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alb/article/download/11719/13492>>. Acesso em: 30 out. 2019.

⁵⁷ Juan Manuel Alfaya Rodriguez (1810 – 1898), cônsul espanhol na cidade de Santos desde 1830, atuou também como comerciante de açúcar, café e algodão para exportação. A cidade de Santos recebeu diversos estrangeiros que se dedicaram ao comércio exterior com certa hegemonia nesse

Santos era apresentada da seguinte forma:

Santos, muito antes de ser o porto do café, foi o porto do açúcar. O açúcar possibilitou um melhor aparelhamento do porto, o aparecimento de uma classe de comerciantes beneficiadores e encaixadores que, durante muito tempo, lhe asseguraram a prosperidade econômica. [...] A tendência do açúcar paulista para buscar portos estrangeiros é de grande importância. Prepara o caminho para a posterior penetração do café paulista no mercado internacional. As bases do comércio internacional, conseguidas pelos comerciantes santistas, vão facilitar sobremaneira o comércio do café.⁵⁸

O setor do comissariado de café que se formaria na cidade décadas depois seria tributário dos comerciantes do açúcar que se instalaram em Santos na virada do século XVIII para o XIX. Todos esses nomes, portanto, firmaram-se em um contexto de difícil contato com o interior de São Paulo e maior proximidade com a Corte, por conta da navegação de cabotagem⁵⁹.

Parte dessa elite local tinha uma amplitude provincial e uma forte circulação na Corte. Dois nomes de peso da municipalidade santista nesse período foram os de Nicolau Vergueiro e Antônio Ferreira da Silva Junior. Eram tidos como líderes honorários do Partido Liberal e do Conservador na cidade, respectivamente. Apesar de não figurarem nas cadeiras de vereança na última década do Império, possuíam relevância por seus títulos, conferidos a ambos ao mesmo tempo: o de Barão em 1869⁶⁰ e o de Visconde em 1881⁶¹. Esses também foram os dois primeiros presidentes da Associação Comercial de Santos, mandatos que, juntos, duraram os 14 anos

setor; nomes como os alemães Theodor Wille & Co, Zerrenner, Bulow & Co, A. Trommel & Co, os franceses Karl Valais & Co, os ingleses E. Johnston & Co. e os estadunidenses Hard Hand & Co. são exemplos de empresas estrangeiras que dominavam o mercado de exportação na Praça de Santos. Entretanto, até o fim do século XIX sua presença na política local era nula. Para saber mais sobre o assunto: SILVA, Gustavo Pereira da. O predomínio das casas estrangeiras sobre a exportação cafeeira em Santos no século XIX. **América Latina en la historia económica**. México, año 22, n. 3, septiembre-diciembre 2015, p. 213-243. Disponível em: <<http://alhe.mora.edu.mx/index.php/ALHE/article/download/655/1130>>. Acesso em: 31 out. 2019.

⁵⁸ PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 151.

⁵⁹ PEREIRA, Maria Aparecida F. **O Comissário de Café no Porto de Santos, 1870 - 1920**. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

⁶⁰ "ORDEM DA ROSA [...] Commendadores [...] Antonio Ferreira da Silva Junior e Nicoláu Vergueiro." Cf. O YPIRANGA. São Paulo, 9 jul. 1868, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁶¹ "Fez-se mercê do titulo de: Visconde de Embaré ao barão do mesmo titulo, pelos relevantes serviços que prestou á instrucção publica na cidade de Santos, na provincia de S. Paulo. De visconde de Vergueiro, ao barão de mesmo titulo, por iguaes serviços prestados á instrucção publica." Cf. A REGENERAÇÃO. Santa Catarina, 9 jan. 1881, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

iniciais da então recém-fundada praça comercial de Santos (1870 – 1884). Ambos, enquanto capitalistas com títulos nobiliárquicos do Império, por diversas vezes tomaram a iniciativa de realizar doações para obras de educação ou saneamento, com as quais o governo não poderia (ou não estava disposto a) arcar.

Ao commendador Antonio Ferreira da Silva (Santos) - Communicando, que por aviso de 24 de Março ultimo, expedido pelo ministerio do imperio, mandou o governo imperial louvar-lhe pelo acto de philantropia e caridade que, juntamente com outros cavalheiros, praticou, estabelecendo nas salas da cadêa daquela cidade uma enfermaria destinada às pessoas acommettidas da febre amarella, que nella se quizeram tratar. Idem ao sr. Nicoláu Vergueiro.⁶²

Juntamente com Joaquim Ferreira Netto⁶³, as famílias Vergueiro, Ferreira da Silva e Nébias, aparentemente, construíram suas fortunas no comércio de exportação e também na receptação de negros escravizados, legalmente e ilegalmente. Sobre os Vergueiro, especificamente, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, também conhecido como Senador Vergueiro (1778-1859) e pai do Visconde de Vergueiro, “[...] estabeleceu boa parte de sua fortuna pelo negócio de importação de escravos em Santos durante os anos de 1830 e 1840”⁶⁴. Foram localizadas evidências em documentos e em periódicos brasileiros e ingleses entre 1849 e 1855 que apresentavam Antônio Ferreira da Silva, João Octavio Nébias, Manuel Joaquim Ferreira Netto e a família Vergueiro como sendo possíveis receptores/compradores de africanos sequestrados e traficados ilegalmente no litoral santista. O primeiro, inclusive, pai do Visconde do Embaré, ainda seria associado diretamente a Valencio Augusto Teixeira Leomil, que possuía ponto de desembarque de navios negreiros ilegais em seu sítio no Perequê, atual Guarujá. A citação a seguir traz a denúncia do diplomata inglês James Hudson às autoridades inglesas sobre o assassinato de um oficial da marinha que fazia a patrulha do litoral paulista contra o tráfico de escravos ilegal.

⁶² CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 24 abr. 1873, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁶³ Joaquim Ferreira Netto (1808 – 1868), português, foi um importante comerciante de açúcar e café na primeira metade do século XIX, além de ser grande senhor de escravos. Após sua morte sem descendentes, grande disputa foi gerada por seu legado, que contava com mais de 200 escravos.

⁶⁴ [No original] “[...] had drawn a good bit of his fortune from a slave-importing business in Santos during the 1830s and 1840s.” Cf. BETHELL, Leslie. **Brazil Empire and Republic, 1822-1930**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 126-127 (tradução nossa).

O líder de uma gangue de assassinos é chamado Valencio Augusto Teixeira Leomil, um português por nascimento, empregado de Antônio Ferreira da Silva, proprietário de um estabelecimento de comércio de escravos no Perrequé, e sendo bem sabido, eu descrevi sua pessoa e seu nome ao Senhor Paulino, Ministro Brasileiro das Relações Exteriores; mas a polícia de Santos, quem, como a maioria das autoridades brasileiras, começo a achar que podem se livrar do jugo dos traficantes, já estiveram no encalço do assassino e o prenderam, apesar de ter sido oferecido 400 mil réis como suborno aos oficiais para o deixarem escapar.

[...] I have, &c.

Viscount Palmerston, G.C.R.

JAMES HUDSON⁶⁵

A cidade de Santos passaria por transformações entre as décadas de 1850 e 1880 que não só se refletiriam em seu espaço público. Essa mudança também estava atrelada a uma transformação nas representações de uma elite escravista, sendo a escravidão constantemente apontada pela historiografia como uma das peças-chave para entender as “[...] escolhas que nossas elites fizeram em seu trabalho de gerir o espaço público urbano no século XIX”⁶⁶. A transformação, portanto, de um espaço urbano não só colonial, mas também escravista que já não cabia nos padrões capitalistas e europeus que aportariam na cidade nas décadas seguintes.

Os filhos desses comerciantes começariam logo cedo a atuar com seus pais em suas casas comerciais, como é o caso do liberal Joaquim Xavier Pinheiro Junior (c.1830 – 1899) e do conservador João Manoel de Alfaya Rodrigues Junior⁶⁷ (1850 – 1941). Ambos começaram em firmas familiares: o primeiro se juntaria ao progenitor na década de 1850, e o segundo, o mais novo do grupo, na década de 1870. João Octavio dos Santos, por sua vez, mesmo sendo nascido de um enlace extraconjugal

⁶⁵ [No original] “The chief leader of this gang of assassins is named Valencio Augusto Teixeira Leomil, a Portuguese by birth, in the employment of Antonio Ferreira da Silva, proprietor of the slave-dealing establishment at Perrequé, and being well known, I described his person and his name to Senhor Paulino, the Brazilian Minister for Foreign Affairs; but the police of Santos, who, like most other Brazilian authorities, begin to find out that they can shake off the yoke of the slave-dealers, had already got upon the assassin’s track, and had arrested him, although he offered 400 mil reis (50 L.) as a bribe to the officers of justice to let him escape.” Cf. BRITISH and foreign state papers (1850-1851). Compiled by the librarian and keeper of the papers, foreign office. London: James Ridgway and Sons, Piccadilly, 1863, p. 356. Disponível em: <<http://bit.ly/36ZlbYj>>. Acesso em: 29 out. 2019.

⁶⁶ MARQUES JÚNIOR, Arnaldo Ferreira. **Campo, parque, jardim: transformações do espaço público urbano - a Praça Visconde de Mauá em Santos - 1740-1940**. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 17.

⁶⁷ Sobre as nomenclaturas familiares, era comum após o falecimento do pai o nome “Junior”, “Filho” ou “Neto” ser suprimido. Por isso, muitos desses nomes são conhecidos sem a desambiguação por filiação.

de João Octavio Nébias⁶⁸ com sua escrava Escolástica Rosa, foi desde cedo enviado à corte com seu tio, o Conselheiro Nébias⁶⁹, provavelmente envolvido em negócios da família: “Para o Rio de Janeiro, vapor nacional Imperador [...] João Octavio dos Santos, [...] deputado Joaquim Octavio Nebias, 2 escravos, brasileiros”⁷⁰.

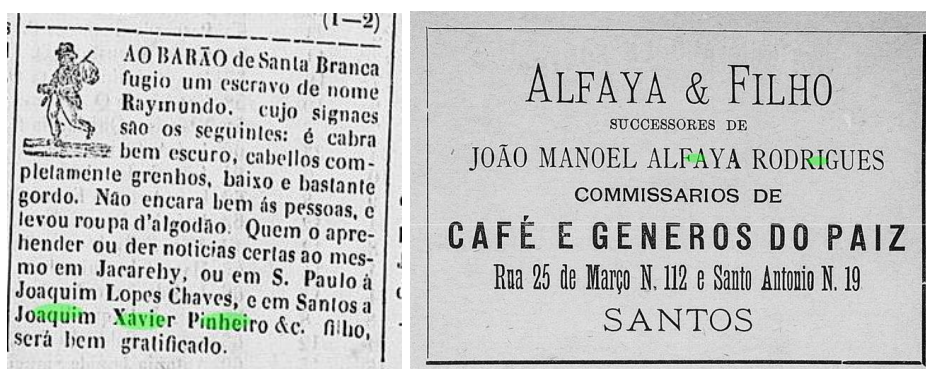


Figura 4 – Anúncios em jornais de firmas familiares dos Xavier da Silveira (1856) e Alfaya Rodrigues (1886).⁷¹

Portanto, os filhos dos homens públicos e influentes da metade do século XIX manteriam a posição de seus progenitores. Todos eles possuíam grandes propriedades na cidade, comércios por comissão ou exportação, companhias de navegação, entre outros, além de se exercerem funções públicas de prestígio, como a de vereador ou delegado (alguns deles passando inclusive por ambas as funções). São pessoas que, na falta de categoria apropriada, denominar-se-á aqui enquanto provenientes de famílias tradicionais locais.

Nota-se que a posição tradicional da família não dependia apenas de posses, empreendimentos ou capitais. O status familiar poderia manter a relevância de determinado nome, como no caso da família Martins dos Santos. Antônio Martins dos

⁶⁸ João Octavio Nébias (c. 1811 – 1878), nascido em Santos, era importante comerciante de açúcar e café da cidade de Santos na primeira metade do século XIX, além de dono de grande quantidade de escravizados e investigado por tráfico pelos ingleses. Era irmão do Conselheiro Joaquim Octavio Nébias.

⁶⁹ Joaquim Octavio Nébias (1811 – 1872), nascido em Santos do consórcio de João Octavio Nebias (mesmo nome de seu irmão) e d. Emerenciana Pissaro, era bacharel em Direito, foi juiz municipal em Santos, Deputado Provincial pelos liberais, depois Deputado Geral pelos conservadores. Foi Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Senador e Conselheiro do Imperador. Uma das principais avenidas de Santos, a Conselheiro Nébias (antes rua Octaviana), foi nomeada em sua homenagem.

⁷⁰ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 12 mai. 1855, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁷¹ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 12 set. 1856, p. 3. Almanach Provincia de São Paulo, 1886, p.71. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

Santos (c. 1791 –1861) e seu filho Francisco Martins dos Santos (c. 1811 – 1895) faziam parte desse grupo de grandes comerciantes da primeira metade do século XIX; o último casara-se com descendente do ramo Andrada, o que lhe rendia duplo prestígio de um comerciante bem-sucedido e ligado a família de alto prestígio local. É difícil deduzir pela leitura da documentação o que houve com Martins dos Santos, na década de 1860 ele e sua família aparecem desligados de seus empreendimentos comerciais e marítimos. Em sua nota funerária, de 1895, é dado a entender que possivelmente tenha falido:

Luctando sempre para deixar o seu nome ileso no percurso da existencia, Francisco Martins dos Santos desceu a valla comum para reviver eternamente dentro da alma de todo um povo, que o admirava, vendo n'elle a personificação da virtude.⁷²

Entretanto, manteve sua importância no cenário político e social da cidade. Em 1865 assumiu a administração de rendas da Alfândega de Santos, cargo que ocuparia até sua aposentadoria, em 1891⁷³. Ali quase toda a família trabalhou, sendo seu irmão mais novo, Américo Martins dos Santos (1851 – 1934), e seu filho, Francisco Martins dos Santos Júnior, como despachantes alfandegários, além de outro filho seu, Horácio Martins dos Santos, porteiro da mesma Alfândega⁷⁴. O uso da família Martins de sua relevância social para exercer funções públicas é algo que merece ser citado, levantando questões sobre a íntima relação do funcionalismo com o apadrinhamento político para manutenção do *status quo*.

A posição familiar talvez também tenha influenciado um dos principais líderes conservadores da última década do Império, José Proost de Souza. Nascido em Santos em 1842⁷⁵, destaca-se na documentação apenas em 1869, com 27 anos, sendo nomeado alferes-secretário na Secção de Batalhão de Infantaria da Guarda

⁷² SANTOS COMMERCIAL. Santos, 16 out. 1895, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁷³ DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 19 out. 1865, p. 2. O MERCANTIL. São Paulo, 15 mar. 1891, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁷⁴ Os únicos registros de Horácio na documentação levantada são como porteiro da Alfândega entre 1885 e 1897, além de seu falecimento em 1915. Almanach da Provincia de São Paulo. 1883, p. 22. Almanak da Provincia de São Paulo, 1897, p. 11. CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 30 mar. 1915, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁷⁵ RODRIGUES, Olao. **Almanaque de Santos** - 1971. Santos: Ariel Editora, 1971. Disponível em: <<http://bit.ly/2BAiLDp>>. Acesso em: 23 out. 2019.

Nacional enquanto 2º sargento⁷⁶, cargo que manteve por 16 anos⁷⁷. Em 1872 já apareceu como subdelegado na cidade⁷⁸, e no ano seguinte foi eleito vereador para a legislatura de 1873-1876⁷⁹.

Até aquele momento o então alferes José Proost, embora tivesse posses para votar e ser votado, aparentava pouca proeminência entre as elites santistas. Entretanto, seus laços com os Proost Rodovalho, da cidade de São Paulo, possivelmente lhe renderam uma ascensão econômica e política considerável. Em 1877 tornou-se gerente e procurador de Antonio Proost Rodovalho⁸⁰, importante chefe conservador da capital da província. Em 1883 aparecia também vinculado à firma Joaquim Proost Rodovalho & Cia., pertencente ao irmão de Antonio⁸¹. Nesse período seu nome era atrelado a capitais de vulto, com armazéns de sal, açúcar e café⁸², além tornar-se peça importante nos quadros do atuante e organizado Partido Conservador da cidade⁸³, chegando à vice-presidência da Câmara Municipal. Foi nesse momento que se tornou coronel, e também assumiria o comando da Guarda Nacional, em 1887⁸⁴.

Outro caso é o de João Antonio Pereira dos Santos (1842 – 1886), que nasceu em Santos⁸⁵ e era possivelmente irmão de outro homem público na cidade, José Antonio Pereira dos Santos, ambos presentes de forma ativa na municipalidade desde a década de 1860. Enquanto esse último parecia ter uma maior proeminência social, política e econômica, participando de diversos cargos de prestígio⁸⁶, João Antonio

⁷⁶ DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 10 mar. 1869, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁷⁷ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1885. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁷⁸ DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 29 fev. 1872, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁷⁹ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1874, p. 153. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁸⁰ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 3 mai. 1877, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁸¹ GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 23 jan. 1883, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁸² Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1885, p. 1608-1609. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁸³ “Em Santos os membros do partido conservador, incorporados e em bonds especiaes, foram á chacara do Sr. José Proost de Souza, acompanhados de musica e atacando foguetes durante toda a viagem. O motivo d'esta ovação era pedir ao Sr. Proost que voltasse a occupar o seu locar na Camara Municipal.” Cf. DIARIO NACIONAL. Rio de Janeiro, 12 ago. 1886, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁸⁴ DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 8 out. 1887, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁸⁵ RODRIGUES, Olao. **Almanaque de Santos - 1971**. Santos: Ariel Editora, 1971. Disponível em: <<http://bit.ly/2BAiLDp>>. Acesso em: 23 out. 2019.

⁸⁶ José Antonio Pereira dos Santos assumiu cargos eletivos em vereanças desde, pelo menos, 1858 - 1861, tendo assento também na legislatura de 1873 - 1876. “Em 1861 também fez parte da comissão

teve uma trajetória um pouco mais discreta: em 1865 aparecia na documentação com uma loja de armarinhos e casa de importações⁸⁷, enquanto assumiria entre 1866 a 1869 o cargo de secretário da Câmara Municipal e, em 1871, o de suplente de subdelegado⁸⁸. Entre 1875 a 1885 expandiu seus negócios de consignação e importação, também atuando como agente de uma companhia de navegação a vapor que fazia escalas no Rio de Janeiro, em Santos e em portos intermediários até Montevidéu, chegando a atuar até com três paquetes (Rio de Janeiro, Rio Grande e Rio Negro)⁸⁹.

Desde 1833, com a abertura do governo imperial para contratação de companhias que fizessem navegações de cabotagem entre os portos brasileiros (prerrogativa anteriormente apenas da marinha), essa atividade se tornou um tipo de investimento atrativo para pessoas que pudessem comprar ou arrendar pequenos e médios navios, transportando pessoas e cargas⁹⁰. Desde a metade do século XIX as elites santistas figuravam em tais investimentos: Francisco Martins dos Santos, com sua Companhia Santista, em 1851, era proprietário de ao menos dois vapores – Josephina e Ypiranga – que faziam navegação de cabotagem entre o Rio de Janeiro e Santos⁹¹; já Antonio Ferreira da Silva Junior aparecia como sócio da Companhia União Campista e Fidelista, que, com dois vapores – Ceres e Hermes –, fazia sair duas vezes por mês ao Rio de Janeiro e portos intermediários⁹². Além do retorno financeiro, vale lembrar a relação umbilical dessas elites com a Corte, e não raro apareciam seus nomes em viagens periódicas ao Rio de Janeiro, chegando ou partindo.

Um dado relevante para a compreensão da estrutura da Câmara Municipal (e de outras repartições públicas) no fim do Império é o fato de que João Antonio ocupou

nomeada pela Câmara Municipal para providenciar a aquisição popular de um monumento para acolher os despojos do Patriarca da Independência”. Cf. RODRIGUES, Olao. **Almanaque de Santos - 1971**. Santos: Ariel Editora, 1971. Disponível em: <http://bit.ly/2BAiLDp>. Acesso em: 23 out. 2019.

⁸⁷ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1866, p. 374. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁸⁸ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1871, p. 315. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁸⁹ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1881, p. 241. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁹⁰ Sobre este assunto, ver GOULART FILHO, Alcides. Abertura da navegação de cabotagem brasileira no século XIX. **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 409-434, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v32n1/09.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2019.

⁹¹ O MERCANTIL. São Paulo, 19 mar. 1851, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁹² CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 16 set. 1857, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

a função de secretário da municipalidade, assim como cumpriu a mesma função anos antes no Batalhão da Guarda Nacional. Levando em conta que o letramento era um privilégio, se a posição de secretário não tivesse o mesmo prestígio de um vereador, tinha seu valor dentro da estrutura burocrática da municipalidade⁹³.

Secretários da Câmara tendiam a manter-se por longos períodos no cargo: João Antonio permaneceu por quatro anos (1866-1870); Manoel Ignácio da Silveira serviria a municipalidade na função por sete anos (1870-1877); Joaquim Pereira Moraes, por 17 anos⁹⁴ (1878-1895). Hierarquicamente, talvez estivesse logo abaixo do cargo de vereança, visto que na ausência do secretário um vereador assumia o posto, como no caso da primeira reunião em 4 de janeiro de 1870, logo após a saída de João Antonio Pereira dos Santos do cargo: “E nada mais havendo a tratar o Snr. Prezidente levantou a sessão e eu José Teixeira da Silva Braga Junior, vereador mais moço, servindo de Secretario, lavrei a presente acta.”⁹⁵ Na legislatura de 1877-1882 cabia a José Proost de Souza assumir o cargo de secretário na ausência desse funcionário, função que desempenhou por diversas vezes na ocasião.

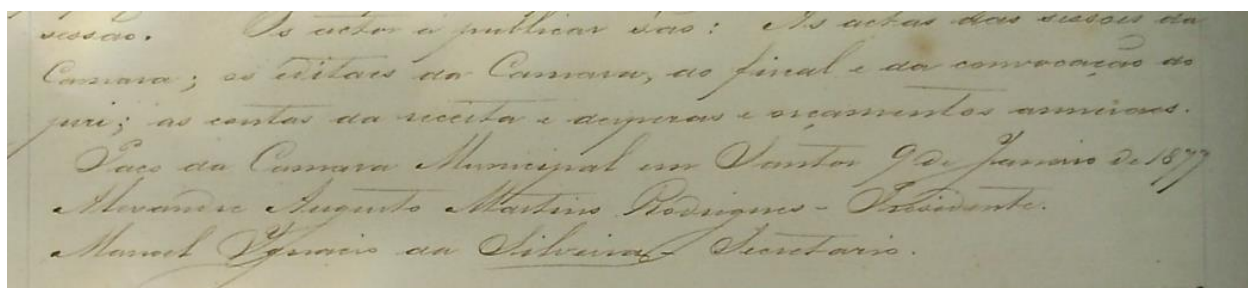
A função de secretário, no entanto, diferia do trabalho de um escrivão: enquanto cabia ao primeiro o trabalho intelectual (escriturística) de elaborar resumos e o conteúdo dos documentos, restava ao segundo o trabalho mecânico das extensas redações dos manuscritos (cargo que aparece na Câmara já em fins da década de 1880). É complexo perseguir a trajetória do escrivão no cargo, pois muitas vezes esse funcionário permanece anônimo sob a assinatura de seu superior, assinando provavelmente com procuração. Entretanto, esse fato fica claro nas ausências do secretário, quando um vereador assume a função desse, mas a letra do manuscrito

⁹³ Os níveis de analfabetismo em São Paulo giravam em torno de 80% em 1872 e continuariam altos em 1920, com cerca de 70%. Cf. FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 179-200, jul./dez. 2004. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/25401/14733>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

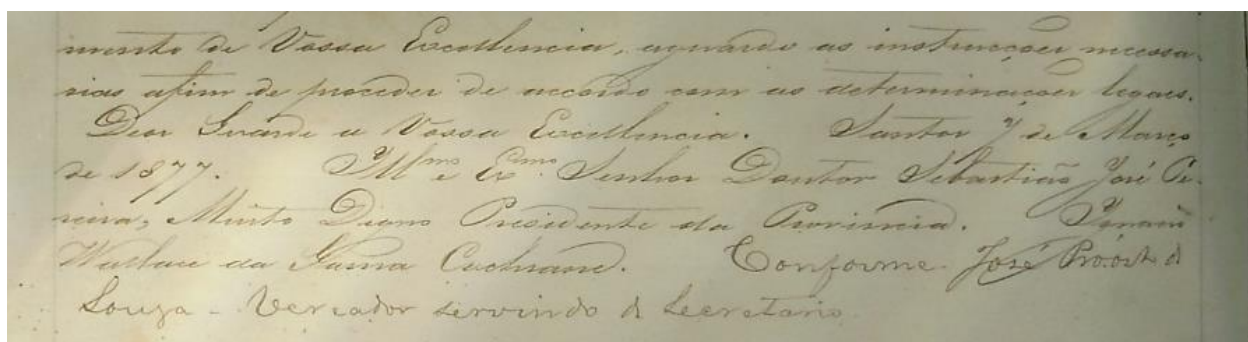
⁹⁴ O secretário seria, inclusive, o primeiro funcionário a aposentar-se com gratificação concedida pela Intendência de 1895. “Projecto de lei. Art. 1º É concedida ao secretario da Assembleia Municipal, cidadão Joaquim Pereira Moraes, a sua aposentadoria. Art. 2º Para tal fim serão contados para aquele fim os 17 annos de serviço de seu cargo.” SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 2ª Sessão Ordinaria, 17 jan. 1895. Livro 1894 – 1895, p. 124A-128. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁹⁵ SANTOS. Atas da Câmara Municipal. 1ª Sessão Ordinária, 4 jan. 1870. Livro 1870 - 1874. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

mantém-se a mesma, mudando apenas para a assinatura do vereador que atuava naquele momento enquanto preposto⁹⁶.



sessão. Os actos a publicar são: as actas das sessões da
Câmara; os títulos da Câmara, do final e da convocação do
juri; as contas da receita e despesas e orçamentos anuais.
Pelo da Câmara Municipal em Santos 9 de Janeiro de 1877
Mendonça Augusto Martins Rodrigues - Presidente.
Manoel Ignacio da Silveira - Secretario.



instituto da Vossa Excelência, guardando as instruções necessa-
rias para se proceder de accordo com as determinações legais.
Deus Guarde a Vossa Excelência. Santos 9 de Janeiro
de 1877. M. e E. Senhor Doutor Sebastião José Cu-
reira, Mente Deus Presidente da Província. Manoel
Machado da Silva Coutinho. Conforme José Proost de
Souza - Vereador servindo de Secretario.

Figuras 5 e 6 – Ofícios transcritos ao livro competente com assinaturas do secretário Manoel Ignacio Silveira e do vereador encarregado José Proost de Souza, ambos no ano de 1877.⁹⁷

Sobre os vereadores pertencentes a famílias “tradicionais”, existia certa regularidade desses homens nos quadros da Guarda Nacional. Da parte dos conservadores, Antonio Ferreira da Silva Júnior era desde 1851 presidente do Conselho de Qualificação de Guardas Nacionais da cidade de Santos⁹⁸, sendo que em 1865 já aparecia como coronel⁹⁹; o capitão João Antônio Pereira dos Santos tornara-se quartel-mestre no regimento de Santos no ano de 1874¹⁰⁰; já José Proost de Souza, como já dito, iniciou sua carreira ainda como alferes, mas passou a atuar

⁹⁶ O mesmo ocorria com o cargo de Fiscal ou Inspetor Distrital. A necessidade de instrução, elaboração de relatórios (um trabalho intelectual), além de ser localizado hierarquicamente diretamente subordinado ao presidente do conselho, talvez explique sua proeminência e poder nas ruas da cidade e distinguisse essa função de outros funcionários da municipalidade (como porteiro, servente, contínuo etc.).

⁹⁷ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Livro de Registro de Ofícios, 1877. Livro 1865 – 1870, p. 194A e 261A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁹⁸ O GOVERNISTA. São Paulo, 13 mai. 1851, p.1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁹⁹ DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 25 ago. 1865, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁰⁰ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1881, p. 241. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

como 2º sargento em 1869¹⁰¹, e chegaria, já com a patente de coronel, a comandante superior da Guarda Nacional em 1887¹⁰², tendo inclusive papel decisivo na Revolta da Armada em 1893 junto ao correligionário conservador Felix Bento Vianna, que nesse período figurava como tenente-coronel do Estado Maior¹⁰³. Do grupo dos liberais, Francisco Martins dos Santos foi major e tenente-coronel¹⁰⁴, enquanto seu filho figurou inclusive no *front* da Guerra do Paraguai, tendo sido dispensado da ativa como 2º tenente da artilharia em 1872.¹⁰⁵

Essa relação com a Guarda Nacional talvez tenha sido um dos pontos de contato de Felix Bento Vianna com os conservadores. Nasceu por volta de 1836 na cidade de Paranaguá, Paraná, e percorreu longo caminho até aportar na cidade de Santos na década de 1880. Nomeado amanuense na Alfândega de sua cidade natal em 1859¹⁰⁶, três anos depois foi pronunciado pelo crime de estelionato¹⁰⁷, tendo sido no ano seguinte transferido para Aracajú, província de Sergipe, como primeiro conferente¹⁰⁸. Passou ainda pelas Alfândegas de Alagoas (CE)¹⁰⁹ e de Belém (PA)¹¹⁰ entre 1873 e 1876, antes de ser transferido para a cidade de Santos em 1879¹¹¹.

Todavia, chama atenção o deslocamento na trajetória de Felix Bento Vianna ter como ponto final a cidade e o porto de Santos na década de 1880. Tal movimento tornou-se comum dessa década em diante, quando as elites dirigentes santistas passam a ser menos regionais e recebem pessoas de outros locais. Essa característica marcaria sobremaneira o grupo dos republicanos, mas é de bastante

¹⁰¹ Cf. DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 10 mar. 1869, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁰² DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 8 out. 1887, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁰³ DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 12 set. 1893, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁰⁴ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 19 mai. 1872, p. 2. JORNAL DA TARDE. São Paulo, 29 ago. 1880, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁰⁵ DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 23 nov. 1873, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁰⁶ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 25 mai. 1859, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁰⁷ “Pelo juízo municipal de Paranaguá foi pronunciado como incurso no art. 264 do código criminal combinado com o art. 34 do mesmo código, o empregado da alfândega de Paranaguá Felix Bento Vianna.” Cf. CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 24 abr. 1862, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁰⁸ A ACTUALIDADE. Rio de Janeiro, 22 out. 1863, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁰⁹ O CEARENSE. Fortaleza, 28 mai. 1872, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹¹⁰ DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 27 ago. 1876, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹¹¹ GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 4 abr. 1879, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

relevância que esse movimento também seja observado no grupo de monarquistas. Bento Vianna ainda se demitira espontaneamente de seu cargo como conferente em 1884 por uma acusação de participação em benefício próprio de uma transação de exportação de café para Havre¹¹². Apesar de protestar contra as acusações feitas a ele por meio de artigos de jornais, o ex-conferente abriria no mesmo ano uma firma de negócios de café por comissões.



Figura 7 – Anúncio da casa de comissões de Felix Bento Vianna em Santos, aberta em dezembro de 1884.¹¹³

A centralidade que o porto de Santos passaria a ter com o aumento do escoamento do café, facilitado pela estrada de ferro inglesa, construída em fins da década de 1860, dá uma pista do porquê de não só pessoas em busca de melhores condições de vida, mas também integrantes das elites do interior do estado de São Paulo e provenientes de diversos portos do litoral brasileiro escolherem Santos como ponto de chegada e estadia. Santos tornou-se um polo de exportação de café, e transformou-se em um centro financeiro e de informações, atraindo homens de negócios de todas as partes. A cidade e o porto de Santos viveram, com a chegada do telégrafo, um momento de mudanças em suas comunicações, colocando-se em contato direto com as principais cidades portuárias brasileiras e com os centros comerciais europeus e estadunidense, tornando-se, assim, um importante centro de comunicação na passagem do século XIX para o XX.

¹¹² DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 22 ago. 1884, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹¹³ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 22 out. 1884, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

Em 1873 foi formada a *Western and Brazilian Telegraph Company*, com o objetivo de conectar os principais portos ao longo da costa brasileira, e a *Brazilian Submarine Telegraph Company*, para fazer a conexão dessas estações portuárias com a Europa. A “Western” estabeleceu e operou as conexões entre os portos de Santos, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Fortaleza, São Luís e Pará. A “Brazilian” ligou o Brasil desde Pernambuco até São Vicente nas Ilhas da Madeira, às Ilhas Canárias e a Carcavelos, em Portugal, e a Porthcurno, na Grã-Bretanha. As operações telegráficas por esses cabos entre o Brasil e a Europa começaram em junho de 1874. As duas companhias fundiram-se para formar a Western Telegraph Company em 1899.¹¹⁴

Santos era, portanto, um importante elo nas redes de telégrafo criadas nas últimas décadas do século XIX, e quem quisesse estar bem informado dos negócios do resto do país ou do mundo teria de estar fisicamente próximo a esses pontos de recepção e transmissão de informação. Isso fez com que inúmeros médios e grandes comerciantes de dirigissem a Santos para atuar na intermediação desses negócios.

Foi o caso do conservador Lucas Alves Fortunato (c. 1856 – 1891). Apesar de uma obscura trajetória, sabe-se ser filho de um abastado senhor de escravos da região de Barra Mansa, Rio de Janeiro, e que se tornou órfão aos 15 anos, em 1871:

Communicam-nos de Jurujuba: “Ha seguramente um mez que anda pela freguezia da Jurujuba, um menino de 15 annos de idade, de nome Lucas Alves Fortunato, natural da Barra Mansa, filho do fallecido Francisco Alves Fortunato. Dizem que esse menino tem alguma fortunna que lhe foi legada por seu pai, e tem por tutor um individuo que caso nenhum faz do seu pupillo, pois deixa-o andar sem domicilio certo, ganhando em arriscadas pescarias o escasso pão de que se alimenta. Tenha V. a bondade de chamar por esse facto, a attenção do sr. juiz de orphãos”.¹¹⁵

Até pelo menos 1882 não foi possível localizar nenhuma notícia sua, quando então organizou uma firma de comissões, a Lucas Fortunato & Cia¹¹⁶. Eram poucas

¹¹⁴ HUURDEMAN, Anton A. **The Worldwide History of Telecommunications**. Wiley-Interscience, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/z5Srn7>>. Acesso em: 1º dez. 2017. Segundo o autor, no Brasil, mandar um “Western” costumava ser sinônimo de “mandar um telegrama”. Sobre a questão, ver também: BERTHOLD, Victor M. **Histoire du Télégraphe au Brésil** (1851-1921). Disponível em: <<http://bit.ly/370UnYI>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

¹¹⁵ DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 14 mar. 1871, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹¹⁶ O ECONOMISTA. Rio de Janeiro, 3 dez. 1882, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

informações a seu respeito, além do fato de ter mantido firma de café e sido eleito vereador pelo Partido Conservador. De toda forma, acredita-se ser possível a existência de uma rede intermunicipal e até interprovincial que ligasse e acolhesse correligionários, assim como Bento Vianna e Proost de Souza.

Essa rede de acolhimento talvez também explique o caminho de José Lobo Vianna (c.1840 – 1890) entre as cidades de São Sebastião, Paraibuna e Santos. Biografia que mereceu pouca atenção de historiadores e memorialistas, sabe-se que se formou em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro e em 1863 já clinicava em São Sebastião¹¹⁷, localizada a cerca de 160 km ao norte de Santos. No ano seguinte se tornou delegado de polícia na mesma cidade; no entanto, no ano de 1866 seria destituído do cargo por abuso de autoridade. Mudou-se para Paraibuna, interior de São Paulo, onde, além de atuar como médico, tornou-se lavrador¹¹⁸ e participou da junta municipal, provavelmente com atuação sanitária¹¹⁹. Após mais algumas querelas locais, mudou-se para Santos, onde foi recebido como “distinto liberal”¹²⁰. Todavia, cabe destacar um artigo publicado no periódico *Correio Paulistano* de 1875, dois anos antes de se mudar para Santos e ser acolhido pelo Partido Liberal local:

Parahybuna

-Li na secção live da *Provincia de S. Paulo* um acervo de agressões e acusações infundadas feitas pelo sr. Joaquim Antonio de A. Ferraz, aos meus distintos amigos os srs. Tenente-coronel Joaquim de Souza Mello e dr. José Lobo Vianna.

Os que conhecem este estimaveis caracteres reconhecerão facilmente a improcedencia da verrina contra elles publicada pelo sr. Ferraz.

Os srs. Souza Mello e Lobo Vianna reúnem a uma posição social respeitavel, notaveis dotes moraes e intellectuaes.

¹¹⁷ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 24 jun. 1863, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹¹⁸ Almanak da Provincia de São Paulo. São Paulo, 1873, p. 179. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹¹⁹ DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 1º jul. 1876, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹²⁰ “Chegada - Acha-se entre nós o esfoçado e distinto liberal, o sr. dr. José Lobo Vianna, que vai fixar sua residencia na cidade de Santos, segundo somos informados. Congratulamo-nos com aquella cidade pela aquisição de um tão habil e distinto medico. S.s. está hospedado no hotel da Europa. Saudamol-o cordialmente.” Cf. CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 24 nov. 1876, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

Às pessoas que não conhecem estes senhores, com cuja amizade me honro, peço que suspendam o seu juízo a respeito das acusações que lhes faz o sr. Ferraz, que estou certo serão victoriosamente combatidas em breve prazo.

S. Paulo, 15 de setembro de 1875.

MARTIM FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA¹²¹

A defesa de Lobo Vianna vem assinada por Martim Francisco Filho, segunda geração da família Andrada e influente político do Partido Liberal, possivelmente com relações na cidade. Em Santos, atuou como médico municipal na legislatura de 1877, antes de ser eleito vereador suplente, empossado em 1885.

Lobo Vianna, em sua passagem por Paraibuna, além de médico, atuou como agricultor, envolvendo-se com fazendeiros da região do Vale do Paraíba. Apesar da falta de indícios de que tenha seguido carreira comercial em Santos, as relações comerciais do interior passavam aos poucos a se deslocar da região da Baixada Fluminense para a Baixada Santista, elegendo o porto de Santos como o principal escoador da crescente produção cafeeira paulista.

A atuação comercial de um comissariado que ligasse o interior ao porto era muito importante em uma época em que as telecomunicações ainda se estabeleciam e a informação não conseguia chegar às regiões mais profundas do território. Por isso, as relações de amizade, familiares e de confiança com o setor produtivo no interior eram determinantes. Nesse contexto, o fazendeiro sabia que não podia competir com o comissário de Santos e seu conhecimento dos mecanismos de economia, sua relação com bancos nacionais ou estrangeiros, além de possuir melhores informações sobre a situação do mercado de dinheiro e preço do café. Portanto, esse setor comercial se formou em Santos, sendo remetido a ele o café para venda ou em consignação; sua atuação é múltipla, passando de um mero intermediário para financiador de safras, banqueiro e até exportador.¹²²

Era o caso do conservador Benedicto Narciso do Amparo Sobrinho, proveniente da região de Pirassununga, onde seu tio, o capitão Benedicto Narciso Amparo, viveu até o fim de sua vida, em 1895¹²³. Apareceu em Santos pela primeira

¹²¹ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 16 set. 1875, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹²² PEREIRA, Maria Aparecida F. **O Comissário de Café no Porto de Santos, 1870 - 1920**. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

¹²³ SANTOS COMMERCIAL. Santos, 19 jun. 1895, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

vez em 1873 como secretário da Loja Maçônica Fraternidade¹²⁴, ao lado do também integrante do Partido Conservador João Nepomuceno Freire¹²⁵. Em 1876¹²⁶ atuava como comissário de café, sempre com firma própria; entre os anos de 1896 a 1901 destacou-se como sócio da firma Conceição & Cia., que tinha como comanditário o também conservador Julio Conceição¹²⁷.

A maçonaria foi uma importante instituição, sendo *locus* de sociabilidade das elites na cidade na última década do Império, aproximando pessoas que muitas vezes se encontravam em espectros políticos distintos. Na documentação foram identificados laços dos conservadores Benedicto Narciso do Amparo Sobrinho e João Manoel Alfaya Rodrigues Júnior com as duas maiores lojas maçônicas da cidade: o primeiro como secretário da Loja Fraternidade, a mais antiga de Santos, no ano de 1874; o segundo, em 1885, aparecia como presidente da Loja Vinte de Julho. Esta última ainda tinha enquanto membros do corpo diretivo abolicionistas e republicanos históricos como Henrique Porchat e José André do Sacramento Macuco¹²⁸.

A maçonaria foi considerada na passagem do Império para a República um “*locus* potencial e agregador”, em que se gestaram e se consolidaram ideias fundamentais para a implantação da República no Brasil. Os maçons “[...] compartilhavam aspectos do ideário liberal e positivista, buscaram uma nova sociedade baseada na ordem e no progresso”. Na maioria das vezes, as ideias que circulavam nesse espaço eram contrárias às práticas escravistas e monárquicas, além de refratárias às influências clericais, com forte defesa do laicismo¹²⁹.

¹²⁴ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1873, p. 836. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹²⁵ Não confundir com João Nepomuceno Freire Júnior, que anos depois integrou o Partido Republicano de Santos, mas nunca atuou em nenhum momento nas fileiras dos monarquistas.

¹²⁶ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1876, p. 325. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹²⁷ Almanak Laemmert. Rio de Janeiro, 1896, p. 678. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹²⁸ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1885, p. 1607. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹²⁹ AMARAL, Giana Lange do. Os maçons e a modernização educativa no Brasil no período de implantação e consolidação da República. **História da Educação**. Porto Alegre v. 21 n. 53, set./dez. 2017, p. 56-71. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6115076.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

1.3 INTENDÊNCIAS E A REPÚBLICA: ENTRE COMERCIANTES E PROFISSIONAIS LIBERAIS

Os primeiros republicanos começaram a aparecer nas cadeiras de vereadores santistas ainda na penúltima legislatura monárquica de 1883-1886, em número reduzido de dois vereadores declaradamente comprometidos com a causa: Joaquim Manoel Alves de Lima e Francisco de Paula Ribeiro¹³⁰, com pouca predominância nos rumos políticos da cidade após o 15 de novembro de 1889. Suas trajetórias se tornaram relevantes com a difusão de uma nova elite dirigente na cidade de Santos em função dos negócios do café.

Joaquim Manoel Alves de Lima foi um dessas pessoas reconhecidas como “republicanos históricos”. São poucas e escassas as informações a seu respeito, mas em um pequeno resumo de sua trajetória por ocasião da formação do diretório de Jaboticabal, em 1899, era dito a seu respeito o seguinte:

Presidente do directorio, fazendeiro neste municipio. Era em sua casa, em Piracicaba, que tinham logar as reuniões dos fundadores do partido republicano do Estado, dirigidas pelos drs. Americo Brasiliense de Almeida e Mello e Prudente José de Moraes Barros, em 1868 e 1869. Nessas reuniões se tomaram delierações sobre a propaganda e se assentaram as bases para a Convenção de Ytu.¹³¹

Foi um dos fundadores do Partido Republicano santista junto com Antonio Carlos da Silva Telles e Henrique Porchat, expoentes do grupo republicano por ocasião da queda do Império. Sabe-se que, pelo menos desde 1874, já possuía casa comercial por comissões de café e algodão na cidade sob a firma Joaquim Manoel Alves de Lima & C.¹³², tendo uma trajetória de deslocamento similar às dos comissários que começavam a chegar a Santos entre as décadas de 1870 e 1880.

¹³⁰ Não existem muitas informações sobre Francisco de Paula Ribeiro, porém sabe-se que era do Rio Grande do Sul e veio a Santos para defender os interesses de Graffé e Guinle, com quem possuía estreitas ligações. Mais tarde, tornar-se-ia importante quadro da Companhia Docas de Santos.

¹³¹ O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 23 jul. 1899, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹³² Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1874, p. 159. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

Antônio Carlos da Silva Telles (c. 1848 – 1925), nascido em Capivari e ligado ao Partido Republicano de Campinas, foi outro homem de negócios da cafeicultura do interior de São Paulo que se deslocou para Santos no bojo da campanha republicana e do aumento das exportações pelo porto de Santos. Sabe-se que, desde 1870, Silva Telles fazia viagens de Santos à Corte¹³³ e que trabalhava, na ocasião, no Banco Mauá, possivelmente na sede que existia no porto de Santos à época. Um ano depois, fixou-se no Rio de Janeiro:

Partida. - Seguiu viagem a 15 do corrente para a Côrte, onde vai fixar o seu destino, o sr. Antonio Carlos da Silva Telles, ex-empregado no Banco Mauá desta cidade. O sr. Silva Telles é um moço dos mais nobres e estimaveis qualidades. Deixa entre nós fundas e innumeras sympathias, sendo geralmente sentida a sua mudança. Dirigindo-lhe as nossas despedidas, acompanhamos aos saudosos votos que o seguem, desejando-lhe feliz viagem e propicios fados em sua nova residencia, como aqui acariciaram.¹³⁴

Em 1879, no entanto, retornou a Santos como sócio solidário da firma J.F. Lacerda & Cia.¹³⁵; em 1882, já ligado ao Partido Republicano local, estabeleceu a firma Telles, Netto & Aranha, junto com Domingos Luiz Netto e Pedro de Souza Aranha¹³⁶. Em meio a inúmeros capitalistas e negociantes locais, tornou-se, em 1886, presidente da Sociedade Auxiliadora da Imigração em Santos¹³⁷, que visava facilitar e desembaraçar a entrada de imigrantes para as lavouras do interior paulista. Teve uma atuação ativa nas disputas políticas nos primórdios da República, participando dos primeiros conselhos de Intendência, tendo papel predominante nos distúrbios

¹³³ “Santos - 13 hs., paq. a vap. “Paulista” [...] Antonio Carlos da Silva Telles [...]” Cf. DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 12 ago. 1870, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹³⁴ GAZETA DE CAMPINAS. Campinas, 20 jul. 1871, p.2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹³⁵ A CONSTITUINTE: ORGAM LIBERAL. São Paulo, 25 set. 1879, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹³⁶ GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 8 set. 1882, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹³⁷ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 12 mai. 1886, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

ocorridos durante a Revolta da Armada na cidade de Santos, quando receberia titulação de coronel pelos serviços prestados ao governo florianista¹³⁸. Em 1898 já aparecia, no entanto, desligado das atividades políticas na cidade de Santos, tendo voltado à cidade de Campinas¹³⁹.

Um movimento peculiar que ocorreu no mesmo período foi o deslocamento de pessoas do Rio de Janeiro para Santos. Esse processo costumava ser inverso, tendo como sentido a Corte, onde o movimento comercial e político era mais intenso. No entanto, essa situação alterou-se em fins da década de 1880, quando as cifras de exportação de café por Santos se aproximaram das do Rio de Janeiro; além disso, a intensa atuação política do Partido Republicano santista atraiu diversas pessoas para a cidade.

Foi o caso do carioca Guilherme José Alves Souto. Em seu primeiro registro na cidade ele aparece atrelado à casa comissária Souto & Cia., em 1875¹⁴⁰, e em 1885 era acionista do Banco Mercantil¹⁴¹ de Santos¹⁴². Chegou a participar da Junta Governativa Municipal, nomeada pelo Governo Provisório, no começo de 1890 (Anexo 2), mas, nos anos seguintes, voltaria à então Capital Federal, fixando residência em Niterói e, aparentemente, desligando-se da atuação política na cidade de Santos¹⁴³. Apesar de sua aparentemente curta participação na vida política da cidade de Santos, a atuação de Guilherme Souto segue um padrão semelhante à de outros homens públicos que se fixaram apenas nas duas últimas décadas do século XIX.

¹³⁸ “**Honras de postos** Foram concedidas as seguintes honras de postos do exercito: De coronel: Ao coronel da guarda nacional Antonio Carlos da Silva Telles, pelos importantes serviços prestados á Republica, durante a revolta, em Santos; [...]” Cf. MINAS GERAES: ORGAM OFFICIAL DOS PODERES DO ESTADO. Belo Horizonte, 22 set. 1894, p. 6. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹³⁹ LAVOURA E COMMERCIO. São Paulo, 27 fev. 1898, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁴⁰ CONSTITUCIONAL. São Paulo, 14 abr. 1875, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁴¹ O Banco Mercantil foi uma instituição bancária criada na década de 1870 para proteger os interesses da cafeicultura e dos negócios da praça de Santos. Os principais comerciantes da cidade, ligados ao alto comércio exportador, eram sócios correntistas desse banco.

¹⁴² O PAIZ. Rio de Janeiro, 15 set. 1885, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁴³ Apesar de desligar-se de Santos, sua atuação econômica no Estado de São Paulo é longa. Mantinha fazendas de café no interior de São Paulo, administrando-as de Niterói. Cf. Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1899 e 1900, p. 1680 e 370. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

Compreender a trajetória desses expoentes do Partido Republicano santista é importante para que se entenda sua cisão em dois grupos distintos, ocorrida após a queda do Império. As relações de poder que envolviam as elites locais e externas deram o tom das querelas que envolveram os republicanos, levando à divisão entre “Centro Republicano” e “Club Nacional”. De um lado estavam unidos representantes das elites familiares do movimento republicano, Henrique Porchat e Américo Martins dos Santos, e de outro, os representantes do comissariado do interior, Antônio Carlos da Silva Telles e Antônio de Lacerda Franco.

Instalado na cidade de Santos oficialmente em março de 1881, o diretório republicano local teve como primeiros delegados exatamente os dois principais representantes das elites locais que divergiam dos partidos monarquistas:

No dia 17 do corrente, em Santos, installou-se um nucleo republicano, sendo a sessão presidida pelo cidadão Americo de Campos. Foi eleito um directorio municipal de 7 membros, e a seguinte commissão, que deve representar o nucleo no proximo congresso de S. Paulo: delegado o Sr. Henrique Porchat Junior; 1º suplente o Sr. Americo Martins dos Santos; 2º o Sr. Manuel Araujo Vianna.¹⁴⁴

Politicamente, essa querela já foi discutida pela historiografia: o primeiro grupo apoiava a nomeação de Júlio de Mesquita à presidência provisória do Estado de São Paulo, enquanto o segundo sustentou a eleição de Bernardino de Campos. Além disso, após a escolha desse último, parte do partido sentiu-se traído pela escolha do primeiro Conselho de Intendência, nomeado diretamente por Bernardino de Campos, pois somente Henrique Porchat foi escolhido entre os sete nomes enviados pelo diretório após voto em assembleia do partido¹⁴⁵.

A escolha desse último nome se deu pois, além de ser expressivo representante das elites locais, era um proeminente capitalista santista. Diferentemente de Américo Martins, que na década de 1890 se aventurou no

¹⁴⁴ GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 21 mar. 1881, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁴⁵ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 4 mar. 1890, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

promissor ramo de café, mas logo voltaria à posição de despachante da Alfândega¹⁴⁶, Porchat manteve as posses e os negócios de seu pai. Nascido Henrique Porchat Júnior (1851 – 1897), era filho de um imigrante franco-suíço conhecido por possuir grande número de escravizados, empregados na única fábrica de curtumes a vapor da cidade, instalada na década de 1860.

Entre as industrias locais devemos citar em primeiro lugar uma fabrica de cortumes, movida a vapor, estabelecida no lugar denominado Villa Nova, e pertencente a Henrique Porchat. Ha em Santos uma outra fabrica tambem de cortumes, propriedade de João Monte Bastos [& Ablas], porém não a vapor, e mais pequena que a precedente.¹⁴⁷

A região de Vila Nova e Paquetá à época ainda era um manguezal afastado da cidade, primeiro foi ocupada pelo cemitério municipal e pelo cemitério da Beneficência Portuguesa, em 1850, sendo chamada inicialmente de Bexiguentos por conta da remoção de doentes de varíola para o local¹⁴⁸. Somente na década seguinte seria alcançada pelas pequenas indústrias: o velho imigrante franco-suíço Henrique Porchat¹⁴⁹ foi seguido por Joaquim Xavier de Pinheiro Júnior, na instalação de fábricas de cal na região. Juntamente com esses, estabeleciam-se também os tropeiros João Monte Bastos e Henrique Ablas, ligados aos dois curtumes mais longevos da região de Vila Nova e Paquetá.

¹⁴⁶ “A’ Praça: Americo Martins dos Santos, Domingos Marques de Almeida e Augusto Cezar Gonçalves Ozorio fazem sciente que tem constituido uma sociedade commercial para o negocio de Importação, Commissões e Consignações sob a firma Americo, Marques & Ozorio que funcçionará de 1º de ouubro proximo á rua Boa Vista n. 21. S. Paulo, 30 de setembro de 1892” Cf. CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 4 out. 1892, p. 4. Entretanto, em 1894 Américo apareceria novamente como despachante, função que ocuparia até sua morte, em 1931.

¹⁴⁷ DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, jan. 1863, p.1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁴⁸ COSTA E SILVA SOBRINHO. **Santos Noutros Tempos**. São Paulo: IHGSP, 1953.

¹⁴⁹ Henry Porchat (c. 1802 – 1883) foi um imigrante franco-suíço que imigrou para Santos por volta do ano de 1828. Foi capitalista e grande senhor de escravos na cidade de Santos, mantendo fábricas de curtição de couro e fabrico de cal. Sua primeira empreitada seria ainda na década de 1830, quando lançaria indústria de cortumes a vapor no local que seria denominado “Villa Nova”. Uma hipótese plausível levantada pelo historiador Jaelson Bitran Trindade é a de que o nome desse local seria devido à proveniência suíça de Henry Porchat, que teria emigrado da cidade de Villeneuve, região de Vaud, Suíça. Essa tese carece de fontes, mas merece ser levantada por sua razoabilidade.

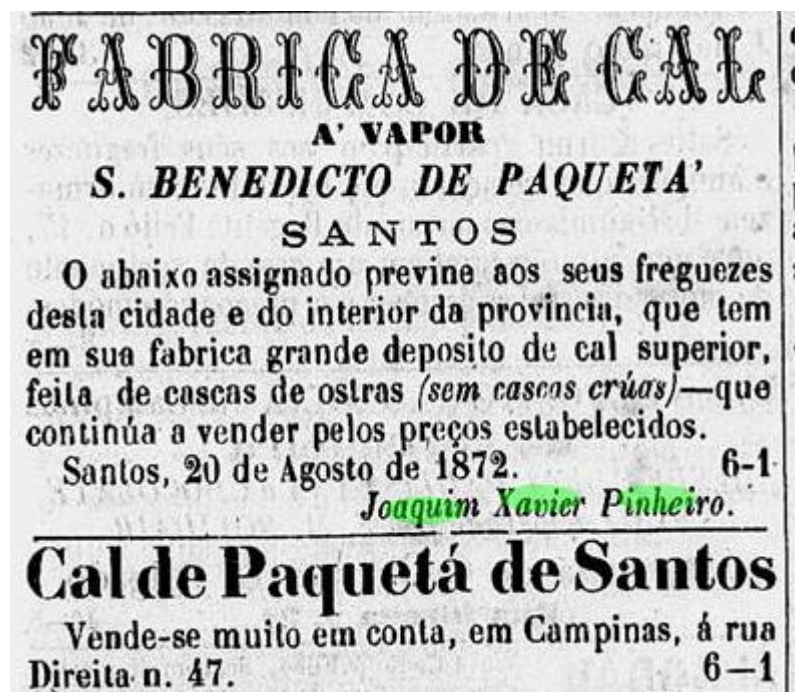


Figura 8 – Anúncio da fábrica de cal em S. Benedicto do Paquetá, depois apenas conhecido como bairro do Paquetá.¹⁵⁰

Xavier Pinheiro Júnior e Porchat Júnior – o primeiro, liberal e abolicionista e o segundo, republicano e também comprometido com a causa dos negros escravizados na cidade – tiveram uma trajetória parecida no que diz respeito à mudança geracional da mentalidade escravista. Inicialmente mantiveram os escravizados de seus pais em seus negócios industriais, mas foram gradualmente os alforriando, aplicando a lógica abolicionista aos seus negócios.

Senhores de escravos em Santos durante os últimos quinze anos da escravidão diferiam menos dos abolicionistas que se possa esperar. [...] Dois importantes senhores de escravos dessa década, Henrique Porchat e Henrique Ablas, possuíam cortumes e fábricas de cal. Quatro grandes senhores de escravos eram mercadores de café e algodão, outro operava uma fábrica de cigarros. Duas companhias, Salles Oliveira & Companhia e Souza Queiroz & Vergueiro, tiveram muitos escravos até a abolição. Essas companhias provavelmente alugavam seus escravos ou os colocavam trabalhando em seus armazéns, carregando ou descarregando navios. Nos anos 1880, escravos de muitos dos grandes senhores da década precedente, incluindo aqueles de Henrique Porchat, Henrique Ablas, e outras duas companhias, não mais apareciam nos

¹⁵⁰ GAZETA DE CAMPINAS. Campinas, 5 set. 1872, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

registros do hospital ou cemitério. Esses homens podem ter libertado seus escravos, mas diversos escravos ainda eram encontrados na cidade.¹⁵¹

Observa-se que a lógica abolicionista não se refletia em uma prática filantrópica: nenhum dos dois, aparentemente, estava disposto a libertar todos os seus negros escravizados de uma só vez, o que acarretaria uma perda de numerário considerável. Xavier Pinheiro, um dos idealizadores do Quilombo do Jabaquara, fazia doações em dinheiro ao movimento abolicionista, mas também explorava o trabalho dos seus habitantes em proveito próprio, empregando-os sem remuneração em troca de comida e esconderijo.¹⁵² A existência desses denominados “abolicionistas de lucro” talvez seja a principal contradição de uma sociedade dita abolicionista e em transição, denotando a manutenção da mentalidade escravista¹⁵³.

Independentemente de como atuavam os abolicionistas, as ações das elites tradicionais foram decisivas em inúmeras contendas na cidade. Nesse ponto, monarquistas liberais e republicanos “históricos” agiam de forma conjunta, o que aproximava comerciantes e industriais tradicionais da cidade com a juventude

¹⁵¹ [No original] “The slaveholders in Santos during the last fifteen years of slavery differed less from the abolitionists than one might expect. [...] Two important male slaveholders of that decade, Henrique Porchat and Henrique Ablas, owned tan yards and lime factories. Four big slaveholders were coffee and cotton merchants, another operated a cigar factory. Two companies, Salles Oliveira & Companhia and Souza Queiroz & Vergueiro, held many slaves toward the end. These companies probably rented out their slaves or had them working in their *armazens*, loading or unloading ships. By the 1880's, the slaves of many of the big slaveholders of the previous decade, including those owned by Henrique Porchat, Henrique Ablas, and their two companies, no longer appeared in the registers of the hospital or cemetery. These men may have freed or sold their slaves, but a number of slaves still were found in town.” Cf. REED, Ian. **The hierarchies of slavery in Santos, Brazil** (1822 - 1888). Stanford: Stanford University Press, 2012 (tradução nossa). Disponível em: <<http://bit.ly/2oC6StT>>. Acesso em: 1 nov. 2019.

¹⁵² MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004, p. 223. Disponível em: <<http://bit.ly/380Z9Xv>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

¹⁵³ “A ambivalência da atuação das figuras abolicionistas louvadas pela memória do abolicionismo é o tema central do trabalho de Wilson Toledo Munhós. Em seu texto ele identifica no paternalismo inerente à atitude dos abolicionistas uma ‘artimanha’ que consistiu em trazer os negros foragidos para Santos sem que se tivesse um projeto humanitário complementar, ‘de regeneração do status social do escravizado’. O abolicionismo, baseado no pressuposto da falta de opção para os foragidos, em última análise, seria meramente uma justificativa moral para encetar uma nova exploração. A esses dignitários da nobre causa chamou de ‘abolicionistas de lucro’, dentre os quais a atuação constante do major [Xavier] Pinheiro, bem como a participação do insuspeito português Santos Garraão, que segundo as crônicas enriquecera ‘empregando’ em seus negócios os negros fugidos. A reação transgressora dos ‘ultra-abolicionistas’ contra os escravocratas recalcitrantes, segundo o autor, desvelou suas verdadeiras intenções quais sejam, ‘ter acesso direta ou indiretamente ao sobretrabalho de ex-escravos; enriquecendo via especulação e exploração de sua mão de obra.’” Cf. ROSEMBERG, André. **Ordem e Burla: processos sociais, escravidão e justiça em Santos**. São Paulo: Edusp, 2006, p. 206-207 (grifo nosso). Ver também: MUNHÓS, Wilson Toledo. **Da circulação trágica ao mito da irradiação liberal: negros e imigrantes em Santos na década de 1880**. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

aboliconista, que, em geral, era constituída por advogados e médicos. Essa aproximação fez com que, durante as duas últimas décadas do século XIX, esses homens se articulassem em um grupo que possuía diversas aproximações em ações ou investimentos, defendendo interesses em comum¹⁵⁴.

Em abaixo-assinado publicado no *Diário de Santos* em 1886, diversos advogados se recusavam a defender causas pela manutenção de algum cativo em condição de escravidão. Entre os nomes, assinavam, nesta sequência: José Rubim Cesar, Luiz Ernesto Xavier, Heitor Peixoto, Leão Luiz Ribeiro, João Alves Correia do Amaral, João Galeão Carvalhal, Inglez de Souza, Tito de Sousa Rodrigues, Antonio da Silva Jardim e Francisco de Assis e Oliveira Braga Filho. Observa-se entre os signatários (José da Silva Vergueiro e Eduardo Carlos Ferreira da Silva) que alguns pertenciam a famílias de antigos escravistas, como o Visconde de Vergueiro e o Visconde Embaré.

A adesão de profissionais liberais à causa aboliconista pode ser relacionada à aspiração por cargos eletivos de vereadores/intendentes e deputados, algo que acontecia ainda de forma bastante tímida, mesmo nas últimas composições municipais santistas da última década do Império. Das últimas Câmaras Municipais, compostas entre 1883 e 1889, apenas Manoel Maria Tourinho, Lobo Vianna e Tito de Souza Rodrigues, dois médicos e um advogado, assumiram assentos na vereança santista. Todos os outros eram homens de negócios, comerciantes, industriais e capitalistas.

A mudança nesse quadro residia na tentativa de construção de uma hegemonia “[...] condizente com as novas aspirações de liberdade e com as novas orientações da sociedade, segundo o ‘novo espírito do século’”. Com isso, era fundamental que se corrigissem os defeitos das velhas instituições, fortalecendo o “[...] império das leis e impedindo que a Proclamação se restringisse a um simples ato de deslocamento de homens, como acontecera com a Independência, em 22”¹⁵⁵.

¹⁵⁴ Essas questões serão abordadas mais detalhadamente no Capítulo 4, quando será focalizada a disputa entre a Companhia City of Santos Improvements e as novas companhias de bondes da cidade, além da disputa de terras entre a Vila Mathias, Nova Cintra e Jabaquara, esse último onde foi fundado um reduto quilombola pela juventude aboliconista.

¹⁵⁵ COELHO, Maria Cândida de Pádua; SCHULZ, Almiro. O advento da República e a Educação Superior no Brasil: uma mentalidade nova integrada pelo espírito do século e nas exigências do tempo. **História da Educação**. Pelotas, n. 17, p. 97-118, abr. 2005, p. 103. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4062663.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

Dentro da estrutura das Câmaras Municipais, entre os profissionais liberais havia médicos, engenheiros e advogado procurador, este último, inclusive, uma das posições de maior prestígio entre os funcionários públicos municipais. Entretanto, é notável o protagonismo que esses profissionais ganharam na passagem do Império para a República.

No momento da cisão do Partido Republicano municipal, advogados abolicionistas se integraram ao grupo “vencedor”. Nomes como os dos advogados José Xavier Carvalho de Mendonça, Martim Francisco Sobrinho e João Galeão Carvalhal aderiram ao Club Nacional, encabeçado por Silva Telles e Lacerda Franco. Entender os deslocamentos e a atuação desse grupo de profissionais liberais é uma das chaves para compreender as disputas políticas locais geradas no início da República na cidade de Santos.

O jovem João Galeão Carvalhal (1859 – 1924), nascido em Salvador, chegaria ainda recém-formado advogado à cidade, no ano de 1880, como promotor público da Comarca de Santos¹⁵⁶. Participou ativamente da campanha abolicionista, tendo integrado os quadros da Sociedade “Emancipadora”, que, junto com a “24 de Junho”, angariava fundos para a alforria de escravos na cidade. Visando propagandear os ideais positivistas, adquiriu junto ao republicano e também advogado santista Martim Francisco Sobrinho o conhecido periódico liberal *Diário de Santos* em 1887:

DIARIO DE SANTOS

Esta importante folha passou a ser propriedade dos Srs. Drs. João Galeão Carvalhal e Martim Francisco Sobrinho.

Do seu editorial de apresentação transcrevemos o seguinte periodo:

“Será nosso thema sustentar o ideal do advento do povo na governação do paiz, representado pela sua mais alta capacidade scientifica, restringindo-se desde já as attribuições da realeza e iniciando-se a effectividade da separação da Igreja e do Estado, provar em summa a verdade da lei dos tres estados, reguladora da evolução historica da humanidade!”¹⁵⁷

¹⁵⁶ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 23 nov. 1880, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁵⁷ A REGENERAÇÃO. Santa Catarina, 20 out. 1888, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

Galeão, enquanto participante ativo dos círculos do Partido Liberal santista, fez nas páginas do *Diário* defesa da eleição de João da Silva Oliveira Pinto, o João Fiscal, para ocupar uma das cadeiras da Câmara Municipal na eleição à vereança em 1888¹⁵⁸.

Frente a diferenças irreconciliáveis, a parceria de Galeão Carvalho com Martim Francisco durou menos de um ano. Galeão, que era monarquista parlamentarista, só reconheceu o novo Regime após a Proclamação. Apesar disso, tornou-se importante figura nas tramas políticas dos primórdios da República, devido a seu bom relacionamento com o grupo hegemônico – o Club Nacional.

Esse bom relacionamento se dava, possivelmente, pelo elo entre liberais monarquistas e republicanos, por ambos convergirem da idiossincrasia positivista. Logo nos primeiros dias do ano de 1890, em 6 de janeiro, um *meeting* no Rink Santista foi chamado para que fosse lançado o manifesto dos favoráveis à separação da Igreja e do Estado. Os dois principais oradores foram justamente dois advogados militantes do antigo Partido Liberal monárquico: o paraense Inglez de Souza¹⁵⁹ e o soteropolitano Galeão Carvalho¹⁶⁰.

Nem todos os antigos monarquistas aderiram ao Partido Republicano, alguns entraram em ostracismo na virada do regime. Alguns importantes vereadores da década de 1880, como os liberais Joaquim Xavier Pinheiro e João Otávio dos Santos¹⁶¹, morreram sem voltar a participar da política municipal ativamente, e ainda outros, como Júlio Conceição e Alfaya Júnior, voltariam à vereança mais tarde, apesar de se manterem ativos em outras funções políticas.

¹⁵⁸ Ironicamente, o antigo proprietário e fundador do jornal *Diário de Santos* era o próprio João José Teixeira, que João Fiscal agredira naquela sessão de 1882. O famoso diário conservador paulistano *Correio Paulistano* fez um pequeno artigo criticando a ação dos dois advogados liberais, cuja atitude seria como “cuspir-lhe nas cinzas ainda quantas sua baba peçonhenta”. CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 15 jan. 1888, p. 2.

¹⁵⁹ Herculano Marcos Inglez de Souza (1858-1918) nasceu em Óbidos (PA) e, apesar de ter vivido pouco na cidade de Santos, orbitou durante muitos anos politicamente nos quadros do partido liberal da região. Formado em Direito no Largo de São Francisco, em São Paulo, mudou-se para Santos em 1876 por ocasião da nomeação de seu pai como Juiz de Direito da cidade. Teve uma breve carreira como jornalista do *Diário de Santos*, mudando-se dois anos depois para São Paulo. Tinha boas relações com integrantes da segunda e terceira geração da família Andrada, tendo publicado textos junto a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

¹⁶⁰ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 6 jan. 1890, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁶¹ Joaquim Xavier Pinheiro faleceu em 1898 e João Otávio dos Santos em 1900. Esse último foi eleito para o Conselho de Intendência de 1892, tendo, no entanto, nunca participado de uma sessão.

João Manoel Alfaya Rodrigues e Júlio Conceição pertenciam ao grupo de Carvalho de Mendonça no início da década de 1890, esse último importante liderança das primeiras Intendências, ocupando cargo de Presidente do Conselho (1890 – 1891) (Anexo 2). Nascido no Recife (PE), José Xavier Carvalho de Mendonça (1861 – 1930), ainda quintanista da Faculdade de Direito de Recife, assumiu o cargo de Promotor Público da pequena cidade de Aracati, no Ceará, em 1882¹⁶²; três anos mais tarde, ainda teria uma breve passagem pela província do Rio Grande do Sul, como Juiz de Órfãos de Itaqui, antes de aportar em Santos definitivamente. Chegou a Santos quase no apagar das luzes do Império, em 1888, como Juiz de Direito substituto da Comarca¹⁶³, e depois assumiu a posição de Juiz de Órfãos da cidade.

Um dos elementos agregadores das elites na jovem República foi a Sociedade Protetora da Infância Desvalida, mantenedora do Asilo de Órfãos de Santos, criado em 1889, por ocasião de uma grave epidemia de febre amarela, que ceifou muitas vidas, fazendo com que inúmeras crianças (em sua maioria imigrantes) ficassem sem seus pais. Carvalho de Mendonça, enquanto Juiz de Órfãos da cidade, encabeçou o projeto da criação de uma organização que acolhesse essas crianças.

Carvalho de Mendonça convocou uma reunião realizada em 21 de abril daquele ano, à qual compareceram sessenta e um homens. Nela foi decidida a criação da Associação Protetora da Infância Desvalida, nome sugerido por Carvalho de Mendonça, para assumir a responsabilidade pela manutenção do Asilo. Na ocasião foi escolhida uma Comissão de Instalação com cinco membros (entre eles os idealizadores da mesma), responsável pela elaboração dos Estatutos, arrecadação de donativos e escolha de um imóvel apropriado para o Asilo. [...] ¹⁶⁴

Entre esses homens que participaram da Comissão de Instalação estavam Júlio Conceição, Coronel Proost de Souza e João Nepomuceno Freire Junior; os dois primeiros ligados ao Partido Conservador da monarquia e o último, republicano e participante do primeiro Conselho de Intendência, nomeado em fevereiro de 1890. Alfaya Júnior, enquanto Agente de Imigração e vice-cônsul da Argentina, também

¹⁶² JORNAL DE RECIFE. Recife, 14 set. 1882, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁶³ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 9 mar. 1888, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁶⁴ VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **O Asilo de Órfãos de Santos na engrenagem da cidade**. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/3b9Jck5>>. Acesso em: 9 nov. 2019.

estava ativamente ligado a esse grupo e comprometido com a questão dos órfãos na década seguinte¹⁶⁵.

A luta pela organização do Asilo de Órfãos permite entender as relações entre as elites tradicionais e os setores emergentes de recém-chegados. O terreno para construção da primeira sede¹⁶⁶ da instituição foi doado em setembro de 1889 por Josephina de Carvalhaes Ferreira, a Viscondessa do Embaré e sogra de Carvalho de Mendonça.

A Associação Protetora da Infancia Desvalida, da cidade de Santos, por seu presidente, o Sr. Dr. José Xavier Carvalho de Mendonça, de passagem por esta capital, fez ante-hontem entrega a Exma. Sra. viscondessa de Embaré do diploma de socia benemerita da mesma Associação, em atenção ao relevante auxilio que prestou, doando, conjuntamente com o seu enteado o Sr. Dr. Eduardo C. Ferreira da Silva, o importante predio onde se acha installado o asylo a cargo daquela Associação.¹⁶⁷

Entretanto, a palavra de ordem para as elites dirigentes santistas para a primeira década era, sem dúvidas, a desagregação e o conflito. Em junho de 1891 os grupos antagônicos Club Nacional e Centro Republicano se desfizeram, ambos afirmando que seu objetivo – a promulgação da Constituição promulgada em fevereiro daquele ano – estava cumprido¹⁶⁸. Após esse desfecho, os grupos políticos se embaralharam; o tom da disputa foi dado na ocasião do golpe do Marechal Deodoro, que levaria ao poder Floriano Peixoto¹⁶⁹.

Desse momento em diante, três grupos políticos distintos surgiriam e disputariam a preponderância nas cadeiras da Intendência Municipal: um ligado ao médico baiano Manoel Maria Tourinho, outro ligado ao santista (porém radicado em Araraquara) José Cesário da Silva Bastos, ambos de oposição ao governo; por fim,

¹⁶⁵ VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **O Asilo de Órfãos de Santos na engrenagem da cidade**. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/3b9Jck5>>. Acesso em: 9 nov. 2019.

¹⁶⁶ A segunda sede, onde se encontra atualmente a instituição, seria construída em terreno das Docas na Avenida Taylor, atual Rodrigues Alves.

¹⁶⁷ DIARIO DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 29 set. 1889, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁶⁸ A FEDERAÇÃO. Rio Grande do Sul, 8 jun. 1891, p. 1.

¹⁶⁹ SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **A República da Espada**: a primeira década republicana e o Florianismo. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28042006-181955/publico/Tese_-_Saes-Guillaume_Azevedo_Marques.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2020.

existia na cidade um grupo governista que possuía lastro no advogado soteropolitano *quinzenovembrista* João Galeão Carvalhal.

O advogado santista José Cesário da Silva Bastos (1849 – 1939), já nos primeiros anos de formado, em 1872, dividia-se entre a promotoria pública de Araraquara e a de Jaboticabal, onde também se envolvia com o nascente Partido Republicano da região¹⁷⁰. Suas relações com a cidade de Santos advinham, possivelmente, de seu pai, que atuava como negociante e comissário de café, Antonio José da Silva Bastos. Sua primeira menção na documentação enquanto ativo na política santista foi quase às vésperas do 15 de novembro, em julho de 1889, como candidato à deputado pelo Partido Republicano local¹⁷¹.

Cesário Bastos elegeu-se Deputado Estadual em 1891, desempenhando papel central nas decisões do Partido Republicano até o início do regime de exceção florianista, em 1892, quando se colocaria no flanco opositor. Nesse momento, o partido opositor de Cesário Bastos priorizou as eleições municipais¹⁷², tornando-se intendente municipal em setembro daquele mesmo ano¹⁷³. A eleição daquele ano foi uma vitória para aqueles que se opunham ao governo florianista, já que nenhum candidato declaradamente ou abertamente a favor do regime saiu vitorioso naquele momento.

Por sua força política, assumiu a presidência da Intendência quando de sua eleição. Desempenhou essa função até fevereiro de 1893, quando, por motivos de divergência política dentro do próprio partido, resignaria o cargo. Esse fato faria com que parte dos intendentos simpáticos a Cesário Bastos renunciassem também: o médico e capitalista italiano João Éboli¹⁷⁴, o comissário de café Narciso de Andrade e o advogado João Nepomuceno Freire Júnior entregaram o cargo entre fevereiro e março daquele mesmo ano de 1893.

¹⁷⁰ O VINTE DOUS DE MAIO. São Paulo, 7 nov. 1872, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁷¹ CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 12 jul. 1889, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁷² “Se hoje impera o direito da força, dia virá em que a força do direito ha de ser uma realidade. Reservemos os nossos esforços para as eleições municipaes, verdadeira base do systema, e por onde teria começado qualquer governo que não fosse o da actual dictadura que nos vexa e opprime.” JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 15 mai. 1892, p. 4.

¹⁷³ É forçoso dizer que o grupo, ainda sim, tentaria a cadeira da Presidência do Estado com o próprio Cesário como candidato, obtendo uma votação insignificante perto do vencedor do pleito, Cerqueira Cesar. Cf. IOKOI, Zilda M. Gricoli. **O Legislativo na Constituição da República**. São Paulo: Contexto, 1990.

¹⁷⁴ João (Giovanni) Éboli (1853 – 1923) era natural da cidade de Sanza, Campania, Itália, e teve uma importante atuação enquanto médico, industrial e capitalista em sua passagem pela cidade de Santos. Sua figura será mais bem explorada no Capítulo 4.

As causas da renúncia dos “solidários à política do dr. Cesário”, como declarou em seu ofício João Éboli, permanecem obscuras. O possível recrudescimento da política florianista e as perseguições políticas ocorridas no período são uma hipótese plausível para uma mudança de planos na estratégia da oposição. Entretanto, divergências com outro político que entrava em cena e ganhava força nas tramas municipais também parecem ter influído na decisão dos cesaristas.

O médico Manoel Maria Tourinho (1850 – 1913) nasceu em Salvador, formando-se em Medicina pela faculdade de Recife (PE). Chegou jovem a Santos, em 1877, como médico da Companhia de Aprendizes Marinheiros¹⁷⁵. Filho de Demétrio Cyriaco Tourinho, influente figura conservadora da Bahia, aparecia filiado a esse partido monárquico quando ocupou uma das cadeiras de vereança, ainda na legislatura de 1883-1886, sem em nenhum momento surgir ligado aos movimentos republicanos da cidade.

Seu crescimento no cenário político municipal ocorreu na legislatura de 1892-1895, justamente nos embates com os cesaristas que se manteriam – e que também se elegeriam para as vagas deixadas por seus colegas. A premissa de seu grupo (e que provavelmente causou a divisão dos opositores) era a autonomia do município perante as esferas estaduais e federais – esse assunto estava bastante em voga. Mesmo nas discussões da Constituinte no ano de 1890, havia quem fosse favorável a se manter um município enquanto um ente descentralizado política e administrativamente, assim como o Estado estava para a União¹⁷⁶, o que mostra como o entendimento sobre a República nesse momento ainda era um tanto elástico e vago.

Tais discussões levariam o grupo de Tourinho a gestar, promulgar e executar uma Constituição Municipal entre os anos de 1893 a 1895. No entanto, discussões sobre descentralização e autonomia municipal em um momento tão conturbado como o florianista, marcado por perseguições e prisões arbitrárias, soaria um tanto antagônico, ou até mesmo um desafio lançado às autoridades superiores.

¹⁷⁵ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 5 ago. 1877, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁷⁶ Cf. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012, p. 46. Disponível em: <<http://bit.ly/35zeldW>>. Acesso em: 14 out. 2019.

No mesmo período, e paralelamente às aspirações do grupo de Tourinho, Santos vivia o *estado de sítio*¹⁷⁷. Todas as forças policiais e o exército encontravam-se à disposição do Governo do Estado para reprimir quaisquer possíveis oposições, desde políticas até possíveis convulsões sociais, greves, entre outras. Com isso, algumas figuras das últimas vereanças monarquistas que estavam em ostracismo reapareceriam declarando lealdade ao governo de Floriano Peixoto, a exemplo de José Proost de Souza, comandante, e Felix Bento Viana, tenente-coronel da Guarda Nacional.

SANTOS, 10. - Podeis contar com a lealdade do commando superior, commandantes dos batalhões e officialidade da guarda nacional de Santos, que se acha a vosso lado para defeza da legalidade e da ordem publica, e que agora se apresenta ao vosso serviço, por intermedio do commandante d'este districto militar. - *Felix Bento Vianna*, tenente-coronel chefe do estado maior [...]¹⁷⁸

Até então, nenhum membro do Partido Republicano de Santos havia se posicionado a favor do governo, sendo todas as facções – ao menos aparentemente – oposicionistas (e, como já dito, rachadas). No entanto, às vésperas do estado de sítio, e em meio à Revolta da Armada, um *meeting* seria convocado. Nesse, alguns republicanos finalmente se posicionariam enquanto governistas: João Galeão Carvalhal, Antônio Carlos da Silva Telles, Jacob Itapura de Miranda, José Xavier Carvalho de Mendonça, Raymundo Soter de Araujo, além dos já citados José Proost de Souza e Felix Bento Vianna¹⁷⁹. Nesse momento, João Galeão Carvalhal liderou o grupo governista, que buscou desestabilizar a Intendência de Manoel Maria Tourinho. Contudo, as ações foram protagonizadas por um ex-escravizado, Quintino de Lacerda (c. 1855 – 1898). Natural de Itabaiana (SE), chegou a Santos na década de 1880 ainda na condição de escravizado, acompanhando seu senhor, Antônio de Lacerda Franco, e foi determinante no estabelecimento do Quilombo do Jabaquara, do qual era reconhecido como “herói e chefe”.

¹⁷⁷ É difícil saber por quanto tempo durou o estado de sítio em território paulista, visto que sua manutenção era dada de modo arbitrário pelo governo federal. Entretanto, existem informações de que, de outubro de 1893 até março de 1894, a cidade encontrava-se em regime de exceção. Cf. SANTOS. Atas da Intendência Municipal. Sessão Extraordinária, 20 mar. 1894. Livro 1894 – 1895, p. 178-182. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

¹⁷⁸ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 12 set. 1893, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁷⁹ O PAÍZ. Rio de Janeiro, 16 set. 1893, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

A aproximação entre os quilombolas do Jabaquara e o Club Nacional¹⁸⁰ ocorreu desde o início da República. Uma das primeiras ações da participação ativa de Quintino de Lacerda no governo florianista foi a organização do exército intitulado “Silva Jardim” (janeiro de 1894), um contingente que contava com 200 praças e foi autorizado pelo comandante do Distrito Militar¹⁸¹.

Sua liderança entre os ex-escravizados e a elite abolicionista era incontestável, transitando entre esses dois polos. Com apoio e aprovação do governo Quintino, tornava-se uma força paralela, principalmente após o poder que lhe foi dado na época em que a cidade se encontrava em estado de sítio. Nesse momento, o nome de Quintino começou a ser ventilado para a Intendência; Lacerda foi eleito intendente em dezembro de 1894¹⁸² e empossado em julho de 1895¹⁸³ após inúmeros recursos aos tribunais superiores, que inclusive colocavam em pauta seu analfabetismo¹⁸⁴ como impeditivo para que assumisse a cadeira de intendente. Após sua posse, parte dos intendentos recusou-se a deliberar junto com Quintino, fazendo com que convocasse os suplentes eleitos (todos seus correligionários) para a posse¹⁸⁵.

A nova e última composição da Câmara assumiria por seis meses os negócios da cidade, visto que uma nova eleição para a legislatura de 1896-1900 estava marcada para o fim daquele ano. A municipalidade, liderada por Quintino, tinha laços umbilicais com João Galeão Carvalhal, que naquele momento cumpria mandato como Deputado Federal e, após a eleição de Prudente de Moraes, tinha se movido para a oposição, conhecida na época como glicerista.

¹⁸⁰ “Festas em Santos. De Santos enviou-nos hontem o Club Nacional os seguintes telegrammas: SANTOS, 13. Apesar da chuva copiosa, houve sessão solemne do Club Nacional, presidida pelo dr. Julio Furtado. Oraram os cidadãos Carvalhal, Fontes e Ribeiro Luz, que foram calorosamente applaudidos. Compareceu o Club Jabaquara e seu director Quintino Lacerda. Este club recebeu muitos telegramas de felicitações. A festa correu animadissima. - Club Nacional.” DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 14 mai. 1890, p. 1.

¹⁸¹ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 20 mai. 1891, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional. DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 26 jan. 1894, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁸² SANTOS. Atas da Intendência Municipal. Acta especial da apuração da eleição de dois vereadores á Assembléa Municipal, 5 dez. 1894. Livro 1894 – 1895, p. 108-109A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

¹⁸³ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. Termo, 8 abr. 1895. Livro 1894 – 1895, p. 169A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

¹⁸⁴ “- O vereador Quintino de Lacerda, ultimamente eleito, não pode tomar assento por não saber ler o regimento.” Cf. GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 7 abr. 1895, p. 1.

¹⁸⁵ Tal ação foi contestada pelos outros membros da Intendência, pois feria o regimento e as leis em vigor. No entanto, a situação de desarranjo era tamanha e, talvez, somado a vontades políticas superiores, a ação seguiu sem quaisquer protestos dos poderes superiores. Cf. SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 3ª Sessão Ordinaria, 2ª Reunião, 9 jul. 1895, p. 178A-179A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Olympio Lima (c. 1861 – 1907) destacou-se na legislatura de Manoel Maria Tourinho (Anexo 2). Maranhense, atuou em Belém¹⁸⁶ e depois em Manaus, antes de aportar em Santos em 1894, quando fundou o jornal *Tribuna do Povo*. Tinha relações com o médico sergipano Silvério Fontes, fundador do primeiro jornal socialista da cidade, chamado *A Questão Social*¹⁸⁷, além ser idealizador do Centro Socialista e do Partido Operário da cidade.

A imprensa tinha papel decisivo na circulação das informações. Como já foi dito, o jornal *Diário de Santos* foi comprado por Galeão Carvalho e Martim Francisco em 1887; poucos anos depois ele passaria à mão de outro advogado do mesmo grupo, Heitor Peixoto. O *Diário*, portanto, teria uma linha editorial nesse período favorável ao grupo dos governistas florianistas/gliceristas. Em outro espectro, a *Tribuna do Povo* e *A Questão Social* teriam um editorial voltado para as questões operárias, denunciando os desmandos do governo.

No ano de 1894, Manoel Maria Tourinho e Olympio Lima seriam presos, um em março e o outro em dezembro. Os motivos das prisões nunca foram explicados pelo delegado de polícia da cidade, indicando arbitrariedade e perseguição¹⁸⁸. Um pouco depois, em abril do ano seguinte, ocorreria o primeiro empastelamento da *Tribuna do Povo*; na ocasião, Olympio seria preso por “incentivo à desordem” por afixar um boletim na porta de sua tipografia acusando Heitor Peixoto¹⁸⁹.

Empastelamentos e prisões de editores de jornais forçavam a interrupção das edições periódicas de determinado jornal, causando um corte abrupto no fluxo de informações locais. Essas ações tinham claras feições políticas, uma delas esteve diretamente ligada às forças da própria municipalidade enquanto Quintino de Lacerda era intendente. Em dezembro de 1895, praças do corpo de bombeiros invadiram as tipografias da *Tribuna do Povo* e do *Santos Comercial*¹⁹⁰ e causaram uma grande destruição. Na ocasião, não só as caixas de clichês foram reviradas (como geralmente

¹⁸⁶ O LIBERAL DO PARA. Pará, 12 mar. 1887, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁸⁷ Silvério era casado com uma das filhas de Francisco Martins dos Santos. Em 1886 editava um jornal de cunho positivista intitulado *A Evolução*, no qual colaboravam seu sogro, Martim Francisco Sobrinho, e João Guerra. Cf. GITHAY, Lúcia Caira. **Ventos do Mar: trabalhadores do Porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914**. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 38.

¹⁸⁸ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 11 dez. 1894, p. 3. CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 11 dez. 1894, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁸⁹ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 21 abr. 1895, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁹⁰ O *Santos Comercial* era pertencente a Eurico Saldanha, também à época simpático à causa operária.

aconteciam), mas também foram quebradas máquinas, janelas arrebentadas, tudo a golpes de machado¹⁹¹. Subvenções populares para compra de novas máquinas foram necessárias para que as duas tipografias não fossem fechadas em decorrência dos empastelamentos¹⁹².

O recém-criado corpo de bombeiros era de comando direto de Quintino Lacerda enquanto intendente municipal, e o fato aconteceria no apagar das luzes de seu mandato. Foi apontado como mandante o comandante dos bombeiros Alferes Fabio Paulista Carvalho¹⁹³. Seu julgamento ocorreu em maio de 1896, tendo sido defendido por ninguém menos que João Galeão Carvalhal; tanto o alferes como os praças foram absolvidos das acusações¹⁹⁴.

A nova legislatura da Intendência Municipal (1896 – 1900) teria uma composição oposicionista – entretanto, sem a figura de Quintino de Lacerda entre seus membros. Na imprensa, dizia-se que a eleição do chefe do Jabaquara foi “usada” apenas para o momento do “trabalho sujo”, e que, em dado momento, seria descartado¹⁹⁵. Além disso, surgiu dos bastidores dessa trama a participação de Cesário Bastos, em uma aliança pouco provável com Galeão Carvalhal¹⁹⁶, que na época aparecia como Senador do Estado de São Paulo pelo partido governista, em apoio a Prudente de Moraes.

A partir de então, as disputas municipais se dariam entre o antagonismo do grupo oposicionista de Carvalhal e o situacionista de Cesário. Na verdade, a preponderância desse último seria tão grande na virada do século que seria chamado

¹⁹¹ ALVES, Alexandre. A imprensa na cidade de Santos: 1849-1930. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, p. 39-62, dez. 2007, p. 54. Disponível em: <<http://bit.ly/39bv5ZD>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

¹⁹² O assunto à época chegou a ser comentado em jornal inglês que circulava no Rio de Janeiro, o qual acusava diretamente o partido oposicionista como responsáveis pelo ato. Cf. THE RIO TIMES. Rio de Janeiro, 3 mar. 1896, p. 7.

¹⁹³ GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 6 dez. 1895, p.2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁹⁴ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Pará, 26 mai. 1896, p.2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁹⁵ “Que os drs. Carvalho de Mendonça e Jacob combinam o meio de se descartarem do sr. major Quintino de Lacerda; Que se isso for levado a efeito será a maior das ingratidões feitas ao mesmo major.” Cf. SANTOS COMMERCIAL. São Paulo, 12 jul. 1895, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁹⁶ “Não foi positivamente o dr. Carvalhal quem promoveu toda aquella campanha contra a defuncta constituição e cadaverica prefeitura; e aquelles que pensaram em tal, que attribuiram semelhante malvadez a s. exa., enganaram-se redondamente. O deputado Galeão só entrou naquillo por sugestão do actual chefe governista; e, em toda a historia de annullação da municipal embrulhada, o chefe glycerista não passou de um simples instrumento do senador Cesario Bastos.” Cf. CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 17 jun. 1897, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

de “chefe brônzeo”¹⁹⁷, e seus apoiadores levariam a alcunha de *cesaristas*. Quanto a Manoel Maria Tourinho, seu grupo aderiria à corrente parlamentarista em 1895¹⁹⁸, que no mesmo ano ainda se fundiria com o Partido Operário; continuaria na vida pública e política até sua morte, em 1913, sendo eleito vereador novamente na década seguinte, mas sem a preponderância que antes teve.

No contexto de intensas disputas políticas, a cidade se transformava. Diversos setores das elites que sentavam nas cadeiras das vereanças e intendências discutiam a formulação de novas leis, assim como determinavam a aplicação de antigas normativas. No próximo capítulo se discutirá como a movimentação desses grupos se materializava nas ruas de Santos, principalmente em seu aspecto físico. Buscar-se-á, a partir dessas interações políticas, entender os dispositivos legais que faziam com que a municipalidade conseguisse efetivar a demolição de antigos casarios em busca de ruas mais largas, assim como alterar os fluxos e a forma de a população se portar nas vias públicas. Em suma, serão perseguidos os caminhos de uma “nova rua”.

¹⁹⁷ COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 12 out. 1898, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

¹⁹⁸ SANTOS COMMERCIAL. São Paulo, 19 jul. 1895, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

CAPÍTULO II – RUAS: NORMA, PODER E ORDEM

27 de maio de 1885. Uma comissão encabeçada pelo vereador Major Joaquim Xavier Pinheiro enviou aos colegas do colegiado um documento com as impressões da correição feita pelas ruas da cidade alguns dias antes. Essas rondas pelas vias públicas eram bastante comuns e tinham como objetivo buscar irregularidades e inobservâncias às Posturas Municipais que, em geral, escapavam à autoridade dos fiscais encarregados.¹⁹⁹

Segundo esse corpo de vereadores, quase todos os artigos do Código de Posturas, organizado pela Câmara Municipal – e confiado aos fiscais –, eram por esses profissionais “esquecidos”. Frisavam alguns dos dispositivos, entre eles o conjunto dos artigos 6º ao 9º, que concorreriam para o “embelezamento da cidade” e a “higiene pública”.²⁰⁰

Nas ruas Conselheiro João Cardoso, Amador Bueno, S. Francisco, Rosario, Barão Aguiar Andrada, e outras, vê-se a edificação de cortiços, rabo de pato e tudo quanto ha de ruim e feio, sem guardar as determinações do artigo 6º; e é de lastimar entre taes edificações veja-se as da nova rua Barão de Aguiar de Andrada, que deixa bem patentes a desídia e a completa falta de cumprimento de deveres por parte dos Fiscaes da Camara.²⁰¹

Por fim, reclamavam que quase todas, senão todas, as casas do perímetro urbano fizeram encanamentos que enviavam matérias fecais para os canos de drenagem de águas pluviais, o que era expressamente proibido pelas Posturas Municipais.

Os Códigos de Posturas sempre tiveram uma ou mais seções que versavam sobre a materialidade da cidade, ou seja, especificamente sobre a constituição das ruas e suas edificações. Em resumo, falavam que: 1) nenhum edifício seria construído (ou reconstruído) fora da linha dada pelo arruador; 2) edificações denominadas “cortiços” só seriam permitidas dentro das regras da Câmara; 3) edifício nenhum seria construído sem que o terreno fosse nivelado até o nível da rua por meio de aterro; e

¹⁹⁹ SANTOS. Atas da Câmara Municipal. 2ª Sessão, 1ª reunião ordinária, 27 mai. 1885. Livro 1883 – 1887 (impresso), p. 3. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²⁰⁰ SANTOS. Atas da Câmara Municipal. 2ª Sessão, 1ª reunião ordinária, 27 mai. 1885. Livro 1883 – 1887 (impresso), p. 3. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²⁰¹ SANTOS. Atas da Câmara Municipal. 2ª Sessão, 1ª reunião ordinária, 27 mai. 1885. Livro 1883 – 1887 (impresso), p. 3. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

4) os proprietários eram obrigados a construir as calçadas das testadas que ficassem em frente aos seus terrenos.²⁰²

Para elaboração desta tese, foram analisados exaustivamente diversos documentos que registravam as ações de oficiais das Câmaras e Intendências Municipais de Santos. Nessa pesquisa percebeu-se que a rua é o espaço mais visível²⁰³, sendo nela e a partir dela que personagens históricos notórios ou anônimos protagonizavam efetivamente suas experiências históricas. A rua é a síntese da cidade, repete-se em abundância e é, talvez, a única entidade onipresente no espaço urbano. Apesar de almejar uma observação das vias públicas em sua forma concreta, busca-se seu ponto de vista “íntimo”, o complexo das decisões municipais para com a municipalidade anterior aos grandes planos de saneamento e sendo observada a partir de “modelos” ou “enquadramentos”²⁰⁴. O padrão prioritário de ordenamento verificado era a legislação municipal e sua aplicação no espaço público, sendo a rua um território material inacabado e em constante transformação.

Durante as duas últimas décadas do século XIX, as mais diversas formações de Câmaras e Intendências Municipais visaram, em seu fazer legislativo, a transformação das ruas de Santos por meio das Posturas Municipais. Por esses dispositivos normativos a municipalidade podia determinar mudanças no espaço público, moldando assim o espaço existente entre as casas da cidade. Por eles estabelecia fluxos que atendiam aos interesses mais diversos, como a movimentação portuária, ou até mesmo visando desaglomerar pessoas em determinadas vias.

²⁰² “**Art. 6º.** Nenhum edificio será construido ou reconstruido fóra da linha do arruamento; **Art. 7º.** A edificação de casas denominadas – cortiços – só será permitida, satisfazendo-se as condições do plano de edificações; **Art. 8º.** Ninguém poderá construir edificio, seja de que qualidade fôr, sem que o terreno desse edificio e suas dependencias (quintaes) tenha sido aterrado até o nivel da rua, cumprindo ao engenheiro não satisfazer a ultima parte do art. 5º, sem que esta obrigação seja satisfeita; **Art. 9º.** Os proprietarios serão obrigados a calçar com lages de cantaria esquadrejadas e perfeitamente ajustadas, ou outro qualquer systema approved pela camara, á quem se pedirá licença; as testadas dos predios e muros que construirem ou já construidos sem calçamento algum.” Cf. COLEÇÃO de leis promulgadas pelo governo provincial. **Resolução 43 - Codigo de posturas da Camara Municipal da cidade de Santos.** São Paulo, 1883, p. 173-186.

²⁰³ GARDEN, Maurice. Histoire de la rue. **Pouvoirs.** Revue française d’études constitutionnelles et politiques. La rue, n. 116, jan. 2006, p. 5-17. Disponível em: <<http://www.revue-pouvoirs.fr/Histoire-de-la-rue.html>>. Acesso em: 6 ago. 2021.

²⁰⁴ BRODY, Jeanne. La rue comme forme. In: BRODY, Jeanne (Org.). **La rue.** Paris: Presses Universitaires du Mirail, 2005, p. 21.

Este capítulo discute questões relativas às transformações da rua na cidade de Santos durante a passagem do Império para a República. Atém-se à rua enquanto espaço físico, com seus edifícios, calçadas e leito carroçável, assim como ao uso das leis pela municipalidade em uma tentativa de controle total e efetivo da cidade dentro do planejamento urbano²⁰⁵.

A rua é reconhecidamente o espaço mais visível da cidade e sempre esteve presente nos estudos de planejamento urbano. Determinante na documentação, aqui busca-se dar centralidade aos sentidos conferidos a ela pelo poder público em suas obras públicas, quando esse órgão se coloca enquanto agente regulador por meio da legislação e tenta se fazer presente por meio dos elementos fiscalizatórios. A gestão das ruas de fins do século XIX era feita por um poder público atuante e gerou impactos sociais, transformou sua memória e construiu uma identidade urbana que se tornaria hegemônica ao longo das primeiras décadas do século XX. Construía-se, assim, a *Belle Époque* santista.

A partir da década de 1880 que as intervenções na rua se tornaram mais incisivas, quando novos prédios públicos com arquitetura de inspiração europeia começaram a marcar o centro urbano. Entre tais intervenções, a desapropriação e o alargamento das ruas, forçando a renovação de fachadas e, assim, cumprindo também o intento de esconder o passado colonial. Foi nesse momento que a expressão “coisa pública” enquanto *res publica* tornou-se visível, personagens laicos passaram a nomear locais que antes tinham nomenclaturas mais subjetivas, como um morador mais antigo, um sítio marcante, uma instituição pública ou uma ordem religiosa.²⁰⁶ Essa característica se intensificaria no período republicano, quando o pacto federativo removeu as amarras administrativas das Câmaras Municipais, mas esse movimento começara pelo menos uma década antes.

²⁰⁵ Para desdobramentos da rua em seu “fazer ser” e outras disputas, ver capítulos 3, 4 e 5, nos quais se desenvolverá a participação de sujeitos históricos que faziam com que a rua se tornasse um local de múltiplas experiências.

²⁰⁶ CABANEL, Patrick. Les catholiques dans la rue: l'église et le controle de la voie publique em France (XIX^e-XX^e Siècles). In: BRODY, Jeanne (Org.). *La rue*. Paris: Presses Universitaires du Mirail, 2005, p. 75.

Isso também se refletiu no conjunto de leis e normas atreladas à transformação da rua física. Boa parte dos dispositivos legislativos que foram aplicados com mais rigor e intensificados a partir do 15 de novembro de 1889 já estava presente nas Posturas Municipais aprovadas no ano de 1883, código que, apesar de questionado pelas autoridades municipais republicanas, vigorou até 1897 e foi utilizado como balizador das ações municipais. Neste capítulo questiona-se sua importância, construção e aplicação para a nova rua que despontava nas últimas duas décadas do século XIX. A nova compilação se tornaria um documento muito mais robusto, técnico e minucioso que o anterior, mas não se observariam mudanças substanciais e a criação de novas normas para reger o espaço urbano que não aparecessem no documento que vigorara nos 14 anos anteriores.

Nesse movimento, diversos elementos de uma cidade ainda acanhada e com feições coloniais começaram a ser considerados impróprios para o espaço civilizado e moderna almejado, discurso que foi gestado nos últimos dez anos do período imperial e se consolidou com o estabelecimento do regime republicano. Se as duas últimas décadas do século XIX foram marcadas por ações de alargamento de ruas no centro urbano – que possuíam um duplo sentido de arejar a cidade e facilitar o crescente fluxo portuário de cargas e pessoas –, os anos de 1880 e 1890 foram também assinalados com uma forte fiscalização de costumes, buscando uma (quase) impossível ordem no centro urbano. Pescadores, vendedores ambulantes, animais perdidos e sem dono: personagens praticamente ausentes na documentação em anos anteriores parecem tornar-se centrais em uma cidade que crescia e diversificava-se em sua gente e seus modos de viver.

2.1 POSTURAS MUNICIPAIS E A ORGANIZAÇÃO DA CIDADE

Para compreensão das transformações da rua ao longo do século XIX, a leitura da legislação municipal é de suma importância, pois era por meio dessas normas que a municipalidade implantava elementos estruturantes que determinariam

a alteração física e simbólica do espaço público. Cabe destacar que as Posturas Municipais, desde o início da colonização portuguesa no Brasil, foram o principal meio utilizado pelo poder público para o controle das práticas cotidianas na cidade.

Esse costume português enraizou-se na cultura jurídica brasileira, mantendo-se no século XIX, período no qual as Posturas Municipais foram um dos instrumentos principais para normatizar e buscar resolver os problemas das cidades. A lei de 1º de outubro de 1828 deu nova forma às dinâmicas municipais e marcou suas atribuições. Segundo o artigo 71 dessa lei:

Art. 71. As Camaras deliberarão em geral sobre os meios de promover e manter a tranquillidade, segurança saude, e commodidade dos habitantes; o asseio, segurança, elegancia, e regularidade externa dos edificios, e ruas das povoações, e sobre estes objectos formarão as suas posturas, que serão publicadas por editaes, antes, e depois de confirmadas.²⁰⁷

Esse artigo e os dois seguintes da lei orgânica do Império resumiam de forma bastante completa como as Posturas eram concebidas, sobre quais temas versavam, quais tipos de punição (multa ou prisão²⁰⁸) e a quais poderes se poderia recorrer em caso de pessoas que se sentissem lesadas.

As Câmaras Municipais, a partir dessa normatização imperial, ficaram submissas ao governo provincial: era a “Doutrina da Tutela”. As Câmaras eram submetidas a um controle rígido pelas Assembleias Legislativas. Essa tutela costumava comparar o município à menor parcela da ordem administrativa, pois era incapaz de criar leis sem que passasse por um apertado sistema de fiscalização de sua legislatura, a cargo dos “poderes adultos”²⁰⁹.

²⁰⁷ BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828. Rio de Janeiro, 1828. Disponível em: <<http://bit.ly/2vSOOip>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

²⁰⁸ Em geral, a prisão era uma forma de pena alternativa para pessoas que não possuíam meios para pagar a multa em espécie. Não está especificado, mas, durante muitos anos, se o contraventor fosse escravo, a prisão também poderia ser convertida em um número específico de chibatadas, se assim o senhor escolhesse.

²⁰⁹ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012, p. 46. Disponível em: <<http://bit.ly/35zeldW>>. Acesso em: 14 out. 2019.

Essa situação só mudaria com a Constituição Republicana de 1891, na qual o pacto federativo traria uma maior autonomia aos municípios, principalmente do ponto de vista legislativo. Mesmo que politicamente existisse um grande controle da vida municipal, a partir desse momento os conselhos passaram a ter uma agilidade maior de decisão das leis que alterariam o cotidiano e as feições da cidade.

Ainda no que tange à Lei Orgânica de 1828, essa maior atenção que as Assembleias Legislativas deviam dar às normas municipais fez com que surgisse um dispositivo que compilava todas essas leis em um só local: os Códigos de Posturas. Essa Lei determinou que, a partir da sua promulgação, todas as vilas e municípios do Império deveriam encaminhar às Assembleias de suas Províncias suas Posturas para que então fossem aprovadas em forma de código.

No caso específico de Santos, a primeira compilação de que se tem notícia é a de 1836²¹⁰. Entretanto, puderam ser encontradas solicitações e aprovações de alterações de artigos específicos de Posturas santistas na documentação da Assembleia Legislativa Provincial nos anos de 1832²¹¹ e 1834²¹², respectivamente. A Corte do Rio de Janeiro teve seu primeiro Código aprovado no ano de 1830²¹³. Além disso, diversas vilas de São Paulo, como São Vicente, Conceição do Itanhaém, Jundiaí e Itu, tiveram seus primeiros códigos compilados nesse mesmo ano, sendo plausível que Santos também tenha feito parte desse conjunto, e que o primeiro Código de Posturas tenha se perdido.

Nos anos seguintes, quando um determinado número de novas Posturas fosse aprovado em emendas ou alterações, um novo volume era compilado. Em geral,

²¹⁰ SÃO PAULO (Estado). ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Departamento de Documentação e Informação. Acervo Histórico. **Alteração de Posturas Municipais**. 1836. Disponível em: <<http://bit.ly/2nKpRBY>>. Acesso em: 14 out. 2019.

²¹¹ SÃO PAULO (Estado). ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Departamento de Documentação e Informação. Acervo Histórico. **Emendas às Posturas de Santos**. 1832. Disponível em: <<http://bit.ly/2MdsGoD>>. Acesso em: 14 out. 2019.

²¹² SÃO PAULO (Estado). ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Departamento de Documentação e Informação, Acervo Histórico. **Redação das Posturas da Câmara Municipal da Vila de Santos aprovadas pelo Conselho Provincial em 1º de Janeiro**. 1834. Disponível em: <<http://bit.ly/2IOIHIP>>. Acesso em: 14 out. 2019.

²¹³ TERRA, Paulo Cruz. Câmaras Municipais no Império: as posturas municipais do Rio de Janeiro sobre o trabalho (1830 - 1838). In: MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ABREU, Martha; TERRA, Paulo Cruz (Orgs.). **Os Poderes Municipais e a Cidade: Império e República**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/2Mg09io>>. Acesso em: 14 out. 2019.

editavam-se brochuras de baixa tiragem para que fossem distribuídas para pessoas e instituições de interesse, e o conjunto de leis também era publicado na Coleção de Leis da Província do ano. Os Códigos de Posturas de que se tem notícias na cidade de Santos aprovados pela Assembleia Provincial de São Paulo foram publicados nos anos 1836, 1847²¹⁴, 1857²¹⁵, 1870²¹⁶ e 1883²¹⁷, ou seja, uma periodicidade de 10 a 13 anos entre as edições.

O último Código de Posturas do Império da cidade de Santos, aprovado em 1883, possuía 194 artigos, que versavam sobre toda a vida urbana da cidade, separados nos seguintes capítulos:

- EDIFICAÇÕES, ALINHAMENTOS, ETC.
- MATADOURO, AÇOUGUES, MERCADOS E CURRAES
- COMMERCIO, INDUSTRIA, ETC.
- TRANSITO, ANIMAES SOLTOS, ETC.
- HYGIENE E SALUBRIDADE
- USO DE MATERIAIS INFLAMAVEL, INCENDIOS E PEDREIRAS
- ESPETACULOS, DIVERTIMENTOS, ETC.
- COSTUMES, SEGURANÇA E COMMODIDADES PUBLICAS
- INHUMAÇÕES
- DISPOSIÇÕES GERAES
- PLANO DE EDIFICAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Um Código não era gestado no ano de sua aprovação, sendo fruto de uma revisão feita pelos vereadores implicando todas as Posturas propostas à Assembleia Legislativa nos anos anteriores. Observar a dinâmica de correspondência entre municipalidade e os “poderes adultos” pode trazer um entendimento bastante rico das necessidades do município que desaguariam na compilação seguinte.

²¹⁴ SANTOS. Código de Posturas, 1847 [manuscrito]. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²¹⁵ SANTOS. Código de Posturas, 1857 [manuscrito]. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²¹⁶ COLEÇÃO de leis e Posturas Municipaes approvadas pela Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo. **Resolução 103**. São Paulo: Typographia Americana, 1870, p. 197-212.

²¹⁷ COLEÇÃO de leis promulgadas pelo governo provincial. **Resolução 43 - Codigo de posturas da Camara Municipal da cidade de Santos**. São Paulo, 1883, p. 173-186.



Figura 9 – Publicação das Posturas da Câmara Municipal da cidade de Santos, 1857.²¹⁸

²¹⁸ Acervo Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

No caso do código do ano de 1883, era reflexo das leis aprovadas desde 1870, verificando-se a seguinte sequência cronológica:

Tabela 3 – Ofícios enviados e recebidos pedindo e recebendo aprovação de Posturas Municipais entre 1870 e 1883.

mai. 1870	Aprovação do Novo Código de Posturas pela Assembleia Provincial
out. 1870	Proposta de novos artigos referentes a providências que evitem conflitos entre condutores de carroças e bondes enviada pela Câmara Municipal à Assembleia Provincial
mar. 1873	Aprovação pela Assembleia Provincial das Posturas dos artigos enviados em outubro de 1870
set. 1873	Proposta de novos artigos referentes à construção e manutenção de habitações denominadas “cortiços” enviada pela Câmara Municipal à Assembleia Provincial
out. 1873	Aprovação das Posturas referentes a cortiços, determinando publicação em Edital
jun. 1874	Proposta de novos artigos referentes a pedreiras na cidade de Santos enviada pela Câmara Municipal à Assembleia Provincial
jun. 1874	Edital publicando reformas em diversos artigos de Posturas aprovados pela Assembleia (condução de cal a granel, carnes conduzidas ao matadouro, casas denominadas “cortiços”, versando sobre menores de idade como condutores de veículos e documentação para os mesmos condutores)
dez. 1874	Aprovação dos artigos referentes a pedreiras, determinando publicação em Edital
fev. 1875	Proposta de novos artigos referentes ao trânsito de carros de carga nos passeios, derretimento de sebo dentro da cidade e animais vagando soltos pelas ruas
mar. 1875	Aprovação do Regulamento do Trânsito, aditivo artigo 49 das Posturas
mai. 1875	Aprovação pela Assembleia Provincial das Posturas dos artigos enviados em maio de 1875
jun. 1875	Proposta de novos artigos referentes à construção de calhas para águas pluviais, limpeza de testadas e sarjetas das casas, limpeza dos matadouros e estabelecendo regras aos jardins públicos
mar. 1876	Aprovação pela Assembleia Provincial das Posturas dos artigos enviados em junho de 1875
mai. 1879	Aprovação de novas Posturas referentes a tipos de carroças proibidos e condução de cargas nas ruas da cidade
dez. 1880	Aprovação do Regulamento para Praça do Mercado Provisório da Cidade de Santos
jan. 1881	Envio do novo Código de Posturas reformado para aprovação da Assembleia Provincial
fev. 1883	Aprovação do novo Código de Posturas

Um ponto relevante a ser notado diz respeito às Posturas e seus tempos inerentes: a aprovação do novo Código em maio de 1870 não impediu que a municipalidade, apenas cinco meses depois, no mesmo ano, enviasse solicitação da aprovação de novas leis. Além disso, o tempo de aprovação era variado: poderia durar meses ou até anos, dependendo do interesse dos poderes superiores, revelando o quão moroso poderiam ser as resoluções legislativas na vida municipal no período imperial, o que se refletia também nas ações do poder público para com a cidade.

Das Posturas aprovadas naquele período e que moldaram o Código da década de 1880 na cidade de Santos, destacam-se aquelas que versavam sobre o transporte de cargas. Até então somente existiam Posturas que abordavam a temática da “livre servidão” das ruas, mas nenhuma que caracterizasse e especificasse a forma como os condutores deveriam se portar no trânsito das ruas.

Um dos motivos da preocupação era a recém-assinada concessão dada em 1870 ao capitalista Domingos Moutinho²¹⁹ através de seu Procurador José Manoel Arruda. Ela previa privilégio por 50 anos para “estabelecer uma linha de trilhos de ferro n’esta cidade para o transporte de cargas e passageiros”, resultando, dois anos mais tarde, na criação da Companhia Melhoramentos da cidade de Santos, que encampou não só o transporte de bondes, mas a distribuição de água e iluminação pública a gás. Essa concessão aconteceria apenas três anos depois da inauguração da Estrada de Ferro São Paulo Railway, que ligou o porto de Santos ao interior do estado e facilitou enormemente o transporte, fazendo, com isso, também aumentar o fluxo de cargas e pessoas na cidade.

A década de 1870 foi marcada por uma intensificação do viver urbano na cidade. A Estrada de Ferro São Paulo Railway, chave para o entendimento dessa alteração, foi construída ao longo da década de 1860. Até sua inauguração, em 1867, o acesso ao planalto era feito por meio da Calçada de Lorena (que substituiu o antigo caminho do Padre Anchieta), pavimentada em fins do século XVIII. Com esse acesso ao planalto facilitado, o porto de Santos viveu duas décadas de grandes transformações: em 1870 entrou na rota dos navios a vapor transatlânticos; três anos mais tarde a *Western Telegraph* ligaria Santos com a Europa em questão de segundos com os cabos submarinos de comunicação telegráfica.

²¹⁹ “Moutinho” ou “Moitinho”, seu nome aparece das duas formas tanto na documentação da Câmara como nos jornais e periódicos da época.

A ligação com o porto do Rio de Janeiro já estava bastante estreita pelo menos desde o início do século XIX, quando a transferência da Corte portuguesa para aquela cidade faria assegurar um grande fluxo de navios para toda a costa sul brasileira, o que com certeza beneficiou portos próximos como o de Santos²²⁰. Com o crescimento das plantações de açúcar e café paulistas ao longo desse período, São Paulo foi atraindo capitalistas fluminenses, que viam no pequeno porto santista a principal porta de saída e entrada de mercadorias e pessoas da província. A ferrovia foi o primeiro passo, seguido pelos serviços de bondes, água encanada e iluminação pública, sempre com capital anglo-fluminense.

Por isso, nesse período foram aprovadas diversas Posturas que versavam sobre os transportes na cidade de Santos: os condutores de carroças eram obrigados a deixar os trilhos livres e dar passagem aos bondes da Melhoramentos; nas ruas extremamente estreitas os condutores concorreriam reciprocamente para que o trânsito ficasse logo livre; por fim, a Companhia era obrigada a colocar funcionário seu para que, por meio de sinais, avisasse aos condutores de veículos a aproximação de seus carros. Quem desobedecesse à Postura estava sujeito à pena de 24 horas de prisão.²²¹

Versando especificamente sobre os carroceiros, menores de 18 anos não poderiam servir como cocheiro, guia ou condutor de carros; os condutores deveriam sempre andar com seus recibos ou qualquer documento que comprovasse o pagamento do imposto municipal, mostrando à autoridade competente quando solicitado; e cada carro teria um número de lançamento de imposto, que deveria aparecer visível enquanto rodassem pela cidade.²²² Além disso, surgiria uma preocupação com os passeios ou calçadas das ruas, adicionando-se na legislação a proibição de trânsito por esses locais, denotando uma observância à segmentação do fluxo de carros e pedestres.²²³

²²⁰ Segundo Luís Saia, até pelo menos a segunda metade do século XVIII a ligação entre Santos e o Rio de Janeiro era feita majoritariamente por terra, haja vista a imensa quantidade de corsários que povoavam a marinha nessa parte da costa brasileira. Cf.: SAIA, Luís. Notas preliminares sobre a fazenda Pau D'Alho: História, restauração e projeto de aproveitamento. **Revista de História**. São Paulo, v. 51, n. 102, 1975, p. 58-5.

²²¹ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Livro de Registro de Offícios, 1873. Livro 1870 – 1880, p. 107A, 108 e 108A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos

²²² SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Livro de Registro de Offícios, 1874. Livro 1870 – 1880, p. 137 e 137A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²²³ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Livro de Registro de Offícios, 1875. Livro 1870 – 1880, p. 153A e 154. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

O artigo mais relevante criado nesse período, que revelava um flagrante aumento de movimentação nas ruas da cidade, era aquele que visava normatizar o fluxo das ruas: a partir de 1875 as ruas da cidade tinham sentidos obrigatórios, com a finalidade de evitar encontros de carros²²⁴.

Paragrapho primeiro. Os carros de passageiros ou de cargas que se dirigirem directamente d'Alfandega á Estação da estrada de ferro, transitarão pelas ruas d'Alfandega, Aurea ou do Rosario, Largo da Coroação, São Leopoldo, São Bento e Penha. Paragrapho segundo. Os que desde a Estação até a Alfandega ou vice versa se destinarem á algum ponto intermediario, nas ruas de Santo Antonio, Antonina, Direita, Septentrional e Meridional, voltarão ou seguirão pelas ruas designadas no paragrapho antecedente, tomando as ruas ou travessas que ficarem máis proximas, observadas as limitações dos paragraphos seguintes.

Paragrapho terceiro. Nas ruas paralelas á Direita para o lado do mar, os carros transitarão nas direcções seguintes: de Oeste para leste, pela rua da Praia, desde a casa de Souza Queiroz e Vergueiro até a do Consulado; de Leste para Oeste, pela mesma rua da Praia, desde o largo Onze de Junho até a rua do Consulado e d'ahi pelo largo do Gusmão até a Estação.²²⁵

Nos primeiros parágrafos do regulamento, apareciam contempladas as ruas mais movimentadas da cidade à época. Observa-se que dois pontos estavam sendo utilizados como partida e chegada, que eram a Alfândega e a Estrada de Ferro; como vias, usavam as ruas da Praia – com as pontes de embarque e desembarque de navios –, as ruas Santo Antônio e Direita, com os armazéns e firmas. A atenção

²²⁴ Por conta do início das obras da São Paulo Railway em 1860 e uma primeira proposta frustrada de instalação de bondes puxados a burro em Santos em 1862, o aumento do fluxo de carroças e demais meios de transportes de cargas e pessoas pelas ruas de Santos já era pensado pelo menos um ano antes dessa determinação. Arnaldo Ferreira Marques Junior aponta que, em 1864, um aditivo ao Código de Posturas organizava “[...] o crescente tráfego local, determinando que algumas vias fossem transitadas em um único sentido”. A fiscalização dessa Postura seria intensificada após o início das atividades dos bondes da Companhia Melhoramentos, nos primeiros anos da década de 1870. Cf.: MARQUES JÚNIOR, Arnaldo Ferreira. **Campo, parque, jardim: transformações do espaço público urbano - A Praça Visconde de Mauá em Santos - 1740-1940**. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), 2006.

²²⁵ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Livro de Registro de Ofícios, 1865 - 1880, p.158 e 158A (grifo nosso). Acervo Arquivo e Memória de Santos.

estava, portanto, voltada para os locais onde se acumulavam carroças e bondes, que levavam cargas e pessoas da região portuária até a região do Valongo – onde ficava localizada a Estação da Estrada de Ferro.

Com a República, os municípios ganharam uma maior autonomia com relação à produção de leis e administração dos recursos da cidade, agilizando a produção de novas normas. Por isso, a ideia de que a cidade precisava de um novo Código de Posturas estava presente desde as primeiras reuniões das Intendências Republicanas provisórias, em 1890.²²⁶ Todavia, por motivos de instabilidade política, a nova compilação de Posturas da República, última nos mesmos moldes do império²²⁷, seria concretizada apenas no ano de 1897:

Tenho a honra de submeter a apreciação da camara o projecto do codigo de posturas, confeccionado pelo illustre advogado Jacob Thomaz Itapura de Miranda.

Este projecto de lei, organizado pelo honrado santista e ouvidos os medicos e engenheiro municipaes mais palpitantes, regulamentando as relações dos municipes com a camara. O codigo actualmente em vigor, cujos exemplares são rarissimos, peca pela deficiencia em todas as suas partes, pois que são inumeras as suas lacunas e não ha a estranhar isto, porque o referido codigo foi aprovado no anno de 1883 e está vigorando consequentemente ha 14 annos. Bem se vê que as necessidades actuaes do municipio são mui diversas d'aquella epoca, d'ahi a precizão de serem reformados muitas dos disposições ali contidas e ampliadas de harmonia com o largo progresso e desenvolvimento da nossa importante cidade nestes ultimos annos.²²⁸

A partir de janeiro de 1890, a facilidade da atividade legislativa e de atuação do poder público fez com que a produção das Posturas não fosse mais feita em grandes blocos, já que não havia mais a necessidade de subir a São Paulo e esperar longos meses (ou até anos) pela aprovação dos “poderes adultos”. Isso fez com que

²²⁶ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 8ª Sessão, 08 mar. 1890. Livro 1890 – 1892, p. 37-42. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²²⁷ Diz-se “última nos mesmos moldes” pois, por seu caráter, os Códigos Imperiais abrangiam temas tão diversos quanto as próprias competências administrativas da Câmara Municipal, tais como cuidar das ruas, pontes, estradas, prisões, iluminação, água, esgotos, matadouros, saneamento, cemitérios, sossego público, proteção contra ébrios, loucos e animais ferozes, assistência a menores, inspeções a escolas primárias, assistência a menores, polícia dos costumes etc. O Código de Posturas existe até os dias de hoje, mas com outro caráter. Com a criação do Código de Construções de 1922, aos poucos, as Posturas deixaram de ser o centro do fazer legislativo municipal na cidade de Santos.

²²⁸ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 9ª Sessão Ordinária, 7 abr. 1897. Livro 1896 – 1898, p. 42-43A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

comissões de redação fossem criadas para a gestação do novo Código como um todo. Comissões foram geradas em quase todas as composições de Intendência: uma em 1890, outra em 1894²²⁹ e outra, finalmente, em 1896, que resultou no Código de Posturas aprovado no ano seguinte.

As instabilidades políticas do período fizeram com que essas Comissões não chegassem a terminar suas incumbências. Foi possível observar resoluções e pequenas leis que foram feitas no período citado, mas nenhuma revogou ou mudou significativamente os padrões construtivos estabelecidos no Código de Posturas de 1883, apenas o detalharam ou adicionaram temas omissos. Questões como a definição de “avenidas”, um novo termo que seria adicionado ao vocabulário do poder público ao longo das duas últimas décadas do século XIX, foram enfim especificadas e adicionadas ao rol de Posturas Municipais.

Outras questões que seriam mais bem especificadas e apareceriam com importância se referem ao estabelecimento de cocheiras na cidade, à abertura de comércio aos domingos e a determinações para construções denominadas “cortiços”. Ainda em janeiro de 1890, a Postura que estabelecia a abertura de comércios depois das duas horas nos domingos era revogada, proibindo a prática²³⁰; na mesma sessão, proibiam-se as construções “denominadas cortiços”, já que Postura anterior era mais permissiva e deliberava a forma como tais habitações coletivas deveriam ser²³¹. Além dessas, as cocheiras também foram alvo de intervenção, em aditivo de Posturas aprovado na sessão de fevereiro de 1891:

Art.1º - Todo o terreno ocupado pelas cocheiras, existentes nesta cidade, deverá ser calçado com alvenaria ou pedra faceada, bem assim toda a área destinada á sua serventia. O calçamento deverá ter a declividade necessaria para o escoamento das aguas.²³²

²²⁹ Essa Comissão de Redação de Posturas chegou a concretizar e publicar um novo Código em 1895. Todavia, ele estava atrelado a uma Constituição Municipal que foi considerada ilegal e revogada naquele mesmo ano, caindo também o Código aprovado.

²³⁰ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 38ª Sessão, 14 fev. 1891. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 188-192. Acervo Fundação Arquivo e Memória.

²³¹ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 38ª Sessão, 14 fev. 1891. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 188-192. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²³² SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 2ª Sessão, 26 fev. 1891. , Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 198-201. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Entretanto, todas essas especificações já apareciam em discussões da Câmara na última década do século XIX, além de serem mais ou menos apreciadas nas regulamentações municipais. Apesar de posições políticas aparentemente distintas entre as Câmaras imperiais e as Intendências republicanas, ao observar os pontos de interesse do fazer legislativo, verificam-se pontos em comum.

Essas questões foram incorporadas no novo Código de 1897, que era bem mais robusto no que tange à quantidade de disposições: 307, 113 artigos a mais que seu predecessor de 1883, sem contar os inúmeros parágrafos que delimitavam e especificavam determinada Postura. No entanto, no que tange às questões da rua, apesar de mais detalhado, o conteúdo não teria mudado substancialmente daquele presente no código precedente.

Essas transformações atingiam a rua física, em seus passeios e calçamentos, de forma direta. Todavia, algo a ser destacado é que, entre as Posturas pensadas no período estudado, nenhuma até o Código de 1897 alteraria a concepção do espaço urbano no que diz respeito à sua largura, tamanho ou forma de construção. Aparentemente, todas as disposições já estavam lá, só restava a sua aplicação.

2.2 ESPAÇO DE INTERVENÇÃO: ALARGAMENTOS, DEMOLIÇÕES E EXPANSÃO

As ruas na cidade de Santos ao longo do século XIX passaram por metamorfoses, sendo necessário compreender que havia concepções diversas sobre uma rua “ideal”. Essas ações ora rompiam com um pensamento de longa duração colonial e traziam concepções europeias (ou, pelo menos, uma leitura brasileira feita pela Capital Rio de Janeiro da Paris haussmanniana), ora eram marcadas por continuidades históricas.

Cabe observar em que momento as concepções de linearidade e racionalidade foram adotadas na abertura de novas ruas e manutenção/alargamento das antigas, visto que, desde as primeiras compilações de Posturas Municipais do século XIX, leis relativas a largura mínima e retidão das vias podiam ser encontradas, assim como a preocupação com um espaço específico para o trânsito de carros e outro de transeuntes.

Fisicamente, todas as ruas de Santos, até pelo menos a década de 1870, possuíam um aspecto bastante semelhante: estreitas e tortuosas, de terra e areia ou, entre as poucas ruas calçadas, de pedra rústica e irregular. Não possuíam a configuração que se conhece atualmente, com fluxos de pedestres e veículos separados, uma continuidade da concepção colonial do espaço urbano. Essa rua era concebida quase exclusivamente como meio de ligação entre os domicílios e os pontos de interesse coletivo.

Na maior parte dos casos não tinham significado local de permanência. O movimento era sempre reduzido, sobretudo nos centros menores, onde à noite, muitas vezes, passeavam soltos animais pelas ruas. Nelas circulavam principalmente as pessoas - pedestres, cavaleiros, rêdes ou cadeirinhas carregadas por escravos - ou, em menor proporção, circulavam mercadorias em carros ou transportadas por escravos.²³³

Com relação ao seu aspecto físico, pouco mudou no que tange às Posturas Municipais. Até o século XVIII, o tráfego das ruas era principalmente de pedestres ou cavaleiros; “o transporte de cargas era realizado pelas vias que ligavam as entradas da povoação aos locais de feira e mercado”. Por isso eram estreitas, irregulares e recebiam pouca atenção, sendo as praças os pontos de maior foco urbanístico. Nelas localizavam-se os principais prédios oficiais e religiosos, ficando a arquitetura particular para um plano interior.²³⁴

Segundo o Art. 1º do Código de Posturas de 1847, as ruas, estradas e travessas abertas teriam um **mínimo de 60 palmos (cerca de 13,7 metros)** de parede a parede, “salvo se por algum obstáculo invencível não se puder conseguir essa largura”²³⁵. Poderia ser entendido enquanto um padrão “estrito”, considerando a configuração atual das ruas, mas a escala era outra e os usos, diversos, os quais dispensavam maiores amplitudes.²³⁶ Esse padrão também significava uma flagrante

²³³ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil** (1500 - 1720). São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968, p. 131.

²³⁴ Ibidem, p. 131.

²³⁵ SANTOS. Código de Posturas, 1847 [manuscrito]. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²³⁶ REIS FILHO, op. cit., p. 131.

continuidade colonial, haja vista que os padrões para cidades como Salvador e Rio de Janeiro eram os mesmos aplicados nos códigos santistas ao longo de todo o Império.²³⁷ Todavia, as ruas da cidade de Santos não tinham esse tamanho. Salvo as principais e longitudinais, como as de Santo Antonio, Direita, Meridional/Setentrional, quase todas as outras eram estreitas travessas que levavam ao porto, algumas sem largura suficiente para duas pessoas lado a lado. Em outras palavras, essa disposição – muito possivelmente anterior ao século XIX, inclusive – não limitou ou desestimulou a abertura de ruas e travessas menores.

A partir da década de 1880, a documentação revela um esforço do poder público no sentido de fazer valer a legislação e conseguir alcançar o mínimo do tamanho previsto em lei. Em fevereiro de 1881 a Câmara Municipal de Santos foi autorizada pela Assembleia Legislativa a contrair um empréstimo de 200:000\$000 (duzentos contos de réis) para serem aplicados no calçamento a paralelepípedos de ruas da cidade.²³⁸

No entanto, é provável que esse dinheiro não tenha sido aplicado apenas, pura e simplesmente no calçamento das ruas. A documentação revela uma série de ações para o alargamento das vias mais estreitas da cidade. É possível questionar se o dinheiro também teria sido empregado na parte mais custosa desse processo, que era a compra de edifícios declarados de utilidade pública para derrubar suas fachadas e reconstruí-las, a fim de que as ruas alcançassem o tamanho mínimo.

Foram encontradas em Atas das Sessões da Câmara e da Intendência Municipal relativas ao período de 1884 a 1897 ao menos 49 referências (Anexo 1) ao alargamento ou abertura de novas ruas na cidade de Santos. Ao observá-las pode-se identificar pelo menos três categorias: ruas no centro da cidade e cruciais para o funcionamento do porto; ruas de novos bairros, como Vila Mathias, Macuco, Boqueirão e José Menino; e, por fim, as novas avenidas.

²³⁷ “A Câmara de Salvador estabelecida, através de postura, a largura de 66 palmos para as ruas da cidade, o que era muito para a época (cêrca de 14 metros) [...]” Cf.: REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil** (1500 - 1720). São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968, p. 131.

²³⁸ SÃO PAULO (Estado). ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Departamento de Documentação e Informação, Acervo Histórico. **Autorização de despesas para calçamento da cidade ao padrão de paralelepípedos**. São Paulo, 1881. Disponível em: <<https://bit.ly/37qlAag>>. Acesso em: 14 out. 2019.

Na primeira categoria, as antigas e pequenas travessas que cortavam as principais ruas da cidade e levavam ao porto eram as de maior atenção e recorrência. As ruas Frei Gaspar e São Bento foram as primeiras a receber desapropriações e alargamentos, pois tinham caráter estratégico no acesso ao porto. Em menor medida, ruas como Braz Cubas, Martim Afonso e 11 de Junho, que também possuíam a mesma característica de travessas que cortavam as principais ruas da cidade e seguiam em direção ao porto, receberam tratamento semelhante.

Nessas ruas, o vai e vem de pessoas, cargas e carroças era constante. Carroças e homens carregavam sacas que, em geral, regurgitavam café e deixavam pelas ruas muitos de seus grãos ainda sem torrar, brancos. Em meio aos trabalhadores, entre ex-escravizados e imigrantes espanhóis e portugueses (grande maioria), homens de negócios conduziam “notas de cédulas do tesouro, latinhas chatas com amostras de mercadorias”²³⁹, destacando-se um fluxo contínuo de cargas e pessoas de várias nacionalidades.

Outro grupo de ruas que recebeu atenção no período dos alargamentos foram as das duas regiões extremas do centro urbano de Santos: Valongo e Paquetá. No Valongo, ruas como Alexandre Rodrigues, São Leopoldo e Visconde do Embaré tinham posição determinante e estratégica para o acesso à Estação da Estrada de Ferro *São Paulo Railway*. O trânsito de carroças na região se tornaria tão intenso que, em 1893, foi instalado um sistema de senhas para carroças que fossem carregar ou descarregar na Estação.

Requerimento de Ribeiro & Santos e outros proprietários de veículos pedindo que o senhor Intendente de viação mande todos os dias verificar se os carros estão em fila e fazer senhas numeradas de 1 a 1:000. Para a ordem dos trabalhos.²⁴⁰

²³⁹ Utilizo aqui a descrição que Julio Ribeiro fez da cidade em 1886, quando escreveu o romance “A Carne”. Cf.: RIBEIRO, Julio. **A Carne**. São Paulo: Martin Claret, 1999. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/A%20Carne.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2021.

²⁴⁰ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 29ª Sessão, 18 mai. 1893. Livro 1892 – 1894, p. 84-87.

Já no Paquetá, entende-se que não era uma necessidade premente o alargamento daquelas vias, uma vez que se tratava de uma região pouco habitada e ainda bastante marcada por indústrias, principalmente as de cal e curtume²⁴¹. Entretanto, a perspectiva de crescimento do porto para aquela região fazia com que a municipalidade atentasse para aquelas ruas.

Ao analisar a documentação do período republicano, percebe-se uma intensificação das obras nas ruas da cidade. Entretanto, elas não eram de todo inexistentes em períodos anteriores, apenas mais demoradas por conta da intrincada burocracia imperial²⁴².

O caso da criação do largo Marquês de Monte Alegre, ou Largo da Estação, como durante muitos anos foi conhecido, pode ser entendido como chave para o processo de transformação das ruas de Santos no que tange ao alargamento e à desapropriação de terrenos. O início da construção da Estrada de Ferro em 1860 e o avanço das obras naquela década fizeram com que a municipalidade estabelecesse como focos de atenção locais que poderiam se tornar gargalos de trânsito, prevendo assim desapropriações e aberturas de ruas e largos. Localizado em frente à rua de São Bento, diante da estreiteza daquela rua, a municipalidade propôs a aquisição de novos terrenos para o aumento do espaço daquele local que seria vital para a crescente vida portuária santista. Por isso, em 18 de dezembro de 1865 seria enviado um ofício solicitando intermediação do governo provincial para a desapropriação de terrenos de propriedade da Estrada de Ferro São Paulo Railway e do Convento dos Franciscanos para a criação de um largo em frente à estação que logo seria inaugurada²⁴³.

A abertura da Inglesa, como seria conhecida a São Paulo Railway, tornar-se-ia uma entre as perspectivas de crescimento urbano que direcionavam o olhar da municipalidade para determinar suas ações para com o espaço público, fazendo com que, apesar de lentas, as alterações na cidade fossem planejadas com anos, às vezes décadas de antecedência. O eixo Estrada de Ferro – Alfândega se tornaria o balizador de ações da municipalidade referentes às ruas do centro urbano, como consequência,

²⁴¹ A esse respeito, ver o Capítulo 1.

²⁴² O assunto foi explicado no Capítulo 1 e também neste, na seção referente às Posturas Municipais.

²⁴³ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Livro de Registro de Ofícios, 1865 - 1880, p. 15A. Acervo Arquivo e Memória de Santos.

todas as ruas e travessas situadas nesse trecho entraram no planejamento para abertura ou alargamento.

Outro ponto de atenção seria um pequeno “quarteirão das casinhas”²⁴⁴ formado por duas ruas, a Meridional e a Setentrional²⁴⁵. Localizadas entre o largo da Cadeia Velha e o Largo da Matriz (onde também estava a Alfândega da cidade), a municipalidade, já em fins da década de 1860, demonstrava interesse na demolição daquelas edificações, ação que possivelmente previa aumento do espaço de circulação. Em ata de 23 de dezembro de 1869, os vereadores apreciavam o requerimento de Henrique Porchat, que pedia para levantar edificações em terrenos seus entre as referidas ruas. Parte dos vereadores era contrária à pretensão do capitalista, pois desejava proceder²⁴⁶ “[...] gradualmente á desapropriação de todos os edificios comprehendidos entre as ruas Septentrional e Meridional, declarando-os de utilidade municipal”.

Tal planejamento estava, possivelmente, calcado no plano de uma nova Alfândega firmado com o governo um ano antes, em 1868, que substituiria a edificação colonial do antigo Colégio dos Jesuítas, onde a instituição funcionava no período. Essa nova construção era prevista como um “plano de grandes proporções”²⁴⁷, sendo concluída em 1880. Não tendo conseguido a desapropriação de todo o quarteirão no ano da inauguração daquela repartição, a municipalidade ao menos trocava os nomes das ruas Meridional e Setentrional, tornando-se, respectivamente, as de Visconde do Rio Branco e 28 de setembro, possivelmente no ano de 1886²⁴⁸. Essa última rua deixaria de existir, sendo o local reconhecido apenas como Largo da Matriz.

²⁴⁴ “Era conhecido como ‘quarteirão das casinhas’, por funcionarem ali as vendas de alimentos a retalho que no Brasil oitocentista tinham o nome de ‘casinhas’.” Cf.: MARQUES JÚNIOR, Arnaldo Ferreira. **Campo, parque, jardim: transformações do espaço público urbano - a Praça Visconde de Mauá em Santos - 1740-1940.** Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006, p. 142.

²⁴⁵ Possuíam esses nomes por conta de sua localização em relação à Igreja Matriz da cidade: uma ao lado meridional, mais próxima ao morro, e outra setentrional, mais próxima ao porto.

²⁴⁶ SANTOS. Atas da Câmara Municipal. 6ª Sessão, 23 dez. 1869, p. 16. Acervo Arquivo e Memória de Santos.

²⁴⁷ “Projecto de alfandega. – Lê-se na *Revista Commercial* de Santos. – ‘Consta-nos que se acha concluido o projecto da nova alfandega desta cidade, que deve ser sujeito á aprovação do governo pelo sr. Engenheiro Coimbra’. Somos mais informados que o novo plano de grandes proporções, é um trabalho de merecimento e que satisfará completamente as necessidades futuras deste porto.” DIÁRIO DE S. PAULO. São Paulo, 31 out. 1868, p.2.

²⁴⁸ Cf.: MARQUES JÚNIOR, Arnaldo Ferreira. **Campo, parque, jardim: transformações do espaço público urbano - a Praça Visconde de Mauá em Santos - 1740-1940.** Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 142.



Figura 10 – Largo da Cadeia Velha com o edifício da Casa de Câmara de 1723, ao centro, demolido no processo de abertura do Largo da Matriz (atual praça da República). À esquerda aparece a rua Setentrional e à direita, a rua Meridional.²⁴⁹

²⁴⁹ Autor: Marc Ferrez, c. 1865. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.



Figura 11 – Antigo quartirão das “casinhas” visto do Largo da Matriz depois da desapropriação, transformado após 1889 em Praça da República.²⁵⁰

²⁵⁰ Autor desconhecido, c. 1902. Agradeço ao historiador Jaelson Bitran Trindade pelo envio da fotografia, pertencente ao seu acervo particular.

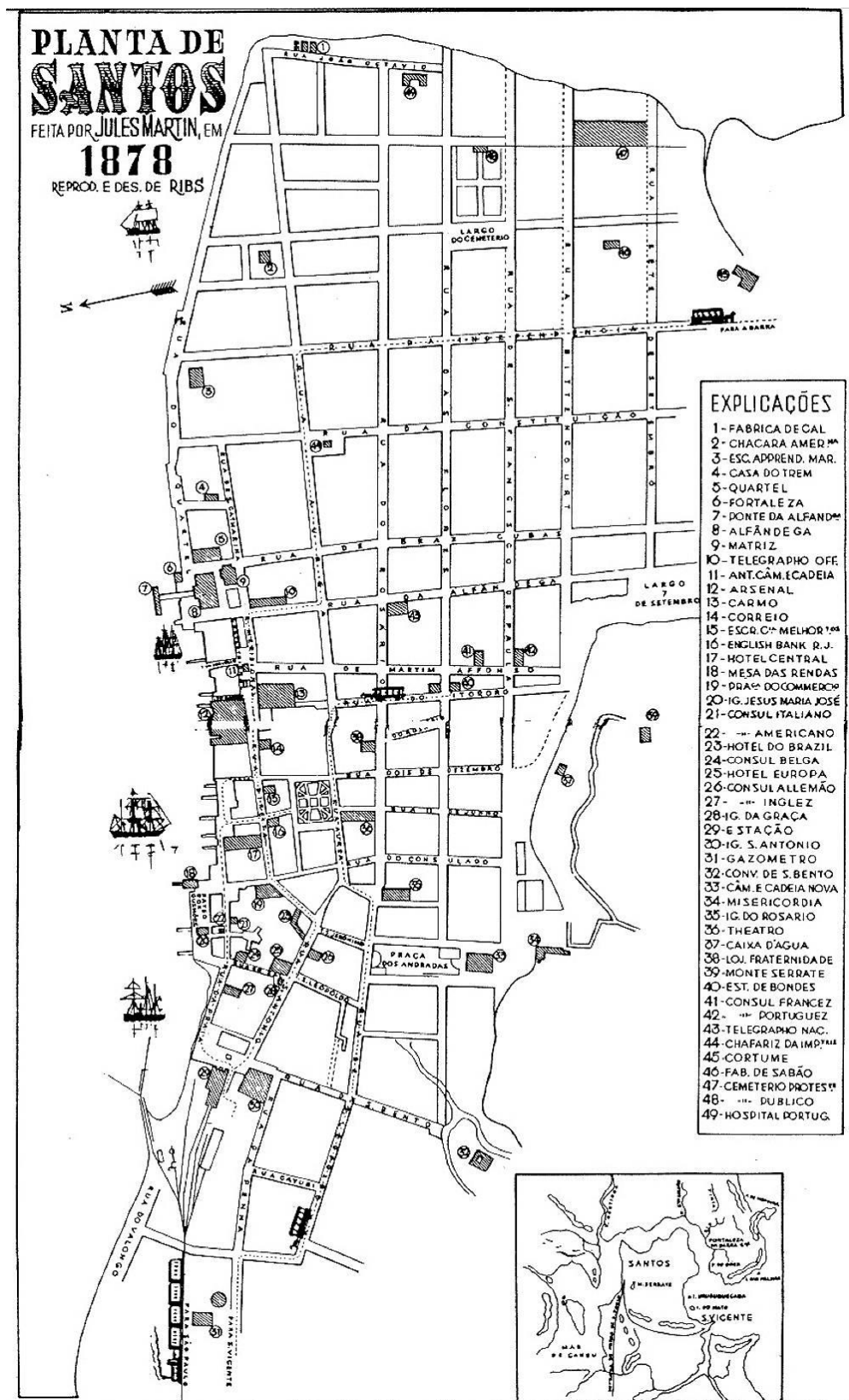


Figura 12 – Mapa de Santos com ruas e principais edifícios, c. 1878.²⁵¹

²⁵¹ Autor: Jules Martin.

Uma prática que se tornou comum foi a da troca de nomes de locais estratégicos em que se pretendesse alguma transformação significativa. Foi o caso da rua Frei Gaspar, uma das principais travessas de acesso ao porto e também ao mercado provisório em funcionamento até pelo menos o início do século XX. Foi nessa mesma década de intervenções que recebeu o nome que tem até os dias atuais. Nessa época, passou por inúmeros esforços por parte do poder público no sentido de alargá-la – em alguns pontos era por demais estreita, em outros possuía a largura mínima. Teve diversos nomes ao longo do século XIX, conforme o trecho ou quarteirão: Beco da Maria Francisca, Rua Suja, Beco do Inferno e Rua do Rancho Grande.²⁵²

A transformação da rua Frei Gaspar começaria ainda em dezembro de 1865, quando, sob a presidência de Antônio Ferreira da Silva Junior (que anos depois se tornaria o Barão e, depois, Visconde do Embaré), a Câmara Municipal alterou alguns nomes de ruas, atribuindo o de “Rua do Consulado” “[...] desde a casa de Jorge Rossmann até o morro, suprimindo-se os nomes de Travessa do Consulado, Beco do Inferno e Rua do Rancho Grande”. A rua que 15 anos depois se tornaria Frei Gaspar era, portanto, uma porção de pequenas travessas e becos.

Percebe-se uma diferença significativa, no entanto, da escolha dos nomes de ruas na década de 1860, ainda se adotando nomenclaturas atreladas a critérios objetivos e inerentes ao espaço – como um morador antigo ou um sítio marcante que caracterizasse a localidade. A “rua do Consulado”, por exemplo, possuía esse nome pela existência de diversas entidades consulares na estreita via. A partir da década de 1880 que se verificou um movimento de mudança gradativa dos nomes das vias públicas da cidade. Daí em diante cada vez mais vereadores passaram a povoar as ruas com nomes dos “santos laicos”²⁵³. Foi nessa época que se alterou novamente, em menos de 15 anos, o nome da rua do Consulado para rua de Frei Gaspar, frei beneditino e importante nome para a memória da Província de São Paulo²⁵⁴. Foi nessa mesma época que foram trocados os nomes da rua Áurea, para General Câmara, e

²⁵² NOVO MILÊNIO. Jornal eletrônico. Vias públicas de Santos/SP. Rua do Consulado. s/d. Disponível em: <<http://bit.ly/33BWtgH>>. Acesso em: 15 out. 2019.

²⁵³ AGULHON, Maurice. Nouveaux propos sur les statues de “grands hommes” au XIXe siècle. **Romantisme**. Paris, n. 100, 1998, p. 11-16. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/roman_0048-8593_1998_num_28_100_3286>. Acesso em: 15 set. 2019.

²⁵⁴ O mesmo aconteceria com as já citadas ruas Meridional e Setentrional, que receberiam os nomes de Visconde do Rio Branco, em alusão ao diplomata do Império José Maria da Silva Paranhos, morto em 1880, e 28 de setembro, em alusão à Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871.

da antiquíssima e colonial rua Direita, que viraria rua 25 de Março – ambas alusivas à Guerra do Paraguai. Até mesmo o largo da Coroação, alusivo à posse de D. Pedro II, seria modificado nessa década para praça Mauá.

Esse movimento de mudança do nome de ruas seria intensificado, com tudo o que ocorreria após o 15 de novembro de 1889. Passados apenas seis dias da proclamação da República, a Câmara Municipal reuniu-se para alterar o nome de uma série de ruas da cidade.

Forão nesta ocasião presentes duas petições assignadas por grande numero de cidadãos para que fossem substituídos os nome de diversas ruas por outros que ali se indicarão. A Camara deferio unanimemente esta petição, ficando assim declarado:

Rua 25 de Março _ rua 15 de Novembro

Largo da Imperatriz _Praça do General Deodoro

Largo da Matriz _Praça da Republica

Rua da Constituição _ Rua Ruy Barbosa

Rua 2 de Dezembro _ Rua Benjamin Constant

Rua de S. Francsico _ Rua Wandenkolk

Rua de Santo Antonio _ Rua Quintino Bocayuva

[...]

Travessa S. Leopoldo _ Travessa de Campos Salles

Rua de S. Bento _ Rua Silva Jardim

Rua do Itororó _ Rua de Saldanha Marinho²⁵⁵

Praticamente todos os nomes alusivos à monarquia e grande parte dos que mencionavam a igreja católica foram substituídos. Muitos deles, no entanto, não foram longevos, apesar de figurarem em documentos como nomes oficiais, principalmente aqueles ligados às igrejas e ordens religiosas (São Francisco, São Bento, Santo Antônio etc.); muitas ruas voltaram às suas nomenclaturas originais. A mudança deveria se traduzir também na alteração física dessas ruas, ou seja, não era apenas uma “canetada” que as fariam mudar de aspecto, era necessário mais que isso.

Voltando ao caso da então rua de Frei Gaspar, a alteração de seu nome para “do Consulado”, como anteriormente, e a unificação do percurso tortuoso e acidentado de edifícios com testadas avançadas não configuraram sua transformação definitiva. No entanto, essa “genealogia da rua” consistia em elemento importante que antevia a transformação desses espaços. O planejamento lento e gradual de aquisição de lotes para seu futuro alargamento foi iniciado pela mudança de nome e unificação de

²⁵⁵ SANTOS. Atas da Câmara Municipal, Livro 1888 – 1889 [manuscrito]. Termo. 21 dez. 1889, p. 264. Acervo Arquivo e Memória de Santos.

pequenos becos e travessas ainda na década de 1860. Na altura que um dia foi chamada de “Beco do Inferno”, em sua última quadra antes de alcançar o mar, existiam relatos de que apenas uma pessoa poderia transitar, dada sua estreiteza²⁵⁶.

A estreiteza das vias da cidade era outra questão que fazia com que se realizassem intervenções de alargamento. Quanto menos larga era a via, mais sujeita estava a tornar-se o que frequentemente chamava-se de “beco de despejos”, tornando-se um foco “pestilento” e de “miasmas” onde se davam “esgotos de todos os pedidos”. Na sessão de 3 de fevereiro de 1887, o vereador Lucas Fortunato apresentou a seguinte indicação a respeito da referida rua:

- Sendo indispensavel o alargamento da rua Frei Gaspar, a qual se estreita ao sahir na rua 25 de Março, melhoramento não só em bem do aformoseamento da mesma rua, como tambem por conveniencia publica, visto que por ali não transitam familias, em rasão da estreiteza e das immundices, indico que seja declarada de utilidade publica a casa do canto da referida rua, n.88, da qual é necessario ser cortada uma parte para a regularisação do alinhamento. Ficando o procurador da Camara authorisado a entender-se com o proprietario sobre o preço da referida casa, afim de, sê convier o accôrdo, effectuar-se a desapropriação por meios amigaveis, e devendo prestar em praso breve as precisas informações. Caso não seja possivel qualquer accôrdo, indico mais que, ouvido o dr. Engenheiro sobre o melhoramento proposto, se proceda á desapropriação pelos meios regulares. Sendo as casas da rua de Frei Gaspar novas e edificadas segundo o padrão municipal, até o ponto em que uma saliencia daquella casa n.88 estreita consideravelmente a mesma rua, mais necessario se faz que se regularise o alinhamento; tanto mais que o proprietario da casa n.90 se propõe a erguer e melhorar a edificação daquelle canto, uma vez que se realize o alargamento indicado, e offerece desde já um conto de réis pela porta que restará no predio desapropriado. Accresce a isto, que consta haver-se compromettido o proprietario da casa do canto fronteiro a fazer recuar a expensa propria a parede do outão desta, de modo a tomar inteiramente perfeito o alinhamento da mesma rua. Desde modo iniciaremos o quatriennio com um serviço de incontestavel utilidade publica, entre outros que devem merecer a nossa atenção, por isso que, desaparecerá mais um fóco pestilente nesse local. [...] 27 de Janeiro de 1887²⁵⁷

²⁵⁶ COSTA E SILVA SOBRINHO. **Santos Noutros Tempos**. São Paulo: IHGSP, 1953.

²⁵⁷ SANTOS. Atas da Câmara Municipal. 1ª Sessão, 3ª reunião ordinária, 3 fev. 1887. Livro 1883 – 1887 (impresso), p. 7. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

O documento apresentado apontava duas questões importantes para o alargamento das ruas: circulação (de pessoas e do ar) e higiene.²⁵⁸ Tais argumentos seriam utilizados à exaustão, principalmente por conta dos surtos epidêmicos por que a cidade passou na passagem da década de 1880 para 1890. Os “becos de despejos”, sem iluminação e sujos, eram condenados por seu potencial de agravar a condição sanitária da cidade.

Os becos da cidade eram mal vistos por boa parte da opinião pública, considerados focos de doenças. Eram locais onde, em geral, faziam-se “despejos e esgotos de todos os pedidos”. Em um documento de 1887, moradores reclamavam do estado de um dos becos que a Câmara alargaria no período, que atravessava a quadra da rua Visconde de Rio Branco e saía na de Martim Afonso:

Nos dias chuvosos [...] as enxurradas que atravessam esse beco sem sahida para os lados vem sahir na rua de Martim Affonso, arrastando consigo uma lama fetida, nojenta e miasmatica que se espalha pelas sarjetas da rua Martim Affonso com grande e grave incomodo da vizinhança e grande gáudio das febres de mão carater.²⁵⁹

Os moradores daquelas ruas pediam em abaixo-assinado para a municipalidade, “primeira zeladora da saúde pública”, que olhasse para aquele beco intransitável e mal fiscalizado, pois tal fato deporia contra a própria Câmara Municipal, que seria contra, portanto, uma “cidade civilizada”, embora promettesse em suas Posturas medidas para combater esse abuso.²⁶⁰

O mesmo teor de reclamação vinha agora de dois munícipes específicos: Joaquim Soares Gomes e Manoel Silva Azevedo²⁶¹, moradores da Rua General Câmara, onde também existia uma viela ou beco que cortava toda a quadra e ia da rua Braz Cubas até a rua Martim Afonso. Essa viela passava exatamente nos fundos das casas e servia – segundo os denunciante – exclusivamente para fins de “despejos” de águas pútridas e matérias em decomposição.

As chuvas eram apontadas como agravante para os vizinhos, que falavam sobre as sucessivas enxurradas que levavam o material acumulado nas sarjetas para

²⁵⁸ Sobre essas questões, ver Capítulo 3.

²⁵⁹ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Documento 0028, Série 7.2.1 - Abaixo Assinados Solicitando Serviços de Água e Esgoto, 1887. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²⁶⁰ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Documento 0028, Série 7.2.1 - Abaixo Assinados Solicitando Serviços de Água e Esgoto, 1887. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²⁶¹ Indícios nos levam a crer que Manoel era negociante, antes estabelecido na Praça de Paranaguá, além de membro da maçonaria e de uma classe média negociante.

a Rua Martim Afonso, “de tal modo não só empestando a vizinhança, como depondo contra os nossos foros de povo aceiado”. Na sequência transcreve-se o documento assinado por 25 munícipes no qual, de forma assertiva, são levantadas questões a respeito de moralidade e civilidade:

Os abaixo assignados moradores da rua Martim Affonso e Visconde do Rio Branco, na parte em que existe um becco de despejo que atravessando a quadra do Visconde do Rio Branco sem da shir na rua Martim Affonso vem pedir a Ilma Camara, como primeira zeladora da saude publica, providencias immediatas com o fim de cessar o seguinte inconveniente:

Esse becco intransitavel e mal fiscalisado, serve hoje e ha muito tempo de valla de despejo de todos os pedidos, cujos fundos corta e sendo descoberto, torna-se um verdadeiro focco de miasmas e de infecção nos dias de sol.

Nos dias chuvosos porém o mal redobra pois as enxurradas que atravessam esse beco sem sahida para os lados vem sahir na rua de Martim Affonso, arrastando consigo uma lama fetida, nojenta e miasmatica que se espalha pelas sarjetas da rua Martim Affonso com grande e grave incomodo da vizinhança e grande gáudio das febres de máo carater.

E como tal facto depõem contra [...] Camara Municipal, que nas suas Posturas promette medidas expressivas do abuso; dispõem tambem contra os nossos [ilegível] cidade civilizada, os abaixo assignados vem pedir V.Sas. que se sirvam providenciar no sentido de assortar [...]

14 de 7bro de 1888²⁶²

Entende-se esses abaixo-assinados como uma forma de participação efetiva dos munícipes quanto às solicitações à municipalidade, consistindo em ações coletivas que se destinavam a reivindicar melhorias para locais específicos da cidade e que geralmente atingiam uma rua ou uma quadra com uma atenção específica. As questões eram as mais diversas, desde preocupações sanitárias (mau cheiro ou estagnação de águas) até questões de bem viver²⁶³.

Abaixo-assinados, em geral, eram encabeçados pela pessoa de maior prestígio social da lista de signatários, para que pudesse ter legitimidade perante as autoridades. Nesse caso, era Antonio Jacintho de Oliveira. Esse português possuía

²⁶² SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Documento 0028, Série 7.2.1 - Abaixo Assinados Solicitando Serviços de Água e Esgoto, 1887. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²⁶³ Para esse tipo de análise, ver: BASTOS, Sênia Regina. **A cidade por seus moradores:** ação e participação dos moradores na administração da cidade de São Paulo, na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado em História), PUC-SP, São Paulo, 2001.

desde 1878²⁶⁴ loja de armarinhos na cidade de Santos; em 1882²⁶⁵ passa ter depósito e três anos depois, uma loja de charutos²⁶⁶. Sabe-se que Jacintho prosperou nos negócios, pois em 1912 apareceria no conselho da Associação Protetora da Infância Desvalida, junto com pessoas ligadas à elite tradicional da cidade, como o comendador João Manuel Alfaya Rodrigues Júnior.

Os únicos nomes de possível relevo – ao menos na época – além de Antonio Jacintho eram os dois seguintes, de Carvalho & Companhia e do também português Manoel Gonçalves Ramalho²⁶⁷, que aparecia à época como dono de botequim²⁶⁸ e kiosques na região da rua Martim Afonso, entre os anos de 1884 e 1888²⁶⁹. Os nomes eram seguidos pelos de moradores das mais variadas procedências, que, se não fossem os puxadores do documento, talvez permanecessem no anonimato da vida cotidiana²⁷⁰.

Cabe questionar se existia uma homogeneidade na concepção de apropriação do espaço urbano por parte dos moradores de uma mesma rua. Esses moradores quase anônimos poderiam ter outras perspectivas, mas nesse momento seguiam as proposições que, aparentemente, iam ao encontro dos anseios das elites representadas pelo poder municipal.

Para além da questão sanitária, o documento apresentado traz duas palavras que foram muito utilizadas a partir da década de 1880 como justificativa para uma intervenção direta nas ruas, seja em seu leito viário, seja nas fachadas dos edifícios: o aformoseamento ou embelezamento. O Plano de Edificações anexo ao Código promulgado em 1883 traz pela primeira vez essa preocupação para com as

²⁶⁴ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1878, p. 376. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁶⁵ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1882, p. 1967. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁶⁶ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1885, p. 1611. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁶⁷ O nome de Manoel aparece nas pesquisas de Maria Suzel Frutoso como português estabelecido em Santos na época. FRUTOSO, Maria Suzel Gil. *Negociantes portugueses e comércio em Santos no período de 1862 a 1892*. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade [et al.]. **De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2013.

²⁶⁸ Almanach Provincia de São Paulo: Administrativo, Commercial e Industrial. São Paulo, 1884 e 1888, p. 549 e p. 595. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁶⁹ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1885, p. 1613. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁷⁰ Carvalho & Comp, Manoel Gonsalves Ramalho, [ilegível], Jose Thomaz [ilegível] Moreno, [ilegível], Bueno e Pinheiro, Henrique de Paula Freitas, Lino Luis de Almeida Mattos, Jozé Joaquim de Mota, José Nunes Guardado, Antunes Domingues Pinheiro, Charles Coudens, Mirabella Rosario, Micheletto Ricardo, [ilegível], Antonio Gomes, Battista del Canto, [ilegível], [ilegível], [ilegível], Luiz de Faria, Frederico Carneiro de Campos, Alfredo Gonçalves, João Paulo Coelho, Eduardo A. D. da Luz.

construções da cidade: “Art. 2º Todas as edificações, seja qual fôr o seu destino e especie, deverão ser feitas com as necessarias condições de segurança, symetria e elegância.”²⁷¹

Tais reivindicações relativas à rua ligavam questões como simetria, elegância e asseio, vistas nos abaixo-assinados, a uma cruzada moralizante da rua, uma missão civilizatória envolvendo o espaço público empenhada em Santos a partir da década de 1880. As elites intelectuais brasileiras se espelhavam nas europeias, buscando descrever-se enquanto mais avançadas que as gerações precedentes, seja por seu nível tecnológico, pelas suas maneiras (como sua nova concepção de asseio), sua cultura científica, visão de mundo, entre outros. Todas essas questões comprimiam-se em uma missão civilizatória para com a rua, a cidade e seus habitantes²⁷².

As desapropriações e alargamentos visavam um apagamento da memória colonial, envolvendo as últimas legislaturas imperiais e aquelas do período republicano que as seguiram. Apesar de travadas disputas de narrativas e simbolismos no que diz respeito a nomes de vias públicas e praças, a busca por um direcionamento estético, linearidade, simetria e racionalidade foi constante e não sofreria alterações com a mudança de regime em 15 de novembro de 1889. O modelo perseguido a partir da década de 1880 foi uma leitura brasileira da urbanização haussmaniana, sempre utilizando a capital Rio de Janeiro como exemplo.

Sede do governo imperial e capital da República por tanto tempo, ponta estratégica do processo de modernização e centro incontestável da atividade política e cultural do país até recentemente, aparece descrita desde os primeiros cronistas como padrão para o Brasil – a imagem mais acabada da civilização nacional.²⁷³

As obras propostas para Santos sempre tinham uma clara recomendação: aos moldes do Rio de Janeiro. Empresas e capitalistas de serviços públicos com experiência nas remodelações da capital vinham ao porto paulista prestar seus serviços. Era uma missão civilizatória que enquadraria Santos na estética europeia,

²⁷¹ COLEÇÃO de leis promulgadas pelo governo provincial. **Resolução 43 - Código de posturas da Camara Municipal da cidade de Santos**. São Paulo, 1883, p. 173-186.

²⁷² ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Vol. 1 - Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 23.

²⁷³ MATOS, Maria Izilda Santos de. Cidade: experiências urbanas e historiografia. In: ROSSETTI, Marta (Org.). **Cidades brasileiras: política urbana e dimensão cultural**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), 1998.

mas traduzida por engenheiros e médicos fluminenses. Na esteira dessas novidades, as atividades da municipalidade de desapropriação e demolição também tinham como objetivo promover uma renovação da cidade de pedra e cal. Desapropriações e demolições, portanto, não tinham só o intuito de alargar as vias e deixá-las mais arejadas, propícias à fiscalização e à limpeza, mas também vinham com a ideia de renovação dos edifícios da cidade. A partir do momento em que se colocava abaixo uma fachada para alargamento de uma via, construir-se-ia uma fachada renovada.

Guilherme Álvaro, na obra de 1919 para o saneamento geral da cidade, mencionaria em diversos momentos que “a casaria em geral [era] feia, baixa e desgraciosa bordava ruas estreitas”²⁷⁴ de Santos. O conceito de “symetria e elegancia”, seguido com certa constância pelo poder público, nada tinha a ver com os antigos edifícios a pedra e cal, que remetiam à cidade colonial.

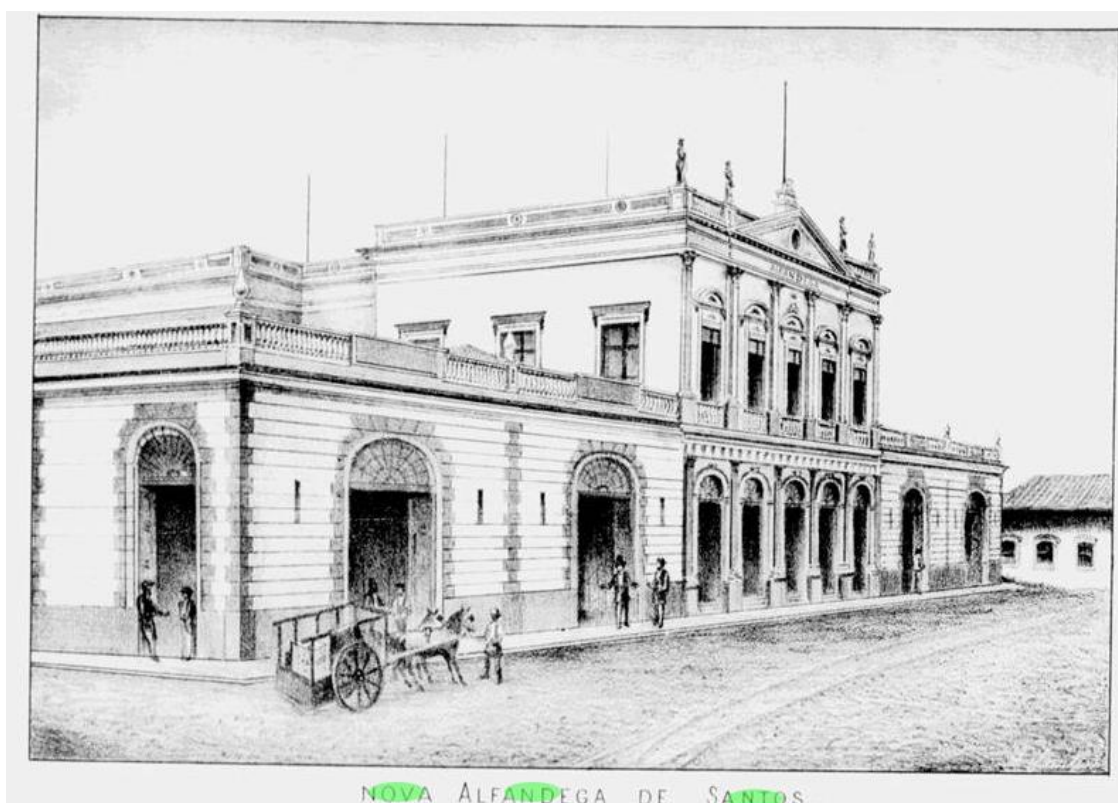


Figura 13 – Gravura da nova alfândega de Santos, com construção iniciada em 1875 e concluída em 1880. Localizava-se no Largo da Matriz, que depois foi nomeado Praça de República.²⁷⁵

²⁷⁴ ALVARO, Guilherme. **A campanha sanitária de Santos, suas causas e seus efeitos**. São Paulo: Casa Duprat, 1919. Disponível em: <<https://bit.ly/2Lgf8ao>>. Acesso em: 8 mai. 2020.

²⁷⁵ ILLUSTRACÃO PAULISTA. São Paulo, n. 3, 1º mai. 1881, p. 20.

Junto com os alargamentos feitos, cabe destacar a articulação de demolições para a abertura de novas ruas e praças. Uma das primeiras intervenções de demolição de casas foi empreendida visando o aumento do espaço do Largo da Matriz e sua posterior transformação em Praça da Independência. Até meados da década de 1880 existia um quarteirão que ligava o Largo do Carmo ao da Matriz, que formavam as ruas Meridional e Setentrional. Ali estavam antigas casinhas, que eram um grande lote e uniam os largos da antiga Igreja Matriz, a Alfândega e o Convento do Carmo e produziam uma espécie de “triângulo paisagístico”. Além desse lote, foi demolido um pouco antes, em 1876, o antigo convento quinhentista dos jesuítas, que deu lugar ao novo edifício da Alfândega, em uma das principais renovações paisagísticas desse período na cidade.²⁷⁶

Em geral as demolições eram feitas para abertura de becos sem saída, a fim de dar maior fluidez ao trânsito, evitando assim as grandes quadras.

Na qualidade de Commissario de Edificações, considerando que esta cidade carece de ruas com maior largura e maior numero que as existentes, vejo-me na contingencia de fazer a seguinte indicação: -Indico que seja declarado de utilidade publica o predio n. 35 da rua Quintino Bocayuva [Santo Antonio], afim de abrir-se pro ahi uma rua para communicar com a Travessa 24 de Maio, visto que além da rua José Ricardo, só com grande caminhada chega-se á rua 24 de Maio, ficando de permeio a sobredita travessa em começo.²⁷⁷

Entre os casos significativos desse período, destaca-se a abertura de uma travessa de conexão desde a rua General Câmara e a Praça Mauá até o porto. Nesse caso, a desapropriação não foi custosa, pois os terrenos necessários para abertura da rua foram cedidos em 1881 pela Ordem dos Carmelitas, que possuía convento e igreja no mesmo local²⁷⁸. Entretanto, o mais exemplar talvez tenha sido a solução dada a um “inconveniente” existente nos terrenos: o ribeiro do Carmo. Na sessão de 1886, discutia-se sobre a importância de a Câmara, sem perda de tempo, “[...] canalizar as materias fecaes que passam pelo tal ribeiro á descoberto e na maior

²⁷⁶ MARQUES JÚNIOR, Arnaldo Ferreira. **Campo, parque, jardim: transformações do espaço público urbano - a Praça Visconde de Mauá em Santos - 1740-1940.** Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

²⁷⁷ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 31ª Sessão, 14 out. 1890. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 162-166. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²⁷⁸ SANTOS. Atas da Câmara Municipal. 1ª Sessão, 1ª reunião ordinária, 7 jan. 1886. Livro 1883 – 1887 (impresso), p. 3. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

abundancia”²⁷⁹. A cobertura foi concluída somente em 1892²⁸⁰, quando provavelmente todos os três rios existentes no centro urbano de Santos (São Bento, São Jerônimo e o do Carmo ou Iitororó) já estavam totalmente canalizados debaixo das ruas da região.

Essa abertura tinha um sentido duplo que visava a saúde pública. Por um lado, a canalização subterrânea do ribeiro manteria as virações debaixo da terra, purificando o ar que poderia ser infectado por elementos de sua composição. Por outro, a abertura do maior número de ruas significava aumentar a circulação do ar, algo bastante visado nesse período.

As águas como um todo, tanto as pluviais como também as fluviais, eram um problema bastante evidente na manutenção das ruas da cidade. A utilização de bocas de lobo como solução para o escoamento de águas no centro urbano já parecia ser algo mais ou menos disseminado. O fiscal Hermenegildo sugeria tal fato em seu relatório de agosto de 1882, quando fazia uma reclamação sobre sua dificuldade de manutenção: tendo em vista que uma boca de lobo estava obstruída próximo à casa de Joaquim José Francisco Guimarães, à Rua Visconde do Rio Branco, precisou suspender a pedra da calçada para verificar o que havia acontecido. Dentro encontrou “lenha e cascas de palmitos, que impedião o escoamento das águas pluviais”, por isso dizia à Câmara que era importante colocar grades de ferro nessas aberturas. O escoamento das águas das chuvas era um dos grandes problemas da cidade que a municipalidade buscava sanar no processo da construção desses passeios e sarjetas.²⁸¹

²⁷⁹ SANTOS. Atas da Câmara Municipal. 1ª Sessão, 1ª reunião ordinária, 7 jan. 1886. Livro 1883 – 1887 (impresso), p. 3. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²⁸⁰ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 15ª Sessão, 24 abr. 1892. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 339-342.

²⁸¹ Foi ao longo do século XIX que as principais cidades europeias começaram a construir suas extensas galerias de escoamento de água pluvial; Paris já possuía ao menos 37 km de galerias pluviais na década de 1820, aumentando para 560 km em 1871. Acompanhando a tendência da capital, outras cidades francesas começariam a transformar sua maneira de lidar com as águas nas ruas da cidade: Saint-Étienne já disporia de um sistema de águas em 1806; em 1830 Toulouse já havia equipado suas principais ruas com dutos para escoamento de águas pluviais; em 1885 um quarto das ruas de Bordeaux et de Toulouse, assim como um terço das ruas de Lyon e Marseille contavam com esse sistema. “Sobre influência de uma certa vulgarização médica, administradores, economistas, engenheiros e arquitetos tendiam a assimilar a função do sangue que irriga os tecidos animais àqueles da circulação dos bens e dos homens, que contribuí a vivificar o que se pode chamar, na lógica dessa relação, um organismo urbano.” CHOULI, Eleni. La gestion des eaux pluviales urbaines en Europe: analyse des conditions de développement des techniques alternatives. **Planète et Univers** [physics]. Ecole des Ponts ParisTech, 2006 (tradução nossa). Disponível em: <<http://bit.ly/2UuRUmS>>. Acesso em: 9 dez. 2019.

O abastecimento de água potável, o fluxo das águas pluviais e fluviais e o encaminhamento de rejeitos sólidos e líquidos eram preocupações constantes das cidades, pois sempre estiveram conectados²⁸². Até então, o encaminhamento dos rejeitos era feito por meio de barricas fechadas que eram atiradas ao mar de modo que as marés pudessem levá-las a alto-mar²⁸³. Entretanto, isso não impedia que a população se utilizasse de valas e rios da cidade para encaminhá-los (ou mesmo dos becos, como já mencionado), sendo um verdadeiro problema para a municipalidade. A drenagem dessas águas, sejam domésticas ou pluviais, tornou-se uma das prioridades da municipalidade enquanto saneamento da cidade.

Santos só cogitaria delegar a questão do sistema de esgoto da cidade a partir da década de 1870, com a contratação da Companhia de Melhoramentos da cidade de Santos. Ainda em 1868 foi chamada concorrência para que a empresa que assumisse a empreitada fornecesse aos particulares um sistema completo de água potável, instalação de chafarizes, concessão para iluminação pública a gás e, finalmente, estabelecia a cláusula para instalação de um sistema de esgoto de águas pluviais e despejos de casas, tudo isso aos padrões adotados na corte no Rio de Janeiro²⁸⁴.

O artigo terceiro do contrato descrevia um serviço bastante completo, que incluía esgoto das águas pluviais, por meio de valas de tijolos, despejos residenciais por galerias, canos e ramais que levassem a aparelhos de lavagem das águas servidas. Todos os despejos seriam levados a uma “casa de machinas”, onde seriam devidamente “[...] desinfectados e precipitados e somente os líquidos serão lançados ao mar depois de filtrados”.

²⁸² BARROS, António Augusto Salgado de. Os canos na drenagem da rede de saneamento da cidade de Lisboa antes do terramoto de 1755. **Cadernos do Arquivo Municipal**. Lisboa, 2ª série, n. 1, jan./jun. 2014, p. 85-105.

²⁸³ BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical - A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

²⁸⁴ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 5 abr. 1868, p. 1-2. Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Não se sabe se esse plano foi executado. Provavelmente tenha sido apenas em partes, pois a documentação revela a existência de galerias que coletavam as águas pluviais por meio de bocas de lobo, além de valas que procuravam dar escoamento às águas dos rios da cidade. Mas os esgotos residenciais e um sistema de drenagem das águas servidas, pelo menos até meados de 1880, ainda eram matérias de discussão nas sessões da Câmara, que buscavam a contratação de uma rede que atendesse à cidade²⁸⁵, como é o caso desta indicação feita pelo vereador Alfaya Junior na sessão de janeiro de 1887:

– Indico mais que levado a effeito este importante melhoramento, sejam substituidas as valas actuais por canos de drenagem, nas condições indispensaveis para serventia dos predios que em toda extensão fazem frente para as ruas do General Camara e Visconde do Rio Branco, devendo prolongar-se até o cano geral que em direcção ao mar passa pela rua da Constituição. – [...] 20 de janeiro de 1887. – João Manoel Alfaya Rodrigues Junior.²⁸⁶

Somente no dia 29 de maio de 1889, a última legislatura do Império firmaria contrato com Silvino Alves de Corrêa, que, por meio da fluminense “Empresa de Obras Públicas do Brazil”, ficaria encarregado de construir um sistema completo de esgotos no centro urbano da cidade.²⁸⁷ Cabe questionar se os trabalhos foram feitos a contento dos Conselhos de Intendências, haja vista as constantes reclamações a respeito da má execução dos trabalhos nos primeiros anos da década de 1890, sendo os trabalhos substituídos pelo plano do porto-riquenho Esteban Fuertes em 1895²⁸⁸.

²⁸⁵ Sobre a função da água que revelam a transição de hábitos de higiene do corpo, da casa, e seus usos das ruas da São Paulo oitocentista, ver: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas: usos de rios, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

²⁸⁶ SANTOS. Atas da Câmara Municipal. 1ª Sessão, 2ª reunião ordinária, 20 jan. 1887. Livro 1883 – 1887 (impresso), p. 3-4. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²⁸⁷ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 4ª Sessão, 26 fev. 1890. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 15-20. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²⁸⁸ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 3ª Sessão Ordinária, 7ª Reunião, 1 jul. 1895. Livro 1894 – 1895, p. 173A-177A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

A partir desse momento, não se falava mais em rede de esgotos sem se mencionar um plano geral de saneamento para a cidade. Os planos de Fuertes, apropriados e expandidos pelo engenheiro-sanitarista Saturnino de Brito alguns anos depois, tinham como base pensar o sistema de esgotos para pensar a cidade como um todo, não só resolvendo os problemas presentes, mas planejando Santos para seu crescimento.

No tocante ao novo sistema de drenagem, o objetivo maior era secar a planície marinha, caracterizada pela baixa declividade e cursos d'água com muitos meandros, que contribuíam, junto com as chuvas, normalmente intensas nos verões, para a formação de grandes áreas alagadas, que impediam a dispersão dos esgotos e propiciavam o desenvolvimento de vetores de epidemias que assolavam a cidade. O plano de macrodrenagem de Brito caracterizava-se, portanto, pela estratégia central de fazer circular as águas acumuladas nos canais, evitando a propagação das doenças e criando uma extensa área para o desenvolvimento e expansão da cidade.²⁸⁹

O plano de saneamento que visava o crescimento da cidade para além dos limites do centro urbano originário só começaria a se concretizar de fato em 1905, quando Saturnino de Brito assumiria a chefia da Comissão de Saneamento. Observa-se uma simbiose²⁹⁰ no entendimento do crescimento da cidade entre as elites dirigentes e o engenheiro-sanitarista. Em seu plano desenvolvido para Vitória, capital do Espírito Santo, colocava grande peso simbólico não só nas ruas, mas também na abertura de avenidas:

A palavra avenida é também utilizada pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito para nomear as ruas principais projetadas para o novo arrabalde de Vitória, em 1896, às quais atribui uma dimensão simbólica. “A avenida Norte Sul tira seu nome do fato de seguir, com pequena inclinação o meridiano e

²⁸⁹ CARRIÇO, José Marques. O Plano de Saneamento de Saturnino de Brito para Santos: construção e crise da cidade moderna. **Risco** - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, n. 22, 2015.

²⁹⁰ Essa simbiose duraria apenas até que Saturnino de Brito assumisse a chefia da Comissão de Saneamento, quando suas ideias de planejamento urbano gerariam conflitos irreconciliáveis com as elites dirigentes santistas, forçando sua saída poucos anos após a inauguração do primeiro canal de seu plano, em 1907. Cf.: TOCHETTO, Daniel; FERRAZ, Celia. O urbanismo de Saturnino de Brito e as ressonâncias provocadas. **Risco** - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, n. 22, 2015.

presume concretizar [para a população] sentimentos de fraternidade da comunhão brasileira”. (Brito, 1943:40)²⁹¹

A partir da década de 1880, os homens públicos de Santos passaram a trazer as avenidas para o vocabulário técnico do fazer urbano. Mas, para isso, não olhariam para dentro de seu centro, mas para fora dele. Até essa década o único meio de chegar aos arrabaldes mais distantes do centro urbano – o Boqueirão, Gonzaga, José Menino e a Ponta da Praia – era por um caminho tortuoso chamado “Caminho da Barra”. Sua efetiva substituição por uma via reta começou com a instalação da linha de bondes da Companhia Melhoramentos de Santos na década de 1870, iniciando na rua Octaviana, próximo ao porto, e seguindo até a Barra, na região do Boqueirão. Entretanto, com a atenção voltada para os trilhos que ligariam o centro urbano à Barra, não se efetivaria ainda a criação daquela que se tornaria uma das mais importantes avenidas da cidade.

Ao longo das décadas de 1870 e 1880 foi possível identificar uma série de intervenções no caminho onde existiam os trilhos da Companhia Melhoramentos. Num momento em que outras vias públicas passavam por alargamentos, diversas intervenções seriam feitas no novo caminho para que mantivesse um tamanho mínimo. Ainda durante essas intervenções, diferentes nomes eram apontados para denominar o percurso: Caminho Novo (em oposição ao Velho, assim também denominado), rua Conselheiro Nébias, sendo apresentada na documentação pública como “avenida” pela primeira vez apenas em sessão de 1897²⁹².

A primeira vez que a palavra avenida aparece no discurso das sessões da Câmara é, na verdade, na abertura de uma linha de bondes por Mathias Casemiro Alberto da Costa, em 1887, que ligava a sua Vila Mathias à região do Gonzaga, na praia da Barra. Naquela ocasião, o português loteador propôs o nome Avenida Dona Anna Costa²⁹³, nome de sua esposa. A nomenclatura foi adotada pela municipalidade, e até 1897 apenas essa via seria chamada propriamente de “avenida” nos documentos oficiais.

²⁹¹ LEME, Maria Cristina da Silva. Avenida. In: TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella; LILLE, Laurent Coudroy de; D'ARC, Hélène Riviere (Orgs.). **A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2014, p. 77-84.

²⁹² Ver Anexo 1. Cf.: SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 27ª Sessão Ordinária, 25 ago. 1897. Livro 1896 – 1898, p. 85-85A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²⁹³ Mathias Costa morreria dois anos depois, assassinado por divergências acerca de terreno próximo à avenida que abria. Sobre essa questão, ver Capítulo 4.

O termo “avenida” era utilizado pelas elites dirigentes nas sessões em propostas de abertura de novas vias, tornando-se, no entanto, mais regular no período republicano. Em junho 1893, enquanto discutia-se a abertura de uma “Avenida do Littoral” – provavelmente que margeasse o litoral da Barra –, foi a primeira vez que se observou a aplicação do termo “avenida” em referência à sua largura, em oposição à da rua:

Quanto ao prolongamento de ruas e abertura de uma Avenida do Littoral até ao morro de acordo com a indicação, a Camara resolveu levantar o plano geral desses trabalhos, sendo as ruas com **22 metros** de largura e a Avenida com **30 metros**, visto é nas mesmas dimensões da de Anna Costa, sustentando-se os alinhamentos para construções até a apresentação da planta.²⁹⁴

Não se tem notícia sobre a efetivação de uma “avenida litorânea” nos moldes apresentados na sessão citada. No entanto, entende-se onde o poder público buscava seus referenciais. Desde 1890 a Companhia Docas de Santos iniciou a construção do novo cais de pedra, que substituiria as pontes de desembarque que avançavam nas praias lodosas do cais santista. Essa seria, talvez, a primeira ação de construção de uma via pública retilínea, calçada e seguindo os moldes das avenidas almejadas pelo poder público.

A atuação da Docas de Santos teria papel fundamental na alteração da fisionomia dessa cidade, apesar de seus inúmeros conflitos com as elites locais, trazendo para o município o aspecto moderno almejado. Nesse processo, a Companhia se apropriou da faixa de Marinha, demolindo, aterrando e construindo um novo espaço portuário.²⁹⁵ Todavia, com essas ações, fez desaparecerem lugares, objetos e usos, como as canoas que aportavam no centro urbano para abastecimento do Mercado. Elas faziam o abastecimento local e não mais atracariam na área central da cidade. “Os muros do cais fizeram com que o mar ficasse, nessa região, invisível para a cidade portuária.”²⁹⁶ Aos poucos, alterava-se não só a fisionomia das ruas, mas a do município enquanto “cidade-porto” como entidades indissociáveis.

²⁹⁴ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 35ª Sessão, 6 jul. 1893. Livro 1892 – 1894, p. 109-112. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²⁹⁵ LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição**: Santos 1870 – 1930. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 95.

²⁹⁶ Ibidem, p. 95.

Ainda no que diz respeito ao tamanho das vias públicas, esse discurso não se traduziu nas novas leis, possivelmente por sua impraticabilidade em face das possibilidades do município à época. No Código de Posturas aprovado em 1897, o artigo primeiro trazia o seguinte texto:

Todas as ruas e travessas que forem abertas, dentro do perímetro urbano, terão no mínimo treze metros e vinte centímetros (13m, 20). Fóra do perímetro urbano as ruas terão dezoito metros (18m) e as avenidas vinte e cinco metros (25m) pelo menos.²⁹⁷

Cabe destacar a importância do momento de maior intervenção no tamanho das ruas, assim como na abertura de novas. O tamanho padrão delas em essência continuava o mesmo da legislação anterior, ao menos daquelas que se localizavam dentro do perímetro urbano.

2.3 PASSEIOS, CALÇAMENTOS E O FLUIR DAS RUAS

“O passeio das casas do meu Destricto ja estão fasendo se não estão ja todas promptas he a falta de Pedra de cantaria.”²⁹⁸ Foi dessa forma que o fiscal do segundo distrito João Feliciano dos Santos se dirigiu à Câmara em junho de 1883. Não se encontrou nenhuma ordem direta da municipalidade para os fiscais intimarem os proprietários a fazerem as calçadas de seus prédios, mas isso ficava implícito nas fiscalizações daquele período.

Na década de 1880 inicia-se uma preocupação com a construção efetiva de passeios e calçamentos nas ruas de Santos. O aumento do tráfego de carroças pela cidade por conta do afluxo de mercadorias na região portuária nesse período pode dar uma pista das questões suscitadas com as alterações de ruas que eram alargadas após a desapropriação de alguns imóveis. Isso se refletiria no espaço urbano santista de duas formas: por um lado, o leito viário se modificaria, separando e normatizando os fluxos de transeuntes e carros por meio da construção de passeios; por outro se intensificaria a busca de uma regularidade, simetria e senso estético que eram vistos

²⁹⁷ SANTOS. Código de Posturas, 1897 [manuscrito]. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

²⁹⁸ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização. Documento 231. Santos, 20 jun. 1883.

nas cidades europeias, com um padrão para os edifícios, esses limites físicos que marcavam a altura e profundidade das ruas.

Até esse período, o calçamento da cidade era, em parte, considerado exclusividade para o trânsito de carroças e animais – buscavam-se em geral as ruas de maior movimentação para que o constante fluxo, aliado a possíveis chuvas ou águas de aluvião dos rios que ainda corriam a céu aberto pela cidade não gerassem buracos ou atoleiros. Esse calçamento era composto de pedras fincadas de forma pouco harmoniosa e linear. As ruas de maior movimento eram calçadas de parede a parede; as demais, apenas na parte mais próxima aos edifícios.

Com relação aos passeios ou calçadas para pedestres, existia uma exigência para sua construção desde pelo menos os primeiros Códigos legislados no século XIX, sendo uma responsabilidade dividida entre poder público e particulares. Segundo o artigo 8º das Posturas compiladas em 1847, a municipalidade nomearia um ou mais arruadores (conforme julgasse preciso), a quem competia “alinhar e perfilar o edifício, regular sua frente conforme o plano e padrão adotado, e dar nivelamento das calçadas, o que fará logo que lhe for apresentado o respectivo Despacho do Presidente da Câmara”. Esse funcionário passaria certidão dos trabalhos efetuados e cobraria 500 réis por braça de edifício alinhada e 25 réis por braça de calçadas que também nivelasse.²⁹⁹

Já desde essa época eram os proprietários obrigados a “calçar suas testadas ou concertar as já feitas, quando necessitarem, independente do centro da rua estar ou não calçado [...]”. Seriam contados 30 dias da notificação feita pelo fiscal da Câmara aos particulares para execução do trabalho, e caso não fosse executado seria aplicada uma multa.³⁰⁰

A documentação iconográfica da década de 1860 mostra as ruas na cidade, que em sua maioria possuíam apenas um pequeno trecho calçado, enquanto o centro da rua continuava composto de terra ou areia, o que leva a crer que a determinação foi aplicada e os proprietários de casas e terrenos na cidade eram de fato obrigados a construir seus passeios.

²⁹⁹ SANTOS. Código de Posturas, 1847 [manuscrito]. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³⁰⁰ SANTOS. Código de Posturas, 1847 [manuscrito]. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.



Figura 14 – Foto de Militão Augusto de Azevedo da rua da Palha, c.1865.³⁰¹

A inexistência de estudos ou documentação impede que se saiba quando essa determinação começou a ser aplicada na cidade de Santos. No Rio de Janeiro, em 1625 a municipalidade já obrigava os moradores a calçarem as testadas de suas casas, o que, no entanto, não visava propriamente a formação de passeios, “[...] mas tinha por objetivo minorar o efeito sobre o leito das ruas, que não eram calçadas, das águas pluviais que corriam dos beirais dos telhados”³⁰². Na cidade de São Paulo essas obras já estavam bastante avançadas em fins do século XVIII, quando viajantes elogiavam os passeios da capital.³⁰³

³⁰¹ Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³⁰² REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil** (1500 - 1720). São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

³⁰³ BORIN, Monique Félix. Os passeios da Rua Barão de Iguape: disputas na implementação dos equipamentos viários em São Paulo no fim do século XIX. **Anais do Museu Paulista: História e cultura material**. São Paulo, v. 27, 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/144965>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

Por conta da inexistência de meio-fio, não eram delimitados o leito carroçável e o local de trânsito de pedestres. Desde 1847 dois artigos de Posturas – respectivamente 41 e 42 – diziam que nenhum animal ou carroça poderia parar nos lajedos ou passeios das ruas “por onde transita o publico, nem por elle rodará, exceto por ocasiões de encontro, ou por força de desvio de outro, ou por estreiteza da rua, ou necessidade de evitar algum precipício”³⁰⁴. Em 1857 surgiu ainda mais um artigo que versava sobre o desimpedimento de local de trânsito exclusivo a pessoas à pé: “Art.º 26 É prohibido ter animaes atados ás portas impedindo a passagem pelos passeios das ruas, sob pena de 4\$ r.s de multa e o duplo na reincidência.”³⁰⁵

A preocupação com o calçamento das ruas se ampliou a partir das Posturas de 1883. No artigo 9º, os proprietários da cidade de Santos eram obrigados a calçar com lajes de cantaria “esquadrejadas e perfeitamente ajustadas [...]”. Além disso, o §1 do artigo dizia que eram todos obrigados a “substituir o actual calçamento das testadas de seus predios e muros, pelo que fica estabelecido, a proporção que a camara fôr mandando fazer ou refazer o calçamento das respectivas ruas”³⁰⁶.

As obras da década de 1880 buscavam a construção de novos passeios na cidade. Os fiscais ostensivamente intimavam os proprietários a fazerem as obras como rezavam as Posturas municipais. As respostas eram as mais diversas:

Intimei ao Snr. Antonio de Freitas Guimaraes para fazer o passeio da caza nº 41 de propriedade dos erdeiros [de Joaquim Ferreira] Netto respondeu-me que tinha desistido da procuração mais segundo a minha carta de intimação que participaria aos erdeiros

Ao mesmo Snr para a caza nº 16 na rua de Santo Antonio de propriedade dos mesmo erdeiros respondeu-me o mesmo.

Intimei ao Snr. Henrique Rodrigues para fazer o passei da caza nº 95 na rua 25 de Março de propriedade dos erdeiros de Veuva Fará respondeume que ja tinha tratado lages [...]

Intimei ao Snr. Manoel de Santiago Ribeiro para fazer o passeio da caza nº 69 na rua 25 de Março respondeu-me que ja a dois negro tem tratado com Ferreira para fazer.³⁰⁷

³⁰⁴ SANTOS. Código de Posturas, 1847 [manuscrito]. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³⁰⁵ SANTOS. Código de Posturas, 1857 [manuscrito]. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³⁰⁶ COLEÇÃO de leis promulgadas pelo governo provincial. Resolução 43. São Paulo, 1883, p. 173-186.

³⁰⁷ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização. Documento 232. Santos, 6 jul. 1883.

Nos três primeiros casos, os procuradores precisavam levar a intimação aos herdeiros proprietários desses imóveis; no último, o proprietário já tinha mandado dois escravos fazerem o passeio de acordo com as determinações do fiscal. Em outros casos, proprietários não moravam na cidade nem tinham procuradores, como o Desembargador Marcos Antonio Rodrigues de Sousa, residente na cidade de São Paulo e intimado em 22 de Janeiro de 1884 “por não ter aqui Procurador, mas somente um agente para receber os alugueis d’esse predio, e que se nega a faser o passeio por falta de ordem para isso”.³⁰⁸ Nesses casos enviava-se carta registrada aos donos em sua residência:

Intimei ao Snr. Dor. José Antonio Vas de Carvalhaes morador em Petropolis por carta registrada para faser o passeio da casa nº 57 na rua de Santo Antonio, e da casa nº 112 na rua 25 de Março.³⁰⁹

[Intimou-se a mandar fazer] [...] o passeio da caza nº 28 na rua de Santo Antonio de propriedade do Desembargador Antonio Barbosa Gomes morador em São Paulo.³¹⁰

Existia uma morosidade nos trabalhos da parte de quem recebia a ordem. A culpa poderia ser dos trabalhadores por não terem executado o serviço que lhes foi mandado; para que não fosse aplicada multa, existiam outros meios de burla, como colocar a culpa na própria municipalidade. O fiscal do primeiro distrito Satyro de Azevedo diz, em setembro de 1885, que:

[...] achando-se o prazo por mim marcado findo, esses individuos reclamão os meios fios, alegando ter esta Camara dado para uns e não querer para outros, estando este o unico obstaculo que apresentão que estão prontos a faser ditos passeios uma vez tendo a Camara mandado colocar os meios fios.³¹¹

³⁰⁸ SANTOS. Câmara Municipal. Relações de ocorrências. Documento 254, Série 3.4.7. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos. Santos, 22 jan. 1884.

³⁰⁹ SANTOS. Câmara Municipal. Relações de ocorrências. Documento 237, Série 3.4.7. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos. Santos, 22 jan. 1884.

³¹⁰ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização. Documento 232. Santos, 6 jul. 1883.

³¹¹ SANTOS. Câmara Municipal. Relações de ocorrências. Documento 303, Série 3.4.7. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos. Santos, set. 1885.

A existência de procuradores, terceiros que trabalhavam para os donos desses imóveis que não se encontravam na cidade, indicava uma expectativa de lucro sobre os terrenos valorizados na cidade, visto que as terras fora do centro urbano ainda não possuíam a característica necessária para a especulação. A locação das propriedades, aliada ao crescimento da população no período e ainda à pequena quantidade de construções na cidade fariam com que os espaços cada vez menores fossem ocupados por um número maior de pessoas, principalmente aquelas que pouco dinheiro podiam dispendar para o aluguel.

Os meios-fios, responsabilidade da Câmara, deveriam ser colocados demarcando onde terminaria a calçada a ser feita pelo proprietário e onde começaria a rua. Diante de atrasos na execução do serviço, a municipalidade trazia à luz o argumento da falta de pedras, que constantemente era utilizado pelos proprietários. Essas ações de aplicação de meio-fio faziam uma diferença crucial no aspecto da rua, que se transformava na década de 1880. Enquanto no padrão anterior a pavimentação dos passeios se limitava a uma faixa em frente às casas, com o objetivo de proteger os alicerces contra infiltrações³¹², o novo passeio limitava onde terminaria o leito carroçável e onde começaria o espaço designado para circulação de pessoas.

Observando comparativamente as duas imagens em um hiato de 40 anos, utilizando praticamente o mesmo ângulo, as transformações são impactantes. O calçamento das ruas mudava de forma, já não mais teria aquele aspecto de pedras rústicas, e o nome “paralelepípedo” começava a tomar conta do vocabulário técnico dos calçamentos das ruas.

³¹² D’OTTAVIANO, Maria Camila L.; VIDAL, Frédéric. Calçada. In: TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella; LILLE, Laurent Coudroy de; D’ARC, Hélène Riviere (Orgs.). **A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2014, p. 131-139.



Figura 15 – Rua Direita vista em direção aos Quatro Cantos (atual rua XV de Novembro, esquina com rua Frei Gaspar), c. 1865.³¹³

³¹³ Autor: Militão Augusto de Azevedo. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.



Figura 16 – Rua XV de Novembro (antiga Direita e 25 de Março) em direção à rua Frei Gaspar (antiga rua do Consulado).³¹⁴

³¹⁴ Autor desconhecido, 1904. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos

No edital de junho de 1885 para o calçamento da rua do Rosário, entre as da Constituição e Octaviana (que em pouco tempo se tornaria a rua e, depois, avenida Conselheiro Nébias), o procedimento para o calçamento “a macacos” (nome popular para os paralelepípedos) era indicado da seguinte forma: o leito viário em que as pedras fossem assentadas seria constituído de uma camada de cascalho de 8 a 10 centímetros de espessura, coberta por 5 a 7 centímetros de areia ou saibro e constantemente batida a maço. Sobre essa base é que seriam assentadas as pedras; “[...] depois de bem batidas”, seriam ainda cobertas por uma camada de “areia grossa de cachoeira”.³¹⁵

O novo calçamento da cidade possuía diversos sentidos. Facilitava o trânsito no centro urbano, sem tantos solavancos das carroças, além da manutenção de uma via regular por um período maior de tempo sem a necessidade de reparos constantes. O novo calçamento também teria uma finalidade sanitária:

No becco de S. Jeronymo, ao lado e nos fundos de um armazem dos srs. Souza & Vergueiro, existia grande porção d’agua estagnada, em decomposição e em diversos pontos d’aquellas immediações montes de lixo, cuja retirada foi ordenada. Quanto á agua estagnada, estou certo que, desaparecerá com o calçamento em execução. [...] ³¹⁶

Além disso, no período da passagem do Império para a República existia uma corrente de pensamento que entendia o lençol d’água subterrâneo das cidades como sendo nocivo para a saúde pública. Dessa forma, ações de enxugo do solo através da drenagem da água e um calçamento estanque poderiam melhorar a qualidade sanitária das cidades, sendo um profilático para as inúmeras epidemias que grassavam nesse período³¹⁷.

As ruas de terra, areia ou cascalho tinham uma maior probabilidade de estagnação de águas, que também era causada pela constante circulação de carroças. O aumento da circulação de veículos também era preocupação no período para com a manutenção dos novos calçamentos. Um dos artigos do Código de

³¹⁵ SANTOS. Câmara Municipal. Registro de Officios, 1885. Livro 1880 – 1890, p. 280A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³¹⁶ SANTOS. Atas da Câmara Municipal. 3ª Sessão, 5ª reunião ordinaria, 5 set. 1884. Livro 1883 – 1887, p. 2-4. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³¹⁷ BENCHIMOL, Jaime Larry. **Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Editora UFRJ, 1999, p. 283.

Posturas aprovado em agosto de 1883 asseverava que seriam proibidas “carroças baixas do actual systema” em um ano, a contar da publicação da lei pela Assembleia Legislativa.

Ainda em janeiro de 1883, a firma T. de Carvalho Irmão & Machado entraria com representação na Província, achando um absurdo o projeto que previa dar um ano aos proprietários de carroças baixas, visto que já desde 1879 havia determinação para não aferição de tais carros. Para os suplicantes, as carroças de taboleiro baixo eram “verdadeiras machinas destruidoras, não só das calçadas, como também das próprias mercadorias [...]”³¹⁸.

Accresce ainda, que actualmente a Cidade de Santos está renovando seu calçamento, fazendo isto com grande sacrificio dos Cofres Municipaes e se o prazo marcado pelo artigo [...] fôr prorrogado por mais um anno, como pretende a Camara Municipal é de esperar que esse **belíssimo calçamento a paralelepipedos** fique completamente estragado pelos enormes e pesadíssimos carros antigos.³¹⁹

Aparentemente, ao longo da segunda metade da década de 1880 esse tipo de carroça foi paulatinamente sendo substituído pelo dito “novo systema”, que em geral consistia em modelos mais altos, com quatro rodas e molas para amortecimento do impacto. No entanto, isso não significou o esmorecimento na aplicação e, sobretudo, reforma de calçamentos, sendo tema constante na documentação e revelando uma atividade contínua da municipalidade para com essa temática ao longo dos anos pesquisados.

Principalmente a partir de 1890, foram encontradas pelo menos 24 referências à construção de calçamentos das ruas da cidade nas sessões da Intendência Municipal (ANEXO 1), verificando-se uma intensificação do processo iniciado na década anterior. Em geral, seguiam o mesmo padrão dos alargamentos, focando inicialmente as ruas e travessas que levavam à região portuária – entre as regiões do

³¹⁸ O fato de uma casa comercial ter acesso e conhecimento do projeto de Posturas antes de sua aprovação traz uma informação importante a respeito da comunicação entre a elite dirigente e a elite comercial, que não participava, ao menos diretamente, da vida política da cidade.

³¹⁹ SÃO PAULO (Estado). ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Departamento de Documentação e Informação, Acervo Histórico. **Requerimento pedindo aplicação de Posturas**. São Paulo, 16 fev. 1883 (grifo nosso). Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorioAH/Acervo/Alesp/Imperio/Falp_308/CP83_024.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

Valongo e Paquetá –, e depois caminhando para os bairros fora do centro urbano, principalmente na Vila Mathias.

Todavia, o calçamento das regiões de maior fluxo nem sempre era feito de maneira pacífica. Com o aumento do número de carroças, principalmente na região do porto e próximo à estação da Estrada de Ferro São Paulo Railway, havia muita dificuldade para se fechar um determinado trecho para reparos e recalçamentos. Na sessão de janeiro de 1893 o intendente de obras públicas Narciso de Andrade apresentou um requerimento dos moradores da rua São Leopoldo que exigia reparos no calçamento daquela rua, como uma das providências contra o mau estado dessa via, “[...] o que determina desordens entre carroceiros, e ahi scenas desagradaveis, alem do prejuizo á salubridade publica pela quantidade de lama que se encontra em toda a sua extensão”.

A esse respeito o dr. Presidente informou que para evitar todos esses inconvenientes, o sr. intentente de obras municipaes determinara o calçamento dessa rua, aliás já contractado por uma das intendencias passadas, mas logo em principio foi a isso obstado o respectivo empreiteiro pelo seus empregados, que se recusaram a esses trabalhos, pelo receio de conflicto com carroceiros e que nestas circumstancias limitou-se o sr. intendente a mandar effectuar os concertos indispensaveis.³²⁰

Requerimentos como esse eram frequentes, aparecendo também na forma de solicitações para reformas e reparos das vias que já haviam recebido calçamento pela municipalidade e se encontravam em mau estado.

Se os passeios eram incumbência dos proprietários de imóveis, o calçamento das ruas era uma obrigação do poder público. Mas a municipalidade, em geral, não se encarregava diretamente, terceirizando esse serviço³²¹ por meio de editais públicos em que empreiteiros concorriam pela proposta do menor orçamento³²². As vias principais do centro – XV de Novembro, Santo Antônio e São Bento – não aparecem

³²⁰ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 17ª Sessão, 4 jan. 1893. Livro 1892 – 1893, p. 39A-42. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³²¹ Por duas vezes, em sessões de 1892 e 1894, foi proposta a criação de uma turma de calceteiros comandada pela própria Secção de Obras da Intendência. No entanto, não existem registros de que a indicação tenha sido levada adiante. Cf.: SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 17ª Sessão, 19 mai. 1892. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 348-35. SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 47ª Sessão, 31 mar. 1894. Livro 1894 – 1895, p. 187-189A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³²² Alguns nomes de empreiteiros de calçamentos na cidade de Santos localizados foram: João Pinto da Silva, Antonio José de Almeida e José Ribeiro Leite.

nos editais de calçamento a partir de 1890, muito provavelmente porque já haviam sido calçadas na década anterior, sem ter sido possível localizar os contratos na documentação pública. Essa questão ficou clara quando tivemos acesso aos pareceres e indicações para reforma dos calçamentos dessas ruas:

PARECER N. 123

Reforma de calçamentos

O sr. Commissario de Obras Municipaes apresentou o seguinte parecer sobre uma proposta remetida pelo dr Engenheiro para a reforma de calçamentos:

Sou de parecer que se contracte com José Ribeiro Leite a reforma dos calçamentos da rua 25 de Março [atual XV de Novembro], na parte em que a City of Santos Company e a Empreza de Obras Publicas não são obrigados a fazel-o, de harmonia co o parecer do dr. Engenheiro, aqui junto. [...] Gomes. (aprovado)³²³

A atenção dedicada ao calçamento das ruas acompanhava o crescimento da movimentação de cargas e pessoas na cidade, fazendo com que aumentasse a preocupação com os fluxos na rua. Fala-se em um aumento pois o artigo 2º do Código de Posturas de 1836 já versava sobre o assunto, ficando “[...] prohibido embaração a livre servidão das ruas e estradas com pedras, ou outra qualquer coisa [...]”.³²⁴ Em 1847 ainda se adicionou o seguinte no agora artigo 25º: “Esta disposição comprehende os carros e carroças, deixados nas ruas e travessas durante a noite.” A mesma Postura mantém-se de forma praticamente inalterada ao longo do século, aparecendo na compilação de 1897 com um parágrafo a mais, que versa especificamente de lenha, madeiras e corpos volumosos de “immediata utilidade”:

A lenha, madeiras e outros córpos volumosos de immediata utilidade, só poderão permanecer nos caes da cidade até 24 horas depois de descarregados; excepto, aos sabbados, em que a remoção far-ser-á no mesmo dia. Na hypothese deste artigo taes objectos deverão ser collocados de modo a não impedir ou diffcultar o transito.³²⁵

³²³ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 28ª Sessão, 07 set. 1890. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 140-142. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³²⁴ SÃO PAULO (Estado). ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Departamento de Documentação e Informação, Acervo Histórico. **Alterações para Posturas Municipais de Santos**. São Paulo, 1836. Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorioAH/Acervo/Alesp/Imperio/esp-097/CP36-014.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

³²⁵ SANTOS. Código de Posturas, 1897 [manuscrito]. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Tal preocupação surgiu pois, no início da década de 1890, a municipalidade travou uma verdadeira batalha contra os objetos deixados no leito viário, nos passeios e demais locais que deveriam estar livres para o fluxo contínuo de carroças, bondes e pessoas. Foram pelo menos dois anos de constantes reclamações e tentativas de repressão em vão aos infratores por parte dos fiscais da municipalidade. Na indicação do intendente Martinho Leal Ferreira trazida à sessão de 10 de fevereiro de 1890, registrada no livro de atas manuscritas com o título em letras garrafais “PROHIBIÇÃO DE MATERIAES NAS RUAS”, o vereador dizia:

[...] Indico que sejam intimados todos os mestres e donos de obras, para que não seja preparado o barro, cimento, etc. etc. nas ruas, e sim em área dentro dos predios em construção. - Indico mais que os materiaes para construcções sejam depositados de modo que não impeçam o transito publico, e bem assim a collocação de páos para levantamento de andaimes.³²⁶

No alvorecer da República a cidade de Santos passou por algo que, sem dúvidas, pode ser chamado de febre construtora. O crescimento do número de exportações de café e de imigrantes e migrantes que chegavam à cidade em busca de trabalho era inversamente proporcional ao tamanho da cidade. Até 1880 Santos contava com aproximadamente 20.000 habitantes³²⁷ e pouco mais de 2.000³²⁸ edifícios. Esses edifícios, em maior parte localizados na região central, possuíam usos múltiplos: habitação, comércio e também armazéns. Todavia, em 1896 o município apresentou um crescimento acanhado de edifícios, comparado ao fluxo de cargas e pessoas, que se intensificou: eram aproximadamente 35.000 novos habitantes e 3.600 novos edifícios³²⁹.

³²⁶ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 15ª Sessão, 10 abr. 1890. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 76-84. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³²⁷ ALVARO, Guilherme. A campanha sanitária de Santos, suas causas e seus efeitos, 1914. **Novo Milênio**. Histórias e Lendas de Santos. 3 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0353d.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

³²⁸ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 7898, 20 jan. 1883. Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

³²⁹ SÃO PAULO (Estado). Prefeitura Municipal de Santos. **Recenseamento da cidade e município de Santos em 31 de dezembro de 1913**. Santos, 1914. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0296a.htm>>. Acesso em: 1 ago. 2019.

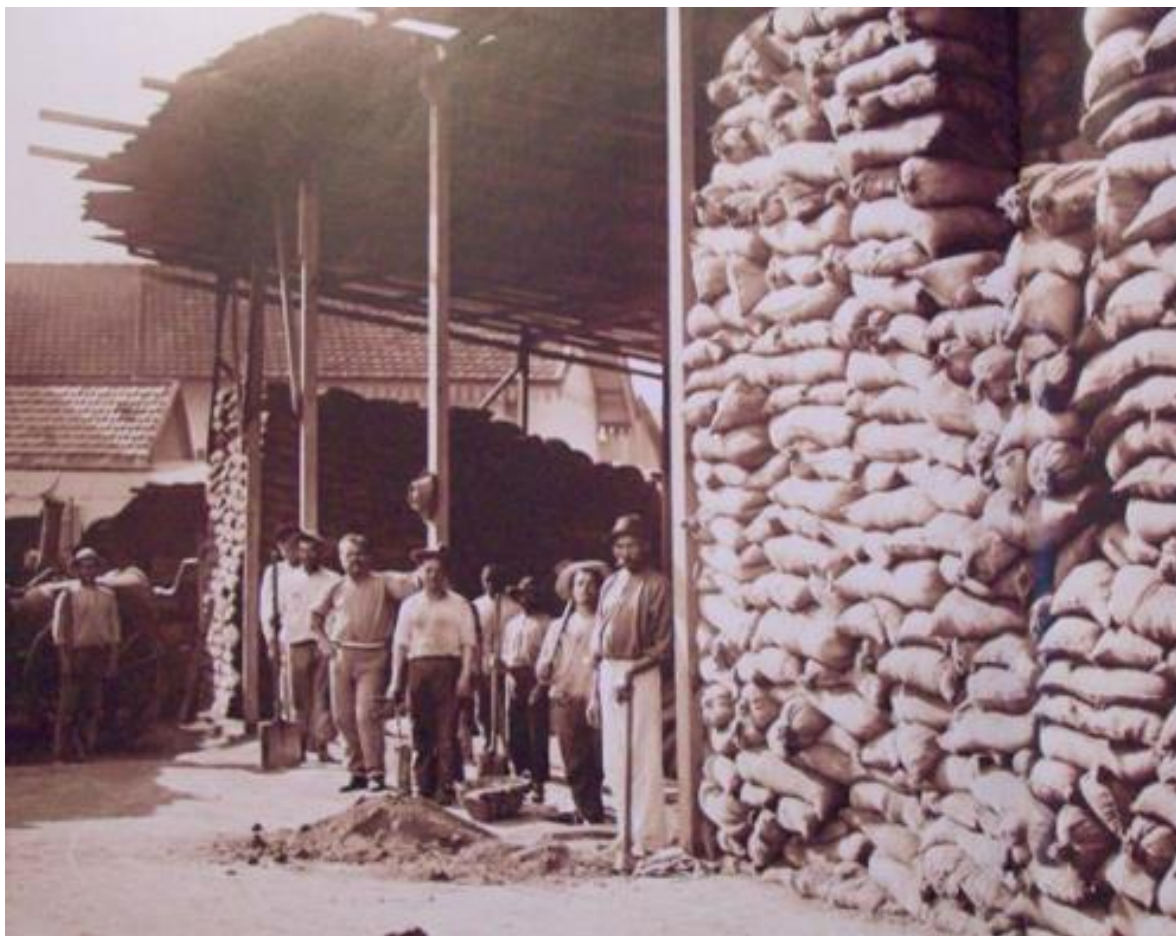


Figura 17 – Barracões improvisados para o armazenamento de sacas.³³⁰

A necessidade de novas construções ia além da questão habitacional que era muito precária. Com o aumento do movimento portuário, principalmente no recebimento da crescente produção de café que era destinada ao mercado exterior, a construção de armazéns se tornou imperativa para a elite comercial na cidade de Santos.

Tal questão premente nos círculos de comerciantes fazia com que os dirigentes diretamente responsáveis pelos encarregados da fiscalização cotidiana das ruas da cidade – os inspetores distritais, ou simplesmente fiscais – tivessem uma posição um tanto permissiva especificamente quando o assunto era cargas portuárias. Na sessão de 23 de julho de 1891 o intendente José Rodrigues Caldeira apresentou uma reclamação por estarem depositando “em todo littoral, grandes volumes e materiaes [...], impedindo o transito publico e até o serviço de embarque e desembarque, constituindo um verdadeiro abuso por parte dos commissarios ou

³³⁰ Autor: Marc Ferrez. Acervo Instituto Moreira Salles.

donos de taes mercadorias”. Entretanto, na continuação, o sr. Carvalho de Mendonça, que presidia a sessão, asseverou que:

[...] conhecendo a procedencia da reclamação feita pelo sr. Caldeira, já determinou a dois inspectores districtaes, a que intimassem a esses cidadãos, a retirada immediata de taes volumes, sem entretanto desconhecer as difficuldades com que luta o commercio na aquisição de armazens para depositar os seus generos.³³¹

A fiscalização seguia à risca o que diziam as Posturas nesse caso: constatado quem era o dono, esse era notificado a retirar a mercadoria em prazo fixado pelo inspetor; caso não fosse cumprida a exigência, seria multado e o bem, apreendido. Esses comerciantes, por sua vez, reagiram dizendo ser impossível seguir tal norma. A firma comissária de café B. S. Carmo & Companhia enviou requerimento no dia 30 de julho pedindo um prazo que fosse mais elástico que os cinco dias fixados pelo fiscal para a retirada dos “tres mil trilhos que se acham depositados na rua Dr. Eduardo Ferreira, por falta de lugar na Estrada de Ferro Inglesa, visto que não lhe é possível cumprir a intimação [...]”³³². A notificação expiraria no dia seguinte ao envio do requerimento.

Esse não era um caso isolado. Antonio Augusto Bastos levou ao conhecimento do Conselho de Intendência no dia 5 de março de 1892 que os prazos dados à maioria dos donos de cargas do litoral haviam acabado (provavelmente muito além daquele de cinco dias dado à B. S. Carmo & Companhia), e todos negavam-se a pagar as multas. O intendente, então, ordenou que fossem cobradas judicialmente, além do recolhimento total das mercadorias julgadas “abandonadas”. Além disso, asseverou:

Parecendo-me deficientes as medidas tomadas, acho de bom alvitre intimar as companhias, agentes de vapores e navios a não continuarem a fazer das ruas deposito as mercadorias, impondo-se aos infractores uma multa pesada e mesmo o cassamento das respectivas licenças de pontes aos recalcitrantes. [...] *Antonio Augusto Bastos*. Aprovada.³³³

³³¹ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 18ª Sessão, 23 jul. 1891. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 262-263. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³³² SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 19ª Sessão, 30 jul. 1891. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 264-266. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³³³ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 10ª Sessão, 5 mar. 1892. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 318-320. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Não se tem registros que apontem se as licenças foram cassadas. Uma hipótese plausível é a de que algumas mercadorias que estivessem abandonadas foram recolhidas ao depósito municipal, mas provavelmente a situação foi tratada de forma permissiva até que novos edifícios para finalidade de armazém fossem construídos.

Mesmo que houvesse uma atuação dúbia com relação à letra da lei e sua efetiva aplicação, os primeiros anos da República foram marcados por um forte discurso que buscava um maior controle da rua e de seus fluxos. O combate dos becos estreitos em busca de ruas mais largas tinha como preocupação, por um lado, o trânsito de gêneros em um porto cada vez mais movimentado, mas, por outro, também o saneamento do espaço público. Quando do alargamento do antigo Beco do Inferno³³⁴, como já foi dito, os vereadores da extinta Câmara Imperial citavam a impossibilidade de “famílias” caminharem por ali, haja vista a imundície do local. Essa também era uma preocupação para as ruas como um todo: o poder público santista possuía uma nova representação para as ruas da cidade que trazia diferentes sentidos para seus usos, o que esbarrava nas práticas culturais da população em geral que a utilizava. Becos e pequenas travessas alargadas buscavam um espaço amplo e que tivesse uma maior fiscalização dessas práticas.

A cidade passava por uma transformação sem precedentes, com o alargamento de seus horizontes urbanos. Isso fazia com que o poder público, além de olhar para os problemas imediatos, atentasse para a necessidade de um projeto de expansão da cidade. O calçamento das antigas vias do centro urbano e a abertura de novas fora dele visavam também o saneamento de Santos e a saúde pública, identificando-se a cidade enquanto um órgão a ser cuidado como um corpo doente.

O conjunto dessas questões não era de fácil resolução, uma vez que as experiências urbanas e de viver na rua eram mais diversificadas do que o poder público poderia prever, fiscalizar e buscar controlar. A rua não se resume a uma “arquitetura de pedra”, ela ultrapassa essa materialidade. Seus movimentos, ruídos e odores, assim como a multiplicidade de leituras são elementos *+-.+.constitutivos da cidade.³³⁵ Esse conjunto de questões explicita uma ordem frágil e de difícil controle.

³³⁴ Antigo nome de um dos trechos da rua Frei Gaspar, citado na seção anterior.

³³⁵ CORBIN, 1998, p. 107 Apud: MATOS, Maria Izilda Santos de. Cidade: experiências urbanas e historiografia. In: ROSSETTI, Marta (Org.). **Cidades brasileiras**: política urbana e dimensão cultural. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), 1998.

Nesse contexto, os poderes públicos não são os únicos agentes de atuação, outros sujeitos históricos se fazem presentes e disputavam espaços na cotidianidade do viver urbano.

CAPÍTULO III – ENTRE MIASMAS E BONS ARES: SAÚDE E DOENÇA NO “PORTO MALDITO”

Dia 9 de maio de 1893. Primeira página do *Jornal do Brasil*, importante periódico do Rio de Janeiro. O número da folha diária fluminense daquela sexta-feira destacava a transcrição de um longo relato trazido do *Diário de Santos* sob a epígrafe “Triste”. O artigo contava sobre uma família de imigrantes, mulher e duas filhas pequenas, encontrada morando em uma chata³³⁶ no canal do porto santista em completo abandono³³⁷.

Segundo a mesma matéria, a família teria vindo do interior de São Paulo no dia 11 de abril daquele mesmo ano. Originalmente, eram dez pessoas: o português Francisco Ramos, de 57 anos, a espanhola Justina Cuen Reyna, de 41 anos, e mais oito filhos, que permanecem anônimos no artigo. Chegando a Santos, hospedaram-se na casa de pasto de Teixeira Sampaio & C., onde ficaram por apenas 18 dias.³³⁸

A intenção da família era ir a Buenos Aires, mais precisamente à cidade de Lomas de Zamora³³⁹, vilarejo localizado na periferia da capital federal argentina; Justina tinha parentes ali. No entanto, a febre amarela se colocou no caminho daquela família. Primeiro veio a recusa do vapor *Santos*, para o qual tinham comprado passagens: o mestre da embarcação se recusava a aceitar passageiros que se destinassem às repúblicas vizinhas. Dizia que teriam de se sujeitar às quarentenas por terem saído do porto de Santos, declarado infecto, e todas embarcações saídas dali seriam suspeitas. Veio, então, o falecimento de Francisco, seu marido, e de uma das filhas do casal de apenas 6 anos.³⁴⁰

Continuaram tentando. Na casa de pasto abriu-se uma subscrição em favor da família, conseguindo amearhar os valores para uma passagem até Porto Alegre, com uma sobra que seria possível levá-los de lá até Montevideu ou até mesmo a Buenos Aires, o objetivo inicial. Nesse momento, já ia doente mais uma das meninas

³³⁶ Embarcação de pequeno calado e fundo chato, por isso o nome. Era utilizada, em geral, no serviço portuário para carga e descarga de navios.

³³⁷ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 9 mai. 1893, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

³³⁸ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 9 mai. 1893, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

³³⁹ Apesar da grafia errada, a matéria se referia à cidade de “Las Lomas de San Mora”, hoje parte da região metropolitana de Buenos Aires.

³⁴⁰ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 9 mai. 1893, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

da então viúva Justina, “n’um estado de debilidade extrema”. Ao embarcar, foram examinados pelo médico, que observou a inconveniência de seguirem viagem nessas condições, tendo sido postos em terra à força. Sem terem para onde ir, ficaram ali mesmo, sob a ponte de embarque, até o anoitecer.³⁴¹

João de Tal, dono de uma pequena embarcação, penalizado com a situação da mãe, ofereceu abrigo à família na noite em que foram expulsos do navio. No dia seguinte, ainda segundo o artigo do *Diário de Santos*, Justina e seus filhos foram socorridos por diversos catraieiros vizinhos à chata onde pernoitaram, com quem conseguiram algo para comer.³⁴²

A história não terminou por aí. O tempo mudou, veio um temporal e o mar virou. Manoel Varella, catraieiro, junto a João de Tal, temendo que a família se afogasse, buscou auxílio na polícia. Essa corporação conduziu Justina e seus filhos ao quartel, onde, “engelados”, encontraram agasalho. Deixaram para trás uma caixa de roupas, único bem que traziam consigo.³⁴³

Nesse momento, Justina também havia contraído a doença. Foram encaminhados a mãe e dois dos filhos para a Santa Casa de Misericórdia³⁴⁴. Eles ficaram sob os cuidados do então cônsul argentino, o Comendador João Manoel Alfaya Rodriguez Junior, que se responsabilizou por todos os cuidados à família, desde despesas até a solicitação de ressarcimento da Lloyd Brasil das passagens.³⁴⁵

O desfecho da trágica história da família imigrante apareceria apenas na edição de 11 de maio de 1893 do *Jornal do Brasil*, também na primeira página. Justina, que estava em estado gravíssimo, não resistiu à febre amarela e faleceu. Dos oito filhos, apenas três foram encaminhados à Misericórdia, estando um deles também entre a vida e a morte. Não se sabe o destino dos outros. O Comendador Alfaya Junior cumpriu sua palavra, encarregando-se dos gastos funerários da espanhola. Também assegurava que as crianças sobreviventes seriam encaminhadas ao Asilo de Órfãos,

³⁴¹ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 9 mai. 1893, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

³⁴² JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 9 mai. 1893, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

³⁴³ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 9 mai. 1893, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

³⁴⁴ Apesar de mencionarem oito filhos, apenas um óbito é citado antes do envio da mãe com mais dois filhos para a Santa Casa. É desconhecido o destino dos outros cinco, que possivelmente também faleceram.

³⁴⁵ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 9 mai. 1893, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

instalado quatro anos antes por ocasião da fortíssima epidemia de febre amarela de 1889.³⁴⁶

A história de Justina, Francisco e seus oito filhos foi uma das únicas que resistiram aos anos por se tornarem notícia nos jornais. Muitos outros imigrantes, negros, escravizados ou recém-libertos, e marinheiros – todos anônimos e pobres – visitaram a cidade de Santos nesse período e conheceram destino semelhante. As epidemias de febre amarela e varíola foram os grandes problemas de saúde pública da Santos do século XIX, porém as do quinquênio de 1890 a 1895 mostraram-se especialmente mortíferas. Tal fato lançou bastante desconfiança para o porto, que despontava nesses mesmos anos como o principal exportador de café do Brasil. Santos transformava-se no “porto maldito”.

Cabe destacar que, em toda a pesquisa para a escrita desta tese, não foi encontrado um documento contemporâneo à crise sanitária que mencionasse o adjetivo “maldito” atrelado ao nome da cidade de Santos (ou do Rio de Janeiro), seja em língua portuguesa ou italiana, como observam os autores que se debruçaram sobre a temática. Encontrou-se, no entanto, a designação *pest hole* no semanário anglo-fluminense *The Rio News* de 1892, única referência contemporânea ao porto de Santos de forma adjetivada. Avançando a busca, foi possível ainda localizar o termo *white man's grave* na revista estadunidense *The Tea and Coffee Trade Journal*, de William Uckers, de 1931, e *città maledetta* em uma edição da revista fluminense *O Cruzeiro* de 1943. As referências mais conhecidas sobre a crise sanitária e terminologias para a cidade febril apareceriam de forma mais ou menos clara em publicações das primeiras décadas do século XX, após os primeiros esforços de saneamento e ações de transformação das ruas (calçamentos, alargamentos, reconstrução de fachadas etc.). Em geral, comparavam a situação da cidade com seu período pós-saneamento e propagandeavam as perspectivas de comércio e imigração para o estado de São Paulo.

No entanto, Santos não estava sozinha em sua fama de local letal para estrangeiros, existia certa crença de que os trópicos pudessem ser letais para europeus. *White man's grave* e *pest hole* eram denominações relativamente comuns a portos infectos, principalmente pela febre amarela. O istmo do Panamá foi citado no

³⁴⁶ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 9 mai. 1893, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

semanal *Brazil-Medico*, em artigos publicados ao longo da década de 1920, como tendo recebido a alcunha de “*white man’s grave*” quando a capital panamenha era assolada pela febre amarela. No mesmo período, a cidade portuária equatoriana de Guayaquil era apresentada, em 1921, ao público de um Encontro de Médicos em Nova York como a antiga “*pest hole of the Pacific Coast*”³⁴⁷.

Em ambos os casos, apontam cidades saneadas e que não mais apresentavam risco aos estrangeiros. Entretanto, o termo já povoava o imaginário europeu desde pelo menos o início do século XIX, quando diversos portos da costa oeste africana eram também identificados da mesma forma. O entendimento era de modo literal: acreditava-se que o europeu seria racialmente incapaz de sobreviver ao clima tropical, enquanto locais teriam em sua constituição genes que os faziam menos suscetíveis às enfermidades locais. Em países da África Tropical, como Senegal e Benin, as taxas de mortes de estrangeiros eram de fato altas, criando uma impressão de maldição aos não aclimatados.

No caso do Brasil, Santos e Rio de Janeiro foram consideradas as *white man’s grave* do Atlântico Sul. Muito próximas fisicamente e ligadas por vapores diários, com movimentação de pessoas e comerciais indissociáveis da época, os dois portos sofreram surtos semelhantes de febre amarela e varíola no primeiro quinquênio da década de 1890. A documentação relevou que, em certos momentos, os dois portos apareciam nos radares de interdição por conta de suas epidemias de febre amarela de fins do século XIX, trazendo para ambas a pecha de *pest holes*.

A temática da cidade enquanto um “porto maldito” é referenciada por quase toda a bibliografia. Essa historiografia trouxe novos termos para a descrição de uma cidade infecta e doente que foram muito utilizados para a descrição de Santos, apesar de não ter sido possível persegui-los pela documentação. Tais termos, como “passo da morte”, “*città maledeta*” e “cemitério de europeus”, foram exaustivamente usados

³⁴⁷ UCKERS, William. Santos, the World’s Greatest Coffee Port. **Tea and Coffee Trade Journal**. Kent, dec. 1931, p. 643-647. THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 12 jul. 1892, p. 3. O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 27 dez. 1947, p. 73. COELLO, Carlos V. The present sanitary conditions at Guayaquil with special reference to yellow fever. Third General Session of the American Public Health Association at the Fiftieth Annual Meeting. **The American Journal of Public Health**. Washington, v. 12, n. 3, mar. 1922. Disponível em: <<https://bit.ly/3CNWosH>>. Acesso em: 29 mai. 2020. CURTIN, Philip D. The End of the “White Man’s Grave”? Nineteenth-Century Mortality in West Africa. **The Journal of Interdisciplinary History**. Cambridge, v. 21, n. 1, 1990, p. 63-88. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/204918?seq=1>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

pelos autores³⁴⁸. Estrangeiros ou aqueles que eram classificados pelas autoridades públicas como “não aclimatados” pareciam ser a presa predileta de doenças como a febre amarela, talvez pela falta de imunização³⁴⁹. Tripulações de navios mercantes ou de guerra, artistas, diplomatas e imigrantes recém-chegados vinham ao Rio de Janeiro e a Santos para morrer, o que espalhava uma sinistra fama que passava a acompanhar as duas cidades.

Todavia, foi no porto santista que os adjetivos sobre sua pestilência permaneceram ecoando na memória coletiva e nos estudos que se fizeram sobre a cidade ao longo do século XX. O mesmo não se verifica na historiografia fluminense, que frisava, sim, o período febril da cidade³⁵⁰, mas não sua alcunha “porto maldito”. Por isso, é necessário entender o contexto dessa crise sanitária no porto de Santos para que se compreenda quais fatores levaram à perpetuação da *città maledetta* santista.

3.1 EPIDEMIAS, CRISE SANITÁRIA E MÁ FAMA INTERNACIONAL

Santos era visitada por surtos epidêmicos periódicos desde tempos coloniais. A varíola ou o “mal das bexigas” como sendo a principal dessas doenças até pelo menos os primeiros anos do século XIX. Somente em 1850 a febre amarela aportaria na cidade de Santos, depois de reaparecer no ano anterior nos portos de Salvador e Rio de Janeiro após anos fora dos anuários mortuários³⁵¹. Ao longo da segunda

³⁴⁸ Cf.: PEREIRA, Maria Aparecida F. **O Comissário de Café no Porto de Santos**, 1870 - 1920. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980, p. 54. GAMBETA, Wilson Roberto. **Soldados da Saúde: A formação dos serviços de saúde pública em São Paulo (1889-1918)**. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986, p. 25-26. VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **O Asilo de Órfãos de Santos na engrenagem da cidade**. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/3b9Jck5>>. Acesso em: 9 nov. 2019. BLUME, Luiz Henrique dos Santos. **Moradia da população pobre no final do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História), PUC/SP, São Paulo, 2011, p. 87. Disponível em: <<http://bit.ly/2XDMFzI>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

³⁴⁹ LOPES, Betralda. **O Porto de Santos e a Febre Amarela**. Trabalho apresentado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1974, p. 56.

³⁵⁰ Sobre esse assunto, ver: BENCHIMOL, Jaime Larry. **Dos Micróbios aos Mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, Editora UFRJ, 1999. CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

³⁵¹ BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Hausmann tropical - A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

metade do século XIX, as duas enfermidades deixariam seus rastros nos anuários mortuários da cidade de Santos, com grandes surtos nos anos de 1873, 1876, 1878 e, por fim, as tão conhecidas epidemias ocorridas entre os anos de 1889 e 1895³⁵².

Todavia, para entender a crise sanitária de Santos na década de 1890, cabe observar alguns números. Em uma compilação de dados apresentados pelo médico sanitarista Guilherme Álvaro no ano de 1919 (Tabela 4)³⁵³, Santos aparecia com uma população crescente de 10.000 a 20.000 habitantes entre os anos de 1872 e 1889. Observa-se, porém, um decréscimo significativo de habitantes no ano de 1890.

Tabela 4 – População santista em relação ao total do número de mortes, com números específicos para febre amarela e varíola (1872 – 1905).³⁵⁴

Anos	Total de mortes	Febre Amarela	Varíola	População	Habitações
1872	386	10	48	9.191	1.382
1873	572	140	8		
1874	581	18	150		
1875	418	30	16		
1876		222	63	10.000	
1877	366	0	10	N	
1878	554	184	33		
1879	460	45	0		
1880	462	34	0		
1881	384	6	0		
1882	428	1	0		
1883	538	8	0		
1884	543	0	0		
1885	422	1	0		

CONTINUA

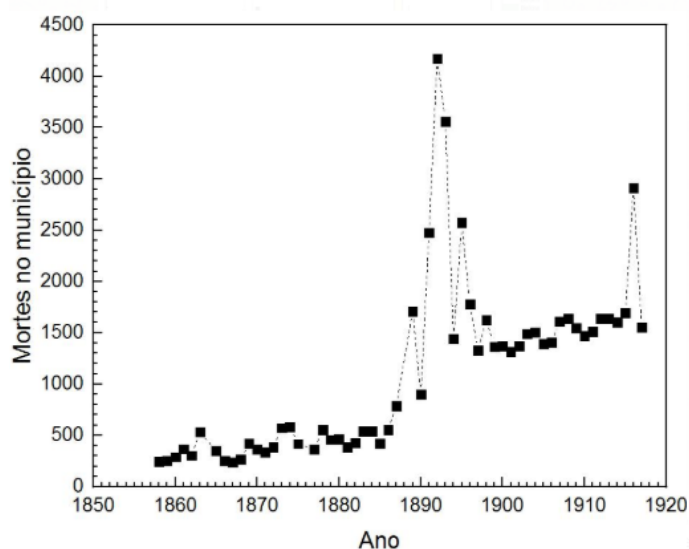
³⁵² ALVARO, Guilherme. **A campanha sanitaria de Santos, suas causas e seus efeitos**. São Paulo: Casa Duprat, 1919. Disponível em: <<https://bit.ly/2Lgf8ao>>. Acesso em: 8 mai. 2020.

³⁵³ Foram priorizados para apresentação no corpo do texto apenas os números de mortes da febre amarela e da varíola. Entretanto, é possível verificar no Anexo 4 uma tabela mais abrangente de doenças.

³⁵⁴ Todos esses dados aparecem no compêndio de 1919 de Guilherme Álvaro, ao longo da publicação. Eles aqui foram compilados e reunidos pelo autor em forma de tabela para facilitar sua visualização. Cf.: ALVARO, op. cit., 1919.

Anos	Total de mortes	Febre Amarela	Varíola	População	Habitações
1886	554	9	9	15.605	
1887	787	84	0		
1888	Sem informação	0	220		
1889	1.712	750	11	20.000	2.000
1890	896	35	3	13.000	
1891	2.473	930	24	20.000	
1892	4.173	1742	823		
1893	3.561	1642	59	30.000	3.234
1894	1.440	172			
1895	2.574	1085	6		
1896	1.780	435	11	35.000	3.600
1897	1.331	37	6		3.700
1898	1.625	362	7		
1899	1.366	2	3		
1900	1.369	260	1		
1901	1.312			45.000	5.000
1902	1.371	0	2		
1903	1.490	5	1		
1904	1.507	2	77		
1905	1.391	0	0	60.000	

Gráfico 1 – Mortes no município de Santos (1850 – 1919).



Em consonância com esse fato, o número de mortes no quinquênio de 1890 a 1895 operou um aumento em mais de dez vezes na média para a cidade nos dez anos anteriores, para somente entrar em declínio no fim daquele século. Nem o pico de mortes da forte pandemia de gripe espanhola dos anos de 1918-1920 alcançaria o daqueles anos (Gráfico 1).

O crescimento de mortes no primeiro quinquênio da década de 1890 – não só por doenças epidêmicas³⁵⁵ – causou um colapso no rudimentar sistema de saúde pública santista. Além disso, esse aumento aconteceu em momento crucial para a cidade. Santos era, até então, considerado um porto secundário em relação ao do Rio de Janeiro, esse último já consolidado como principal porto do país. Localizado a pouco mais de 600 km da capital federal à época (ou meio dia de viagem em um vapor), o movimento de cargas e pessoas do porto santista transformara-se desde fins da década de 1860. A estrada de ferro São Paulo Railway, chave para o entendimento dessa alteração de ritmo, foi inaugurada em 1867. Em 1870, a cidade também entrou na rota dos navios a vapor transatlânticos³⁵⁶, e três anos mais tarde a *Western Telegraph* ligaria Santos com o velho continente em questão de segundos.

Por meio de seu principal porto de mar, a Província de São Paulo entrava, aos poucos, na dinâmica capitalista da economia mundial, com a expansão do café a partir das lavouras que se estendiam pelo Vale do Paraíba e alcançavam as antigas regiões açucareiras de Campinas e Itu. Nesse contexto, o trinômio telégrafo internacional, navios transatlânticos a vapor e locomotivas, popularizados ao longo do século XIX em escala mundial e recém-chegados a Santos, transformou – e muito – as formas de comunicação e transporte da pequena cidade portuária³⁵⁷.

Portanto, em menos de duas décadas, Santos viu seu volume de exportações e circulação de pessoas aumentar significativamente, principalmente com a

³⁵⁵ Apesar da mortalidade da febre amarela e da varíola no porto de Santos, Guilherme Álvaro identifica ainda doenças como a coqueluche, o impaludismo (malária), a desinteria, a febre tifoide e, principalmente, a tuberculose como constantes nos obituários de adultos santistas. Além disso, seu estudo visava somente as doenças transmissíveis, excluindo os números de outros tipos de mortes (violentas, naturais, acidentais etc.).

³⁵⁶ “Navios no Porto – Lê-se na Revista Commercial de Santos de 10: ‘Estamos com 26 navios no porto quase todos estrangeiros, vindos em direitura para este porto, com carregamento de diversos gêneros. É admirável presentemente o commercio da praça de Santos, com as principaes da Europa: si realizar-se a inauguração de linhas á vapor como se diz com escala por aqui, ficará Santos classificada como uma das principaes praças commerciaes da America. É notável o desenvolvimento que tem tido o nosso commercio, de certo tempo á esta parte. O governo que olhe agora para o nosso porto.’” CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 12 dez. 1869, p. 1.

³⁵⁷ HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o Café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

intensificação das atividades de armazenamento, comércio e exportação do café. A década de 1890 foi bastante significativa, pois foi nela que esse incremento significou a tomada de posição do porto do Rio de Janeiro como o principal porto exportador do grão, e a cidade de Santos se tornaria o “porto do café”.

Esse cenário era particularmente atrativo para quem buscava novas oportunidades. As três últimas décadas do século XIX foram marcadas por um intenso deslocamento de pessoas, tanto de imigrantes e migrantes como de escravizados das regiões Norte para as lavouras de café do Sul, especificamente do Rio de Janeiro e São Paulo. Com relação aos imigrantes, só o estado de São Paulo recebeu, entre 1890 e 1901, uma média de 700 mil colonos italianos, portugueses e espanhóis, sem contar os provenientes de outras nações³⁵⁸. Embora a imigração subvencionada fosse especificamente direcionada para as lavouras de café, muitos, assim que tinham a oportunidade, deixavam o campo, onde viviam muitas vezes em condições precárias, e buscavam as cidades.³⁵⁹

Santos começou a viver um momento conturbado de superlotação: eram muitas pessoas e poucos lugares para viver. A população cresceu de pouco mais de 9.000 habitantes em 1872 para cerca de 20.000 em 1890. Além disso, os números desse crescimento são pouco são confiáveis, visto que nem sempre era considerada a circulação da população marítima e a grande quantidade de imigrantes que chegavam à cidade e não conseguiam embarcar serra acima.

O sr. presidente participou que tendo-se agglomerado nesta cidade grande numero de immigrants e que por falta de accommodações achavam-se esparsos pelas ruas e praças da cidade, dormindo até ao relento, telegraphara ao dr. presidente do estado, para obter do superintendente da estrada de ferro ingleza, um armazem da estação e dous trens diarios para accomodar e transportar cerca de duas mil pessoas, que devem chegar por estes dias e que não satisfeito ainda, officiara hoje ao mesmo sr. presidente, confirmando o seu telegramma e fazendo-lhe uma exposição a respeito, de como era effectuado esse serviço nesta cidade, fazendo a leitura do mesmo officio. O

³⁵⁸ Santos carece de informações precisas de população durante as últimas décadas do século XIX. Entretanto, o censo de 1913 informou que, dos 89 mil habitantes da cidade, 86,8% eram brancos, 7,8% mestiços, 3,5% negros, 1,3% índios e 0,6% imigrantes japoneses (chamados de amarelos pelo censo). Os imigrantes representavam 42,5% do total da população da cidade no mesmo ano. As principais colônias eram, por ordem de tamanho: a portuguesa, a espanhola, a italiana, a turca e a japonesa. Em cada 100 habitantes santistas, 25 eram portugueses, nove espanhóis, três italianos e um turco ou japonês. GITHAY, Lúcia Caira. **Ventos do Mar**: trabalhadores do Porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 41-42.

³⁵⁹ HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o Café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

mesmo sr. presidente participou finalmente que tendo telegraphado ao dr. presidente pedindo-lhe, como medida urgentissima a construcção de um alojamento para imigrantes afim de evitar que elles continuassem a soffrer toda a sorte de privações, como era publico e notorio, s. Exa. lhe respondera por telegramma que podia alugar as casas que entendesse conveniente.³⁶⁰

A quantidade de imigrantes recém-chegados não era um fato isolado ou extraordinário em relação ao porto de Santos naquela década. Constantemente podia-se verificar nos jornais locais ou da capital a chegada expressiva de pessoas vindas do exterior. Em março de 1891, o *Correio Paulistano* anunciava: “Está no porto o grande vapor italiano Matteo Bruzzo. Trouxe a bordo 1500 imigrantes, que já desembarcaram.”³⁶¹ Em junho daquele mesmo ano, a mesma folha diária noticiava: “Pelo vapor Aymoré chegaram ante hontem aquelle porto 821 imigrantes, de diversas nacionalidades.”³⁶²

Santos contava com um alojamento para imigrantes improvisado que funcionava desde 1890 no coração do centro urbano, no edifício do antigo teatro Rink, sem ter aparelhamento, planejamento e – mais importante de tudo – o isolamento que seu primo mais velho de São Paulo, a Hospedaria do Brás, possuía. Todavia, aparentemente, sua existência era necessária e urgente, haja vista a grande circulação de recém-chegados ao porto.

Essa superlotação na cidade era provocada por uma ineficiência nos serviços de transportes. Primeiro, porque a estrada de ferro inglesa tinha se tornado um gargalo tanto para o transporte das levas cada vez maiores de imigrantes que chegavam na cidade como para o envio crescente de safras de café. Datam dessa época as primeiras tentativas de construção de uma descida alternativa da Serra, como as feitas pela E. F. Sorocabana e Mogiana; no entanto, nenhuma delas conseguiria tirar o monopólio dos ingleses, estabelecido duas décadas antes³⁶³.

³⁶⁰ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 15ª Sessão, 02 jul. 1891. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 253-255. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³⁶¹ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 19 mar. 1891, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

³⁶² CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 11 jun. 1891, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

³⁶³ A construção do ramal Mairinque – Santos pela E.F. Sorocabana, garantida por decreto federal em 1892, seria somente concretizada na década de 1930. No mesmo ano a Mogiana também garantiria o direito de construir um ramo, mas esse nunca foi concretizado.

Outro gargalo era, sem dúvidas, o porto. Composto por algumas pontes de madeira para embarque e desembarque, sua longa fila de embarcações era um obstáculo para a agilidade da atividade portuária. Navios demoravam-se longos períodos fundeados na costa santista à espera de um lugar para o momento de carga e descarga, que poderia durar até um ano. Nem mesmo a construção do primeiro trecho do novo cais de pedra, concluído pela Companhia Docas de Santos em 1892,³⁶⁴ parecia ter solucionado o problema. Na verdade, esse primeiro período de obras de modernização do porto talvez tenha agravado a crise, não só a dos transportes, mas também a sanitária.

Principal doença epidêmica desse período, a febre amarela ainda não tinha causa conhecida, dividindo a opinião de médicos infectologistas e cientistas³⁶⁵. De um lado estava a teoria do contágio, que acreditava que a contaminação se dava pela transmissão pessoa a pessoa, vindo na esteira da microbiologia que se desenvolvia na última década do século XIX. O outro lado adotava a teoria da infecção, que entendia que a transmissão se dava por uma combinação de fatores ambientais e atmosféricos: o clima úmido da cidade e o forte calor dos verões na região; o temível vento noroeste dos maus ares; as emanações dos mangues santistas e rios que corriam a descoberto pela cidade, entre outros³⁶⁶.

Essa última ideia, vinda na esteira da teoria miasmática, que tinha bastante aceitação não só da comunidade médica como também da opinião pública, talvez tivesse mais peso para o entendimento de Santos como um porto infecto por natureza. Além disso, os hábitos da população, que possuíam conhecimento acerca de “limpo” e “sujo” diverso daquele que se verifica contemporaneamente³⁶⁷, contribuíam para o mau estado sanitário da cidade. Despejavam-se dejetos em quintais, becos, mananciais e até mesmo no canal do porto. As condições de vida nas moradias

³⁶⁴ Tendo ganhado a concessão para a construção do novo cais de pedra em Santos em 1888, a Companhia “Docas de Santos” iniciou as obras em 1890, tendo terminado o primeiro trecho da murada em 1892. Para saber mais sobre esse assunto, ver: HONORATO, Cezar. **O polvo e o porto: a Cia Docas de Santos (1888 – 1914)**. São Paulo: Hucitec, 1996.

³⁶⁵ A hipótese do mosquito como vetor transmissor da doença já era proposta nos Boletins da Academia Imperial de Medicina, em 1885. Em Santos, a Comissão Sanitária só começaria os testes com a eliminação de focos de larvas nos primeiros anos do século XX. Cf.: BENCHIMOL, Jaime Larry. **Dos Micróbios aos Mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, Editora UFRJ, 1999, p. 111.

³⁶⁶ AMORIM, Pietro Marchesini. **A medicina social e as medidas sanitárias em Santos (1870-1889)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História, Sociedade e Cultura), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

³⁶⁷ VIGARELLO, Georges. **Le Propre et le sale: l'hygiène du corps depuis le Moyen Âge**. Paris: Éditions du Seuil, 2014.

coletivas também despertavam preocupações, devido à precariedade de pessoas recém-chegadas³⁶⁸.

Por conta da forte preponderância do entendimento de Santos como cidade naturalmente infecta por seu terreno e sua atmosfera, as primeiras tentativas de saneamento foram frustradas devido ao temor de agravamento das epidemias. No dia 3 de março de 1890, o engenheiro da Intendência Municipal sugeriu a pausa nos trabalhos de escavação para assentamento de esgotos “[...] porque a abertura das vallas poderia ser prejudicial à salubridade publica na epoca actual”³⁶⁹. No mesmo período, operários da Companhia Docas de Santos revolviam o mangue do porto, fazendo a opinião pública culpar as virações vindas desse lodo e de outras matérias acumuladas pela violência e intensidade das epidemias daquele ano, com mortalidade até então sem precedentes³⁷⁰.

Na transição da Monarquia para a República, muito se escreveu e falou a respeito da nocividade do lençol d’água subterrâneo do Rio de Janeiro, com a intenção de convencer o público e as autoridades de que o enxugo do solo através da drenagem profunda desta água acarretaria a extinção da febre amarela. Para os partidários de Pettenkofer, a equação correta de nossa insalubridade era formada pelos termos: “pântano abafado” + matéria orgânica em putrefação + oscilações do lençol d’água subterrâneo = epidemias. Argumentavam que os cariocas viviam sobre um pântano que subsistia sob sucessivos aterros feitos com matéria orgânica de origem vegetal e animal.

Como a cidade estava situada em nível pouco superior ao do mar, a água subterrânea mantinha-se quase estagnada a pouca profundidade. Os aguaceiros de verão faziam oscilar o lençol d’água que umedecia as matérias mefíticas do solo, reativando sua putrefação ou fermentação. Criava-se, assim, o substrato ideal para que os germes se multiplicassem com virulência exacerbada, infeccionando a atmosfera e causando as epidemias estivais de febre amarela bem como as várias modalidades de impaludismo que vinham sobressaindo nas estatísticas médicas da capital.³⁷¹

³⁶⁸ BLUME, Luiz Henrique dos Santos. **Moradia da população pobre no final do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História), PUC/SP, São Paulo, 2011, p. 87. Disponível em: <<http://bit.ly/2XDMFzI>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

³⁶⁹ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 6ª Sessão, 03 mar. 1890. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 29. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³⁷⁰ FRANCO, Jaime. **A Beneficência**. São Paulo: Gráfica da "Revista dos Tribunais Ltda", 1951, p. 170.

³⁷¹ BENCHIMOL, Jaime Larry. **Dos Micróbios aos Mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, Editora UFRJ, 1999, p. 283.

Essa preocupação com o solo tornava as obras – tanto as da abertura de ruas e calçamentos como as do novo cais de pedra do porto pela Companhia Docas de Santos – a solução e o problema, pelo menos aos olhos da opinião pública. Os trabalhos seguiram em marcha acelerada, perturbaram a movimentação portuária, principalmente nos anos de construção, e ainda aumentaram o temor de fortes epidemias. Essas de fato aumentaram: os surtos de febre amarela e varíola combinados foram mais intensos no período em que os primeiros metros do cais de pedra foram construídos.

Sobre o clima e a atmosfera de Santos, as fortes ondas de calor e os ventos “de noroeste” eram bastante temidos, os primeiros sinais do verão em novembro aumentavam o temor de que uma nova epidemia de febre amarela surgisse. O escritor Júlio Ribeiro, em sua breve e malfadada passagem pela cidade de Santos, escreveu sobre o assunto no romance “A Carne”, publicado em 1888:

Eu me vejo em apuros, mas é para dizer o que vem a ser esta nesga do litoral em relação à climatologia; é para achar-lhe um termo de comparação. “Falam no Senegal: o Senegal é mais quente, valha a verdade, mas não é tão abafado. Lá respira-se fogo, mas respira-se. Aqui não se respira nem fogo, nem coisa nenhuma. O ar é pesado, oleoso; parece que lhe falta algum elemento, isso quando não há o vento célebre que os noroeste: quando sopra, reina esse semoum africano, esse vendaval-peçonha, Santos é miniatura do inferno: Imagine-se um tufão dentro de um forno.”³⁷²

Em resposta a essa descrição, Carvalho de Mendonça escreveria em suas crônicas sobre a passagem do escritor por terras santistas, que se deu dois anos antes da publicação de seu livro. Dizia que Júlio Ribeiro havia passado por Santos exatamente como Bargossi, a correr; fixou residência e abriu externato, com a mais firme intenção de “se acclimatar” a terra dos Andradas. “Mas os ventos não lhe correram propícios, ou, para dizer o caso como o caso foi – não lhe vieram alumnos, e vieram-lhe moléstias [...]”

Começou a perseguir-o o terror da febre amarela: escreveu sobre ella, deu rebate falso, alarmou o interior por causa de um ou dous casos insignificantes – que a seus olhos de inexperiente tomaram proporções assustadoras. E atrás do primeiro emprego que encontrou – atirou-se para S. Paulo, desiludido e furioso.

³⁷² RIBEIRO, Julio. **A Carne**. São Paulo: Martin Claret, 1999 [1888].

Pouco antes de ir dizia-me elle, enxugando o suor, indignado contra o calor, fulminante: “– Si encontrar um homem que se mude para Santos, digo-lhe francamente: pegue um revólver, e mate-se. É mais depressa. Isto não é terra: é o inferno. Só agora é que comprehendo as Ordenações do Reino estabelecendo como pena média – entre a forca e o degredo para Africa – o degredo para o Brazil. Os portuguezes do seculo XVII conheciam do Brazil apenas o littoral – e faziam-lhe justiça de julgar peor do que a Africa. Um inferno, um inferno!”³⁷³

A troça feita por Mendonça à não aclimação de Ribeiro tocava talvez na questão mais sensível, reforçando a crença já difundida de que imigrantes e pessoas não acostumadas ao clima úmido e quente dos litorais tropicais fossem mais suscetíveis a doenças como a febre amarela.

Os temores de Júlio Ribeiro – seja das principais moléstias contagiosas, como febre amarela ou varíola, seja o temor pela vida de uma forma mais subjetiva – em fins da década de 1880 tinham seus fundamentos. Durante esse período, o cotidiano de morte era constatável pela análise dos papéis da municipalidade. Em um curto espaço de tempo, entre dezembro de 1886 e junho de 1887, foi possível localizar ao menos cinco registros de afastamento, desligamento ou morte de funcionários municipais: em 11 de dezembro de 1886, a Câmara recebeu ofício de José da Costa Silveira, que pedia afastamento “por motivos de moléstia”; em 17 de dezembro de 1886, recebeu requerimento de Tibúrcio Rodrigues Lima, ajudante de Fiscal, pedindo licença de sete dias, por ter falecido sua mãe; em 28 de março de 1887, faleceu o sr. Joaquim Mariano da Silva, que ocupava o lugar de porteiro da Câmara; em 31 de março de 1887, o sr. Presidente lamentou ter falecido o guarda do cemitério e propôs o sr. Firmiano da Costa Silveira para substituí-lo; em 11 de junho de 1887, recebeu requerimento de João Feliciano dos Santos pedindo exoneração do cargo de Fiscal da Câmara Municipal, “por motivos de moléstia”³⁷⁴.

³⁷³ MENDONÇA, Carvalho de. *Chronica. Indicador Santista*. São Paulo, 1887, p. 24-25. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁷⁴ CARMO, Bruno Bortoloto do. *Entre Fiscais e Multas: experiências urbanas através das posturas municipais (1870 – 1890)*. São Paulo: e-Manuscrito, 2019, p. 131-132.

Conforme avançavam os anos e a situação da crise sanitária se agravava, as notícias de afastamentos e desistências de cargos cresciam, como se viu no ofício de 10 de abril de 1890 do alferes João José Ribas, que deixava de exercer o cargo de fiscal do mercado³⁷⁵, ou no do advogado da Intendência de 17 de junho do mesmo ano, impossibilitado de comparecer à sessão, ambos por motivos de moléstias³⁷⁶. As queixas de saúde foram causas de afastamentos e resignações de mandatos de alguns dos vereadores e intendentes municipais. Foi o caso de Júlio Conceição, último Presidente das Câmaras Imperiais, que adoeceu de febre amarela e se afastou do cargo em março de 1889³⁷⁷, do intendente Affonso Veridiano, que pediu renúncia do cargo em 7 de fevereiro de 1893³⁷⁸, e Alexandre de Mello Junior, que também deixou seu cargo à disposição em 29 de junho daquele mesmo ano³⁷⁹. Até mesmo o chefe político santista Cesário Bastos, que renunciou seu mandato de presidente da Intendência Municipal em fevereiro de 1893³⁸⁰, mesmo não anunciando publicamente o motivo da desistência, foi acusado de “fugir” da cidade em meio ao caos sanitário:

O outro chefe do mesmo partido, dr. Cesario Bastos, quando aqui ha poucos annos foi presidente da nossa Camara, declarou em sessão - que por causa do municipio de Santos não estava disposto a sacrificar sua saude e interesses. -; e pouco depois abandonava esta distincta e nobre terra á mercê das epidemias de febre amarella e bexiga.³⁸¹

³⁷⁵ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 15ª Sessão, 10 abr. 1890. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 76-84. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³⁷⁶ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 21ª Sessão, 17 jun. 1890. Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 114-118. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³⁷⁷ DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 26 mar. 1889, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

³⁷⁸ No caso de Afonso Veridiano, foi negado o seu pedido de renúncia, lhe sendo concedida uma licença. Cf.: SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 20ª Sessão, 7 fev. 1893. Livro 1892 – 1894, p. 46-48A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³⁷⁹ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. Sessão Extraordinaria, 29 jul. 1893. Livro 1892 – 1894, p. 126A-129A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³⁸⁰ “Pedio a palavra o senhor Mello Junior e disse que tendo se aggravado o seu estado de saude e que por esse motivo resignava o cargo de intendente de fazenda.” SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 21ª Sessão, 16 fev. 1893. Livro 1892 – 1894, p. 49-52. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³⁸¹ SANTOS COMMERCIAL. São Paulo, 28 de jul. 1895, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

De fato, foram expressivas as fugas populacionais da cidade no período das últimas duas décadas do século XIX. A quantidade de recém-chegados e a correlação entre a mortalidade das doenças epidêmicas e os não habituados ao clima e à atmosfera santista fizeram com que a cidade fosse almejada e temida ao mesmo tempo. A população crescia e decrescia na mesma proporção, aqueles que podiam se refugiavam serra acima, em São Paulo, vindo a Santos para compromissos em trens diários. Quem não tinha essa possibilidade, refugiava-se nos novos bairros que buscavam novos ares, como Vila Mathias, Vila Macuco ou Nova Cintra. Por fim, havia os que permaneciam na cidade à própria sorte e amontoavam-se nos cortiços santistas.

3.2 ENTRE A MORTE E O LUCRO: VIGILÂNCIA ÀS HABITAÇÕES COLETIVAS

Na virada do século XIX para o XX, a cidade de Santos estava nos holofotes por conta da abundante produção cafeeira que era escoada por seu porto, além do grande contingente de imigrantes e migrantes que entravam por ele, compondo um intenso fluxo de mercadorias e ideias. Por conta do crescimento de ordem demográfica e econômica, a cidade passou por inúmeras contradições cotidianas, com territórios disputados e inúmeras visões do fazer urbano.

Nesse período, alguns sujeitos históricos começam a se destacar na documentação fiscalizatória. Nomes de proprietários pouco conhecidos dos altos círculos da elite santista foram identificados, visados por uma fiscalização municipal implacável no que diz respeito às normas de construção e higiene. Por mais que o foco fossem os ambientes internos, relacionados a uma possível “vida privada” dos populares, estavam visados por serem considerados uma das principais fontes de propagação das doenças nocivas à saúde pública.

A casa, associada à noção burguesa de família, moralidade, formação do indivíduo, recolhimento e oposição ao mundo público, estava se constituindo nesse período. As transformações urbanas, que transfiguraram a rua, são também peça-chave deste processo.³⁸²

³⁸² LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição: Santos 1870 – 1930**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 112.

Além disso, em uma cidade que crescia e necessitava de ruas largas, o ataque a edifícios considerados “velhos” e “anti-higiênicos” se mostrava oportuno. Muitas vezes eram ocupados por trabalhadores, ou mesmo estalagens que abrigavam marinheiros de passagem pela cidade. Nesse momento, diante da pequena quantidade de prédios existentes no centro urbano e do crescente número de pessoas que ali se estabeleciam, o termo “cortiço” foi tomando forma e adquirindo diferentes significados e sentidos. Era como se as ações de fiscalização e suas respostas por parte dos proprietários e inquilinos fossem, aos poucos, forjando e modificando seu significado. Algumas das trajetórias de imigrantes proprietários de cortiços foram, de certa forma, efêmeras e discretas, apesar de bastante lucrativas, marcando o cotidiano da cidade com uma crescente disputa de poder por territórios em locais para onde a cidade crescia e se desenvolvia.

Entre 1870 e 1900 a cidade de Santos foi como um ímã de pessoas das mais variadas regiões do país e do mundo. As oportunidades nos interiores ante a expansão cafeeira tornaram Santos ponto de passagem. A cidade adquiriu posição estratégica com a instalação da ferrovia São Paulo Railway em 1867, que facilitou a subida dos aproximadamente 900 metros de Serra do Mar que separavam Santos do interior.

Como já foi dito, a cidade nesse momento passou de pouco mais de 10.000 habitantes, em 1870, para quase 30.000 habitantes, em 1893³⁸³, entretanto, o número de casas existentes não acompanhou o crescimento populacional. Um levantamento de 1883 feito por motivo de coleta do imposto predial apresentava os seguintes números: 1.271 casas térreas; 161 assobradadas; 218 casas de um andar; e apenas 12 casas de dois andares. Somavam-se, portanto, menos de 1.700 edifícios na cidade de Santos³⁸⁴.

³⁸³ SANTOS. Recenseamento da cidade e município de Santos em 31 de dezembro de 1913. Santos, 1914. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0296a.htm>>. Acesso em: 1º ago. 2019.

³⁸⁴ Dessas casas, 105 estavam isentas de imposto por se encontrarem fora do “perímetro urbano”. Sobre essas casas discutiremos mais adiante. Cf.: CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 7.898, 20 de jan. de 1883. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

Cortiços³⁸⁵ eram, em geral, moradia de uma população despossuída, principalmente quando se tratava de “casinhas”, “quartinhos” ou “cubículos” em estalagens ou mesmo nos fundos de algum sobrado. Já as habitações de dois ou três andares, em geral, eram caracterizadas pelo comércio no térreo e os outros andares destinados à moradia de famílias ou empregados daquele estabelecimento.

Especificamente sobre as moradias dos populares, a municipalidade santista começou em 1873 a utilizar em seu vocabulário o termo “cortiços”, quando teve aprovada pela Assembleia Provincial a primeira Postura que versava sobre a construção, lotação e natureza desse tipo de habitação. Eram apenas dois artigos, que diziam que esse tipo de casa deveria se sujeitar à inspeção dos fiscais da Câmara para que estes examinassem seu estado de asseio; além disso, não deveriam os cortiços serem habitados “por maior numero de individuos do que aquelle em que fôr lotado pelo presidente da Camara, á vista da capacidade de cada cubiculo”. Os proprietários que desobedecessem a essas regras seriam multados em 10\$000, além de obrigados a “fazer-os desoccupar immediatamente”³⁸⁶.

Cortiços eram entendidos, portanto, como um local de acúmulo de pessoas, em geral trabalhadores que possuíam uma moral e uma forma de viver que diferia daquilo que a elite considerava correto e civilizado. Todavia, a concepção de “cortiços”, na prática, adquiriria um caráter amplo, englobando desde casas de prostituição, tavernas, botequins até as habitações coletivas propriamente ditas. Todos eram genericamente chamados dessa forma, o que gerou uma reeducação dos sentidos, já que, mesmo diferentes em sua essência, todos eram segmentos marginalizados, conseqüentemente, seus hábitos e costumes necessitavam ser fiscalizados e policiados. “Muitas vezes o que era considerado promíscuo pelas autoridades sanitárias, não passava da única forma de sobrevivência possível numa cidade portuária como Santos.”³⁸⁷ A partir da década de 1890, adicionavam-se ainda

³⁸⁵ O termo “cortiço” provém da caixa de cortiça, cilíndrica, na qual abelhas fabricam cera e mel; seu uso para habitação coletiva está relacionado, provavelmente, à associação dessas formas de moradia com as colmeias, “formadas por minúsculos casulos que abrigavam as abelhas-operárias, que passavam o dia trabalhando em meio a intenso zumbido”. VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**. Lisboa, v. xxix, n. 127, 1994 (3.º), p. 581-597. Disponível em: <<http://bit.ly/2XxsSkN>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

³⁸⁶ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Livro de Registro de Offícios. Santos, 1873, p. 119-119A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³⁸⁷ BLUME, Luiz Henrique dos Santos. **Moradia da população pobre no final do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História), PUC/SP, São Paulo, 2011, p. 87. Disponível em: <<http://bit.ly/2XDMFzI>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

as cocheiras-cortiços, onde coabitavam mulas, cavalos e pessoas, dada a escassez de locais para viver.

Esse tipo de habitação também foi marcado pela presença de imigrantes (em geral portugueses e espanhóis) que, quando conseguiam amearhar algum capital, lançavam-se como pequenos proprietários de estalagens, hotéis, além de construir ou adaptar prédios para pequenos “quartinhos” mobiliados. Esses quartos eram alugados para trabalhadores e suas famílias, que, recém-chegados à cidade, viam nesses locais um tipo de moradia pouco dispendiosa.

Como dizia a Postura de 1873 que legislava sobre esse tipo de moradia, tais locais deveriam ser observados pelos fiscais da Câmara Municipal em relação ao seu asseio e à lotação máxima permitida. Embora muitos dos pequenos proprietários permaneçam anônimos, foi possível conhecer alguns dos principais corticeiros da cidade. Entre eles estavam quartinhos “do senhor Amorim” e do “Zimbres”, ambos nomes bastante citados nas rondas de fiscalização.

Do ponto de vista da vigilância, o caso dos quartinhos do senhor Amorim é relevante, pois mostra a forma de agir desses proprietários, que beirava a ilegalidade, bem como a sua astúcia para se livrarem das investidas da municipalidade. Em dois momentos de 1885 o português Luiz Pinto d’Amorim e seu irmão³⁸⁸ foram avistados pelos fiscais, mas conseguiram despistar a fiscalização na obra do cortiço na rua Octaviana (que depois se tornaria Conselheiro Nébias)³⁸⁹. Em um primeiro momento, no dia 2 de maio, o ajudante fiscal Victorino José da Costa teria se apresentado no local da construção das casinhas para realizar a contagem dos quartos que estavam construindo. Junto às testemunhas Joaquim Silva Oliveira Pinto e Samuel Gonçalves, foram vistos dois cômodos concluídos e outros (em número indefinido) ainda por terminar. Tentando reunir essas informações, foi dissuadido, tendo lhe sido dito por Antônio Gomes de Souza, que aparentemente atuava como mestre de obras, que a construção estava paralisada. Perguntada a razão da existência de materiais de construção, como madeiras e pedras, teria dito que eram para “outras” obras.³⁹⁰

A fiscalização continuou no encalço do português, sendo feita nova visita à construção das casinhas dois dias após a primeira visita. Naquele dia 4 de maio, o

³⁸⁸ Infelizmente o nome de seu irmão não é mencionado na documentação, permanecendo anônimo.

³⁸⁹ A rua Octaviana em breve se tornaria uma das principais artérias da cidade, a rua e depois avenida Conselheiro Nébias, o que talvez explicasse a maior vigilância sobre o local.

³⁹⁰ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 3.4.7 – Relações de ocorrências da fiscalização. Documento 290. Santos, 1885. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

ajudante fiscal Victorino José da Costa buscou entender quantas casinhas ou quartinhos de fato estava construindo. No entanto, no momento da chegada do funcionário da municipalidade, o irmão do senhor Amorim começou a tapar “com taboas as deverões dos quartos”, o que foi discriminado em documento, citando ainda a presença de testemunhas que viram o fato.

Não fiz no dia 2 o competente embargo, por não se achar presente o Snr. Amorim = mestre e dono das cazinhas ou cortiços, e encontrando hoje na rua 25 de Março fizlhe sentir que procurei-o, para na qualidade de dono, e mestre, intima-lo perante as testemunhas do competente embargo. = Respondeu-me que não dava-se por intimado na hypottese de estar presente.³⁹¹

Não foi possível encontrar mais informações sobre essa questão, presumindo-se que a fiscalização foi burlada ou a contenda resolvida de forma a não gerar documentação escrita, pois a construção do cortiço se concretizou.

Em fevereiro de 1888, Amorim foi notificado pelo fiscal Estevão Nunes de Gusmão a finalizar o passeio de sua propriedade situada na rua Octaviana, esquina com a Amador Bueno. Em abril do mesmo ano a construção de habitação coletiva foi também localizada, no periódico *Correio Paulistano*, por conta de um incêndio no local³⁹². No mesmo período, além das casinhas, sabe-se que Luiz Pinto d’Amorim possuía para os lados da vila de São Vicente uma embarcação onde trazia gado da área continental para a região insular e o abatia em matadouro que mantinha em sociedade com Jacob Emmerich³⁹³, capitalista alemão ligado à indústria local de couros e que também se lançou no ramo de transporte³⁹⁴. Entretanto, as investidas de funcionários municipais poderiam ser resolvidas fora do ambiente oficial, e muitas vezes essas redes de relacionamento favoreciam aqueles que infringiam a lei.

³⁹¹ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 3.4.7 – Relações de ocorrências da fiscalização. Documento 289. Santos, 4 mai. 1885. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³⁹² “SANTOS. Ante-hontem, ás 5 horas da tarde, em um prédio pertencente a Luiz Pinto de Amorim, a rua do Conselheiro Nebias, deu-se um pequeno incêndio, devido ao mau estado da chaminé. Felizmente acudido a tempo, nenhum prejuízo ocasionou, graças a dilligencia empregada por alguns cidadãos, distinguindo entre eles Manoel Gonçalves, Theodosio Souza e Luiz Adriano de Oliveira.” CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 29 abr. 1888, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

³⁹³ A figura de Jacob Emmerich será explorada no Capítulo IV.

³⁹⁴ Cf.: AZEVEDO, Edison Telles de. *Vultos Vicentinos. Subsídios para a História de São Vicente*. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1972.

Além das inspeções de obras, os fiscais da municipalidade faziam listagens mapeando os proprietários de locais que considerassem de aglomeração e com má higiene. Esse tipo de fiscalização acompanharia toda a documentação desde os anos 1870 até a virada do século XIX para o XX.

De conformidade com o art. 4º additivo da lei nº 21 de 30 de Março de 1874 eu e o Snr Dr. Arlindo Ramires Esquiuel Jor medico da Camara visitamos os cortiços existentes n'esta Cidade encontrando os seguintes que forão intimados para a limpessa

de Bernardo José d'Araujo	Rua do Consulado
de Manoel Barboza da Silveira	Rua de S. Francisco
de José Ribeiro Bastos Carneiro	Rua Aurêa
de José Francisco Rosas	Rua da Alfandega
de Francisco Ferreira Zimbres	Rua de S. Francisco ³⁹⁵

O português Francisco de Ferreira Zimbres, último nome dessa lista, ilustre desconhecido quando se trata da memória santista, não figura em índices memorialistas, nomes de rua, nem foi encontrado identificado nas elites locais. Mas as referências ao seu nome destacam-se quando se trata da saúde pública da cidade, já que seus “quartinhos” povoam documentação fiscalizatória e aparecem diversas vezes em rondas que buscavam manter a higiene das ruas e prédios da cidade. No ano de 1883, foram pelo menos quatro visitas dos fiscais João Feliciano dos Santos e Hermenegildo de Miranda e Castro: no dia 20 de junho, “Os cortiços de Zumbra [sic] na rua de São Francisco estão em mau estado [e] o Snr Dor. Engenheiro da camara pode dar as informações precisas”³⁹⁶; no dia 6 de julho foi feita nova visita “aos quartos de Zimbra o Snr Vereador Francisco Martins dos Santos Jor informará. [...]”³⁹⁷; no dia 27 de agosto o fiscal Hermenegildo foi aos mesmos quartinhos junto ao engenheiro da Câmara, que indicou que o cortiço não devia ser demolido, mas precisava de consertos³⁹⁸; em 21 de novembro o mesmo fiscal relatou que o procurador³⁹⁹ da

³⁹⁵ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização. Documento 193. Santos, 30 mar. 1877. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³⁹⁶ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização. Documento 231. Santos, 20 jun. 1883. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³⁹⁷ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização. Documento 232. Santos, 6 jul. 1883. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³⁹⁸ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização. Documento 240. Santos, 27 ago. 1883. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

³⁹⁹ Ainda em 12 de dezembro do mesmo ano foi possível descobrir o nome do procurador de sua viúva, chamado Miguel Francisco Ferreira. Na ocasião ele pedia prazo de 60 dias para construção do passeio do imóvel da São Francisco. SANTOS. Atas da Câmara Municipal. 5ª Sessão, 1ª reunião ordinária, 12 dez. 1883. Livro 1883 – 1887. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

“herança da viúva Zimbres” respondeu que deveriam requerer em juízo os reparos pedidos, dizendo que sem tal requerimento não tinham autorização para realizar despesa alguma⁴⁰⁰.

Apesar da ausência de informações sobre esse português, sabe-se – por meio de seu testamento, encontrado no Arquivo Municipal do Porto – que o senhor Zimbres faleceu em 1881 (sendo o inventário feito no ano seguinte) e deixou para sua esposa o rendimento daquelas casinhas; à época eram descritas como nove sobradinhos que rendiam 1 conto e 500 mil réis anuais. Além desse cortiço que, aparentemente, era a fonte de rendimentos de sua viúva, deixou ainda em Santos mais dois imóveis: um na rua do Consulado (quadra mais próxima do porto da atual Frei Gaspar) e outro na rua Setentrional (antiga quadra das *casinhas*⁴⁰¹ que, depois da demolição dessas, se tornou a praça da República).⁴⁰² Zimbres é ainda localizado no rol de “principais proprietários” da cidade de Santos no fluminense Almanaque Laemmert entre 1877 e 1885⁴⁰³.

Com apenas quatro fragmentos de documentos dessa fiscalização das ruas de Santos foi possível obter informações valiosas da administração desses cortiços santistas. Iniciando pelo fim: Francisco era falecido, sua viúva (nome ausente) morava em Portugal e sua pequena fortuna em forma de aluguéis de quatinhos no centro santista era enviada para além-mar e mantida por um procurador que morava em terras brasileiras, provavelmente em Santos. Por meio de um outro documento fiscalizatório, descobriu-se que o português construiu seus quatinhos em 1873⁴⁰⁴, sendo que o local possuía duas construções: uma de frente e outra de fundos. A da frente tinha 18 quatinhos e já estava sendo habitada à época do auto de vistoria; já a dos fundos possuía 26 desses ditos “cubículos”, totalizando um número de 44 quatinhos. Se cada um desses quatinhos fosse ocupado por uma família de três

⁴⁰⁰ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização. Documento 248. Santos, 21 nov. 1883. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴⁰¹ Assunto tratado no Capítulo II.

⁴⁰² Além dessas propriedades de Santos, deixava ainda um edifício na cidade do Porto, sendo reconhecido como brasileiro “torna-viagem”, aqueles patrícios que fizeram fortuna no Brasil e retornaram como pequenos burgueses para a pátria. Cf.: PORTO. Câmara Municipal. Registo do testamento com que faleceu Francisco Ferreira Limbres, 16 de março de 1882. Acervo Arquivo Municipal do Porto. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/17505/>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

⁴⁰³ Alamank Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1877, p. 355. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional. A referência repete-se também nos anos de 1878 a 1885.

⁴⁰⁴ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 3.4.4 – Autos de Vistoria de Imóveis e Logradouros Públicos. Documento 018. Santos, 24 out. 1873. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

membros (o que era pouco para a época), totalizariam aproximadamente 130 pessoas morando no local. Por essa cifra, provavelmente, contavam com cômodos abafados, com lotação acima do desejado pela municipalidade, sendo necessária a construção de quartos maiores. Além disso, a confluência de pessoas na região da rua de São Francisco talvez fosse grande, levando em conta que esse não era o único cortiço daquela área.

Por meio de levantamento dos imóveis de moradia coletiva na cidade localizados nos anos de 1887 a 1893⁴⁰⁵ pode-se ter ideia da quantidade de habitações à semelhança de “cortiços” que existia na cidade: somente na rua em que Francisco Zimbres possuía seus 44 quatinhos havia outros 38 imóveis (sem contar aqueles das ruas adjacentes), incontáveis cubículos que eram ocupados por trabalhadores do porto, revelando uma densidade na região onde o cortiço do senhor Zimbres se encontrava.

As visitas fiscalizatórias às habitações coletivas da cidade eram uma forma de controle construtivo e sanitário por parte da municipalidade das denominadas “classes perigosas”⁴⁰⁶. Falando especificamente das visitas sanitárias, o fiscal era sempre acompanhado do médico da Câmara; esse último funcionário fazia relatórios e laudos do estado desses locais.

No dia 20 de dezembro de 1876, o médico Julio Furtado junto ao fiscal Manoel Dias Pinto fizeram visitas aos “cortiços existentes nesta cidade [...] encontrando-se em alguns dos dictos cortiço pessoas de mais da lotação [...]”⁴⁰⁷. As visitas continuariam ao longo da década de 1880, como a que o fiscal João da Silva Oliveira Pinto relatou ter realizado ao lado do médico da municipalidade, tendo feito “quintaes e cortiços”⁴⁰⁸.

⁴⁰⁵ Cortiços existentes na cidade de Santos entre 1880 e 1889, levantados nos relatórios da Câmara Municipal de Santos de 1891 e 1893 e nos processos-crime (anos de 1880, 1887, 1888, 1890, 1892, 1895, 1896, 1898 e 1899) pesquisados pela autora. Cf.: LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição: Santos 1870 – 1930**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 122-123.

⁴⁰⁶ Segundo Sidney Chahoub, o termo “classes perigosas” apareceria pela primeira vez na Inglaterra na primeira metade do século XIX, e designaria pessoas empobrecidas não trabalhadoras e que se desviaram para o mundo do crime. No entanto, no Brasil a terminologia se aproximou do conceito de pobreza, associando-a como sendo em si algo vicioso. CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 20-22.

⁴⁰⁷ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 3.4.7 – Relações de ocorrências da fiscalização. Documento 187. Santos, 20 dez. 1876. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴⁰⁸ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 3.4.7 – Relações de ocorrências da fiscalização. Documento 208. Santos, 5 fev. 1881. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

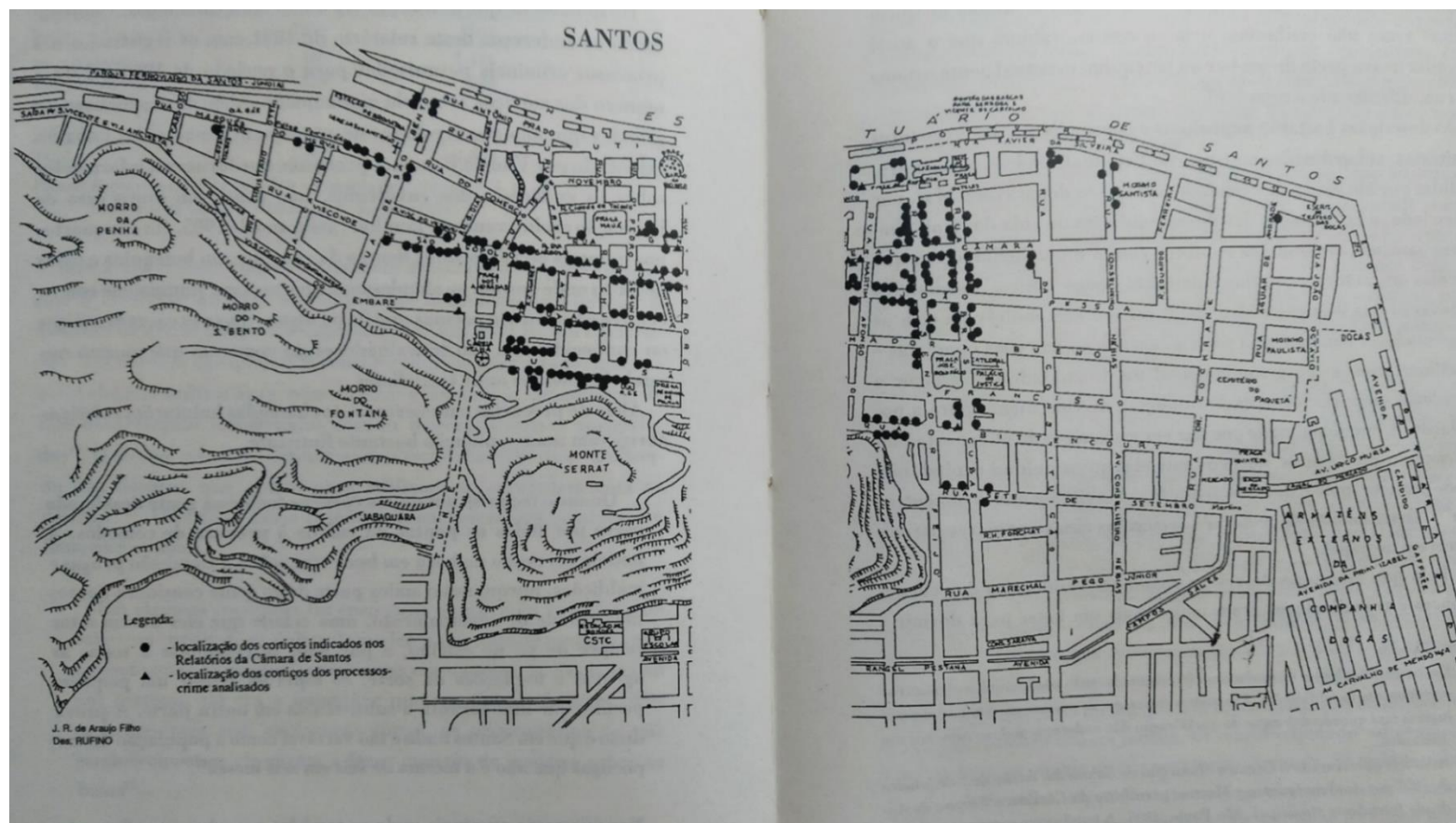


Figura 18 – Mapa presente no capítulo “Transformações de uma cidade”, feito por Maria Lúcia Duarte Lanna, com a legenda “Cortiços existentes na cidade de Santos entre 1880 e 1889”.⁴⁰⁹

⁴⁰⁹ LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição**: Santos 1870 – 1930. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 122-123.

Em tempos de epidemias, essas visitas eram temidas, pois poderiam encontrar pessoas com saúde debilitada e sem condições de serem tratadas no próprio local, e nesse caso deveriam ser enviadas para hospitais de isolamento.

Comunico a V.S. que acha-se em um cortiço na Rua do Rozario nº 147, uma mulher indigente, affectada de varíola, e não podendo ser ella admitida no Hospital de Meziricordia, por ser a moléstia extremamente contagiosa como V.S. sabe e é previsto pelo seu Regimento, convindo izolar, o mais depressa possível, a enferma por isso que nos cortiços não há a hygiene precisa e podendo tornar-se esse local um fóco de infecção; assim espero que V.S. se dignará ordenar as providencias a que o caso requer.⁴¹⁰

Nesse período, o entendimento de que os hospitais eram locais de cura ainda não estava incorporado. Até então, as pessoas eram encaminhadas para esses espaços para morrer, por isso, eram administrados por ordens religiosas ou caritativas de beneficência que visavam a salvação dos tratados e daqueles que os tratavam. Em Santos, eram a Santa Casa de Misericórdia e a Beneficência Portuguesa. O tratamento de quem possuísse meios para tal era feito em casa.

A considerável concorrência pelas enfermarias em tempos de epidemia fazia com que fossem criados espaços provisórios em diversos edifícios da cidade, como o Mosteiro de São Bento, o Convento do Carmo e sítios afastados como o da Filosofia, que também se tornaria cemitério na década de 1890. Em 1892, a enfermaria Almeida Moraes, instalada na chácara do Macuco, recebeu mais de mil pessoas infectadas pela febre amarela, cifra expressiva para um local temporário. No ano seguinte o recém-inaugurado Serviço Sanitário Estadual instalou no mesmo local o primeiro Hospital de Isolamento permanente na cidade. Para lá seriam levadas pessoas com enfermidades contagiosas, com tratamento custeado pelo Estado. Todavia, a ideia de que o doente seria isolado para morrer continuava causando revolta e resistência entre a população às “remoções de infectados”.⁴¹¹

A falta de asseio nesses locais aliada à pobreza material dos populares que os habitavam tornavam esses espaços foco de atenção por parte da municipalidade

⁴¹⁰ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 6.1.1 – Ofícios solicitando Medidas Sanitárias. Documento 0049. Santos, 24 dez. 1882. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴¹¹ Para mais sobre esse tema: FOUCAULT, Michel. O nascimento do Hospital. In: Idem. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2013. VIGARELLO, Georges. **Histoire des pratiques de santé: le sain et le malsain depuis le Moyen Âge**. Paris: Éditions Points, 2014.

no que diz respeito à fiscalização sanitária. Em sessão de 11 de novembro de 1896 o intendente relatou que foi “retirado” de um quartinho situado na rua Bittencourt e enviado para o hospital de isolamento municipal um homem “de nacionalidade hespanhola” atacado pela varíola, já em estado bastante avançado da doença; sua filha foi encontrada morta no mesmo cortiço e seu corpo, conduzido para o cemitério. “O quarto foi desinfectado⁴¹², fechado por 48 horas e os moradores intimados a não se agglomerarem em tão pequeno espaço”⁴¹³, segundo o relato. O temor de ser enviado para o isolamento ou ser tratado em hospital fazia com que táticas fossem criadas para iludir a fiscalização desses espaços, ou mesmo esconder doentes ou até mortos.

Cabe reforçar que a palavra “cortiço” era muito abrangente e mutável, poderia nomear diversos locais que também albergassem um proletariado necessitado de quartos, principalmente aquelas pessoas que tinham acabado de chegar à cidade. Diversos proprietários, enriquecidos ou não, eram pessoas ligadas ao comércio de alimentos e “líquidos espirituosos”, possuíam botequins, casas de pasto etc. Era o caso dos portugueses Manoel Barbosa da Silveira⁴¹⁴ e José Bastos Carneiro⁴¹⁵, nomes também presentes na lista de cortiços considerados com pouco “asseio ou higiene”, junto a Francisco Ferreira Zimbres. Os dois eram antigos comerciantes de secos de molhados de Santos; o primeiro possuía um cortiço na mesma rua de São Francisco e o segundo, na rua General Câmara (antiga rua Áurea). Ambos, apesar de pouco conhecidos e, aparentemente, pouco trânsito nas elites locais, seriam revelados pela documentação como possuidores de um pequeno capital,

⁴¹² As desinfecções à época eram feitas, provavelmente, com cloreto de cal, sulfato de zinco, ácido fênico, ácido clorídrico e nitrobenzina, conforme decreto que autorizava o contrato de limpeza da cidade do Rio de Janeiro em 1880. Cf. BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil. Decreto nº 3.024, de 25 de novembro de 1880. Disponível em: <<https://bit.ly/3hPrG75>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

⁴¹³ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 39ª Sessão Ordinária. 11 nov. 1896. Livro 1896 – 1898, p. 1- 4A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴¹⁴ Manoel Barbosa da Silveira figurou como negociante de secos e molhados na documentação entre 1864 a 1887. JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 25 mai. 1864, p. 1. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1885, p. 1.614. INDICADOR SANTISTA. São Paulo, 1887, p. 278. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴¹⁵ José Ribeiro Bastos Carneiro figurou como negociante de secos e molhados e líquidos espirituosos entre 1872 a 1880. Cf.: Correio mercantil, e instructivo, politico, universal. Rio de Janeiro, 11 mar. 1853, p. 4. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1872, p. 95. Repete-se no mesmo almanaque nos anos de 1873 a 1880. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

propriedades, assim como Francisco Ferreira Zimbres, chegando até a possuir negros escravizados⁴¹⁶.

A cidade de Santos nas últimas décadas do século XIX era polo que atraía trabalhadores para as fazendas do interior, mas também albergava um sem número de marinheiros que desciam à terra enquanto o trabalho de carga e descarga acontecia. No dia 7 de junho de 1892 uma matéria do diário fluminense *Gazeta de Notícias* ligava essas estalagens onde marinheiros se instalavam como vetores de doenças epidêmicas. O autor afirmava que a “gente do mar” era notoriamente desleixada e fazia pouco caso da própria saúde. Uma vez que em Santos demorava-se até um ano para um navio conseguir carga e descarga, não se admiraria que esses marujos “se desmandassem, embebedando-se e frequentando os bordeis e imundas espeluncas de Santos” e assim contraíssem os “germens da terrível doença”.⁴¹⁷

A partir da década de 1860 diversos hotéis e hospedarias começaram a aparecer para acomodar viajantes, imigrantes ou marinheiros. Esses locais também se tornaram alvos da fiscalização, as práticas cotidianas nos “cortiços” eram percebidas pela municipalidade como potenciais vetores disseminadores de doenças epidêmicas e um perigo à saúde pública. Em 23 de setembro de 1876, Teixeira & Cia, estabelecidos com hotel também na rua Septentrional, seriam multados pela existência de três leitões em sua propriedade⁴¹⁸. Mesmo que tal conduta fosse contra o artigo 45 do Código e Posturas de 1870⁴¹⁹, além da disposição presente nas compilações da legislação municipal desde 1847⁴²⁰, os autuados pediam que a multa fosse revista, embora claramente tivessem infringido a lei estabelecida.

⁴¹⁶ “ALUGA-SE um Pardinho de 9 a 10 annos de idade, próprio para serviços maneiros de uma casa, ou para pagar crianças; quem presizar derija-se a rua Aurea n. 196, casa de negocio. *José Ribeiro Bastos Carneiro*.” REVISTA COMMERCIAL. São Paulo, 21 mai. 1872, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴¹⁷ Entretanto, o britânico asseverava que a acumulação forçada de navios era uma das culpadas pela grande quantidade de mortos que grassavam e ceifava a vida de populações marítimas e de recém-chegados. Diversas companhias tinham, inclusive, de mandar novos marinheiros para reconduzir de volta à Europa navios que perderam toda a sua tripulação. Cf.: GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 7 jun. 1892, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴¹⁸ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 3.4.6 – Requerimentos de recurso. Documento 012. Santos, set. 1876. Acervo Fundação Arquivo e Memória.

⁴¹⁹ “Art. 45. Ninguém poderá fazer criação de porcos, nem conserval-os nos quintaes, áreas ou outros quaesquer lugares dentro da Cidade, sob pena de pagar 4\$000 de cada um, e ser obrigado a removel-os immediatamente.” Cf. COLEÇÃO de leis e Posturas Municipaes approvadas pela Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo. **Resolução 103**. São Paulo, Typographia Americana, 1870, p. 197-212.

⁴²⁰ “Art.º 113º = Ninguém poderá fazer criação de porcos no quintaes, arêas, ou lojas das cazas, nem conserval-os nélla, com incommodo dos visinhos, sob pena de pagarem 1\$000 r.s de cada hum.” Cf.:

A multiplicidade de formas de ser e estar na cidade e a relação dessas pessoas com a vizinhança eram flagrantes, em um cotidiano diverso e cheio de contradições, fazendo com que a ordem que a municipalidade propunha para o centro urbano fosse muito frágil. Foi ao longo do século XIX que se disseminaram leis de caráter sanitarista que visavam retirar dos centros urbanos o abate de gado em geral, transferindo-o para fora do centro urbano⁴²¹. Todavia, esse processo de mudança de mentalidade não foi apropriado pela maior parte da população, que estava acostumada a fazer por si própria a matança de rezes para consumo. Era o caso de Adolpho Antônio de Oliveira, negociante na rua do Rosário 141, que foi multado por matar um porco, pelo que pedia justiça, pois o animal que abatera era “para consumo de minha caza e não para vender”⁴²². Naquele número funcionava desde 1881 uma taverna, de propriedade de José Jacintho Mariano⁴²³. Como já foi visto, com o fluxo de pessoas, não só locais denominados como “cortiços” ou hotéis funcionavam na hospedagem de pessoas, havia também pensões em casas de pasto, botequins e tavernas. Portanto, quando Adolpho dizia que o animal era para o consumo de sua casa, não necessariamente era apenas para sua família.

Dentro desse contexto, o português Jacintho de Souza Fonseca, de 27 anos, em abril de 1885, recebeu a visita de funcionários da Câmara e do Delegado de Polícia Major Joaquim Xavier Pinheiro para um auto de vistoria em seu botequim “Flor da Mocidade”, situado na rua Senador Feijó, número 11. Questionado a respeito do estabelecimento, o dono do botequim contou que adquirira esse comércio de um antigo sócio, Casanova. No botequim ele albergava seus funcionários e, além dessas pessoas, possuía uma hóspede de nome Maria. Inicialmente informou às autoridades que a mulher nada pagava de diária; em seguida ele se contradisse, declarando que essa mulher:

[...] pagara n'este estabelecimento a diaria de trez mil reis mas agora ele declarante que nada admite que ela receba mais visitas, nada mais lhe sobra. Que antes dessa hospede houve

SANTOS. Câmara Municipal Santos. Código de Posturas, 1847 [manuscrito]. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴²¹ GIORDANO, Carolina Celestino. **Ações sanitárias na Imperial cidade de São Paulo: mercados e matadouros**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2006.

⁴²² SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 3.4.6 – Requerimentos de recurso. Documento 047. Santos, 1º set. 1885. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴²³ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 3.2.1 – Requerimentos de Indústria e Profissão. Santos, 1881. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

outra de nome Benedita de tal, que está actualmente no botequim de [...] Casanova [Vicente] que tem botequim na rua de São Bento junto ao café dos anjos.⁴²⁴

Jacinto tentou se desvencilhar da multa, mas incorreu em dois artigos do Código de Posturas de 1883 combinados. Primeiro, no artigo 32⁴²⁵, pois as licenças eram pessoais e intransferíveis (salvo em caso de herança), e o documento que apresentou ainda se encontrava em nome de Casanova Vicente, o antigo dono e agora proprietário do estabelecimento situado na rua de São Bento; segundo, no artigo 30 e seu §1⁴²⁶, pois nas licenças deviam ser declaradas especificamente todas as modalidades de comércio desempenhadas, e aquela que Jacinto possuía estava lavrada apenas como “botequim”. Faltava-lhe, portanto, a modalidade “pensão”. Por mais que sua hóspede, naquela ocasião, não pagasse nada – pois a proibiu de receber visitas, e por isso nada lhe sobrava –, acabou deixando escapar que em determinado momento chegou a cobrar de Maria 3\$000 réis mensais.

O depoimento de Jacinto corrobora a ideia de que existissem diversos botequins em Santos que hospedavam pessoas. Ele próprio albergava seus funcionários, de todo ignorados e ausentes na narrativa, além da própria Maria, que permaneceu anônima, apesar da centralidade no rápido inquérito feito ao proprietário. Segundo o português, seu antigo sócio também possuía uma hóspede em seu estabelecimento na rua de São Bento, “Benedita de tal”. A mulher inclusive já havia se hospedado em seu estabelecimento antes de mudar-se para o botequim de Casanova Vicente.

Em abril de 1885, o delegado de polícia Major Joaquim Xavier Pinheiro foi até o estabelecimento de Agapito Perez na rua General Câmara (antiga rua Áurea). Tinha a intenção de inspecionar o local e fazer algumas perguntas. Agapito era espanhol, tinha 28 anos, era proprietário e tinha licença para funcionar como bilhar; comprovou

⁴²⁴ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 3.4.2 – Autos de Infração por Violação de Posturas. Documento 050. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴²⁵ “Art. 32. A licença é pessoal, intransferível, salvo caso de herança e se repetirá annual mente em Julho servindo o mesmo alvará e pagando-se o imposto respectivo até 1º de Agosto. O infractor fica jueito á multa do art. 30.” COLEÇÃO de leis promulgadas pelo governo provincial. Resolução 43. Santos, 1883, p. 173-186.

⁴²⁶ “Art. 30. Ninguém poderá crear estabelecimento commercial ou industrial seja qual fôr a sua natureza, sem alvará de licença do presidente da camara ou sem que tenha pago o imposto respectivo. O infractor pagará de multa o dobro da licença. §1º. O requerimento que impetrar licença expedificará o ramo de ndústria ou comercio que se pretende exercer, bem como local do estabelecimento.” COLEÇÃO de leis promulgadas pelo governo provincial. Resolução 43. Santos, 1883, p. 173-186.

apresentando o documento competente. Perguntaram, então, quantos hóspedes Agapito tinha; respondeu que cerca de quatro mulheres, cobrando 3 mil réis a diária, com bebidas e despesas extraordinárias pagas em separado. Enfatizou que a casa era sossegada e nunca teve nenhuma reclamação sobre barulhos excessivos desde que se tornou proprietário do local. Eis que se fez a pergunta crucial e que muito provavelmente motivou o auto registrado desde o início: o proprietário possuía licença para botequim e hotel? Com relação à modalidade botequim, estava junto à licença de bilhar, “embora por engano o alvará não o declarasse”, mas para hotel não possuía, e alegava “que o próprio Procurador da Câmara lhe declarou que não precisaria pagar nada” a mais por isso. Entretanto, nenhuma das alegações de Agapito adiantou e ele incorreu no artigo 30 do Código de Posturas.⁴²⁷

Nos botequins moravam em troca de pensão Maria, Benedita de tal e outras mulheres anonimamente citadas nos depoimentos em questão. Ambos os estabelecimentos possuíam uma coisa em comum: seus proprietários locavam quartos sem licença e, logo, sem o conhecimento dos fiscais da Câmara. Aparentemente era prática comum; algo motivou Agapito a dizer que o fiscal lhe tinha declarado que nada precisava pagar a mais, mesmo que isso não fosse totalmente verdade. De qualquer forma, a atenção da fiscalização da municipalidade se voltou para as hospedagens nesses botequins e bilhares.

De fato, naquele mesmo ano de 1885, mais especificamente em dezembro, aparecem nas reuniões da Câmara Municipal discussões a respeito de hotéis que eram locais de prostituição⁴²⁸:

⁴²⁷ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 3.4.2 – Autos de Infração por Violação de Posturas. Documento 049. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴²⁸ “A prostituição estrangeira existe no Rio de Janeiro desde o início do século XIX. Durante a primeira metade do século passado, as prostitutas eram portuguesas tanto do continente, como dos Açores e da Madeira, ou escravas de ganho induzidas a esse trabalho por seus senhores. A partir de meados do século, o panorama modifica-se, com a chegada de mulheres vindas da Europa e que se instalam tanto no Rio de Janeiro, em Santos, em São Paulo, como nas principais cidades-porto do país. Do diversificado leque de nacionalidades destinadas ao mercado da prostituição, francesas e polacas são as que se tornam sinônimo de prazer. Tal status circunscreve-se ao fenômeno da belle époque vivido pelas principais cidades brasileiras – Rio de Janeiro e São Paulo – e do continente como um todo. Assim, a influência francesa dita modas e ideias, arquitetura e comportamento, valores e atitudes para as elites políticas e intelectuais, impondo o fetichismo da mercadoria europeia que vai das roupas às mulheres.” WALDMAN, Berta. Entre braços e pernas: prostitutas estrangeiras na literatura brasileira do século XX. **Remate de Males**. Campinas, n. 22, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/download/8636158/3867/>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

Officio da mesma delegacia, de 11 do corrente, pedindo que a Camara providencie de modo a serem cassadas as licenças concedidas aos proprietarios dos hoteis de Londres, Guarany e Oriente que, se furtando ao cumprimento do art. 39 do Cod. De Posturas, declararam que seus hoteis só recebem mulheres prostitutas e não passageiros; e sendo esse facto verdadeiras affronta atirada á moralidade publica, pede semelhante providencias para que cessem esses abusos.⁴²⁹

A legislação das Posturas à época não abrangia tal prática como ilegal, apenas versava sobre o “sossego público”, por isso Agapito afirmava que o estabelecimento era calmo e sem nenhuma reclamação dos vizinhos. Entretanto, a questão moral não foi discutida pelos vereadores, e muito possivelmente tenha se encerrado nos discursos da municipalidade, não sendo incorporada como ação efetiva contra a prostituição, conforme a sessão de dezembro.⁴³⁰

Uma questão que fica em aberto seria: as mulheres encontradas nos estabelecimentos de Agapito e Jacintho eram apenas moradoras ou recebiam clientes nesses estabelecimentos? Um manifesto publicado em jornal no dia 27 de agosto de 1886 sugeria que não. Provavelmente essas mulheres recebiam seus clientes em hotéis da cidade, como o Madrid e o América, que eram notórios. Havia uma perseguição a meretrizes nos locais onde elas de fato viviam, ou seja, em quatinhos de botequins, casas de pasto e outros pequenos comércios.

CARTA DE SANTOS

Desta localidade escrevem-nos o seguinte:

“A policia daqui, fazendo o contrario do que faz a de S. Paulo, que persegue os bordeis, tem perseguido as mulheres que habitam em casas particulares.

O actual subdelegado Affonso Assis anda todas as noites, depois das 10 horas, passando revistas pelas casas das meretrizes, para ver se as portas estão fechadas, chegando a usar de sua autoridade para obrigar-as a abrirem, afim de saber se não ha novidade.

Convem notar que para tal o subdelegado [está] sempre acompanhado do celebre alferes Guarda Chuva.

Isto é simplesmente triste.

⁴²⁹ SANTOS. Atas da Câmara Municipal. 4ª Sessão, 4ª reunião ordinária, 11 dez. 1885, p. 1. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴³⁰ Ainda em sessões de dezembro de 1885, a Câmara Municipal chegou a redigir um artigo adicional de Posturas para punir hotéis que dessem abrigo a prostitutas, consideradas mulheres de vida “equivoca e nas quaes se façam dansas estrepitosas, vozerias desenvoltas, dêem-se gritos deshonestos e se pratiquem quaesquer outros actos escandalosos que façam vexame ao publico”. Entretanto, esse artigo não chegou a ser apreciado ou retornado pela Assembleia Provincial, nem convertido em fiscalizações efetivas. Além disso, em 1896 a então Intendência Municipal aprovaria uma lei que daria diretrizes para o funcionamento das casas de tolerância.

Actualmente tem se dado aqui uns casos interessantes. Como devem saber existem nesta cidade dois bordeis, um com o nome de Hotel America e outro com o nome de Hotel Madrid. Pois o tal subdelegado protege o hotel America, porque mora lá a celebre Antonia Passarinheira, com a qual se acha amasiado. Domingo ultimo houve um baile no Hotel Madrid. O subdelegado para ser agradavel ao dono do America lá apresentou-se ás 10 horas da noite, acompanhado do alferes Guarda Chuva, de ordenanças e mais praças de policia. Ia com o designio de fazer parar o baile, o que fez por algum tempo, continuando depois, para ser boa pessoa, a presidil-o, e já se sabe a impor-se á força d'armas.

Com semelhante policia Santos não tem nada que invejar ao imperio de Marrocos.⁴³¹

As discussões sobre esses locais eram, em geral, feitas tanto do ponto de vista sanitário como do ponto de vista moral. Aqui a questão das “classes perigosas” volta à baila, pois a pobreza era percebida como um foco de contágio para as epidemias, assim como entendida enquanto viciosa em si mesma: os pobres ofereciam perigo de contágio por meio de seus hábitos e através suas maneiras de morar e viver. O argumento sanitário perpassava o argumento moral, e vice-versa⁴³².

Assim sendo, seja pela saúde dessas mulheres e dos frequentadores desses estabelecimentos⁴³³ ou por questão de limpeza e asseio, ou ainda por perseguição, as fiscalizações e/ou batidas policiaes foram sistemáticas. Ações casadas entre poder Executivo (Câmara e Intendência) e Judiciário (Delegacia de Polícia) visavam hotéis, estalagens, casas de pasto e botequins quando estavam ligadas ao sossego público e a possíveis desordens. O Hotel Madrid, um dos mais conhecidos e longevos prostíbulos do porto santista, de propriedade do espanhol Faustino Vasques, era constantemente alvo dessas “batidas” por conter inúmeros casos de brigas, que envolviam assassinatos⁴³⁴, desordens e confusões⁴³⁵.

⁴³¹ CARBONARIO. Rio de Janeiro, 27 ago. 1886, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴³² CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 29.

⁴³³ “SAUDE DOS MUNICIPES Pelo cidadão Araujo Vianna foi presente a indicação seguinte: ‘Indico que a Intendencia, tendo em consideração a édic dos édicoss, contracte édicoss que examinem as mulheres de vida duvidosa, uma vez na semana, para não eivar de syphilis a geração actual, zelando assim a geração futura. Santos 20 de Março de 1890. [...]’” SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 11ª Sessão, 20 mar. 1890, p. 59-63. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴³⁴ “Amanheceu morta em um dos quartos do Hotel Madrid, Maria de tal, conhecida por Quatro olhos.” CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 3 mar. 1891, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴³⁵ “Domingo passado, á meia noite, houve grossa desordem no Hotel Madrid. No auge do sarrilho os contendores começaram de arrojear para a rua todos os moveis e objecttos que encontravam á mão, soffrendo, por esse facto, o dono do referido estabelecimento, não pequeno prejuizo. Afinal a policia

Não se diferenciavam das representações feitas dos cortiços *stricto sensu*. Examinando-se sua percepção tanto na documentação pública como nos jornais que circulavam pela cidade, em geral ressaltavam as mesmas características:

QUE VALENTONAS! Ante-hontem, pela manhã, em Santos, mais de vinte mulheres armadas de cacete, promoveram grande desordem, no cortiço da rua S. Leopoldo. As terríveis puzeram em circulo quatro marmanjos, que apanharam cacete a valer.⁴³⁶

Cabe abrir um parêntesis com relação a essa representação do que se apresentava enquanto um cotidiano popular, principalmente nas páginas de jornais e periódicos da virada do século XIX para o XX. Em um período de alterações no equilíbrio de forças, a imprensa de oposição miraria nas brechas de pensamento, “rachos na consciência dominante”. Essa imprensa que tudo discutiria e tudo analisaria, inclusive tabus como o divórcio, a prostituição, a cafetinagem e o aborto, traria à baila o dia a dia de uma população imigrante empobrecida e, em geral, esquecida pelas abordagens jornalísticas de períodos anteriores, como se não existissem tais contradições.

Esses fragmentos de cotidiano popular, com toques de naturalismo à Zola, e de “abordagem romanesca das ‘morbidades sociais’”⁴³⁷, tinham também um importante papel do ponto de vista de um contraponto às ações de uma elite dirigente que agiria ativamente contra essas ditas “classes perigosas”. As disputas abertas entre editoriais de jornais dos anos 1890 na cidade de Santos ficavam claras inclusive nesse tipo de posicionamento: enquanto folhas como *Tribuna do Povo*, do maranhense Olímpio Lima, traziam em suas páginas um descortinar do cotidiano popular, no *Diário de Santos*, de Heitor Peixoto, as denúncias eram contra a própria população representada naquelas páginas, ressaltando seus vícios, seus perigos, seus maus-hábitos, sua falta de asseio, cobrando ações de repressão.

A quantidade de habitações coletivas aumentou consideravelmente na década de 1890. O inchaço no centro urbano fez com que as atuações fiscalizatórias se intensificassem e se tornassem mais assertivas, recaindo contra os populares, ao

chegando, conseguiu serenar a balburdia, evitando maiores cousas.” CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 2 out. 1894, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴³⁶ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 28 fev. 1891, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴³⁷ TRINDADE, Jaelson Britran. Piedade Lusitana: sobre a imprensa e o poder. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 16, n. 31 e 32, 1996, p. 143-164.

menos em parte, o ônus do recrudescimento das epidemias de febre amarela e varíola. As demolições de habitações coletivas eram diferentes daquelas feitas em edifícios para alargamento de ruas, que implicavam a compra gradual de imóveis para que fossem forçados recuos e a construção de novas fachadas. As ações voltadas para os cortiços não possuíam caráter conciliatório e, principalmente a partir da década de 1890, foram bastante agressivas. Mesmo em fins dos anos 1880, quando estavam ainda no plano das ideias e não povoavam as ações da municipalidade, presentes apenas no discurso da Câmara Municipal em suas reuniões ordinárias e extraordinárias, as palavras utilizadas para mencionar o fenômeno da construção de moradias improvisadas tinham como objetivo sua repressão.

Na sessão de 15 de outubro de 1887, a Comissão de Obras Públicas, presidida por João da Silva Oliveira Pinto, o João Fiscal, discutia requerimentos para a construção dos “célebres puxados”, conhecidos também como “rabos de pato”. Nessa sessão se ordenariam visitas coordenadas feitas pelos fiscais com o médico e o engenheiro municipal, para que se verificassem os que não se encontravam de acordo com as posturas e, assim, fosse expedida a ordem de demolição. Segundo o próprio vereador, “[...] tenho visto alguns às ruas de São Bento, Marquez do Herval e no Largo da Matriz que devem ser demolidos”⁴³⁸.

Era a primeira vez que aparecia no discurso da municipalidade a palavra “demolição” se referindo aos cortiços, sendo que até então boa parte das ações de fiscalização visavam apenas coibir a construção de habitações pouco ventiladas ou desestimular a superlotação desses locais. Com o afluxo de pessoas em deslocamento para o interior de São Paulo nesse período, correlaciona-se esse fato ao recrudescimento das atitudes perante esse tipo de moradia no centro urbano de Santos.

Em 22 de maio de 1889, João Éboli, médico da municipalidade, retornaria o discurso repressivo:

⁴³⁸ SANTOS. Atas da Câmara Municipal. 4ª Sessão – 5ª reunião ordinária, 13 out. 1887, Livro 1883 – 1887 (impresso), p. 5. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

O deplorável estado dos cortiços no seio da cidade que serviram de factores da medonha epidemia e onde vive grande numero de famílias na maior indigência requer medidas urgentes para o saneamento da nossa cidade, proponho a demolição, visto não poder, e adaptar nenhum meio de melhora nesses antros da morte.

Tendo o lazareto prompto podemos com urgência isolar o inimigo que venha bater a nossa porta. [...] Santos, 22 de Maio de 1889⁴³⁹

Mesmo com as energias discursivas da municipalidade voltadas para esse assunto, não se tem notícia de nenhuma demolição de habitação coletiva nesse período; se existiram demolições, provavelmente não fizeram parte de uma ação coordenada da municipalidade e não foram notificadas ou ganharam visibilidade. A partir das Intendências republicanas percebeu-se aumento de documentos solicitando a demolição de cortiços, sem que, no entanto, fossem levadas a cabo essas ordens.

Em 1893, o *Diário de Santos* denunciava uma possível “omissão” da municipalidade frente aos pedidos de demolição não efetivados.⁴⁴⁰ As grandes epidemias de febre amarela e varíola ocorridas na cidade de 1889 em diante pressionavam a municipalidade a tomar medidas mais drásticas contra as “classes perigosas”. O *Diário* ainda destacava a omissão da Câmara, embora os pedidos de demolição dos cortiços existissem desde a legislatura de 1889, quando foram contados cerca de 100 cortiços em péssimas condições que ainda permaneciam de pé.⁴⁴¹ De outra parte, os intendentess de Higiene também relatavam as dificuldades em se manter um mínimo de condições de salubridade e o enorme esforço para combater a proliferação de tais moradias. Os relatórios do Inspetor Campos ilustram as tentativas de se explicar perante a opinião pública que se formava em torno da ideia da presença dos cortiços na cidade.

A atuação da Intendência encontrava resistência de um grupo de corticeiros coeso e que não queria perder sua fonte de lucros. Um grupo de proprietários de habitações coletivas (sem mencionar, no entanto, quem eram) entrou com pedido de revisão do aumento do imposto a esse tipo de moradia no dia 21 de julho de 1891, o

⁴³⁹ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 6.1.1 – Ofícios solicitando Medidas Sanitárias. Documento não numerado (possível 0068). Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴⁴⁰ BLUME, Luiz Henrique dos Santos. **Moradia da população pobre no final do século XIX.** Dissertação (Mestrado em História), PUC/SP, São Paulo, 1998, p. 57. Disponível em: <<http://bit.ly/2XDMFzI>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

⁴⁴¹ Ibidem, p. 57.

que lhes foi negado⁴⁴². Na sessão de 20 de fevereiro de 1892 o intendente reclamou do “abuso dos proprietários de cortiços, em não obedecerem às intimações que recebem, para procederem a limpeza e demolição dos que se acham em pessimas condições hygienicas”⁴⁴³.

Nesse período foi que o termo “cortiço” se alargou mais ainda e acendeu um alerta para autoridades sanitárias. Com os “puxados” ou “rabos de pato” cada vez mais comuns, à revelia da fiscalização municipal, construções como telheiros para acondicionamento temporário de gêneros e de cocheiras também começaram a abrigar pessoas. Na sessão de 24 de maio de 1892, Francisco Redondo Penedo pedia licença para construir “aposeito provisório para si e seus camaradas”; o aposento consistiria em uma casa coberta com telhas de zinco onde ficariam acondicionadas as carroças, os animais e também Francisco e seus companheiros, em número indefinido. A resposta ao pedido foi negativa, com o adendo de que o proprietário com a solicitação concorria para “[...] transformar nossa cidade em verdadeiro matadouro”⁴⁴⁴.

Ações de demolição e “bota-abaixo” de uma forma mais irrestrita começariam a ser observadas a partir da legislatura de 1896. Somente nesse período foi possível localizar documentação que mostrasse ações fiscalizatórias efetivamente repressivas. Pelo menos quatro menções desse tipo de repressão seriam observadas naquele ano, entre os meses de fevereiro e outubro:

Communico-vos que embarguei hoje a rua de São Leopoldo na cocheira do Senhor Carvalho, dois quartos que o mesmo senhor estava construindo, por ter sido lhe ordenada a demolição de dois quartos de madeira e ser-lhe dada a faculdade para fazer dois de tijollos em substituição aos porêm sem licença desta camara.

Santos, 26 de fevereiro de 1896

O fiscal José Luiz da Silveira⁴⁴⁵

⁴⁴² SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 17ª Sessão, 21 jul. 1891, Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 260-261. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴⁴³ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 9ª Sessão, 20 fev. 1892, Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 311-317. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴⁴⁴ SANTOS. Atas da Intendência Municipal de Santos. 18ª Sessão, 24 mai. 1892, p. 352-359. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴⁴⁵ SANTOS. Livro de Comunicados ao Intendente Municipal, 1896 – 1897, n.p. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Tenho a informar-vos que intimei o Snr. Antonio Cardozo a rua Martim Affonso nº 79 para no prazo de 24 horas demolir dous quarto de madeira que tem em sua caza.

Santos 8 de Agosto de 96
O Inspector Santilo Fontes⁴⁴⁶

Communico-vos que hontem 28 do corrente intimei ao Snr. Joaquim Antonio Miguel para no prazo de 48 horas demolir os cortiços que forem construidos nos fundos do terreno á rua do Rosario nº 199, sem a competente licença. Assim como intimei á Snr^a Maria Thereza Barboza, proprietaria do Hotel Vianna á rua 15 de Novembro para não continuar a por aguas servidas na rua sobre pena de multa.

Santos 27 de Outubro de 1896
O Inspector do 5º Districto, José Pires de Freitas⁴⁴⁷

Communico-vos que os cortiços da rua do Rosario nº 199 que foi intimado por mim conforme a minha communicação de 29 do corrente, pertencente ao Snr. Joaquim Antonio Miguel, foram demolidos pelo mesmo snr.

Santos, 31 de outubro de 1896
O Inspector José Pires de Freitas⁴⁴⁸

Todas essas representações com relação a como as moradias coletivas afetavam a saúde pública, além de como as “classes perigosas” influenciavam o cotidiano das ruas se transformariam e as ações fiscalizatórias municipais se tornariam mais rígidas a partir da década de 1890. Todavia, como se pôde observar, as raízes dessas intervenções já apareciam nas ações da municipalidade ao longo de toda a década de 1880.

Tais questões fizeram com que o centro urbano se alargasse, se expandisse, diversificasse sua gente e suas formas de viver o cotidiano. Isso faria com que as elites dirigentes buscassem novos espaços tanto para ritos de saúde como para ritos de morte. O estabelecimento de enfermarias e lazaretos para que a pobreza fosse afastada se encontrava nos confins dessa urbe confusa e onde era quase impossível o estabelecimento de uma pretensa ordem. Também se buscavam locais de refúgio para uma elite desejosa por ambientes bucólicos e para ritos de saúde. Com isso, o centro urbano abria seus horizontes para diferentes locais antes parcamente habitados.

⁴⁴⁶ SANTOS. Livro de Comunicados ao Intendente Municipal, 1896 – 1897, n.p. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴⁴⁷ SANTOS. Livro de Comunicados ao Intendente Municipal, 1896 – 1897, n.p. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴⁴⁸ SANTOS. Livro de Comunicados ao Intendente Municipal, 1896 – 1897, n.p. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

3.3 PARA ALÉM DO CENTRO URBANO: ESPAÇOS PARA RITOS DE MORTE E SAÚDE

A ocupação espacial dos locais desabitados (ou ao menos parcamente habitados) de Santos nas últimas duas décadas do século XIX foi marcada pelos ritos de morte e de saúde. Em um período em que as discussões acerca da salubridade urbana eram ainda pautadas pelos debates entre adeptos das teorias do contágio e da infecção, principalmente para a propagação da epidemia da febre amarela⁴⁴⁹, boa parte das ações do período visavam ampliar os horizontes urbanos em busca dos “bons ares”.

Desde o segundo quartel do século XIX, os limites urbanos da cidade foram alargados sob a perspectiva da busca dos ares, seja para o melhoramento da vida dos munícipes que viviam dentro deles ou para fins de isolamento. Com relação aos mortos, os cadáveres estavam entre as principais causas de infecção do ar – os ditos *miasmas mefíticos* –, e isso, segundo higienistas, afetava a saúde dos vivos, porque até meados do século XIX eram depositados em igrejas e cemitérios paroquiais dos centros urbanos⁴⁵⁰. Quando o primeiro cemitério municipal de Santos foi construído, entre 1850 e 1854, uma das principais questões era a de que deveria estar em local arejado, de onde os miasmas seriam levados com as virações marítimas para longe da cidade.

Essa ideia não se alterou entre as representações dos munícipes. Em 2 de setembro de 1889, mediante um abaixo-assinado, “moradores d’esta cidade”⁴⁵¹ se faziam representar perante a Câmara contra a ideia de se criar um cemitério no lugar denominado “Campo do Macuco”. Os signatários diziam que era um erro a realização de enterramentos naquele local, pois, dentro de pouco tempo, seria envolto pelas edificações de moradias que avançavam para aquele lado da cidade, inconveniente inclusive semelhante ao do cemitério na região do Paquetá.

Construir um Cemiterio no Campo do Macuco, na parte para onde caminha a edificação urbana, importa oppor uma barreira

⁴⁴⁹ Somente nos últimos anos do século XIX que a hipótese da transmissão da febre amarela pelo mosquito seria abraçada pelos médicos sanitaristas. Com isso, seriam adotadas novas perspectivas de prevenção que substituiriam definitivamente as teorias que apontavam que ambientes infectos propagariam doenças por seu clima e atmosfera.

⁴⁵⁰ Foi nesse período que leis provinciais em todo o império proibiram os enterramentos dentro de igrejas e templos religiosos. Sobre esse assunto, ver: REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁴⁵¹ O abaixo-assinado, no entanto, não especificava onde na cidade moravam. Todavia, são pessoas que se mostravam interessadas nesses terrenos que se localizavam fora do centro urbano.

do progresso de Santos; pois que os terrenos chamados de Macuco, pela sua excellente topographia, são o subsidio natural da área hoje insufficiente da Cidade e o terreno que melhores vantagens offerece por estar desimpedido dos morros que obstem a ventilação da maior parte da Cidade, recebendo directamente as virações do mar. _ Accresce, e não é esta razão a menoz digna de ponderação que as virações maritimaz do sul e de leste que refrescam a Cidade e lhe suavizam a calma abrasadora de [ilegível], passam pelo Campo do Macuco, e se alli for construido o novo Cemiterio nos chegarão impregnadas de miasmaz morbido e deleterioz trazendo para a saude publica o mesmo mal que se procura remediar.

O systema adoptado pela Camara Municipal para a construcção projectada é novo, não ensaiado entre nós e não tem a seo favor a garantia da experiencia e do exito em Cidades de nosso clima e das nossas condições topographicas. Quem nos garante, Snrs Vereadores, que esse systema não aggravará os males de que toda população se queixa, se for ensaiado [ilegível] tão proximo da Cidade?⁴⁵²

Existia uma tentativa de expurgar do centro urbano locais de cura e de morte – notadamente enfermarias para doentes pobres e cemitérios, respectivamente. A intenção de utilizar o Campo do Macuco para o novo cemitério provavelmente vinha da previsão de utilização da chácara de mesmo nome como hospital de isolamento. Esse local se tornou importante nas epidemias de febre amarela dos anos seguintes, sendo em princípio nomeado de enfermaria “Almeida Moraes”, que começou a ser utilizada no ano de 1892⁴⁵³.

O local da enfermaria “Almeida Moraes” não chegou a ser usado como cemitério, mas entende-se que a localização seguia a mesma lógica da enfermaria criada na Chácara da Filosofia. Esse edifício ficava em região afastada da cidade, no extremo oposto do sentido para o qual a malha urbana crescia. Acontece que desde a década de 1876 a municipalidade previa locais permanentes para o isolamento de pessoas atacadas por enfermidades contagiosas e de potencial epidêmico. Em ofício ao governo provincial de maio de 1876, a Câmara Municipal solicitava a compra da chácara de D. Anna Blandina Gordo, que ficava no caminho para São Vicente. A justificativa era que serviria para a criação de uma enfermaria permanente para os atacados das doenças epidêmicas, como a febre amarela e a varíola:

⁴⁵² SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 7.3.8 - Dossiê de Construção do Cemitério do Saboó. Documento 0048. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴⁵³ A enfermaria Almeida Moraes teve esse nome apenas durante a epidemia do ano de 1892. Entretanto, o edifício da chácara do Macuco continuou sendo usado como isolamento municipal até a criação do hospital modelo na década de 1910. Cf.: ALVARO, Guilherme. **A campanha sanitaria de Santos, suas causas e seus efeitos**. São Paulo: Casa Duprat, 1919. Disponível em: <<https://bit.ly/2Lgf8ao>>. Acesso em: 8 mai. 2020.

Bona

N. 885

ENFERMARIA ALMEIDA MORAES

Anno de 1892 Mz de Maio dia 11
no 6^h da manhã

Nome <u>Henrich Simon</u> Estado <u>Pruss</u> <u>Soldado</u> Idade <u>50</u> annos Nacionalidade <u>Allema</u> (<u>Pruss</u>) Cae <u>Prussia</u> Profissão <u>Coronel da Enfi. Alm. Moraes</u>	Leito N. <u>32</u> Admitido a <u>16</u> de <u>Maio</u> de 189 <u>2</u> Falecimento a _____ de _____ de 189 <u>2</u> às _____ horas da _____ Diagnostico <u>Bronchite Chronica</u> <u>Atrofia</u> Observações _____

REMEDIOS

DATA	DIETAS	INTERNOS	DATA	EXTERNOS	DATA	OBSERVAÇÕES
11	1 1 1	Inf. de flos Lact. pluri - 30g Galbana Alcoratana Racomit - 20g Haropu diacodiu - 30g M. 2 colhus de 2 em 2 horas			11	
12		" Po cas Commuon - 30g Hermin Mineral - 55 cent Lact. de scilla - 50g Haropu diacodiu - 30g M. 2 colhus das de 2 em 2 horas			12	
14	4	Papita			14	
15	4	Papita			15	
16	4	Papita			16	

Figura 19 – Prontuário da enfermaria Almeida Moraes, que funcionou na Chácara do Macuco e depois se tornaria o primeiro hospital de isolamento municipal de Santos.⁴⁵⁴

⁴⁵⁴ Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

V. Excia bem comprehende quanto é deshumano tratarem-se no mesmo estabelecimento doentes de diversas enfermidades e de duas contagiosas, resultando de tão inconveniente promiscuidade, como já tem acontecido que individuos acomettidos de diversas molestias e já em convalescença vão contaminados por uma das epidemias e sucumbem d'ella.⁴⁵⁵

Embora tenham sido feitos todos os exames no imóvel e verificada sua viabilidade, a enfermaria só foi estabelecida ali durante as epidemias da década de 1890. Nessa mesma época, constatada a superlotação e inviabilidade da continuidade cemitério do Paquetá, primeiro e único da cidade, a chácara da Filosofia foi proposta não só como enfermaria, também como cemitério⁴⁵⁶. Segundo consta, a ideia era que os enterramentos ficassem próximo dos locais de tratamento, para que os corpos daqueles que falecessem de moléstias contagiosas não virassem novos focos de infecção.⁴⁵⁷

Para além dos limites urbanos também se destinavam as quarentenas. Eram medidas restritivas impostas na maior parte das cidades portuárias para evitar que doenças contagiosas se propagassem, e para isso as embarcações recém-chegadas deviam ser isoladas. Para aqueles que acreditavam que a doença era provocada pelo contágio, essa medida ajudaria a controlar sua propagação em caso da existência de cargas e pessoas infectadas; aos que acreditavam na infecção, essa medida também protegeria os não infectados, pois a cidade e seu clima poderiam ser um risco à saúde.

Um dos poucos consensos que havia nas correntes científicas da época sobre a febre amarela era sua predileção pelos “não aclimatados”. O expressivo número de marinheiros e imigrantes afetados e mortos pela febre amarela era um dado relevante demais para ser ignorado. “Acreditava-se que a doença rejeitava os negros e mulatos.

⁴⁵⁵ SANTOS. Livro de Registro de Ofícios. Santos, 1876, p. 181. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴⁵⁶ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 11ª Sessão, 20 mar. 1890, Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 59-63. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴⁵⁷ O local do Saboó também foi bastante criticado, pois dizia-se que pela formação do terreno pantanoso os cadáveres seriam antes “molhados que enterrados”. Por isso cogitaram fazê-lo ainda mais afastado, na região do Itapema, na ilha do Santo Amaro. A ideia nunca foi concretizada. “Do Izolamento seguiram ao Itapema, tendo visto a conformação do terreno destinado ao cemitério, de contagiados e que está em via de desapropriação. Como se sabe, o actual cemitério foi colocado no Saboó; os viajantes verificaram a impropriedade do terreno, num mangue junto de um deposito de lixo; alli, os cadáveres devem ser antes molhados, que enterrados.” CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 15 abr. 1893, p. 1.

Sua pouca predileção pelos ‘aclimatados’, indivíduos nativos dos focos epidêmicos, era atribuída à imunidade adquirida pela convivência com o veneno da doença.”⁴⁵⁸

A teoria de cidade infecta pode ser uma das razões pelas quais a Hospedaria dos Imigrantes do Brás, na capital paulista, teria sido construída serra acima. Esse estabelecimento não foi usado apenas para recepção e triagem, mas também para acolhimento. Imigrantes recém-chegados deveriam se demorar o menos possível dentro dos limites da cidade de Santos, cujo clima e atmosfera eram considerados nocivos à saúde desses imigrantes. Quando se projetou um alojamento permanente em Santos, em 1892, ele foi pensado para o Itapema, na ilha de Santo Amaro (atual Guarujá), mas nunca foi terminado.

O barracão construído no Itapema para alojamento de imigrantes foi, no entanto, diversas vezes utilizado para isolamento dos atingidos pelas epidemias. A partir da década de 1870, a ilha de Santo Amaro começou a ser o principal ponto de checagem de bagagens de embarcações e isolamento de recém-chegados infectados. Ali realizava-se a desinfecção de passageiros e cargas vindos de portos suspeitos. Ela funcionava sob a direção de um médico, que tinha um serviço de lanchas para patrulhamento do litoral⁴⁵⁹.

A região da Barra Grande também foi buscada para afastar os doentes e indesejados do centro urbano, e ainda na tentativa de encontrar melhores ares. A datação de quando os primeiros proprietários começaram a edificar suas chácaras nas praias é incerta. Quando da primeira visita de D. Pedro II a Santos, em 1846, um dos pontos que fizeram parte de sua visita foi o local denominado praia do Embaré, onde foi avistada “a figura de um anão pardo escravo de uns sessenta anos mestre da dita rede e exímio pescador”⁴⁶⁰. Já nesse período alguns vereadores de Câmaras imperiais, como João Octavio Nébias e Antonio Ferreira da Silva Junior, possuíam propriedades nesse local⁴⁶¹.

⁴⁵⁸ BENCHIMOL, Jaime Larry. **Dos Micróbios aos Mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, Editora UFRJ, 1999, p. 104.

⁴⁵⁹ Betralda Lopes utiliza a palavra “lazareto” para designar o que seria, aparentemente, duas coisas: a quarentena de navios e o isolamento. LOPES, Betralda. **O Porto de Santos e a Febre Amarela**. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974, p. 73.

⁴⁶⁰ SANTOS. Livro de Registro de Ofícios. Santos, 1846, p. 120A. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴⁶¹ Inclusive o título de Barão e depois Visconde do Embaré concedido à Antônio Ferreira da Silva Junior deve-se à sua relação com esse local.

A praia do Embaré, primeira a ser ocupada por essa elite santista, possuía uma tradição de conforto às enfermidades. Seu nome deriva de uma corruptela do tupi Mbaràa-hé, em que “mbaràa” significaria “enfermidade, moléstia” e hé, “comodidade, conforto”. “Por contracção, MBAR’HÉ, como hoje [...] pronunciemos na linguagem corrente: EMBARÉ.”⁴⁶² Consta que a elite santista, seguida também pela paulista, começaria a buscar as praias da região à procura de alívios de saúde. A partir da década de 1860 apareceriam sitiantes com casas de campo dedicadas a banhistas de outras regiões vindos a Santos especificamente em busca dos alívios do corpo⁴⁶³. A partir da década de 1880, com o caminho facilitado pelo serviço de bondes, tanto pela Companhia City of Santos Improvements, na parte de Santos, como pela Emmerich & Ablas, em São Vicente⁴⁶⁴, multiplicaram-se chácaras e sítios em toda a orla marítima destinadas a esse fim.



Figura 20 – Anúncios de casas de campo voltadas para banhistas nas cidades de Santos e São Vicente.⁴⁶⁵

⁴⁶² SANTOS, Francisco Martins dos. **História de Santos** (1532 – 1936). Vol. II. São Paulo: Empreza Graphica da “Revista dos Tribunais, 1937.

⁴⁶³ O primeiro estabelecimento a ser encontrado anunciando nos jornais paulistanos seria o de Luiz Mossoja, que possuía casa de campo com quartos equipados para banhistas e serviço de gôndolas diário do centro urbano direto para o local. “CASA DE CAMPO EM SANTOS. Situada na praia da barra. Neste estabelecimento, collocado n’um dos melhores pontos para tomar banhos de mar, encontrará o respeitável publico sempre quartos bem mobiliados para famílias, comidas bebidas etc. Existe tambem uma gondola ou omnibus que faz viagens regulares todos os dias, de Santos para o sobredito estabelecimento. O proprietário desta casa prontifica-se a evider todos os esforços a fim de satisfazer a pessoas que o procurarem. *Luiz Mossoja*.” CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 9 jul. 1864, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴⁶⁴ A questão dos transportes de bondes será explorada no Capítulo IV.

⁴⁶⁵ DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 10 nov. 1876, p. 4. CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 28 mar. 1884, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

Os banhos como um todo eram ainda entendidos dentro da lógica da teoria humoral-galênica, segundo a qual o corpo possuiria quatro humores: o sangue, a fleuma, a bÍlis negra e a bÍlis amarela. Qualquer fator externo ou interno que causasse desarranjo nesse esquema poderia ser causador de baixa no sistema imunológico e, conseqüentemente, deixar o corpo doente⁴⁶⁶. O banho, portanto, era aplicado enquanto medida terapêutica e com bastante cautela. Existiam diversos tipos de banho: os frios, temperados, frescos e quentes. Extremos não eram indicados, de modo a não alterar os humores do corpo. Banhos frescos (de 19 a 25 °C) representariam o que se toma no mar ou nos rios; deviam ser aplicados com prescrição médica, para que o corpo não se esquentasse ou resfriasse rápido demais (deixando-o assim aberto a doenças), além de outros cuidados⁴⁶⁷.

As praias, que antes eram espaço dos caiçaras pescadores e do desembarque clandestino de africanos sequestrados ilegalmente⁴⁶⁸, iam aos poucos mudando sua paisagem e recebiam visitantes para banhos de mar. Essa transformação, aliada à crise sanitária ligada às epidemias de febre amarela da última década do século XIX, faria com que a rede hoteleira de luxo se deslocasse⁴⁶⁹ do centro urbano para as orlas marítimas de São Vicente, Santos e Guarujá (essa última ainda um arrabalde da cidade santista).

Em pouco tempo, a ilha de Santo Amaro se tornou uma “ilha balneária”, sendo local escolhido pela Companhia Prado Chaves para construção, em 1891, de uma das primeiras estâncias destinadas às elites paulistanas a fim de tomarem seus banhos e

⁴⁶⁶ VIGARELLO, Georges. **Le propre et le sale**: L'hygiene du corps depuis la Moyen Age. Paris: Seuil, 2009.

⁴⁶⁷ Cf. DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 20 out. 1868, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴⁶⁸ Até pelo menos 1850 o Guarujá era local de receptação de africanos escravizados, que faziam os desembarques dos navios do tráfico, sendo o sítio de Valêncio Augusto Teixeira Leomil (sempre relacionado à figura de Antonio Ferreira da Silva, pai do Visconde do Embaré) local recorrente na documentação de denúncias ao tráfico. No mesmo local, Leomil passou, em fins da década de 1880, a receber famílias que quisessem se utilizar das praias para banhos de mar. “No sitio de Valencio Leomil, moram há tres mezes a família do sr. Dr. Aquilino Leite do Amaral para uso dos banhos. Durante trez mezes consecutivos, esta boa família tem feito uso dos banhos na dita praia das Lorangeiras, sem que o menor incidente desse em todo este tempo. [...]” CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 29 out. 1886, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴⁶⁹ Apesar da existência de inúmeros hotéis para albergar marinheiros em trânsito, existiram até pelo menos a década de 1880 hotéis e hospedagens considerados de “alto padrão” no centro de Santos e próximos ao porto e à estação da estrada de ferro. O hotel Millon, de propriedade dos franceses Pierre e Aimée Louise Millon foi um dos principais da cidade entre as décadas de 1860 a 1880. Até a morte de Pierre, marido de Aimée, em 1865, o hotel funcionava à rua Septentrional, próximo à Alfandega; deslocou-se depois para a rua de Santo Antônio, na década de 1880, esperando atender os recém-chegados da ferrovia, mudando seu nome para Grande Hotel da Europa. Até 1883 o estabelecimento da “Mme. Viúva Millon” apareceria na documentação, rodeado de grande prestÍgio.

receberem virações marítimas consideradas medicinais. As condições da cidade e o caos sanitário em que Santos mergulhou nesse período talvez tenham feito com que o Guarujá, o bucólico arrabalde da ilha vizinha, fosse local mais aprazível para o refúgio medicinal das elites, principalmente em tempos epidêmicos.

O cenário das estâncias balneárias que surgiram dali em diante em Santos – como o Hotel Internacional, em fins do século XIX, na praia do José Menino, e o Hotel Balneário, já nas primeiras décadas do século XX – era apresentado com inúmeras vantagens para a saúde, que não ficavam apenas nos valores medicinais dos banhos de mar. Os próprios médicos municipais diziam que para manter afastadas as doenças epidêmicas era preciso viver “sobriamente” e sem “excessos de qualquer ordem”, entre outras indicações, procurando manter-se longe de “apreensões que possam trazer paixões deprimentes”, assim como “[...] não possuir-se de medo ou aterrar-se com receio do aparecimento da febre amarela, por ser isso uma disposição disfaçoravel aos seus efeitos, prevenindo inteiramente o contrario a boa suposição, e tranquilidade de espirito”⁴⁷⁰.

Nesse período, as preocupações com os “bons ares” se difundiram. Dessa forma, a construção de novas habitações e do novo cemitério não deveria “obstar as virações marítimas”. As ruas alargadas no centro urbano e avenidas abertas em direção ao mar tinham também a intenção de facilitar a busca de novos lugares para se morar na cidade. Um dos primeiros loteamentos lançados em Santos, em meados da década de 1880, propagandeava sua localização como ponto de atração. O local era próximo do centro urbano, mas se encontrava em um ponto estratégico onde os ventos abafados “de noroeste” não atingiam as casas, fato apresentado como um dos principais atrativos do novo bairro.

UM NOVO BAIRRO EM SANTOS

Lêmos no *Diario Mercantil* de S. Paulo, um dos principaes órgãos da imprensa da capital paulista, a seguinte noticia que bem mostra quanto progride a cidade de Santos, pela sua posição destinada a tornar-se no futuro o grande emporio do commercio da provincia.

Os Srs. Mathias Costa e Samuel Alves de Azevedo, respeitaveis negociantes, acabam de apresentar á Camara Municipal de Santos a magnifica planta de um novo bairro, que projectam edificar n’aquella cidade.

⁴⁷⁰ SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 6.4.1 – Pareceres Apresentados e Emitidos pela Comissão de Higiene e Saúde. Documento sem numeração, 1889. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Os terrenos de que estes cavalheiros fizeram aquisição, e que são hoje conhecidos pelo nome de *Villa Mathias*, estão destinados a tornar-se uma das mais pittorescas, aprazíveis e saudáveis localidades d'aquella importante cidade, pela sua excepcional disposição.

Completamente ao abrigo do terrível vento noroeste, que tanto castiga Santos, recebem elles a fresca viração da barra, que os lava completamente e por isso mesmo os torna perfeitamente saudáveis e amenos.⁴⁷¹

O português Mathias Casemiro Alberto da Costa foi o primeiro loteador da cidade. Com sua Vila, lançada em 1886, a concessão de linha de bondes conseguida um ano depois e, a partir dela, a abertura de uma das primeiras avenidas da cidade – com o nome de sua mulher, D. Anna Costa –, deixou marcas profundas no tecido urbano santista⁴⁷². Seus métodos em geral pouco amigáveis e ortodoxos fizeram ganhar inimizadas, gerando tensões. Enquanto vendia “[...] lotes, explorava a linha de bondes, o botequim e também alugava quartos e mobílias na região do Dois Rios, atual Gonzaga”⁴⁷³.

Próximo do centro, a Vila Mathias se mostrava como uma oportunidade para pessoas, em geral portugueses, que no seu percurso de ascensão social conseguiam amealhar recursos para viver em um local “pitoresco”, “de clima ameno” e “muito ventilado pelas virações do Sul e que não tem [...] o terrível vento Noroeste, que é desviado pela cordilheira do Monte-Serrat”⁴⁷⁴.

Os loteamentos que apareceram na década seguinte tinham tais vantagens alardeadas e amplificadas por conta dos efeitos das epidemias de febre amarela e varíola. O novo bairro da Nova Cintra, localizado no antigo morro do Taxinho, próximo ao centro e com fácil acesso pela já consolidada Vila Mathias, foi iniciado nos primeiros anos da década de 1890 e teria em sua propaganda os mesmos termos de local salubre, principalmente em face da crise sanitária vivida no centro urbano santista no período.

⁴⁷¹ DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 27 fev. 1886, p. 1. TRIBUNAL LIBERAL. Maranhão, 11 mai. 1886, p.3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴⁷² Tais questões serão exploradas no Capítulo IV.

⁴⁷³ A região do Gonzaga demoraria pelo menos mais dez anos para receber seu primeiro hotel de luxo, aos moldes do que já se estabelecia na região balneária do Guarujá. O Hotel Parque Balneário seria construído na região apenas no início do século XX, marcando definitivamente a alteração de sua paisagem. LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição: Santos 1870 – 1930**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 100.

⁴⁷⁴ JORNAL DO COMMERCIO. Santa Catarina, 11 jun. 1886, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

A sua situação, hygienicamente considerada, é tão favorável, que, achando-se a sudoeste de Santos, os ventos naquella região predominam entre este quadrante e o de noroeste, e, quando alguma vez os ventos reinem do lado de Santos ou de noroeste, são interceptados pela extensa cadeia de elevadas montanhas que abrigam por este lado.⁴⁷⁵



NOVA CINTRA

No balneario mais aprazivel de Santos, servido pelas linhas de bonda de São Vicente e Villa Mathias, vendem-se a preços razoaveis e excellentes lotes de terrenos, á escolha e vontade do comprador.

Este balneario é constituido por um enorme **PLATEAU**, situado entre lindissimas collinas, com deliciasos mananciaes e muitas cachoeiras de agua crystallina e muito pura.

A sua altitude varia entre 100 e 230 metros acima do nivel do mar.

Incontestavelmente este balneario é o mais pittoresco e salubre de Santos, ficando a alguns minutos da cidade e, entretanto, fóra da acção da febre amarella.

As terras, algumas cobertas de matta virgem, prestam-se admiravelmente á horticultura e flôricultura, podendo formar-se desde já esplendidos bosques de recreio.

Tem padaria e varios negocios de secos e molhados, madeiras de construcção, tijolos, pedra e outros materiaes.

Tambem se alugam terrenos.

Informações com Eugenio Santos Silva, rua Braz Cubas, 66, e Casa Bancaria dos srs. Eboli & C., rua Direita, 37. 30-1...

SANTOS

Figura 21 – Propaganda do novo loteamento da Nova Cintra no jornal *O Commercio de São Paulo*, 10 mai. 1894.⁴⁷⁶

Como se pôde ver na seção anterior, a questão da moradia popular era “peça fundamental no ‘saneamento do indivíduo’ e estava [...] estreitamente vinculado à

⁴⁷⁵ O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 4 jul. 1894, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴⁷⁶ Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

afirmação de um padrão de vida e civilidade que definimos a partir dos valores burgueses⁴⁷⁷. Luiz Santos de Mattos, capitalista português que era o principal nome envolvido na empreitada da Nova Cintra, já havia se aventurado na tentativa da construção dos familistérios⁴⁷⁸ ou “burgos para operários”, os quais a Intendência Municipal⁴⁷⁹ tentou encampar por meio de edital próprio no centro urbano⁴⁸⁰. A tentativa, que chegou a ser iniciada pelo próprio Luiz de Mattos, acabou frustrada, não se sabendo se as habitações ditas “higiênicas” foram erguidas no centro urbano⁴⁸¹. Sabe-se que era do interesse da municipalidade esse movimento em direção às terras para além do centro urbano, ainda parcamente habitadas.

O entendimento profilático dos bons ares que circulavam nos arrabaldes para além da região habitada era desejado por uma municipalidade que queria sanear seu centro urbano. Era um movimento duplo: as elites em busca do isolamento bucólico e dos banhos de mar nas praias da região da Barra; e uma classe trabalhadora remediada que encontrava em loteamentos próximos à “cidade” um meio de morar perto dos trabalhos do porto e do café.

Entretanto, esse movimento não aconteceria sem conflitos. Sendo os arrabaldes e novos bairros santistas locais de difícil fiscalização, sem muita atuação da municipalidade e com diversas questões de litígio de terras, os embates se faziam muitas vezes com a preponderância desse ou daquele grupo por relações de compadrio, ou mesmo vantagens conseguidas por um bom trânsito dentro dos círculos da própria Câmara e Intendência Municipal.

⁴⁷⁷ LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição: Santos 1870 – 1930**. São Paulo: Hucitec, 1996, p.125.

⁴⁷⁸ Provavelmente inspirado no *familistère* existente na cidade de Guise, França, que era uma grande habitação coletiva para operários que trabalhavam na fábrica do industrial Charles Fourier. Com relação a essa iniciativa, com o nome de “familistério”, o português Luiz de Mattos seria o único localizado na documentação com autorização da municipalidade para construção dessas “habitações higiênicas” para o proletariado santista.

⁴⁷⁹ “Com relação ao pedido dos proprietários de cortiços, reclamando contra a elevação do imposto, foi resolvido a conservação dos actuaes, cuja demolição será realisada a proporção que forem construindo os familisterios, substituindo o imposto de 20:000, com isenção daquelles edificados no plano municipal, devendo proceder-se a uma verificação.” SANTOS. Atas da Intendência Municipal de Santos. 17ª Sessão, 21 jul. 1891, Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 260-261. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴⁸⁰ SANTOS. Atas da Intendência Municipal de Santos. 29ª Sessão, 13 set. 1890, p. 144-147. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁴⁸¹ “Que tendo se vencido no dia de hoje o praso concedido á Companhia Industrial de Santos, para o começo das casas de familisterios, contractados com o conselho de intendencia, em data de 23 de janeiro do corrente anno, á vista da clausula 16ª, tinha incorrido tal contracto em caducidade. - Foi deliberado que se chamasse novamente concorrentes, devendo publicar-se os respectivos editaes.” SANTOS. Atas da Intendência Municipal de Santos. 18ª Sessão, 23 jul. 1891, Livro 1890 – 1892 (impresso), p. 262-263. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

A especulação dessas terras distantes do centro urbano fez com que desentendimentos, disputas, agressões e até mesmo mortes ocorressem entre pessoas envolvidas na abertura de novos bairros. Essas questões estavam ligadas a práticas que iam além da legalidade dos fatos, e muitas das vezes as ações da Câmara ou da Intendência aconteciam em favor de uma ou outra parte, atuando a desequilibrar os poderes e transformando o que era ilegal em legal. Além disso, uma característica peculiar desses loteadores era que se tratava de pequenos capitalistas imigrantes que se aventuravam na prática imobiliária e de transportes coletivos.

Linhas de bondes puxadas a burro para além do centro urbano foram primeiro abertas pelos ingleses da City of Santos Improvements (inicialmente Companhia de Melhoramentos) até a praia do Embaré, na Barra, e pelos alemães Emmerich & Ablas para São Vicente ainda na década de 1870, quando a busca pelos bons ares se limitava aos banhos de mar. No entanto, o elemento da moradia proletária e novos loteamentos chegaria à baila nos anos 1880, assim como as disputas com o português Mathias Costa e o italiano João Éboli. Além disso, a contenda pelos morros entre o também português Luiz de Mattos e o italiano Benjamin Fontana – antigo proprietário de grande parte dos morros e daquele conhecido como morro do Fontana, onde ainda existiam remanescentes do antigo Quilombo do Jabaquara – daria a tônica das disputas de terra da década de 1890.

Essas questões serão discutidas no próximo capítulo. Com a malha urbana rumando para fora dos limites do centro urbano, diversos sujeitos históricos que nunca chegaram a participar da vida política da cidade se mostraram determinantes. Eram pessoas que jogavam com a falta de vigilância, documentações de aforamento precárias, intimidação e influência dentro das elites políticas para atuar no limite da legalidade.

CAPÍTULO IV – NO LIMITE DA LEGALIDADE: DESAFIOS AO PODER ESTABELECIDO

No dia 11 de maio de 1889, por volta de 1 hora da tarde, um homicídio causou comoção na cidade de Santos. Uma discussão na região da Vila Mathias, na altura da recém-aberta Avenida Ana Costa, encerrou de forma trágica. O português Mathias Casemiro Alberto da Costa tinha sido ferido mortalmente por um tiro na testa disparado por um dos irmãos Lima.⁴⁸²

Portando um revólver *LaFaucheux* de seis tiros cada um, Olívio e Antônio Baptista de Lima teriam interpelado Mathias por conta de uma “picada” que o português estava fazendo em terrenos que os irmãos diziam ser de sua propriedade. Segundo testemunhas do crime – dez oculares, algumas estando apenas a poucos metros de distância –, Olívio, acompanhado do irmão, teria pedido uma palavra a Mathias: “Pois não”, teria dito o português, “mais de uma”. Olívio então se aproximou com o revólver em mãos e, quando Mathias tentou segurá-lo pelo braço, disparou, atingindo-o na testa, o que fez tombar a vítima imediatamente.⁴⁸³

A informação do assassinato de Mathias Costa correu rapidamente entre os populares. Os irmãos Lima, após o fato, fugiram em disparada em direção à cidade, perseguidos por diversas pessoas aos gritos de “Assassinos! Mata! Mata!”.

Populares indignados querião lyncha-los e apredevão-nos, e elles, fugindo sempre ameaçavão com os revólvers engatilhados aquelles que se lhes approximavão. Finalmente, na praça José Bonifacio, pessoas do povo e praças de policia conseguirão prendê-los, conduzindo-os para a cadeia. Antonio Lima vinha ensanguentado, de uma pedrada que o ferira na cabeça.⁴⁸⁴

Ferido gravemente, mas ainda com vida, o português foi levado para a casa de seu cunhado, José Paulo de Azevedo Sodré⁴⁸⁵, onde foi acudido pelos Drs. Motta

⁴⁸² A REGENERAÇÃO. Santa Catarina, 21 mai. 1889, p.1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴⁸³ TRIBUNAL LIBERAL. Maranhão, 13 mai. 1889, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴⁸⁴ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 11 mai. 1889, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴⁸⁵ José Paulo de Azevedo Sodré Júnior (c.1860 – 1916) era filho do coronel de mesmo nome, fazendeiro de café e senhor de escravos da região de Maricá, Rio de Janeiro. O fluminense veio para Santos possivelmente quando Mathias Casemiro Alberto da Costa e sua irmã, Anna Constancia de Azevedo (nome de solteira de d. Anna Costa), casaram-se, na década de 1880. Não se sabe muito sobre seus primeiros anos no porto paulista, tendo provavelmente se envolvido com as negociações de café do cunhado, auxiliando-o em suas empreitadas. Após a morte de Mathias Costa, o fluminense

e Silva e João Éboli, principais médicos da cidade, além de terem comparecido diversos amigos. Entretanto, não havia nada que pudesse ser feito e, uma hora depois do disparo, Mathias Costa faleceu.

O crime narrado teve ampla divulgação em jornais e periódicos de todo o país. Em todos eles, além da riqueza de detalhes dos instantes que envolveram a cena do crime, as notas sobre seu homicídio insistiam em fazer detalhadas notas biográficas sobre o português assassinado e seus algozes. Mathias era importante negociante de café na cidade que, apesar de falido, era visto como hábil capitalista. Antônio e Olívio Baptista de Lima eram pertencentes a distintas famílias, o que aumentaria ainda mais a consternação para com o desfecho da discussão. Mas antes de dissertar sobre os indigitados ao crime, falar-se-á sobre o assassinado.

Loteador para uns, grileiro para outros, o desfecho da história desse português deixaria inquietações. Em princípio, questionamentos sobre a origem das disputas e a circulação das pessoas envolvidas tornaram-se temáticas relevantes – o que teria levado os irmãos Lima a assassinar Mathias Costa?

Embora o protagonista deste capítulo seja Mathias Casemiro Alberto Costa, não se pretende biografá-lo ou entendê-lo como notável figura da historiografia local, mas apreender os caminhos desse imigrante português desde a sua chegada no Brasil até atingir fortuna, construindo pequeno império nas empreitadas da Vila Mathias, questionando sobre como funcionava o cotidiano da cidade, entre clientelismo, organização associativa e aplicação (ou não aplicação) das leis.

A atuação da municipalidade na cotidianidade e na formação das ruas e novos bairros era povoada de interesses, os próprios vereadores possuíam seus interlocutores em empreendimentos locais e, direta ou indiretamente, atuaram para fomentar o sucesso de empreitadas com contornos de iniciativas individuais. Por isso, buscam-se nos envolvidos na empreitada da Vila Mathias, na trajetória de Mathias Casemiro Alberto da Costa e nos possíveis grupos convergentes e dissidentes questões que levem a entender a complexa formação dos novos bairros santistas.

se associaria à ala florianista do PRP santista, liderado por Galeão Carvalhal. Foi nomeado delegado em 1895 e, depois, eleito ao cargo de vereador na legislatura de 1896-1900, com maioria oposicionista ao governo de Prudente de Moraes. Nas primeiras décadas do século XX retornou ao Rio de Janeiro, continuando vida política em São Gonçalo até sua morte.

Rastreando o estabelecimento de redes de influências⁴⁸⁶ visando ações favoráveis a lucrativos projetos, mesmo que por vezes estivessem fora (ou no limite) da lei, o intuito é compreender as redes estabelecidas que viabilizaram o sucesso de determinados grupos étnicos, grupo de ex-escravizados e da juventude abolicionista.

4.1 MATHIAS CASEMIRO ALBERTO COSTA: ESPECULADOR DO CAFÉ E LOTEADOR

Mathias Alberto Casemiro da Costa, imigrante português, tinha à época de seu assassinato 36 anos incompletos. Nasceu dia 18 de novembro de 1853 em São João do Souto, distrito de Braga, em Portugal. Tinha por irmãos Francisco Alberto Casemiro da Costa e João Alberto Casemiro da Costa⁴⁸⁷. As notas fúnebres sugeriam que Mathias veio ao Brasil “com poucos recursos”, trabalhando como caixeiro em casas comerciais, onde amealhou recursos e conseguiu juntar um capital de vulto.

Em cerca de 20 anos, Mathias imprimiu marcas na cidade, tornou-se comissário de café, empresário de uma linha de bondes, loteou terrenos para um bairro que levava seu próprio nome – a Villa Mathias. Além disso, dois anos antes de sua morte, abriu a primeira avenida⁴⁸⁸ da cidade, que batizaria com o nome de sua esposa: Dona Anna Costa.

Pouco se sabe sobre os primeiros anos de Mathias em terras brasileiras. Em 1870 – portanto, com apenas 16 anos –, pediu autorização para o pai para vir ao

⁴⁸⁶ Ao longo deste capítulo as categorias de análise de redes e pertencimento serão muito importantes. Perspectiva analítica, a rede subentende filiados e desfiliaados, benefícios e vigilância, integração e desagregação. Pode vir de uma articulação comunitária, assim como de herança; pode ter uma esfera local, inter-regional ou até transnacional. Possui solidariedade interna e com o exterior. Cf. MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: História, Cidade e Trabalho**. São Paulo: Edusc, 2002. TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social** - Revista de sociologia da USP. São Paulo, v. 20, 2008, p. 199-218.

⁴⁸⁷ Informações sobre irmãos conforme chamada para missa de sétimo dia na Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. “MATHIAS COSTA. Anna Costa e seus filhos (ausentes), capitão José de Paula Azevedo Sodré, sua esposa e seus filhos; Francisco Casemiro Alberto da Costa, sua esposa e filhos; João Casemiro Alberto da Costa, sua esposa e filhos (ausentes); esposa, filhos, sogro, cunhados, irmãos, cunhadas e sobrinhos do finado Mathias Casemiro Alberto da Costa, penalizados pela mais acerba dôr, mandam celebrar uma missa de sétimo dia, por alma do mesmo finado, terça feira, 14 do corrente, às 8 ½ da manhã, na matriz da Candelaria, para cujo acto de religião convidam todos os parentes e amigos, confessando desde já agradecidos.” DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 13 mai. 1889, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴⁸⁸ Embora a primeira via de longa distância a ser aberta na cidade tenha sido, indiscutivelmente, aquela nomeada de Conselheiro Nébias, a Ana Costa foi a primeira a aparecer na documentação municipal com a nomenclatura “avenida”; a primeira era sempre referida como “rua”, e apenas em 1897 seriam unificados os termos. O assunto é discutido no Capítulo 2.

Brasil; em seu passaporte estava anotado o porto do Rio de Janeiro como destino⁴⁸⁹, mas pouco se fala sobre sua passagem pela então Corte brasileira. No entanto, elementos como laços de consanguinidade e de conterraneidade foram importantes e decisivos para o sucesso do jovem português na terra da “árvore das patacas”⁴⁹⁰.

Embora esses primeiros anos de Mathias tenham sido nebulosos, é possível persegui-lo pela documentação e formular algumas hipóteses sobre seu enriquecimento e o de seus familiares. Um de seus irmãos, João Alberto Casemiro da Costa, aparecia nos jornais do Rio de Janeiro desde o ano de 1867 sem, no entanto, relacioná-lo a nenhuma atividade comercial ou profissional. São registros de movimentação interprovincial, em que o português era registrado como passageiro frequente de paquetes que faziam a navegação de cabotagem entre a Corte Imperial e a cidade de Santos. O irmão de Mathias apareceu diversas vezes fazendo esse caminho, o que denota possível relação comercial entre as duas cidades, no entanto, não é possível precisar seu ramo de atuação. Além disso, pelo menos em uma das ocasiões foi registrado que estava acompanhado de um escravo⁴⁹¹, o que leva a crer que não fosse despossuído.

Outro irmão de Mathias, Francisco Casemiro Alberto da Costa, fecharia o quebra-cabeças. Se João somente aparecia em suas movimentações entre a Corte e o porto paulista, Francisco aparecia também desde o mesmo ano de 1868 como negociante e consignatário (possivelmente de café e outros gêneros) no Rio de Janeiro⁴⁹². Possivelmente, Mathias veio ao Brasil na esperança de conseguir emprego com seus irmãos. Um deles era um sólido negociante na praça do Rio de Janeiro desde fins da década de 1860, e outro já mantinha contatos com a praça de Santos desde o início da década de 1870.

⁴⁸⁹ Informações conseguidas graças a minuciosa pesquisa feita pelo pesquisador Luiz Henrique Portela Faria no arquivo distrital de Braga. Cf. FARIA, Luiz Henrique Portela; MONTEIRO, Thalita di Bella Costa. A cidade rumo à Barra: a expansão urbana de Santos e o desenvolvimento da Vila Mathias. In: FARIA, Luiz Henrique Portela; PEREIRA, Maria Aparecida Franco (Orgs.). **Santos na modernidade capitalista (1870-1930):** novas abordagens e releituras de velhas fontes. São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

⁴⁹⁰ Forma como portugueses em deslocamento se referiam à busca pelo enriquecimento em terras brasileiras. Cf. MATOS, Maria Izilda Santos de. Em busca da árvore das patacas: imigrantes portugueses (1890-1930). In: Idem. **Cotidiano e Cultura:** História, cidade e trabalho. São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

⁴⁹¹ “Santos - Paq. a vap. ‘Paulista’, [...] João Alberto Casimiro da Costa e 1 escravo [...]” Cf. DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 26 ago. 1871, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴⁹² Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1868, p. 548. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

Apesar da constituição de uma ampla comunidade portuguesa, nem todos estavam atrelados ao sucesso, no caso de Mathias Costa, sua trajetória deve ser observada articulada à de seus irmãos na constituição do capital necessário para as empreitadas em Santos. Francisco, um dos irmãos estabelecido no Rio de Janeiro, despontou como empreendedor, na década de 1880 apareceria vinculado a diversas atividades do ramo da construção civil, marcenaria, fundição de ferro e bronze etc.⁴⁹³

SERRARIAS A VAPOR

[...]

F. CASIMIRO ALBERTO DA COSTA, com serraria e oficinas de carpintaria a vapor da ponta do Cajú, escriptorio r da Candelaria, 13. Acaba de melhorar e augmentar consideravelmente este vasto estbalecimento, tomando obras por empreitada ou por administração; faz toda a qualidade de esquadrias, soalhos, forros, molduras, lambrequins e obras de torneiro. Fabrica wagões, bonds, carroças e carrinhos. Encarrega-se de montar qualquer engenho, bem como apromptar e remeter para as provincias do Imperio toda a esquadria, que sobre medida lhes seja pedida. (vide *Notabilidades*, pag. 1932)⁴⁹⁴

Como a única informação de Mathias Costa é a anotação em seu passaporte de vinda, via porto do Rio de Janeiro, no início da década de 1870, acredita-se que seus primeiros anos tenham sido dedicados ao trabalho nos negócios dos irmãos ou de patrícios da rede de sociabilidade desses. A partir de 1877 se observam rastros do jovem português, então com 23 anos, em meio a redes das elites santistas. Seu primeiro registro na cidade deu-se no ano de 1877, quando apareceu nas atas da Associação Portuguesa de Beneficência como membro da diretoria, além de ter sido registrado como obreiro na loja Maçônica Fraternidade de Santos no mesmo ano⁴⁹⁵. Apareceria ainda como presidente da associação carnavalesca da elite santista intitulada “Club XV”, em 1879.⁴⁹⁶

⁴⁹³ Nas edições do Almanaque Laemmert de 1883 a 1887, a Francisco Casemiro Alberto da Costa seria creditada cada uma dessas atividades, que possivelmente conduzia em suas propriedades entre o centro do Rio de Janeiro, na rua da Candelária, e um sítio que possuía no local denominado Ponta (ou Quinta) do Cajú, atual ilha do Fundão. Cf. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1883, p. 526, 558, 564, 686. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴⁹⁴ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1883, p. 835. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴⁹⁵ FARIA, Luiz Henrique Portela; MONTEIRO, Thalita di Bella Costa. A cidade rumo à Barra: a expansão urbana de Santos e o desenvolvimento da Vila Mathias. In: FARIA, Luiz Henrique Portela; PEREIRA, Maria Aparecida Franco (Orgs.). **Santos na modernidade capitalista** (1870-1930): novas abordagens e releituras de velhas fontes. São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

⁴⁹⁶ SILVA SOBRINHO, Costa e. **Santos Noutros Tempos**. São Paulo: IHGSP, 1953, p. 132.

Esses registros levam a crer que Mathias em pouco tempo passou de um ilustre desconhecido a frequentador de círculos da sociedade santista, utilizando-se das redes de sociabilidade do porto paulista. A instituição de Beneficência Portuguesa era importante reduto da colônia portuguesa que os unia pelos laços de conterraneidade; depois, uma associação mais tradicional como o “Club XV”, frequentado por figuras como a prestigiosa família Martins dos Santos, que era ligada aos Andradas, com influência política no cotidiano da cidade portuária.

Mathias chegou à cidade e se ligou ao comércio de gêneros em consignação e também de exportação. Em 2 de março 1882 alertava à Praça que o sócio Mathias A. C. da Costa havia pago seus lucros e capital, dissolvendo assim a firma que girava como J. C. de Toledo & Cia⁴⁹⁷, que negociava sal em Santos.⁴⁹⁸ Possivelmente foi a firma em que trabalhou desde fins da década de 1870 até a dissolução apresentada. Dois anos mais tarde, em 1884, Mathias Costa, em sociedade com José Ferreira dos Santos, abriu a firma Mathias Costa & Santos, com capital de 200 contos de réis⁴⁹⁹, para comissões de café, na Praça de Santos. Em pouco tempo, de sócio secundário se tornou dono de firma própria.

Estima-se que foi nesse período (entre o final da década de 1870 e o início da de 1880) que contraiu matrimônio com Anna Cândido de Azevedo (também conhecida como D. Anna Costa), filha do capitão José Paulo de Azevedo Sodré. Seu sogro era abastado fazendeiro fluminense de café da região de Maricá. Apesar de seu irmão Francisco relacionado com o rentável negócio de comércio de café por consignação, o enlace matrimonial com uma filha de fazendeiro provavelmente faria estreitar laços, viabilizando portas de entrada para sua ascensão financeira.

Perseguir a constituição do capital de Mathias Costa ajuda na compreensão sobre como Santos tornou-se a cidade e o porto do café. Embora a construção da estrada de ferro São Paulo Railway em fins década de 1860 tenha facilitado a descida da Serra do Mar e a entrada e saída de gêneros para o interior de São Paulo via porto, a praça de Santos mantinha sua dependência do centro financeiro da Corte. Um processo de formação de redes de companhias de navegação a vapor internacionais, comunicação telegráfica e estabelecimento de instituições bancárias aconteceria ao

⁴⁹⁷ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 2 mar. 1882, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁴⁹⁸ SILVA SOBRINHO, Costa e. **Santos Noutros Tempos**. São Paulo: IHGSP, 1953, p. 132.

⁴⁹⁹ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 3 jan. 1884, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

longo das décadas de 1870 e 1880, e daria a autonomia necessária para a praça de Santos operar.

O avanço da cafeicultura no interior de São Paulo fazia com que cada vez mais representantes comerciais desses produtores se posicionassem estrategicamente em Santos. Entretanto, as dificuldades estruturais e operacionais tornavam esse movimento difuso e, muitas vezes, desacreditado frente aos ganhos certos no Rio de Janeiro.

Como foi visto, Mathias era casado com a filha de um abastado cafeicultor de Maricá, no Rio de Janeiro, o coronel José Paulo de Azevedo Sodré. Após a experiência de morar na Corte Imperial, podia circular com mais facilidade em ambas as praças comerciais, o que era normal entre os principais comerciantes santistas da época, mas se intensificaria ao longo da década de 1890 para, enfim, gestar uma nova geração de negociantes ligados ao alto comércio cafeeiro baseados em Santos.

Ponto relevante dessa questão era a reclamação de que os fretes cobrados pela companhia Inglesa deixavam o café muito caro⁵⁰⁰. Em uma das notas fúnebres de Mathias Costa constava suas “arrojadas especulações de café”⁵⁰¹ que lhe renderam um pedido de falência no ano de 1887; pelo grande volume de capitais que movimentava, essa falência causou grave crise no mercado cafeeiro de Santos. Uma nota do *Correio Paulistano* de 1885, transcrita integralmente do *Diário de Santos*, descrevia uma das manobras de Mathias: o português teria mandado comprar 500 sacas de café no Rio de Janeiro, pago a custa de transporte para o porto de Santos (o que era consideravelmente caro), exportado pelo preço dessa Praça e ainda assim teria obtido lucro. Todo esse movimento serviria apenas para provar que, em Santos, era possível obter preços tão bons (ou até melhores) quanto os do Rio de Janeiro para o mesmo tipo de café, algo que era contestado.

Sobre uma interessante transação commercial realisada, ha pouco, na praça de Santos, por um commissario de café, o sr. Mathias Costa, escrevem os collegas do *Diario de Santos*, as seguintes linhas que com a devida venia, passamos a transcrever.

⁵⁰⁰ Essa reclamação persiste ao longo de todo o século XIX, sendo um dos motivos para a criação de um ramal ferroviário que chegasse até o porto de Santos e quebrasse o monopólio inglês, que só aconteceria em 1937.

⁵⁰¹ DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 11 mai. 1889, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

“Já tivemos ocasião de nos referirmos á propaganda que se procura fazer para arredar do nosso mercado grande parte do café produzido na provincia, sob o capcioso argumento de que o mercado do Rio offerece maiores vantagens aos lavradores - e voltamos hoje a este assumpto de magna importancia para esta praça, porque um facto recente nos fornece mais uma prova incontestavel de quão falsos e errados são os conselhos que se pretende inculcar no animo dos srs. Fazendeiros.

Um inteligente negociante desta praça, o sr. Mathias Costa, socio da importante firma Mathias Costa & Santos, comprou ha poucos dias no Rio de Janeiro e remetteu para aqui 500 saccas de café, que alçaram no nosso mercado um preço que não só compensou a despesa feita com o transporte, mas que deixou ainda um lucro muito razoavel áquella firma.

É preciso destruir por uma vez o argumento capital daquelles que aconselham os nossos lavradores a remetterem os seus cafés para o Rio, de preferencia a envial-os para o nosso mercado - e que consiste nas elevadas cotações do artigo naquella praça.

Effectivamente as qualidades superiores são alli cotadas por preços muito mais favoraveis do que os nossos; mas se attendermos ao facto de que nunca os cafés remettidos para lá são classificados nas qualidades superiores - veremos que longe de existir semelhante vantagem, as taes cotações valor algum podem merecer para a questão de que tratamos.

Os cafés reputados aqui - de base - não alcançam no Rio, pela restricção de classificação, preço superior ao de 1ª ordinaria - e, comparando estas cotações, verifica-se que as do nosso mercado são superiores ás do Rio.

A transacção que os srs. Mathias Costa & Santos realisaram com o fim de apresentar um desmentido formal ao que se tem dito em detrimento da nossa praça, foi inquestionavelmente um importante serviço prestado aos seus collegas e os srs. Fazendeiros, que se pretende prejudicar, tratando-se de desviar o principal producto da provincia do seu mercado natural, onde por todos os motivos encontrará preço mais remunerador do que em qualquer outro.”⁵⁰²

Com o crescimento da importância da praça santista, diversos negociantes da Corte se deslocaram ao porto paulista buscando novas oportunidades. A década de 1880 foi bastante favorável para as especulações, pois, além das frequentes oscilações do preço do café (em geral para cima), a safra de 1882-1887 da região produtora fluminense foi a maior até então⁵⁰³.

⁵⁰² CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 3 mar. 1885, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁵⁰³ VIEIRA, Wilson. A decadência da cafeicultura fluminense e seus efeitos na diversificação agrícola da região (1889-1930). **Revista Leituras de Economia Política**. Unicamp, v. 6, n. 1 (8), p. 1-159, jun. 2001.

Comissários de café costumavam receber o produto consignado dos produtores com os quais tinham vínculo (seja familiar ou de confiança), faziam um adiantamento em dinheiro baseado no valor de mercado e buscavam, entre os exportadores, comprador com melhor preço; dessa transação lhes cabia uma porcentagem da venda. Esse era o mercado disponível, ou seja, a venda e exportação do café contra entrega de café. Mas existia o mercado futuro, ponto nevrálgico para as especulações, também conhecido como negociações “a termo”. A venda era feita com base no preço de mercado do dia, porém apenas com a promessa de entrega futura do café que ainda se encontrava no pé; firmava-se uma data e a negociação estaria concluída quando as sacas chegassem ao porto. Esse teria sido um dos motivos do enriquecimento de Mathias Costa, que especulava em cima das variações de preços dentro de uma safra.

Tabela 5 – Produção exportável de café das principais regiões produtoras
(em sacas).⁵⁰⁴

Anos (média do período)	Rio de Janeiro	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo
1881/1890	2.176.000	2.138.000	1.200.000	250.000
1891/1900	911.000	4.775.000	1.787.000	416.000
1901/1910	995.000	9.252.000	2.772.000	579.000
1911/1920	812.000	9.306.000	2.446.000	700.000
1921/1930	945.000	11.131.000	3.445.000	1.210.000

Pela Tabela 5 observa-se a diminuição da produção de café proveniente do Rio de Janeiro (1880). Como Mathias possuía vínculos com a lavoura fluminense, ficaria claro que seus métodos de especulação se baseavam em safras sempre crescentes, na mesma expectativa que a lavoura paulista. Entretanto, isso não aconteceria, uma crise abateria a Praça de Santos e a Mathias Costa & Santos foi levada à falência, deixando numerosos contratos de venda sem entrega de café.

A fortuna de Mathias foi descrita como conseguida “da noite para o dia” e perdida da mesma forma⁵⁰⁵:

⁵⁰⁴ VIEIRA, Wilson. A decadência da cafeicultura fluminense e seus efeitos na diversificação agrícola da região (1889-1930). **Revista Leituras de Economia Política**. Unicamp, v. 6, n. 1 (8), p. 1-159, jun. 2001.

⁵⁰⁵ JORNAL DO COMMERCIO. Santa Catarina, 19 ago. 1887, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

As recentes especulações em café parecem ter causado grande perturbação em Santos. Um dos maiores negociantes de café, Mathias Costa & Santos, parece ter perdido grandes cifras e teve grande dificuldade em honrar seus contratos com exportadores. O costume de pagar por café antes da entrega, nesse caso levou a existência de diversos compromissos para os quais não existia café para serem entregues, sendo uma firma exportadora sozinha envolvida na extensão de cerca de 180.000\$. [...] Nossas últimas informações são de que os ativos da firma são amplos o suficiente para cobrir qualquer passivo, e as dificuldades serão sanadas satisfatoriamente.⁵⁰⁶

A matéria falava da existência de ativos suficientes para cobrir qualquer obrigação. Os ativos de Mathias Costa iam muito além dos negócios de café, espalhavam-se na cidade de Santos. Dois anos depois da abertura de sua própria comissária, iniciou o loteamento de um novo bairro. A Vila Mathias era diferente de outros empreendimentos feitos fora da área urbana e portuária, como os bucólicos *chalets* construídos para as elites se refugiarem de um local infecto e marcado pelo conturbado cotidiano portuário, como no caso do Embaré e da Ponta da Praia, ou da Vila Nova e do Paquetá, voltado basicamente para pequenas indústrias de cal e couro. Aparecia como um lançamento habitacional munido de planta com ruas, avenidas e praças⁵⁰⁷, como contava propaganda em diferentes jornais de Santos, São Paulo e Rio de Janeiro acerca de suas comodidades:

VILLA MATHIAS

Lê-se nas Notas de um reporter do Diario Popular de ante-hontem:

“Os santistas não ficam atrás dos paulistas nem por um decreto: Viram S. Paulo com a sua Villa Marianna, gostaram da cousa, e já vão deitar também uma *Villa Mathias*.

Acabamos de receber uma grande planta, propriedade de Mathias Costa e Samuel Azevedo, em Santos.”

Está toda ella dividida em lotes, recortada de ruas, avenidas e praças, existindo na mesma uma fonte denominada - Ilha dos Amores, e tudo isso parece que ha de ser posto em leilão dentro de muito pouco tempo.

⁵⁰⁶ Do original, em inglês: “The recent speculations in coffee seem to have caused considerable trouble in Santos. One of the largest dealers in coffee, Mathias Costa & Santos, appear to have lost heavily and become considerable embarrassed in meeting contracts with exporters. The custom of paying for coffee before delivery, in this case led to the existence of several bills for which no coffee could be supplied, one exporting firm alone being involved to the extent of about 180,000\$. [...]. Our latest advices are that the assets of the firm have been found ample to meet all liabilities, and that the difficulty will be satisfactorily arranged.” Cf. THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 15 jul. 1887, p. 5. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁵⁰⁷ Infelizmente a planta mencionada na documentação nunca foi encontrada.

Vão ter, pois, os santistas, por onde se alargar, undindo aos seus conhecidos arrabaldes mais a dita Villa Mathias.⁵⁰⁸

Embora o empreendimento aparente contornos elitizados, a documentação revela que as primeiras moradias construídas naquele local eram bastante singelas e dedicadas aos imigrantes portugueses de baixa renda, que possivelmente trabalhavam para Mathias Costa em seus empreendimentos. Essa era, inclusive, uma forma de fazer seus capitais girarem e retornarem para novos investimentos. Sabe-se que, em troca das despesas com o transporte marítimo para o Brasil, engajadores de trabalhadores recém-chegados poderiam cobrar o duplo ou o triplo usado para saldar os gastos da viagem, contraindo-se uma longa dívida com seu novo patrão.⁵⁰⁹

Mathias adquiriu lotes de terras por diversos meios (por vezes até ilegais e até violentos), construía e alugava quartos mobiliados⁵¹⁰, recebendo o investimento (que já era baixo) em retorno rapidamente. Isso acontecia no mesmo período em que municipalidade investia contra as habitações coletivas que cada vez mais aglomeravam pessoas nos pequenos prédios no centro da cidade, considerados principais vetores das doenças epidêmicas que ameaçavam o crescente porto cafeeiro.⁵¹¹

Além disso, como já dito anteriormente, o sucesso de Mathias Costa não poderia ser considerado apenas uma iniciativa individual, apesar de o português vincular suas empreitadas a seu nome. Francisco Casemiro Alberto da Costa, seu irmão negociante e industrial locado no Rio de Janeiro, atuava no ramo das edificações e também construía carroças, bondes e seges em sua “Empresa Edificadora” e passou a investir no setor ferroviário na mesma década de 1880⁵¹².

⁵⁰⁸ GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 15 abr. 1886, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁰⁹ PEREIRA, Maria Halpern. **A política portuguesa de imigração**. Bauru: Edusc, 2002.

⁵¹⁰ LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição: Santos 1870 – 1930**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 100.

⁵¹¹ Para esse assunto, ver capítulo 3.

⁵¹² Francisco Casemiro Alberto da Costa aparecia desde o ano de 1880 como um dos diretores da Companhia Terrestre e Marítima Santa Cruz. Cf. O GLOBO. Rio de Janeiro, 9 mai. 1880, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

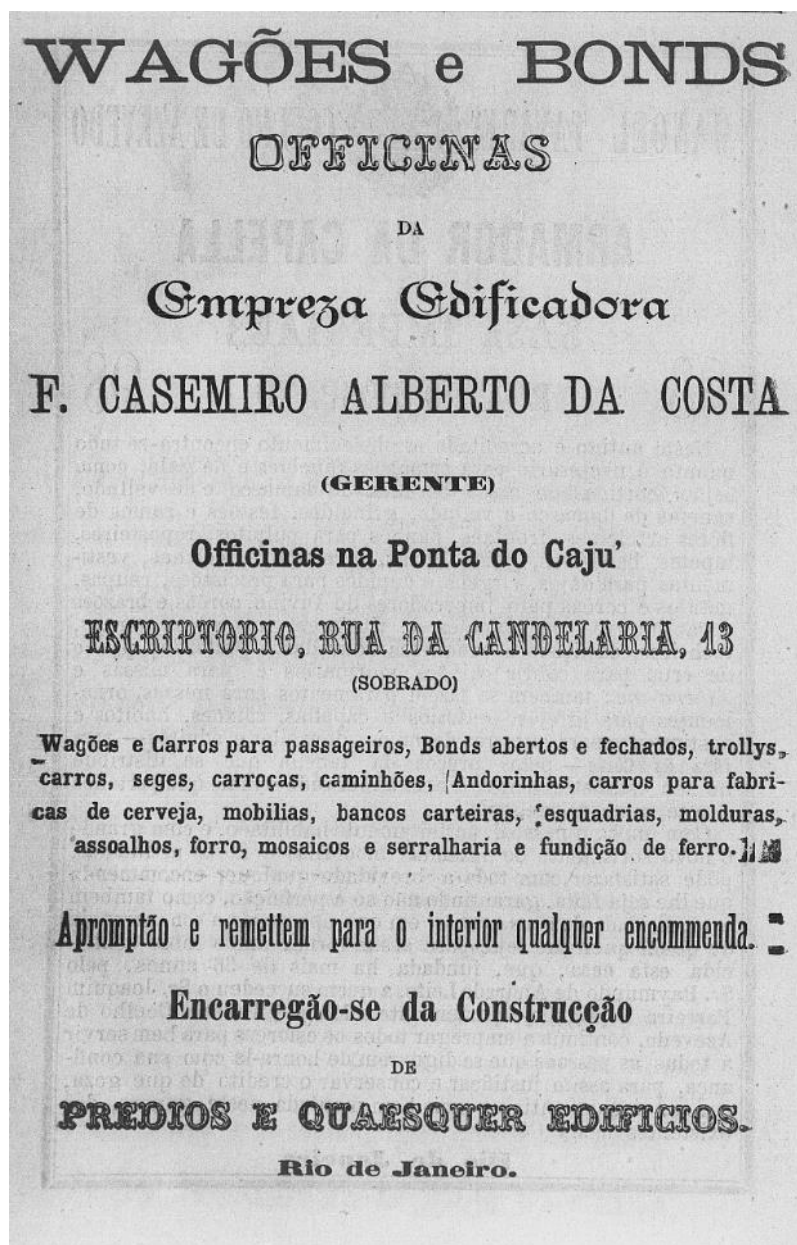


Figura 22 – Anúncio de Francisco Casemiro Alberto da Costa na seção “Notabilidades” do Almanak Laemmert de 1883.⁵¹³

Em Santos, Mathias fez e desfez alianças conforme surgiam oportunidades, criando inimizades e amizades, e moldando o bem público à sua própria vontade. Para obter sucesso, seus procedimentos não se limitavam a influências econômicas, infiltrando-se na elite santista na busca por oportunidades. Entretanto, o que lhe rendeu sucesso também gerou rivalidades e inimizades.

⁵¹³ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1883, p. 1.932. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

Uma das alianças mais exitosas de Mathias Costa foi a concessão de uma companhia de bondes ligando o Centro da cidade aos seus loteamentos. Para isso precisava de muita força política, visto que o único detentor do direito de transportes na cidade era *The City of Santos Improvements Company*, firma com capital inglês que monopolizava também os serviços urbanos de água, esgotos e iluminação pública. Essa poderosa empresa vinha de uma sucessão de erros estratégicos, também de ordem financeira, mas principalmente na forma como lidava com os problemas cotidianos na cidade.

As insatisfações com a companhia inglesa eram evidentes e ficariam óbvias na “revolta dos quebra-lâmpioes” de 1884, quando uma onda de protestos visou a destruição das luminárias públicas, além de chafarizes públicos e bondes, sendo dois carros arremessados ao mar em meio a agitação pública. O inglês H. K. Heyland, gerente da companhia inglesa que era conhecido pela sua falta de diplomacia, seja com os populares, seja com a própria municipalidade e membros da elite⁵¹⁴, também foi alvo da turba enraivecida, que rumou para sua casa na praia da Barra, apedrejando-a⁵¹⁵.

Aproveitando as tensas relações entre a empresa de serviços públicos e a municipalidade, Mathias Costa e outros capitalistas e industriais de Santos entrariam em um *lobby* para quebrar o monopólio da empresa inglesa. Era uma oportunidade de trazer trilhos que facilitassem o transporte de passageiros, que poderiam adquirir ou alugar terrenos e imóveis na Vila Mathias.

⁵¹⁴ Em representação da Câmara Municipal de janeiro de 1886, o gerente da Cia. City seria descrito pelo “[...] seu inconsiderado comportamento muito concorreu o Gerente H.K.Heyland devendo acrescentar-se também que nas suas relações com a Camara não se comporta com a franqueza que muito é para desejar em um encarregado de serviços tão importantes [...]”. SANTOS. Atas da Camara. 1ª Sessão, 1ª reunião ordinária, 7 jan. 1886, p. 2-6. Livro 1883 – 1887. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁵¹⁵ O caso foi citado pelos memorialistas Francisco Martins dos Santos e Jaime Franco, além da ampla cobertura na mídia. Cf. SANTOS, Francisco Martins dos. **História de Santos**. São Paulo: Empresa Grafica da Revista dos Tribunaes, 1937, p. 309. FRANCO, Jaime A Beneficência. **Memória histórica da Sociedade Portuguesa de Beneficência e contribuição para a história de Santos**. Santos, 1951, p. 151-153. PROVINCIA DE SÃO PAULO. São Paulo, 24 dez. 1884, p. 1. Acervo O Estado de São Paulo. THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 15 jan. 1885, p. 2-3. CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 13 mai. 1885, p. 1. CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 20 jun. 1884, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

4.2 ENTRE TRANSPORTES E TERRAS: ALIANÇAS, CONFLITOS E TENSÕES

A *The City of Santos Improvements Co.*, com capital internacional desde 1881, herdou o contrato de transporte de bondes de passageiros e cargas da antiga Companhia Melhoramentos de Santos (1872). A companhia inglesa incrementou o transporte de cargas no porto e também ligou pela primeira vez a região portuária com a sua Barra, facilitando a chegada das poucas pessoas da elite que moravam naquela região.⁵¹⁶

Pela documentação percebe-se que nos primeiros anos de atividade da companhia existiu uma simbiose entre a municipalidade e a Companhia Melhoramentos, fazendo com que todas as ocasiões de novas linhas fossem comemoradas como um passo em direção à modernidade de Santos.

Quando da chamada pública para os melhoramentos da cidade, em 1868, foram estabelecidos vários editais: para transporte de bondes puxados a burros, para um sistema de fornecimento de água a particulares (incluindo um sistema de esgoto de águas pluviais e “despejos” das casas), iluminação pública a gás... Em todos os casos, deveriam ser semelhantes aos padrões adotados na Corte⁵¹⁷⁵¹⁸.

O privilégio de todos esses serviços foi dado ao português Domingos Moutinho⁵¹⁹, sendo encampado por uma empresa de capital nacional formada pelo escocês Thomaz Cochrane, pelo anglo-brasileiro tenente-coronel João Frederico Russell e pelo engenheiro civil inglês Edward Everett Benest⁵²⁰, sob a firma Russel, Benest & Cia. Pouco se conhece sobre Moutinho, outorgado da concessão, apesar de aparecer na documentação como um especulador de diversas empreitadas ferroviárias e outros serviços. Sabe-se que era ourives e comerciante de ouro, prata e pedras preciosas, além de ter sido concessionário das Companhias Locomotora e Bondes de Pernambuco, empreiteiro da Estrada de Ferro Carril de Niterói e da Estrada de Ferro de S. Paulo e Rio de Janeiro. Para essa última, existem diversas acusações

⁵¹⁶ O próprio gerente da Cia. City, nos anos 1880, o inglês H. K. Heyland, estabeleceu residência na praia da Barra.

⁵¹⁷ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 5 abr. 1868, p. 1-2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵¹⁸ A partir da década de 1880 o modelo perseguido foi uma leitura brasileira da urbanização haussmaniana, sempre utilizando a Corte Imperial como exemplo. Sobre esse assunto, ver Capítulo 2.

⁵¹⁹ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 6 abr. 1873, p.2. GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 20 nov. 1879, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵²⁰ Na documentação seu nome aparece de diversas formas, inclusive traduzido como Eduardo Benest.

de mau uso de verba dos acionistas, o que quase colocou em perigo a concretização da obra.

Já no lado dos encampadores da obra, o anglo-brasileiro João Frederico Russell⁵²¹ (1862) era conhecido no Rio de Janeiro como empresário que, junto com Joaquim Pereira Vianna de Lima Júnior, construiu o sistema de esgoto de águas pluviais e despejos da Corte⁵²². O engenheiro inglês Edward Ewerett Benest⁵²³ apareceria (1869) como representante da *Rio de Janeiro City Improvements Limited*, chegando ao Brasil a convite da mesma companhia para ocupar o cargo, como era comum em companhias formadas por estrangeiros. Por fim, Thomaz Cochrane fechava o elo da empresa, era concessionário da Carris de Ferro da Tijuca desde fins da década de 1850⁵²⁴. Esse último era padraço de Ignácio Wallace da Gama Cochrane, engenheiro das obras da Estrada de Ferro São Paulo Railway e fez profícua carreira política em Santos, como membro do Partido Conservador.

Ignácio Wallace da Gama Cochrane (1836 – 1912) foi um elo desses empreiteiros de obras públicas na municipalidade. Nascido no Rio de Janeiro, filho dos escoceses Helena Augusta Velasco Nogueira da Gama e Robert Wallace McFarlane, passou a utilizar o sobrenome Cochrane após sua mãe contrair novas núpcias com Thomaz Cochrane, em detrimento do nome de seu pai biológico. Atuou como engenheiro assistente da Estrada de Ferro Niterói-Campos em 1858 e, posteriormente, viria a São Paulo (1862) assumir o cargo de engenheiro-fiscal da São Paulo Railway, Santos-Jundiaí. Nesse período mudou-se com a família para Santos, onde foi vereador por longos anos (1865 e 1875), sendo presidente nas últimas duas legislaturas de que participou. Em 1882 assumiu cargo de Representante da Diretoria e Chefe do escritório na Corte da Estrada de Ferro de São Paulo ao Rio de Janeiro

⁵²¹ Dos três nomes, João Frederico Russel seria o mais longo no organograma da firma inglesa, permanecendo como Diretor até sua morte, em 1888. “CITY OF SANTOS IMPROVEMENTS CO, LIMITED. Owing to the death of Col. João Frederico Russel, resident director of this company, the Rio office will be discontinued until further notice. Santos, 6th March, 1888. H.k. Heyland, Manager.” Cf. THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 15 mar. 1888, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵²² DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 14 jul. 1862, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵²³ Edward Evertt Benest (1824-1901), inglês natural da ilha de Saint Helier, já aparecia como passageiro em embarcações inglesas que faziam o caminho Rio de Janeiro-Southampton em 1863, o que leva a crer que Edward já possuía relações com a empresa antes de residir definitivamente no Brasil. CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 4 jun. 1863, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵²⁴ TERRA, Paulo Cruz. **Cidadania e Trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870 – 1906)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1404.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

(na qual Domingos Moutinho foi empreiteiro, o que denotava a constituição de uma rede). A partir desse período, Ignácio Cochrane se ausentaria da atuação política na cidade, sem que deixasse de ser prestigiado pelo Partido Conservador local.

A Companhia Melhoramentos de Santos começou a funcionar no dia 13 de outubro de 1871, com evidente entusiasmo por parte da municipalidade, registrado em ofício de mesma data que dizia ser esse “[...] passo dado na senda do progresso e desenvolvimento material desta localidade”.⁵²⁵ A municipalidade de Santos tinha como modelo de urbanidade o Rio de Janeiro e tentava espelhar-se na Corte ao trazer tais serviços para a cidade. O carregamento por carroças era tido no Rio de Janeiro como “selvagem” e o carroceiro, como “grosseiramente brutal”⁵²⁶. Talvez por isso as elites tenham experienciado certa animação com o novo meio de transporte de cargas e pessoas, tido como moderno e civilizado (assim como os demais melhoramentos que a companhia encampava, com traços monopolísticos).

No final da década de 1870, a exemplo da *Cia. City* da Corte, teve seu capital internacionalizado e mudou de nome. Entre os motivos da mudança cogita-se um interesse maior de investidores ingleses na principal cidade portuária paulista. No entanto, também se observam problemas de administração da antiga Companhia Melhoramentos. Nenhuma informação foi dada no momento da criação da Companhia *City of Santos Improvements Limited*, aberta no mercado inglês em novembro de 1880 e autorizada pelo governo brasileiro a funcionar um ano depois⁵²⁷. Entretanto, alguns indícios levam a crer que as finanças da antiga companhia enfrentavam dificuldades; o jornal inglês *The Rio Times* dizia que a empresa inglesa havia comprado o privilégio da “notória incompetente Companhia Melhoramentos”⁵²⁸.

De toda forma, a Companhia Melhoramentos de Santos passou toda a década de 1870 e parte da de 1880 sem que praticamente nenhuma concorrência ameaçasse

⁵²⁵ SANTOS. Câmara Municipal. Livro de Registro de Ofícios, 1865 – 1880, p. 79. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁵²⁶ TERRA, Paulo Cruz. **Cidadania e Trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870 – 1906)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1404.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

⁵²⁷ THE ANGLO-BRAZILIAN TIMES. Rio de Janeiro, 24 nov. 1880, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, grifo nosso.

⁵²⁸ “[...] The City of Santos Improvements Company, Limited, purchased the privilege of the notoriously incompetent *Companhia de Melhoramentos* [...]” Cf. THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 15 jan. 1885, p. 2-3. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Além disso, a tentativa de assassinato em abril de 1882 por motivo de “negócios concernentes á extincta Companhia Melhoramentos de Santos” do guarda-livros Sabino Luiz de Souza por Alfredo Samuel Antunes, que na sequência também tentou tirar a própria vida, levanta suspeitas sobre um possível debacle da antiga empresa nacional.

seus negócios, atuando de forma monopolística nos serviços de água, luz e transporte na cidade. O único revés teria ocorrido em 1873⁵²⁹, envolvendo as famílias germânicas dos Emmerich e dos Ablas, quando esses organizaram uma “linha de diligências tiradas por animaes sobre trilhos de ferro” intitulada Carris de Ferro da Vila de São Vicente, sob a firma Emmerich & Ablas⁵³⁰. Todavia, essa concessão não teria implicações nas operações de bondes da firma anglo-brasileira. Por mais que seus trilhos coincidissem em algumas ruas do centro urbano, a real questão estava para onde os trilhos se espraíavam e quais terras buscavam; e nisso os interesses eram diferentes. Enquanto os trilhos da Cia. Melhoramentos faziam o caminho Centro-Barra, na praia do Embaré, a firma dos imigrantes germânicos ia a São Vicente pelo lado oposto, via Saboó.

Entretanto, essas alianças entre poderes públicos e a companhia inglesa durariam até 1886, quando duas novas iniciativas para companhias de carris de ferro na cidade de Santos seriam encampadas pela Câmara (e aprovadas), apesar da aparente ilegalidade das propostas e de todos os protestos da companhia inglesa feitos em nível municipal e até provincial. De um lado, o português Mathias Costa buscava trilhos que levassem à sua recém-criada Vila Mathias, do outro estava um conglomerado de pequenos industriais da região do Vila Nova e Paquetá encabeçados pelo médico italiano João Éboli.

O processo entre a apresentação de propostas, aprovação e início dos trabalhos foi ágil, o que denotava interesse por parte da edilidade por encampar os projetos. A concessão de bondes de ambas as companhias foi dada pela municipalidade de Santos no dia 22 de dezembro de 1886, no apagar das luzes da legislatura que findava naquele ano.⁵³¹ Ao longo do primeiro semestre do ano seguinte

⁵²⁹ “LEIS PROVINCIAES, N.42 [...] Art. 1º. Fica o Presidente da Provincia autorizada a conceder privilegio exclusivo, por cincoenta annos, a Jacob Emmerick e Henrique Ablas, para, por si sós, ou incorporando companhia, estabelecerem uma linha de diligencias tiradas por animaes sobre trilhos de ferro, que, partindo da Cidade de Santos, vá até a Villa de S. Vicente, salvos os direitos da empresa Domingos Moutinho, ou seus concessionarios, garantidos pela Lei Provincial de 10 de abril de 1870. [...]” DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 11 jun. 1873, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵³⁰ É importante notar que à época houve uma discussão na Assembleia Provincial sobre possível interferência no contrato de concessão da então Companhia Melhoramentos, no entanto foi observado que a Cia. Emmerich & Ablas de bondes figuraria como uma estrada intermunicipal, não ferindo o direito da companhia inglesa. DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 2 mar. 1873, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵³¹ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 23 set. 1888, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

os trabalhos de assentamento de trilhos correram normalmente, e a inauguração das linhas de Vila Mathias e da Carris de Ferro ocorreu antes da metade do ano de 1887.

Inaugurou-se a linha de bonds da Villa Mathias, no dia 1º.
Grande concorrência: bonds de graça, cerveja, champagne, discursos, o diabo!
Compareceu a camara, diversos jornaes se fizeram representar.
Correu sem incidente lamentavel, felizmente.⁵³²

A *Cia. City* mal teve tempo para que fosse feita apelação por seus possíveis direitos monopolísticos e ambas as companhias estavam em pleno funcionamento. Os processos movidos pela empresa demorariam cerca de três anos até serem apreciados pela instância provincial (e, depois, estadual), que ratificou a decisão da municipalidade, julgando improcedente a reclamação da firma inglesa.

Considerando que a concessão feita pela Intendencia de Santos á companhia Carris de Ferro para o *serviço de transporte de passageiros*, não offende o privilegio ou direito exclusivo da reclamante, porque este só se refere ao *serviço de transporte de generos e mercadorias*; [...] Julgo improcedente a reclamação da *City of Santos Improvements Company, Limited*.⁵³³

Embora as empresas dificilmente apareçam atreladas a outros sócios, Mathias Costa não atuava sozinho no mercado financeiro do café. O único nome apresentado era o do também português Samuel Alves de Azevedo⁵³⁴. Pouco se sabe sobre ele, possivelmente foi o empreiteiro das obras do novo bairro e também estaria envolvido no seu empreendimento da linha de bondes. A ausência de outros nomes na documentação faz com que se cogite que o projeto fosse mais personalista e baseado em laços de contrerraneidade dos contratados para a empreitada.

⁵³² GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 8 jun. 1887, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵³³ Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros, 1890, p. 72-73. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵³⁴ Samuel Alves de Azevedo (???? – 1900) foi um capitalista e empreiteiro português, possivelmente proveniente das ilhas do Cabo Verde. Presente na documentação desde 1860 com investimentos entre a cidade do Rio de Janeiro e o interior de São Paulo, sabe-se que casou com Maria das Dores Guimarães, filha do também imigrante português José Pinto da Costa Guimarães, conhecido como “Barão da Ponte”, de Jundiaí. Em Santos, além de participar da empreitada da Vila Mathias, era dono de um botequim com bilhares localizado na rua de São Bento. Cf. JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 23 abr. 1860, p. 4. CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 27 nov. 1864, p. 2. CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 4 fev. 1883, p. 2. GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 17 ago. 1900, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Observando a questão, torna-se necessário ir além da Vila Mathias e seus bondes, focalizando o quadro de sócios da companhia de Éboli. João (ou Giovanni) Éboli imigrou para o Brasil em fins da década 1870⁵³⁵, recebido por parente seu⁵³⁶, Carlos, que era renomado médico na região de Nova Friburgo, Rio de Janeiro. A partir da década de 1880, o italiano apareceria como conceituado cirurgião oculista em São Paulo; foi nessa atividade que angariou capital para a companhia Carris de Ferro Santista⁵³⁷.

Além do médico italiano, a companhia contava com nomes como Francisco Martins dos Santos (Júnior) e Major Joaquim Xavier Pinheiro (Júnior) como conselheiros fiscais⁵³⁸. O primeiro era membro da tradicional família Martins dos Santos⁵³⁹, que fazia parte do Club XV, frequentado por Mathias, além de possuir um trapiche (ponte de descarga de navios com armazém) na região do Paquetá; o segundo, negociante local e possuía, junto com seu pai, desde pelo menos a década de 1860, uma fábrica de cal naquele mesmo bairro. Ambos desempenharam papéis importantes na legislatura de 1883 a 1886, apoiados pelo Partido Liberal, oposição ao Conservador de Ignácio Cochrane.

João Éboli e os dois vereadores citados faziam parte do grupo de abolicionistas que congregava liberais monarquistas e republicanos na última década do Império em Santos. Entre os acionistas da Carris de Ferro, quando de sua fundação, outro nome destacou-se na intersecção com o grupo abolicionista: Heitor Peixoto.

Heitor Peixoto ocupava na Carris de Ferro a posição de Diretor Presidente, hierarquicamente acima de Éboli, que aparecia como Diretor Gerente. Peixoto era

⁵³⁵ “Depois de amanhã, às 10 horas da manhã, devem fazer exame de sufficiencia, os Drs. João Eboli e Thomaz Eboli, formados pela Universidade de Napoles [...]” GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 2 mai. 1877, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵³⁶ Carlos Éboli é citado na documentação por vezes como irmão, por vezes como tio de João.

⁵³⁷ A partir da Companhia Carris de Ferro Santista, Éboli se tornaria um importante capitalista de Santos da virada do século XIX para o XX. Em 1890 ele abriria uma casa bancária sob a firma Éboli & Comp, onde potencializava seus investimentos para sua empresa de ferro-carril. Foi nos primeiros anos da década de 1900, quando ensaiava uma parceria com a Light & Co. para a introdução de luz elétrica na cidade, que um grande escândalo financeiro envolvendo sua casa bancária eclodiu. Esse fato possivelmente forçou-o, em 1904, a vender seus ativos na cidade e seguir de retorno para a capital paulista. Cf. DIÁRIO DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 19 jan. 1890, p. 3. CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 15 dez. 1901. A NOTÍCIA. Rio de Janeiro, 24 fev. 1904, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵³⁸ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 10 ago. 1887, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵³⁹ Era na “chácara dos Martins” que o Clube XV se reunia, agremiação da qual Mathias Costa também fazia parte.

recém-formado pela Faculdade de Direito Recife (PE)⁵⁴⁰; nos tempos de graduando, aproximou-se do também advogado paraense Herculano Marcos Inglês de Souza, influente político liberal em Santos. Junto a esse último, fariam dentro do partido a defesa da abolição da escravatura, sem que com isso se pretendesse uma ruptura com o Império⁵⁴¹.

Sanctos, 24

O partido liberal, sob a inspiração dos srs. Inglês de Souza, Oliveira Braga Junior e Heitor Peixoto, só votará na eleição senatorial no candidato que se declarar franca e positivamente abolicionista.⁵⁴²

Os abolicionistas, como Peixoto, Éboli, Xavier Pinheiro e Martins dos Santos, constituíram uma rede envolvendo as elites abolicionistas, na qual Mathias Costa se inseriu, viabilizando suas pretensões e concessão de privilégios. Esses privilégios ficam claros na indignação dos editores do jornal anglo-brasileiro *The Rio News*. Após longos meses de batalhas judiciais, a *City of Santos* perderia o monopólio dos transportes na cidade e começaria a ter problemas burocráticos com a municipalidade – como exemplo, a redução de tarifas e a extensão de trilhos, que precisavam de autorização da edilidade, tornar-se-iam formas de boicote à firma inglesa.

A The City Improvements Comp. Of Santos recentemente anunciou a redução de suas tarifas, o que a Câmara Municipal subsequentemente recusou sancionar, alegando alguma informalidade. Parece uma pequena proteção ao novo bicho de estimação municipal – a linha Mathias Costa.⁵⁴³

A Câmara Municipal de Santos recusou recentemente permissão à *The City Improvements Comp.* estender suas linhas

⁵⁴⁰ “Regressou hontem de Pernambuco onde recebeu o grão de bacharel em direito, o Sr. Heitor Peixoto.” Cf. DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 18 out. 1885, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁴¹ Algumas pessoas do Partido Liberal se voltariam contra o Império antes mesmo do 15 de novembro de 1889; foi o caso de Heitor Peixoto, que em 1888 já aparecia na documentação aderente aos republicanos.

⁵⁴² PHAROL. Minas Gerais, 26 nov. 1886, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Cf. DIARIO DE NOTICIAS. “Contra a Monarchia”. Maranhão, 16 fev. 1888, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁴³ “The City Improvements Co. of Santos recently annouced a reduction in its fares, which the municipal council subquently refuse to sanction, alleging some informality. It looks like a little protection for the new municipal pet - the Mathias Costa line.” Cf. THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 5 jul. 1887, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

de bondes à porta do teatro Guarany. Agora espere a nova linha da Vila Mathias pedir por privilégio – e conseguir!⁵⁴⁴

Esses são indícios que ajudam a compreender como a *Cia. City*, mesmo tendo lançado mão de todos os argumentos e estratégias possíveis, não obteve êxito em barrar as novas iniciativas das companhias de bondes implantadas e lançado seus trilhos, funcionando regularmente mesmo sem a chancela dos órgãos competentes⁵⁴⁵. A municipalidade trabalhava no limite da legalidade – transgredindo-a em alguns casos – quando era do seu interesse (em geral, colocado como “interesse público”) ou do interesse de alguns de seus membros.

As disputas se estenderam além da concessão de bondes de Mathias Costa. A Carris de Ferro, que, apesar de figurar com um quadro societário amplo, era sempre referida como “a companhia organizada por Éboli”, também se constituiu como desafeto da firma de transportes inglesa. Em junho de 1889 o *The Rio Times* levantava a existência de uma controvérsia sobre qual companhia tinha o direito de lançar trilhos na rua Xavier de Silveira, importante ligação costeira entre o centro urbano e os bairros industriais Paquetá e Vila Nova⁵⁴⁶.

Os atritos iam além da burocracia ou diplomacia, e a caneta (ou a pena) não era o único meio de resolução das tensões, sendo sentidas no cotidiano da cidade. Em setembro de 1887, os trabalhadores da *City of Santos* entraram em conflito com os da Carris de Ferro por conta de uma rua onde os trilhos das duas companhias encruzilhavam:

Em Santos, na quarta-feira, alguns empregados da companhia *City of Santos* aproveitando a ocasião em que os trabalhadores da Carril de Ferro de Santos estavam jantando, arrancaram os trilhos desta no lugar em que atravessavam os daquela, levando-os ao escriptorio de seus patrões.

⁵⁴⁴ “The Santos municipal council has recently refused permission to the City Improvements Co. to extend its tramway line to the door of the Theatro Guarany. Now let the new Villa Mathias line ask for the privilege - and get it!” Cf. THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 24 ago. 1887, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁴⁵ A Cia. City ainda obteve ganho de causa por parte do Governo Provincial no ano de 1888, mas recebeu uma lacônica resposta da municipalidade santista sobre a impossibilidade de cumprimento do despacho da presidência da província que anulava as concessões, visto que as companhias já se encontravam em funcionamento. CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 10 ago. 1887, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁴⁶ “A controversy has arisen in Santos between the City Improvements Co. and a tramway company organized by Dr. Eboli over the right to lay a track in Rua Xavier da Silveira.” Cf. THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 29 jun. 1889, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Varias pessoas protestaram contra essa violencia e o Dr. Heitor Peixoto, presidente da Carril de Ferro, logo que teve conhecimento, requisitou o auxílio da força publica, cuja intervenção impediu novas violencias.⁵⁴⁷

Os limites da legalidade alimentavam tensões cotidianas, faziam com que alianças fossem feitas, possibilitavam rupturas e contendidas (possivelmente, mortais). Trabalhadores e parentes de determinado grupo aderiam às disputas, com desfechos que se desenrolavam nos tribunais e nas ruas da cidade. A morte de Mathias Costa, ocorrida por conta de uma discussão por limites de terras entre o português e os irmãos Lima, inseriu-se nessa conjuntura.

Nos conflitos de terras para abertura de sua Vila, Mathias Costa atuou com força, que dessa vez partia dos seus trabalhadores patrícios, mas continuava ratificada pelos poderes públicos. Desde as primeiras ruas abertas, o português atingia os interesses de antigos proprietários da região onde estabelecia seus lotes. A principal contenda foi contra a imigrante germânica Filipina Emmerich e o italiano Benjamin Fontana, pelo direito das terras do Jabaquara, que faziam divisa com as de Mathias. Segundo os proprietários das terras, o português teria adquirido um pequeno lote de 200 braças (aproximadamente 400 m) e, “rodeado de numerosa gente armada”, teria destruído valos, derrubado árvores, arrancado plantas e expelido “[...] pobres trabalhadores inoffensivos que cultivavam o terreno”. Munidos de força e numerosa gente, trabalhadores de Mathias Costa avançaram a mais a cerca de 1.000 braças (aproximadamente 2.200 m)⁵⁴⁸.

As terras que Mathias “invadiu” estavam fora do tecido urbano. Segundo os donos, era um local que se compunha de hortas, pomares e plantações⁵⁴⁹. Essa informação é relevante, pois, quando iniciou o loteamento, Mathias ofereceu parte dele ao usufruto público em forma de ruas e travessas, além de iluminá-las por conta própria. Observando-se o primeiro protesto feito à municipalidade pela ilegalidade das ações no loteamento da Vila Mathias:

⁵⁴⁷ NOVIDADES. Rio de Janeiro, 26 set. 1887, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁴⁸ TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Juízo Cível da Comarca de Santos. Acção de Esbulho. Autores: D. Felippina Emmerich, Benjamin Fontana e sua Mulher. Réus: Mathias Costa de Azevedo, Samuel Alves de Azevedo e suas mulheres. Santos: Typographia a vapor do “Diario de Santos”, 1887, p. 6.

⁵⁴⁹ TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Juízo Cível da Comarca de Santos. Acção de Esbulho. Autores: D. Felippina Emmerich, Benjamin Fontana e sua Mulher. Réus: Mathias Costa de Azevedo, Samuel Alves de Azevedo e suas mulheres. Santos: Typographia a vapor do “Diario de Santos”, 1887, p. 6.

Requerimento de Felippina Emmerich, Benjamin Fontana e sua mulher, em que dizem que lhe constando ter Mathias Costa e Samuel Alvez de Azevedo proposto a Camara o arruamento de terrenos de um sitio denominado – Morrinhos – que dizem possuir, offerencendo gratuitamente parte d’elles e pedindo illuminação, declaram que si os supplicados se referem a uns terrenos sitos no caminho velho da Barra, com fundos até o Jabaquára, de propriedade dos supplicantes, conhecidos por – Pastos do Vigario – acham-se elles em letigio por invasão e esbulho feito aos supplicantes, protestando como protestam contra qualquer concessão sobre elles na parte em que offende os seus direitos, e bem assim contra a intervenção municipal em terrenos puramente particulares. – Á Commissão de Obras Publicas, contra o voto do Sr. Nunes de Carvalho, por entender que a Camara não devia tomar conhecimento por não ser caso disso.⁵⁵⁰

Percebem-se duas visões antagônicas de ocupação do espaço urbano. Enquanto o português propunha um loteamento de caráter urbanizador a uma área ainda parcamente habitada, os donos das terras do Jabaquara se interessavam por um uso da terra com características rurais. Possivelmente, a forma como Mathias Costa atraía pessoas para morar em seus empreendimentos, em geral trabalhadores portugueses recém-chegados, agradava à municipalidade, que enfrentava problemas com moradia popular.

Essa perspectiva ficou explícita quando Mathias Costa decidiu expandir os trilhos da Companhia Vila Mathias para além de seu bairro, em direção à praia da Barra. Nesse processo, ele levaria os bondes de sua empresa para o mesmo local que, até então, apenas a *Cia. City* alcançava. Com esse ato, criou – coadunando com as aspirações de urbanidade da Câmara Municipal – a primeira avenida da cidade.

Boulevard

A camara de Santos acceitou a proposta do sr. Mathias Costa para a abertura do boulevard Anna Costa, da Villa Mathias até a Barra, perto dos dois rios do lado do José Menino. Terá uma extensão de 3.000 metros e uma largura de 30 metros e 40 centímetros.⁵⁵¹

⁵⁵⁰ SANTOS. Atas da Camara Municipal. 1ª Sessão, 5ª reunião ordinaria, 23 fev. 1886, p. 1. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁵⁵¹ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 29 jul. 1888, p. 2. JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 30 jul. 1888, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

No entanto, as tensões não se limitavam aos conflitos em relação ao caráter urbano ou rural dado à área da Vila Mathias e do Jabaquara. Os Emmerichs eram uma família com posses e empreendimentos em Santos e São Vicente. O marido de Felippina, o alemão Jacob Emmerich, estabeleceu-se na cidade por volta da década de 1830⁵⁵², aparecendo 20 anos depois como ferreiro e construtor.⁵⁵³ Como já dito anteriormente, em 1873, firmou sociedade com o tropeiro alemão Henrique Ablas e criaram uma linha de diligências tiradas por animais sobre trilhos de ferro intitulada Carris de Ferro da Vila de São Vicente, sob a firma Emmerich & Ablas.⁵⁵⁴

Outra parte, Benjamin Fontana, que dividia a propriedade de terras do Jabaquara com a família Emmerich (com posse “pro indiviso”), encaminhou processo contra o esbulho⁵⁵⁵ de Mathias Costa. Era imigrante italiano e chegara ao Rio de Janeiro em 1856, aproximadamente. Em 1860, Fontana conseguiu contrato de um armazém dedicado ao fornecimento de mantimentos e objetos de necessidade para os subempreiteiros, empregados e trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Pedro II. Sabe-se dessa informação por meio do seguinte documento:

Chamo-me Benjamim Fontana, natural de Italia, negociante e nascido de pai tambem negociante, e resido desde tres annos e mezes no Brasil. No anno findo tratei com Eustaquio Zanetti, Austriaco, então empreiteiro da 12ª e 13ª divisão da 2ª secção da estrada de ferro de D. Pedro II, de fornecer aos seus subempreiteiros, empregados e trabalhadores, sob a garantia do mesmo, mantimentos e mais objectos necessarios, devendo elle descontar todos os mezes, como sempre descontou nos pagamentos quanto os sobreditos me deviam. [...] Benjamim Fontana, Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1860.⁵⁵⁶

Em poucos anos, apareceria em Santos, vinculado a uma rede de migrações ligadas à construção da Estrada de Ferro São Paulo Railway, o que possivelmente

⁵⁵² SILVA SOBRINHO, Costa e. **Santos Noutros Tempos**. São Paulo: IHGSP, 1953, p. 92.

⁵⁵³ “Na rua do Rosario n. 57 na officina de Jacob Emmerich, tem para vender um guindaste prompto para suspender com duas pessoas pezo enorme e move-se por um carro em que está collocado, obra bem feita, e por preço commodo assim mais algumas carroças baixas e altas.” Cf. O MERCANTIL. São Paulo, 27 ago. 1851, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁵⁴ DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 2 mar. 1873, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁵⁵ Esse documento chegou às minhas mãos da forma mais inusitada: buscando em sebos online, encontrei a publicação da Ação de Esbulho feita pelas tipografias do Diário de Santos no ano de 1887. Como a documentação do poder judiciário em Santos é bem fragmentária e rarefeita, esse achado veio em ótima hora para o trabalho.

⁵⁵⁶ JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 8 ago. 1860, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

contribuiu para a sua mudança para o município paulista⁵⁵⁷. Em Santos, entre os anos de 1866 e 1870, Benjamin Fontana estabeleceu o Hotel Garibaldi e uma Olaria⁵⁵⁸ para fabricação de tijolos na região do Jabaquara.

Na época da contenda com Mathias, Fontana e os Emmerich possuíam em suas terras um conhecido Quilombo, sendo ambas as famílias participantes ativas do movimento abolicionista local. Ao invadir as terras do Jabaquara, Mathias Costa se colocava contra um grupo cuja aliança lhe havia rendido sucesso no empreendimento de transporte por bondes. Ao se voltar contra os abolicionistas, o português confrontava também a principal classe de advogados da cidade. Os defensores do processo de Fontana e Emmerich eram ninguém menos que Heitor Peixoto e Inglês de Souza.

A morte de Mathias Costa seria o desfecho trágico de uma disputa que se arrastava nos tribunais e fazia com que os ânimos entre as redes de abolicionistas e parte da colônia portuguesa se exaltassem. Mas qual a relação entre os irmãos Lima, autores da morte do português, e o movimento abolicionista? Alude-se a uma questão referente ao “pasto dos vigários”, mais conhecido como “das vigárias”, pois durante muitos anos pertenceu a um grupo de religiosas freiras, e foi passado à família Sacramento Macuco, que, em seguida, vendeu esse trecho aos Emmerich. O memorialista Francisco Martins dos Santos registrou:

[...] região próxima á Villa Mathias, junto á Avenida Anna Costa, chamada "Pasto das Vigarias" por pertencer desde tempos remotos a trez irmãs muito religiosas que o povo assim denominava, "pasto" que dava fundos para o pequeno morro também denominado "das Vigarias", depois "do Lima" e hoje sob demolição e em vésperas de completo desaparecimento.⁵⁵⁹

O morro “das vigárias” ou “dos Lima” coincidia com o local de disputa, pois situava-se próximo ao Quilombo. Olívio de Baptista Lima, responsável pelo disparo mortal a Mathias Costa, casou-se com D. Carolina Emmerich no ano de 1879 e era

⁵⁵⁷ Sua primeira aparição na documentação é com um direito de resposta publicado em 1864 no Correio Paulistano, contra artigos difamatórios escritos na Revista Comercial de Santos, onde ele próprio cita a “Questão Fontana em Santos”. CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 30 out. 1864, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁵⁸ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1866-1885. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁵⁹ SANTOS, Francisco Martins dos. **História de Santos** (1532 – 1936). Vol. II. São Paulo: Empresa Graphica da Revista dos Tribunais, 1937, p. 120-121.

também parte interessada nas terras do Jabaquara⁵⁶⁰. Além disso, os irmãos teriam uma outra contenda que possivelmente convergia para Mathias Costa: o comércio de café. Na descrição do assassinato feita pelo *Diário de Notícias* em 11 de maio de 1889, Olívio Lima era mencionado como tendo atividade profissional de guarda-livros da firma comissária de café Vicente Carvalhaes & C. Também era citada na mesma nota a seguinte informação: “a fallencia da firma Mathias Costa & Santos acarretou a de muitas das primeiras casas, entre as quaes a de José Guedes Coelho, que era importantíssima”.⁵⁶¹

Essa podia ser apenas uma informação biográfica de Mathias Costa por parte do *Diário de Notícias*, sem nenhuma relação com a motivação do crime. No entanto, antes de ser um subordinado da casa comissária de Vicente Carvalhaes, Olívio tinha a própria firma; era a Guedes Coelho & Lima, em sociedade com José Guedes Coelho⁵⁶². A falência do português, dois anos antes, fora declarada pelo poder judiciário como “casual”⁵⁶³. Isso enfureceu seus credores, pois boa parte do que lhes devia não foi pago. Foram encontradas na documentação matérias em inglês⁵⁶⁴ e alemão⁵⁶⁵ que diziam que apenas 10% daquilo que era devido aos credores foi ressarcido.

Olívio de Baptista Lima estava, portanto, falido e trabalhava como subordinado em uma casa comissária. Mathias, mesmo depois de abrir concordata de sua comissária, continuava com suas empreitadas, tendo aberto o novo ramal de sua empresa de bondes e avenida com o nome de sua esposa um ano após sua falência,

⁵⁶⁰ “Casou-se, em Santos, o sr. Olívio Baptista de Lima com a sra. D. Carolina Emmerich de Lima.” JORNAL DA TARDE. São Paulo, 1º fev. 1879, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁶¹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 11 mai. 1889, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁶² “Foram archivados, na junta commercial, os seguintes contractos: José Guedes Coelho e Olívio Baptista de Lima, para a compra, ensaque e venda de café e mais generos do paiz na cidade de Santos, provincia de S. Paulo com o capital 10:000\$ sob a firma de Guedes Coelho & Lima.” JORNAL DA TARDE. São Paulo, 1º jul. 1881, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁶³ “O tribunal da Relação confirmou a sentença do juiz de direito de Santos, julgando como casual a falência do importante commerciante Sr. Mathias Costa.” Cf. GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 21 abr. 1888, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁶⁴ “The Santos coffee factors, Mathias Costa & Santos, who made such indignant denials of insolvency a year ago, are going to pay their creditors ten per cent. Somehow the reality does not seem to keep with the profession.” THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 24 jun. 1888, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁶⁵ “Vielen unsrer Leser ist bekannt, dass die Firma Mathias Costa & Santos in Santos vor einiger Zeit in Konkurs garieth, dass dieser Konkurs von den Gläubigern für einen betrüglichen gehalten wurde und Veranlassung zu einem gerichtlichen Verfahren wider den Inhaber der falliten Firma gab.” Cf. GERMANIA. São Paulo, 2 mai. 1888, p. 1. Acervo UNESP. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bitstream/handle/10/24766/germania-1888-0035.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 2 dez. 2021.

em 1888. Foi nesse momento e nesse quadro de tensões que ocorreu a discussão pelo morro das Vigárias, e Olívio Lima disparou o revólver *LeFaucheux*.

Uma vez descarregada a arma, os dois irmãos correram em direção à cidade. Dez testemunhas oculares foram arroladas no processo, os mesmos, provavelmente, que caçaram os Lima pelas ruas da Vila Mathias e acertaram uma pedrada em Olívio. Descritos como populares, portugueses, empregados ou camaradas de Mathias que, enraivecidos, buscavam linchar os culpados pela morte do patricio.

4.3 DISPUTAS ÉTNICAS E LEGADOS: ENFRENTAMENTOS JUDICIAIS

O caso repercutiu pela imprensa de diversas formas. Primeiro houve consternação pelo assassinato de um agente influente na cidade. Depois, pela absolvição dos irmãos Lima quase que unânime pelo júri, que julgou o caso poucos meses depois, embora fossem réus confessos e houvesse diversas testemunhas arroladas nos autos⁵⁶⁶.

O assassinato de Mathias Costa evidenciou uma disputa em Santos entre a colônia portuguesa e a população negra apoiada pela elite abolicionista local. A tensão teve seu primeiro indício ainda no calor dos tribunais, quando da absolvição dos irmãos Lima. Como não poderia deixar de ser, Olívio e Antônio foram defendidos por dois advogados ligados à causa abolicionista: José Rubim Cezar e José Cesário da Silva Bastos.

Cesário Bastos se tornaria um dos mais importantes líderes do Partido Republicano Paulista de Santos, angariando influência política ao longo da década de 1890 e se tornando chefe do PRP santista. Nessa ocasião, era recém-chegado à cidade, tendo atuado como promotor público de Araraquara desde 1872⁵⁶⁷. José Rubim Cezar era filho de Martiniano Rubim Cezar, homem de diversas propriedades e senhor de escravos no interior de São Paulo. Frequentou o Largo de São Francisco, formando-se em 1875. Atuou como advogado em São Carlos do Pinhal até 1885.

⁵⁶⁶ "The Lima brothers, assassins of the Santos capitalist Mathias Costa, were acquitted by a Santos jury on the 21st. The crime was proved by witnesses and confessed by the criminals, but for some mysterious reason the jury considers them innocent." Cf. THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 24 jun. 1889, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁶⁷ Para mais informações sobre Cesário Bastos, ver Capítulo 1.

Nesse mesmo ano assumiu o cargo de redator do jornal *Diário de Santos*⁵⁶⁸, e em 1886 apareceu como membro fundador da “Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro”⁵⁶⁹ e advogado da Câmara Municipal. Sua atuação foi determinante para a libertação de pessoas que, muitas vezes, continuavam na condição de escravizados por questões meramente burocráticas⁵⁷⁰, tornando-se conhecido nos tribunais enquanto fervoroso abolicionista, atuante em vários processos que envolviam negros (forros ou livres) ou pessoas em situação de vulnerabilidade.⁵⁷¹

Dos dois defensores dos irmãos Lima, o *Correio Português* escolheria Rubim Cezar como alvo de suas críticas. Entre os adjetivos eleitos, apareciam termos animalizantes, como “mono”, “vil chimpanzé”, “muar” e “camelo”; havia menções à cor de sua pele, chamado de “negríssimo cachaceiro”, “negro de meia tigela” ou “negro cuspidor”; e ainda uma possível ausência de estudos acadêmicos, taxando-o de “rábula”⁵⁷², mesmo sendo formado pelo Largo de São Francisco. Entretanto, a sequência de ataques ao advogado abolicionista negro iria além da absolvição dos assassinos confessos de Mathias Costa: uma possível disputa entre nacionais e colônia portuguesa emergia nas matérias. Atribuía-se a José Rubim Cezar a seguinte afirmação:

Para elle toda a colonia portugueza é composta de homens que deixando na terra os seus sentimentos de pundonor para, a todo o custo, fazerem fortuna sem o mais leve escrupulo, siquer o mais tenue vislumbre de moralidade!!! Para elle toda a colonia portugueza é um sacripante de além-mar, convencido de toda a sorte de infamias, estiolado por escroqueras infinitas e que

⁵⁶⁸ “Assumiu a redacção do *Diário de Santos* o sr. dr. Rubim Cesar, em substituição do Sr. Joaquim de Sousa Guerra.” GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 16 jun. 1885, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁶⁹ “Comemorando a instalação da sociedade abolicionista *Vinte Sete de Fevereiro*, appareceu em Santos, no dia 14 do corrente, um avulso impresso, devido á iniciativa do Sr. Rubim Cesar [...]” O PAIZ. Rio de Janeiro, 17 mar. 1886, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁷⁰ “O barão de S. Domingos, juiz de direito da comarca de Santos, em requerimento apresentado pelo dr. José Rubim Cezar, com relação a 52 escravizados matriculados com filiação desconhecida na alfandega d’aquella cidade, deu despacho favoravel, nomeando ao mesmo dr. R. Cezar curador para tratar da liberdade de seus curatelados.” Cf. A FEDERAÇÃO. Rio Grande do Sul, 6 jun. 1887, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁷¹ Segundo André Rosemberg, em sua pesquisa nos processos crime que envolviam negros na década de 1880, José Rubim Cesar foi “[...] ardoroso abolicionista e defensor de causas dos escravos em processos de obtenção de liberdade, o causídico defendia também clientes egressos de camadas economicamente menos favorecidas [...]”. Cf. ROSEMBERG, Andre. **Ordem e Burla**: processos sociais, escravidão e justiça em Santos. São Paulo: Alameda, 2006, p. 260.

⁵⁷² CORREIO PORTUGUEZ. Rio de Janeiro, 19 out. 1889, p. 2-3. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

jamais encontra o caminho da cadêa e muitas vezes fallido fraudulentamente alcança elevadissima posição social!!! ⁵⁷³

Ao conseguir, por meio de sua defesa, absolver os irmãos Lima, Rubim Cezar atirava “[...] mais uma vez sobre a colonia portugueza no Brazil”, segundo o periódico⁵⁷⁴. Isso dava a entender que as disputas não teriam surgido naquele momento, fazia-se uma correlação com a situação do Rio de Janeiro, que era mais perceptível.

Memorialistas e historiadores que se debruçaram sobre o período da passagem do Império para a República e sobre o movimento abolicionista na cidade de Santos deixaram um silêncio quanto a possíveis conflitos étnicos que entrincheirassem negros e pardos ex-escravizados, de um lado, e imigrantes, de outro. Todavia, apesar das poucas evidências, essa reação do *Correio Português* (se colocando inclusive enquanto porta-voz da colônia portuguesa na Corte e em Santos) não seria questão isolada ou uma simples reação à morte de Mathias Costa e absolvição de seus algozes.

Nem o fato da existência de um grupo coeso de ex-escravizados fica muito claro na historiografia do período⁵⁷⁵. A chegada a Santos de negros e pardos fugidos das fazendas do interior paulista e sua organização durante a luta abolicionista intensificaram-se a partir da década de 1880. Todavia, olhando apenas para os números de quantificação populacional e sua divisão por grupos raciais, nota-se que o crescimento da população de pretos e pardos na cidade era tímida em comparação com a população branca, que era massivamente de origem portuguesa e espanhola.

⁵⁷³ CORREIO PORTUGUEZ. Rio de Janeiro, 19 out. 1889, p. 2-3. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁷⁴ CAMPEÃO LUSITANO. Rio de Janeiro, 19 out. 1889, p. 2-3. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁷⁵ Cabe destacar o trabalho de Matheus Serva Pereira, no qual tenta entender a figura do ex-escravizado e líder do Quilombo do Jabaquara Quintino de Lacerda. Cf. PEREIRA, Matheus Serva. **Uma viagem possível:** da escravidão à cidadania. Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

Tabela 6 – População de Santos nos anos de 1872 e 1913.

Raças	1872			1913		
	H.	M.	Total	H.	M.	Total
Branca	2.768	2.225	4.993	43.626	33.629	77.255
Preta	908	783	1.691	1.551	1.576	3.127
Cabocla	126	113	239	601	443	1.044
Parda	1.134	966	2.100	3.368	3.573	6.941

Entretanto, o aumento de ex-escravizados ao longo da campanha abolicionista foi expressivo, principalmente após 1886, quando da declaração de território livre, atraindo diversos fugitivos de fazendas, que se arriscavam na descida da Serra do Mar em busca de Santos. Embora o movimento abolicionista santista fosse relevante a esse ponto, o afluxo de pretos e pardos para a cidade desagradava a setores que não estavam dentro da causa. Em decisão de 11 de junho de 1887, por indicação do vereador Alfaya Junior representando a ala de conservadores, pedia-se ao Presidente da Província maior policiamento para a cidade.

Com o limitado numero de praças de que se compõe o actual destacamento ás ordens da delegacia de policia, é impossível manter-se o policiamento regular da cidade e seus arrabaldes já tão populosos. Ainda mais, nas circumstancias especiaes em que nos achamos, pelo estado anormal de convergirem para este município, grande numero de escravos fugidos das fazendas do interior, v. exc., compreenderá a urgente necessidade de aumentar a força publica aqui estacionada, afim de evitar o assalto á propriedade, e até talvez a alteração da ordem publica. Deus guarde a v. exc. Illm. e exm. Sr. Visconde do Parnahyba, M.D. presidente da província de São Paulo. – Felix Bento Vianna, presidente. O secretario, Joaquim Pereira Moraes.⁵⁷⁶

O crescente número de negros e pardos em Santos aparentemente preocupava as autoridades, apesar de se mostrar ao longo dos anos (principalmente a partir das décadas de 1890 e 1900) diminuto em relação ao de imigrantes europeus, em especial os de origem portuguesa. Para além da quantidade de ex-escravizados, também gerava preocupação sua organização em um grupo coeso, seja por conta de seu agrupamento no Quilombo do Jabaquara, ou mesmo pela identificação advinda de percalços e adversidades em comum enfrentados durante a fuga das fazendas,

⁵⁷⁶ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 17 jun. 1887, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

levando-os para o mesmo destino. Por isso, buscava-se no contato com as lideranças desses ex-escravizados que pudessem conter possíveis convulsões sociais.

Como já foi dito, o Quilombo do Jabaquara foi construído em terras “pro indivisas” pertencentes à família Emmerich e a Benjamin Fontana. Naquele local, negros e pardos fugidos viviam longe do centro urbano, em casinhas de madeira com telhado de zinco de um cômodo com porta e janela. Ali, havia roças de subsistência feitas pelos moradores, o que lhes dava certa independência das jornadas assalariadas que o porto e o comércio poderiam render⁵⁷⁷.

Para a compreensão das representações de parte dos abolicionistas santistas, destaca-se um folheto propagandístico contra a escravidão publicado pelo próprio italiano Benjamin Fontana, em 1865. No manuscrito propunha libertar escravos por meio de um fundo arrecadado por irmandade e dar-lhes ocupação para que não caíssem em completo ócio. Dizia:

Extinguir-se-ha a escravidão, mas de maneira que se concilie a justiça para com todos. Extinguir de repente a escravidão, importaria um caos de desgraças tanto para os senhores como para os escravos. Estes pela maior parte brutos, sem precisões e sem inteligência desfrugariam a liberdade no ocio, na miséria e no crime, e assim faltando a actividade em uma parte da machina da sociedade brasileira [...]⁵⁷⁸

O Quilombo, embora fosse símbolo de liberdade para aqueles que eram por ele albergados, para os abolicionistas era também uma forma de controle paternalista. O advogado Rubim Cezar, principal advogado das causas abolicionistas, teve um papel decisivo enquanto porta-voz dos ex-escravizados na cidade. Em junho de 1888, em uma cerimônia no Teatro Guarany com a presença de mais de “500 cidadãos de côr preta”, ele deliberaria a confecção de um retrato de “Luiz Gama, o grande negro” para que fosse colocado na sala de reuniões da Câmara Municipal⁵⁷⁹.

⁵⁷⁷ PEREIRA, Matheus Serva. **Uma viagem possível: da escravidão à cidadania.** Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011, p. 11. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1488.pdf>>. Acesso em: 3 mai. 2014.

⁵⁷⁸ FONTANA, Benjamin. **Idéas, lembranças e indicações para extinguir a escravidão no Brazil.** Salvar a propriedade e educar os libertos afim de serem cidadãos uteis. Santos: Typographia Commercial, 1865. Disponível em: <<http://bit.ly/2xAgztJ>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

⁵⁷⁹ A FEDERAÇÃO. Rio Grande do Sul, 28 jun. 1888, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

José Rubim Cezar não assumiu a posição de líder dos ex-escravizados. Esse papel foi ocupado por um negro participante do movimento abolicionista, só que na linha de frente, facilitando a descida da Serra do Mar de diversos escravizados em fuga⁵⁸⁰. O sergipano Quintino de Lacerda (c. 1855 – 1898) nasceu em Itabaiana e chegou a Santos na década de 1880 junto ao seu antigo senhor, Antônio de Lacerda Franco. No Quilombo do Jabaquara, tornou-se reconhecido como “herói e chefe”^{581, 582}.

Os caminhos políticos foram abertos a Quintino de Lacerda dentro do movimento abolicionista enquanto líder do Jabaquara, no qual atuava próximo de seu antigo senhor, Lacerda Franco, por meio do qual obteve apoio político nos primeiros anos republicanos, haja vista a hegemonia do Club Nacional no alto escalão do Partido Republicano Paulista. Quintino circulava entre grupos políticos das elites, dos abolicionistas e dos ex-escravizados⁵⁸³. O líder do Jabaquara teve papel preponderante na grande greve de 1891, liderada por estivadores e carregadores de prancha imigrantes.⁵⁸⁴ Nela, organizou “turmas de homens de cor”⁵⁸⁵ para assumirem os trabalhos de embarque de café paralisados, essa seria a primeira demonstração de força dos trabalhadores portuários imigrantes.⁵⁸⁶

A participação das turmas de “homens de cor” lideradas por Quintino na greve de 1891 é bastante significativa para explicitar a força que tinham os ex-escravos na passagem do Império para a República. Além disso, a não participação desses negros

⁵⁸⁰ Depreende-se da documentação que teria auxiliado os “Heróis de Capivari”, uma das principais campanhas de fuga à cidade de Santos, que resultou em conflito com o exército monárquico. Em reunião em janeiro de 1888 “no Jabaquara de cerca de 300 homens de cor”, Quintino em seu discurso disse “que os pretos ali presentes e seus irmãos deviam a liberdade ao povo, não ao governo. Á monarchia [...] nós devemos a conservação da escravidão por três séculos; devemos-lhe as ballas com que ella mandou espingardear alguns aqui presentes na celebre jornada do Cubatão. Nós nos fizemos livres auxiliados pelo povo que nos sustentava contra as forças do governo”. Cf. PACOTILHA. Maranhão, 12 fev. 1889, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁸¹ Em 1888 o local seria ainda chamado de “colônia do Jabaquara”, de quem Quintino seria o “diretor”. Cf. GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 27 ago. 1888, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁸² Ver Capítulo 1.

⁵⁸³ Mesmo depois de mais de dez anos de sua morte, Quintino continuaria recebendo honrarias: “SANTOS, 12 - Os Homens de Cor irão amanhã visitar os tumulos de Quintino de Lacerda, dr. José Emilio Ribeiro de Campos e João Guerra.” Cf. O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 13 mai. 1909, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁸⁴ Em meio a uma das maiores epidemias de varíola e febre amarela, que foi liderada por imigrantes portugueses e espanhóis (que figuravam entre as maiores mortalidades do período). Ver Capítulo 3.

⁵⁸⁵ GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 22 mai. 1891. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁸⁶ JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 20 mai. 1891, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

em uma greve levada à frente por imigrantes europeus reforça a ideia de uma marginalização desses trabalhadores e dificuldade em garantir emprego, mesmo que as condições fossem favoráveis, com o crescimento dos negócios cafeeiros ao longo das décadas de 1880 e 1890.⁵⁸⁷ Essa situação poderia ser ainda mais incômoda, pois os trabalhos de movimentação de cargas eram tradicionalmente desempenhados por africanos escravizados. No Rio de Janeiro, eram comuns as turmas de escravizados de nação Mina que monopolizavam os transportes “acima das cabeças”⁵⁸⁸; em Santos, apesar de existir pouca literatura sobre o assunto, dificilmente o retrato era diferente. Entretanto, assim como na Corte (e depois Capital Federal), o porto paulista veria uma paulatina substituição da mão de obra no carregamento e estivagem de sacas nos porões navios por trabalhadores imigrantes, principalmente os portugueses e espanhóis.

Existem algumas razões possíveis para o embranquecimento da mão de obra portuária nesse período. Em parte, devia-se a uma preferência por parte dos empregadores, na esteira da propagação de ideias que conferiam uma superioridade técnica e maior apreço ao trabalho ao imigrante europeu, em oposição à indolência e vadiagem daquele que passaria a ser reconhecido como “elemento nacional”⁵⁸⁹. Por outro lado, parte desses trabalhadores recém-chegados do interior do estado, fugidos das lavouras de café, poderia garantir sua autonomia e sustento em trabalhos de pequenos roçados fora da área urbana, como era a característica do próprio

⁵⁸⁷ Essa situação ocorria no momento de organização sindical dos trabalhadores do porto, o que Thompson descreveria como um processo constante de tomada de consciência, e Maria Lúcia Caira Githay bem descreveria em seu livro “Ventos do Mar”. No entanto, cabe destacar que tal formação ocorreu com o grupo de ex-escravizados à margem do processo, em uma situação conflituosa de busca por postos de trabalho no porto de Santos. Cf. THOMPSON, E. P. **Formação da classe operária inglesa**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2012. GITAHY, Lúcia Caira. **Ventos do Mar: Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914**. São Paulo: Unesp, 1992.

⁵⁸⁸ Paulo Cruz Terra (2007), acompanhado de vasta literatura internacional, relaciona o trabalho braçal e carregamento de gêneros acima da cabeça como tradição das caravanas e comboios da África Central, sendo essa prática pouco usual em Portugal, onde era mais comum o transporte por carro de bois. O autor observou na documentação do Rio de Janeiro uma apropriação e substituição paulatina dessas turmas de escravizados Mina pela mão de obra branca europeia, principalmente portuguesa. Cf. TERRA, Paulo Cruz. **Tudo que transporta e carrega é negro? Caregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824 – 1870)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2007. FALOLA, Toyin. The Yoruba Caravan System of the Nineteenth Century. **The International Journal of African Historical Studies**. Boston, v. 24, n. 1, 1991, p. 111-132.

⁵⁸⁹ O francês Paul Walle, em sua publicação de 1920, deixaria a exata impressão recheada de preconceitos a respeito do trabalhador nacional negro em relação ao imigrante europeu: os operários do porto eram em sua maioria portugueses, espanhóis e italianos, pois o elemento nacional era indolente. Cf. WALLE, Paul. **Au pays de l'or rouge: L'état de São Paulo (Brésil). Ses ressources - ses progrès - son avenir. Étude générale économique et descriptive**. Paris: Augustin Challemeil, 1921.

Jabaquara⁵⁹⁰. Esse último argumento não invalida o primeiro, apenas reforça a ideia de que o mercado de trabalho para egressos da escravidão tornava-se escasso no porto santista, apesar da força adquirida junto aos abolicionistas. Também dissipa a noção de que os ex-escravizados teriam refutado a adesão à greve de 1891 por rechaçarem as reclamações, sendo assim entendidos simplesmente como “fura-greves”.

Um dos principais entraves do movimento operário, que intensificava lutas por direitos e paralizações nos principais portos brasileiros na década de 1890, eram os conflitos étnicos e nacionais. Com a abolição e o intenso deslocamento de ex-escravizados, emergiu uma grande oferta de mão de obra, que, junto com a chegada maciça de imigrantes, gerou tensões racialmente divididas (sem contar as tensões interétnicas)⁵⁹¹. Essa divisão, apesar de silenciada, teve seus efeitos na cidade. O primeiro sinal foi a greve de 1891, na qual Quintino de Lacerda, enquanto líder do Jabaquara, colocou-se contra os interesses dos imigrantes e organizou turmas de trabalhadores que enfraqueceram a luta naquele momento. A discussão ocorrida entre Quintino e o tenente Vinhaes nos dias de maior tensão da greve explicitava-se enquanto elemento simbólico da cisão entre imigrantes e libertos.

José Augusto Vinhaes era tenente da Marinha e, à época, estava com cargo de congressista constituinte pelo Partido Operário do Rio de Janeiro. O deputado foi convidado para servir enquanto mediador entre os grevistas e a Associação Comercial. Diferentemente das expectativas da elite comercial, Vinhaes aconselhou os paredistas a recrudescer as táticas e não ceder às barganhas oferecidas pelo comércio, caminhando ao lado das fileiras de grevistas. Frente à recusa dos trabalhadores a retomarem o carregamento de café, Quintino de Lacerda foi acionado, eclodindo então uma tensa discussão entre os dois líderes.⁵⁹²

[Vinhaes] Dirigiu-se a aquele chefe abolicionista com a arrogância pedantesca de que nunca se despiu desde que pisou terra santista, supondo isto aqui uma localidade atrasada de

⁵⁹⁰ PEREIRA, Matheus Serva. **Uma viagem possível: da escravidão à cidadania**. Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2011.

⁵⁹¹ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas: Editora Unicamp, 2012, p. 59-61.

⁵⁹² PEREIRA, Matheus Serva. Em busca da cidadania: ex-escravos, negros, imigrantes e disputas por terra e trabalho no Jabaquara (Santos, 1880-1900). **Revista África(s)**. Alagoínhas - BA, v. 03, n. 06, jul./dez. 2016, p. 125.

sertão, e perguntou-lhe se na verdade estava ele incumbido de pôr um terço de trabalhadores substituindo os grevistas recalcitrantes. Quintino respondeu-lhe com a sua habitual delicadeza que assim era, o que deu em resultado o Sr. Vinhaes ameaçá-lo com represálias se tal fizesse, e descompô-lo de negro e safado para cima. Quintino reagiu contra os insultos e o desordeiro avançou então para o cidadão Affonso de Vergueiro que se levantou para segurá-lo sendo este obstado a isso por várias pessoas que o agarraram. Prorrompeu o maluco do tenente Vinhaes em impropérios contra as pessoas presentes, que eram muitas, chamando as quidams, e contra o valente chefe abolicionista. Então o redator principal desta folha observou-lhe que era deputado paulista e que estávamos em terra paulista, e que, portanto, não permitia que se insultasse a Quintino de Lacerda, que é uma das nossas mais brilhantes tradições na história do abolicionismo. O Sr. tenente respondeu-lhe que não se referia à sua pessoa, e diante da grande massa de povo que invadira o estabelecimento, e que estacionava na rua, continuou [...] a insultar asperamente a Quintino. O histórico chefe do ex-quilombo do Jabaquara, tomado de uma cólera tremenda que lhe agitou todo o corpo e lhe chamou lágrimas aos olhos, cresceu para o tenente Vinhaes, mas foi cercado de pronto por um grupo de amigos que não o deixou sair. O tenente vendo aquele musculoso negro decidido a pegá-lo, escafedeu-se repentinamente por entre a compacta multidão.⁵⁹³

Dois anos depois, as questões entre portugueses e habitantes do Jabaquara se acirravam ainda mais. Entre os meses de agosto e dezembro de 1893, o periódico paulistano *O Comércio de São Paulo* veiculou uma série de notícias que denunciavam o que seria “uma velha rixa entre os moradores do alto” – do morro denominado Taxinho – e os do sopé da colina, no Jabaquara. Descrevia que no alto da colina existia uma colônia de europeus, composta principalmente por portugueses, mas também alguns belgas e alemães; já no sopé havia o que se dizia serem as residências “de um velho italiano de nome Fontana e de um homem de côr Quintino de Lacerda”, que mantinham consigo um “grupo numeroso de pretos e que é muito afeiçoado a Fontana”⁵⁹⁴. Era o antigo quilombo, que em 1893 já começava a se misturar com a malha urbana e perdia o prestígio da década anterior.

Fontana, que era dono de boa parte das terras do Jabaquara – como dito anteriormente, em terras compartilhadas com os Emmerich –, já havia entrado em

⁵⁹³ O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 21 maio 1891. Apud: PEREIRA, Matheus Serva. Em busca da cidadania: ex-escravos, negros, imigrantes e disputas por terra e trabalho no Jabaquara (Santos, 1880-1900). **Revista África(s)**. Alagoinhas - BA, v. 03, n. 06, jul./dez. 2016, p. 126.

⁵⁹⁴ O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 22 ago. 1893, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

conflito com Mathias Costa pelos direitos do território que se tornaria o bairro da Vila Mathias. Nessa época, o morro mais próximo do antigo quilombo do Jabaquara já era chamado como “do Fontana”. O principal dono das terras daquela região, intitulado pelo memorialista Costa e Silva Sobrinho como “rato de cartório”⁵⁹⁵, não tinha um procedimento muito diferente do falecido português com quem tivera contendas na década de 1880: buscava terras sem donos e, quando se deparava com alguma resistência, utilizava-se da força.

Nesse momento, segundo a matéria, o italiano, por motivo de direitos de posses, alimentava a “velha rixa com os moradores do alto, principalmente os portugueses, que são os que menos se arreiam das suas ameaças”. Conforme registrado no relato intitulado “Violências em Santos”:

Sexta feira subiu um negro do Jabaquara ao Taxinho, onde armado de foice, agrediu um empregado do administrador da colonia.

Perseguido pela gente que havia nas immediações e que trabalhava em serviços da lavoura, fugiu o negro para o Jabaquara.

Verissimo da Silva – o administrador da colonia – mandou descer um homem á cidade, para prevenir o delegado e pedir-lhe força, mas o emissario ficou detido no Jabaquara, onde Quintino de Lacerda reunia a sua gente e já tinha dez soldados e um sargento, aos quaes dava aguardente e vinho em abundancia. Convem referir que Quintino de Lacerda é dono de uma casa de tavolagem frequentada pelas praças graduadas do destacamento e que é muito relacionado com os officiaes da força que alli está.

A noite, quando tudo dormia no Taxinho, excepto Verissimo da Silva, subiram as onze praças acompanhadas de mais de cincoenta negros, capitaneados por Zacarias e José Marcelino. Verissimo da Silva, que julgava, ao ouvir tropel, que fossem os soldados pedidos, veio ao encontro do grupo.

Foi recebido a tiros de garrucha e, sem tempo de puxar pela arma que trazia á cinta, prostado com um profundo golpe de foice roçadeira que lhe abriu o craneo longitudinalmente, em toda a extensão.

A horda feroz disparou muitos tiros e desceu para o Jabaquara, conduzindo a victima, que foi recolhida á cadeia, sem sentidos e com outros innumeros ferimentos por todo o corpo, ficadas de refle e de faca e uma bala que lhe atravessou o pescoço.

Muitos habitantes do Taxinho fugiram para Santos, uns descalços e sem chapéu, outros abandonando as mulheres aterrorisadas.

Quasi todos se acolheram ao vice-consulado de Portugal, onde compareceram em pouco tempo o delegado de policia e outras

⁵⁹⁵ A TRIBUNA. São Paulo, 31 nov. 1968, p. 8. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

autoridades, um dos redactores do *Diario de Santos* e muitos negociantes e cavlleiros de consideração. Verissimo da Silva foi transportado da cadeia para o vice-consulado, onde recebeu os primeiros socorros. O seu estado é desesperador.⁵⁹⁶

A relação existente entre Quintino de Lacerda e os habitantes do Jabaquara beneficiava, por consequência, Benjamin Fontana em suas disputas de terra. A força que os egressos da escravidão tinham na cidade era alimentada pelo governo republicano, que teve repetidas demonstrações de cooperação, sendo a última reforçada pelo apoio ao embarque de café durante a grande greve de 1891 dos pranchistas, carregadores e estivadores. Quando o Império já se mostrava sem forças para se manter e vislumbrou uma “força de reserva” composta pelo grupo das Guardas Negras⁵⁹⁷, fiéis à monarquia, Quintino teria dito em “*meeting* de 500 homens de côr que protestava enérgica e formalmente ‘contra os especuladores que procuram alliciar os pretos e armal-os contra os brancos, em defesa de um governo que só soube perseguil-os’”⁵⁹⁸. Mas indícios da existência de uma agremiação informal negra em Santos apenas deixavam clara sua adesão e compromisso com a nascente república, recebendo bilateralmente passe livre para o uso e exercício de sua força nos territórios que se constituíam na cidade.

Quintino, mais que Fontana, é peça-chave para a compreensão dos conflitos étnicos surgidos no Taxinho, morro que, aos poucos, tomava forma como mais um agrupamento de portugueses, aos moldes da Vila Mathias. Ainda no mesmo ano de 1893, em dezembro, sob a epígrafe de “Assassinato”, novamente *O Comércio de São Paulo* denunciava as violências e agressões entre portugueses do Taxinho e os moradores do Jabaquara. Em uma venda ali existente estava Antônio de Paula Sodré, camarada do vice-cônsul de Portugal Luiz de Mattos (e também arrendatário da empreitada denominada “Nova Cintra”, naquele morro), “quando entraram dois

⁵⁹⁶ O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 22 ago. 1893, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵⁹⁷ É preciso notar que a Guarda Negra não pode ser enxergada apenas como ex-escravizados manipulados pela monarquia, apesar de frontalmente a favor dela. Segundo Antunes (2019), esse grupo era “composto, majoritariamente, de negros brasileiros que lutavam por reformas sociais e econômicas após a abolição da escravidão. Seus sócios seriam os próprios libertos que deveriam, através dos meios necessários, expandir seus ideais pelo interior do Brasil, instigando ex-escravos a não trabalharem para senhores que não apoiassem o Terceiro Reinado”. Para mais sobre esse assunto ver: ANTUNES, Livia de Lauro. **Sob a Guarda Negra**. Abolição, raça e cidadania no imediato pós-abolição. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2019.

⁵⁹⁸ TRIBUNAL LIBERAL. Maranhão, 16 jan. 1889, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

indivíduos (dizem alguns que eram quatro) e desfecharam-lhe dois tiros pelas costas, que o prostaram imediatamente morto”⁵⁹⁹. Assim como no caso da morte de Veríssimo da Silva, a colônia portuguesa protestara contra o excessivo poder dado a Quintino, que à época tinha o posto de Inspetor de Quarteirão e forte influência na delegacia, principalmente nas praças de polícia – grupo composto, possivelmente, de camaradas e pessoas de seu círculo de sociabilidade.

Aos moldes da Vila Mathias, o capitalista português Luiz Santos de Mattos se lançaria no mesmo período em uma empreitada política de urbanização do morro do Taxinho, aproveitando-se de um antigo agrupamento de portugueses naquele morro para o que chamaria de “Nova Cintra”. Talvez esse interesse em uma ocupação planejada do morro, próximo às terras de Benjamin Fontana, tenha intensificado as disputas entre os moradores do Jabaquara e a colônia portuguesa, que estavam latentes desde a morte de Mathias Costa.

Desconhece-se quando Luiz Santos de Mattos imigrou para o Brasil, mas os primeiros registros datam de 1879, quando se percebe seu trânsito entre a Corte e Santos⁶⁰⁰. Nesse mesmo ano, foi um dos sócios fundadores da Sociedade Humanitária de Empregados do Comércio de Santos⁶⁰¹, que era composta principalmente pela classe caixeiral da cidade e visava velar pela saúde e proteger os interesses desses trabalhadores. Os indícios apontam que Luiz de Mattos desembarcou no porto do Rio de Janeiro e, depois, dirigindo-se a Santos, integrou-se na rede de solidariedade da comunidade portuguesa de Santos, que privilegiava a contratação de patrícios para serviços do comércio na cidade.

Assim como Mathias Costa, Mattos possivelmente também se beneficiou de redes de consanguinidade. Luiz de Mattos tinha três irmãos: os médicos José Lavrador e Manuel Lavrador de Mattos e o negociante Victorino José de Mattos. Os dois primeiros não se aventuraram no mundo dos negócios, mantendo-se em suas funções clínicas no Rio de Janeiro; já o último figurava na documentação desde 1867

⁵⁹⁹ O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 13 dez. 1893, p.1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁰⁰ “Santos - 16hs, paq. “S. José” [...] Luiz José de Mattos [...]” Cf. GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 11 mai. 1879, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁰¹ “SOCIEDADE HUMANITARIA DOS EMPREGADOS NO COMMERCIO. SANTOS, 2. - [...] A Sociedade foi fundada em 12 de outubro de 1879, por iniciativa dos senhores Antonio Domingues Martins, Antonio Ferreira Duarte, Benedicto Torquato de Siqueira, Fernando do Amaral Ribeiro, Francisco Antonio de Souza Junior, Gregorio Carneiro Bastos, João Baptista Florindo, João Guilherme Martins, Luiz José de Mattos, Manuel Joaquim Borges Junior e Manuel Alves da Silva.” Cf. CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 6 out. 1929, p. 14. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

como procurador da importante casa de exportação e importação francesa Augusto Leuba & C⁶⁰². Em 1878, a documentação o revela como sócio da companhia de importação, exportação e comissões com sede na Capital Federal e em Paris junto a Henri Guye e Gustave Huldi sob a firma Guye, Mattos & C; a firma atuaria em Santos e em São Paulo.⁶⁰³

Nessa época, Luiz de Mattos apareceria em inúmeros investimentos, em que figuravam personagens reconhecíveis das empreitadas da Vila Mathias. Na Companhia Fiscalizadora eram acionistas Heitor Peixoto e José Paulo de Azevedo Sodré Junior, cunhado do falecido Mathias Costa e que se tornaria vereador na legislatura de 1896-1900⁶⁰⁴; na Companhia Marítima de Seguros era o Agente Geral para o Estado de São Paulo, enquanto Samuel Alves de Azevedo, empreiteiro camarada de Mathias, era representante na capital paulista⁶⁰⁵. Entre essas, a única que talvez tivesse participação central era a companhia chamada Internacional de Santos, sociedade anônima destinada a explorar o comércio de comissões e ensaque de café, da qual era incorporador⁶⁰⁶. Um ano depois, no entanto, essa firma teria sua sede transferida para a Capital Federal, sendo rebatizada Companhia Internacional Rio e Santos, mantendo sucursal em Santos. Nessa nova empresa Victorino José de Mattos era gerente e seu irmão, agente da filial no porto paulista.⁶⁰⁷ Por fim, figurava enquanto suplente de fiscal na Boulevard Duarte Rodrigues, sociedade anônima de São Paulo que se propunha construir moradias operárias; um dos nomes que constavam no quadro societário dessa empresa era o do Conselheiro Francisco de Paula Mayrink⁶⁰⁸, capitalista que adquiriu os direitos da Carris de Ferro Vila Mathias de Dona Anna Costa, viúva de Mathias Costa.

⁶⁰² “Agusto Leuba & C., estabelecidos na cidade de Santos com casa de importação e exportação, participam a esta praça que durante a ausência do seu sócio Francisco Montadou, deram procuração collectiva a seus empregados Henrique Leuba e Victorino José de Mattos.” Cf. JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 18 abr. 1867, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁰³ Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1878, p. 699. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁰⁴ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 11 jan. 1890, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁰⁵ O MERCANTIL. São Paulo, 19 set. 1890, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁰⁶ O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 6 ago. 1890, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁰⁷ O PAIZ. Rio de Janeiro, 18 ago. 1891, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁰⁸ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 22 fev. 1891, p. 6. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Boulevard Duarte Rodrigues
 SOCIEDADE ANONYMA
CAPITAL. 5.000:000\$000
 DIVIDIDO EM VINTE E CINCO MIL ACÇÕES DE DUZENTOS MIL REIS CADA UMA
 SÉDE: CIDADE DE S. PAULO

Esta Companhia propõe-se a construir boulevards, villas operarias e outras edificações, comprar e revender terras, explorar olarias, pedreiras, serrarias e combustiveis.

ADMINISTRAÇÃO Presidente, Dr. Brazilio Machado. Directores no Rio de Janeiro Commendador Manoel T. da Silva Cotta. Eduardo Salomonde. Directores em S. Paulo Coronel Joaquim Alves de Araujo. Candido A. B. da Silva Freire.	FISCAES Conselheiro Francisco de Paula Mayrink. Conselheiro barão do Alto Mearim. Dr. João José de Araujo. SUPLENTES Abilio Soares, Luiz José de Mattos, Léo de Affonseca.

BANQUEIROS: O BANCO DE CREDITO REAL DO BRAZIL E O BANCO DE CREDITO REAL DE S. PAULO
A subscrição publica de accões abrange a subscrição no Rio de Janeiro, no Banco de Crédito Real de S. Paulo, e no Banco de Crédito Real do Brasil, no Rio de Janeiro. Nos estabelecimentos de S. Paulo a subscrição de accões, sobre o qual se projecta o projecto de Estatuto.

No acto da subscrição os srs. accionistas farão a primeira entrada de capital.
S. Paulo, 19 de Fevereiro de 1891.
 RJ 28 28

OS INCORPORADORES: EDUARDO SALAMONDE. CANDIDO FREIRE.

Figura 23 – Empreendimento em que Luiz de José Mattos tinha envolvimento na capital paulista.⁶⁰⁹

Luiz de Mattos, além de figura central ou coadjuvante em corporações, também atuava como empreendedor em serviços urbanos. Nos primeiros anos republicanos aparecia requisitando concessão para linhas de bondes e construção de habitações populares: seu pedido de carris de ferro propunha seguir pela região portuária dos Outeirinhos até a Ponta da Praia da Barra⁶¹⁰; já sua proposta de moradia operária consistia em familistérios⁶¹¹. No entanto, ambas as propostas não vingaram; eram especulações que o português jogava com possibilidades de negócios, como diversos outras identificadas na documentação envolvendo aventureiros com algum

⁶⁰⁹ O MERCANTIL. São Paulo, 26 fev. 1891, p. 4. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶¹⁰ “PARECER N. 128 *Concessão de linhas de bonds* [...] Pede o supplicante [Luiz José de Mattos] concessão para uma linhas de bonds para transporte de passageiros e bagagem que, partindo do da Praça Mauá, lado da rua 2 de Dezembro, [...] vá ter á ponta da praia da Barra por uma rua que se obriga a abrir.” Cf. SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 28ª Sessão, 07 set. 1890, p. 140-142. Livro 1890-1892 (impresso). Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁶¹¹ “CONCESSÃO DE TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO DE FAMILISTERIOS Ao requerimento da Companhia Industrial de Santos, pedindo concessão de uns terrenos á rua de S. Francisco, occupando a área desde a lavanderia até o edificio do Rink, para nelle começar a edificar as habitações para operarios [...] Aprovado.” Cf. SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 24ª Sessão, 04 set. 1891, p. 272-273[2]-277. Livro 1890-1892 (impresso). Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

capital próprio (ou conseguido por meio das linhas de créditos cedidas pelo Governo Provisório de Deodoro da Fonseca).

Seria entre fins de 1893 e o início de 1894 que o empreendimento de maior vulto de Luiz de Mattos tomaria forma e chamaria atenção por ser próximo o suficiente do centro urbano, ventilado e livre dos ventos “noroeste”, considerado higiênico e saudável em um momento em que intensas epidemias afastavam cada vez mais pessoas de Santos. Não por acaso, o mesmo periódico paulistano *O Comércio de São Paulo*, que denunciara a falta de segurança dos moradores da antiga colônia estrangeira no Taxinho em fins de 1893, fez uma série de reportagens propagandísticas da “Nova Cintra” entre junho e julho de 1894, caracterizavam-na como perfeito refúgio, “pictoresco”, com bosques, água potável por meio de uma lagoa etc.⁶¹²

Todavia, o local era de difícil acesso para que fosse viável comercialmente e atraísse interessados, sejam pessoas das elites ou trabalhadores remediados que pudessem escolher morar em local com melhor ventilação e longe dos “miasmas” do porto. Até então, duas linhas margeavam as proximidades do sopé do morro, uma que ia a São Vicente, comandada pelos Emmerich, e outra, mais próxima, pela Cia Vila Mathias. Essa última foi adquirida pelo capitalista fluminense Conselheiro Francisco de Paula Mayrink⁶¹³ e incorporada pela Cia. Viação Paulista. A documentação não explicita se o plano inclinado pensado para a subida do morro foi executado.

Por isso, o principal investimento econômico (e político) fomentado seja direta ou indiretamente por Luiz de Mattos e seu grupo era para estender as linhas de bondes da Vila Mathias morro acima. Indiretamente pois a Companhia Viação Paulista se dispôs a estender seus trilhos até o ponto mais próximo do sopé do morro por meio do prolongamento da avenida Rangel Pestana, recém-aberta junto ao ribeirão dos Soldados⁶¹⁴. Diretamente pois a partir daquele ponto o investimento seria seu ou por

⁶¹² Os artigos foram publicados no espaço de dois meses, entre junho e julho de 1894, sob o título de “Nova Cintra”. Cf. O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 20 jun. 1894, p. 1; 3 jul. 1894, p. 1; 4 jul. 1894, p. 1; 8 jul. 1894, p. 1; 12 jul. 1894, p. 1; 17 jul. 1894, p. 1; 18 jul. 1894, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶¹³ “The Villa Mathias tramway line of Santos was sold by judicial sale to Francisco de Paula Mayrink on the 7th inst. for the sum of 500,000\$.” Cf. THE RIO TIMES. Rio de Janeiro, 16 jun. 1890, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶¹⁴ Essa avenida era central no plano de saneamento da cidade, sendo o ribeirão dos Soldados o primeiro a ser canalizado no plano de Saturnino de Brito. Cf. CARRIÇO, José Marques. O Plano de Saneamento de Saturnino de Brito para Santos: construção e crise da cidade moderna. **Risco - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, v. 22, n. 2, 2015.

empresa que organizasse⁶¹⁵. Apenas havia um empecilho: as terras que seriam atravessadas para prolongamento da Avenida Rangel Pestana seriam as de ninguém menos do que Benjamin Fontana, local no qual existia parte do antigo Quilombo do Jabaquara. Como já se viu, Benjamin Fontana possuiu durante a década de 1880 bom relacionamento com a elite abolicionista santista da época – inclusive tendo sido defendido por advogados que compunham aquele grupo, como Heitor Peixoto e Inglês de Souza. Entretanto, algo parece ter abalado a relação do italiano com parte desse grupo.

O grupo abolicionista e republicano⁶¹⁶ fragmentou-se. De um lado figurava o grupo liderado por Henrique Porchat e o jovem advogado Cesário Bastos; do outro, o também advogado Galeão Carvalhal e Heitor Peixoto. Esse último grupo manteve o poder municipal pelos longos e turbulentos anos florianistas e ainda garantiriam o poder municipal entre 1896-1900, mesmo fazendo oposição ao governo de Prudente de Moraes⁶¹⁷.

A cisão entre os abolicionistas e Benjamin Fontana, no entanto, teria se dado antes ainda do 13 de maio de 1888.⁶¹⁸ O fato de alguns participantes da *Sociedade 27 de Fevereiro* terem escravos era algo que, sem dúvidas, gerava desconforto entre os membros, visto que o objetivo do grupo era libertar todos os cativos existentes em Santos. Uma dessas pessoas era Sabina Fontana, esposa de Benjamin, que ainda em fevereiro de 1887 mantinha uma mulher escravizada de 26 anos matriculada. Eis que:

A Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro, da qual sou sócio por meio do seu 1º secretario, sr. Joaquim Fernando Pacheco, pediu-me para libertá-la, ao qual pedido respondi que já tinha assentado com minha mulher de não dá-la mais a nova matrícula, e encarreguei ao próprio sr. Pacheco de lavrar a carta de liberdade para eu assiná-la. Neste interim os abolicionistas especuladores, cientes que a futura liberta era de pouco juízo, pateta e néscia, e que podiam por isso facilmente dominá-la e desfrutar os seus serviços, trabalharam para seduzi-la, o que conseguiram. E lá está a preta escondida e prêsa, trabalhando para êsses heróis. Esta preta em minha casa nunca foi castigada

⁶¹⁵ “Ficou então deliberado por accordo dos concessionarios que a Comp.^a Viação prolongaria seus trilhos pela rua Rangel Pestana até o sobpé da montanha e Luiz de Mattos d’ahi em diante até Nova Cintra.” SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 43ª Sessão Ordinária, 23 dez 1896, p. 12A-14A. Livro 1890-1892 (impresso). Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁶¹⁶ Ver Capítulo 1.

⁶¹⁷ Esse assunto é explicado no Capítulo 1.

⁶¹⁸ A TRIBUNA. São Paulo, 31 nov. 1968, p. 8. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

nem maltratada. Afirmando que esta preta, que agora está trabalhando presa pelos abolicionistas, certamente tem saudades, porque em qualquer lugar que se ache há de passar pior de que em minha casa.

Em tempo faço justiça ao sr. Joaquim Fernando Pacheco por ser completamente alheio sobre o fato exposto.

Santos, 24 de fevereiro de 1887. - Benjamim Fontana⁶¹⁹

Fontana, em 1887, mantinha-se fiel aos seus escritos de 20 anos antes. Acreditava que escravizados quando egressos do cativeiro não saberiam lidar com a liberdade, devendo ser tutelados⁶²⁰ – talvez discordasse que a mulher pudesse ter vontades que escapassem à sua própria.

Os três anônimos do ato heroico citados na carta do italiano – nomeados por Costa e Silva Sobrinho como sendo Joaquim Xavier Pinheiro, Eduardo Ferreira da Silva e Joaquim Gonçalves Corvello – seriam inscritos na memória santista como aqueles que libertaram “a derradeira escrava”⁶²¹; atitude simbólica, estando ela no próprio sítio que albergavam os fugidos das fazendas do interior de São Paulo. Esse fato fez com que, no dia 27 de fevereiro de 1888, a sociedade se declarasse desfeita, alcançando seus objetivos. Segundo o memorialista, Fontana teria entrado em conflito com os jovens abolicionistas, apesar de estrategicamente em sua carta absolver Joaquim Fernandes Pacheco, principal dono de cartório da cidade, onde fazia suas buscas por documentos de terras em que pudesse expandir suas possessões na cidade.

Diferentemente de Benjamin Fontana, Quintino de Lacerda manteve em alto crédito suas relações com o Partido Republicano Paulista, principalmente em tempos florianistas. Durante a Revolta da Armada, organizou o “batalhão patriótico Silva Jardim”, composto por um efetivo de 200 praças; foi nessa época, inclusive, que lhe foi conferida a patente de capitão e, depois, major⁶²². A força do italiano se apoiava,

⁶¹⁹ O documento foi reproduzido por Costa e Silva, em suas palavras, *ipsis litteris*, a carta que teria sido publicada no jornal *Diário de Santos* no ano de 1887. Cf. A TRIBUNA. São Paulo, 31 nov. 1968, p. 8. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶²⁰ Passagem citada neste mesmo capítulo, na seção 4.2. FONTANA, Benjamin. **Idéas, lembranças e indicações para extinguir a escravidão no Brasil**. Salvar a propriedade e educar os libertos afim de serem cidadãos uteis. Santos: Typographia Commercial, 1865. Disponível em: <<http://bit.ly/2xAgztJ>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

⁶²¹ Esse era o título do texto do memorialista Costa e Silva Sobrinho publicado no jornal santista *A Tribuna* na década de 1960 sobre o caso. A TRIBUNA. São Paulo, 31 mar. 1968, p. 20. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶²² DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 26 jan. 1894, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

nesse momento, unicamente no camarada líder do Jabaquara, que se manteve ao seu lado até sua morte⁶²³.

O apoio político de Quintino talvez tenha se tornado insuficiente, seu trânsito pela elite dirigente santista à época possivelmente não fosse o bastante para que seus desejos fossem atendidos. Tal fato tornaria compreensível que, entre os anos de 1896 e 1897, quando as ruas da Vila Mathias avançavam mais para as terras do antigo Quilombo do Jabaquara, os casebres que compunham o antigo Quilombo fossem eles próprios considerados “inapropriados” e “insalubres”, sendo exigida sua demolição.

Communicou finalmente ter em dias da semana passada, baixado portaria ao inspector do 2º districto que acompanhado de pessoal se dirigisse ao local desapropriado [rua Rangel Pestana] e demolisse os pequenos casebres, que demoravam no centro da rua pertencentes a municipalidade, o que foi e está sendo executado, recolhendo-se o material prestavel ao deposito publico, sendo esta demolição levada a effeito apos a respectiva intimação judicial dos moradores d'esses casebres.⁶²⁴

Ironicamente, a menina dos olhos da juventude abolicionista reduzia-se à mesma nomenclatura dada aos cortiços no centro da cidade quando esses não se adequavam aos desígnios do progresso urbano: pequenos casebres anti-higiênicos. Nessa disputa com a Intendência Municipal participavam notórios desafetos do italiano, sendo chefiada pelo grupo político de Galeão Carvalhal.

Fontana se utilizaria da mesma arma que Mathias Costa (talvez a única que lhe restasse): a convocação de homens armados para intimidar a turma de trabalhadores que abriam a avenida a Av. Rangel Pestana até o morro do Jabaquara. Mesmo após a decisão da Intendência referente à desapropriação dos terrenos e ao início do assentamento dos trilhos por parte da Cia. Viação Paulista, “[...] Benjamin Fontana impediu, destruindo o trabalho feito, e ameaçando os trabalhadores”.⁶²⁵ O ato de desobediência continuaria a ser relatado nas atas da municipalidade nas sessões

⁶²³ Quintino de Lacerda faleceu em 11 de agosto de 1897. Por ocasião de sua morte houve grande comoção por parte do grupo político que o apoiava, principalmente Galeão Carvalhal e Heitor Peixoto. Cf. O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 12 ago. 1898, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶²⁴ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 13ª Sessão Ordinária, 5 mai. 1897, p. 52A-54. Livro 1890-1892 (impresso). Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁶²⁵ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 43ª Sessão Ordinária. 23 dez 1896, p. 12A-14ª. Livro 1890-1892 (impresso). Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

seguintes, sendo por diversas vezes o trabalho executado desfeito ou os trabalhadores da companhia ameaçados pelos camaradas de Fontana.

Todos esses nomes de sujeitos históricos ficaram eternizados nas disputas por territórios na crescente cidade de Santos, que se expandia e dava margem para uma atuação no limite da legalidade. Entretanto, diversas pessoas que participavam dessas ações lideradas por Mathias, Fontana, Quintino ou Luiz de Matos permaneceram na invisibilidade. Em um período propício para o surgimento de tensões por conta da instabilidade política e crescimento populacional acelerado, o próximo capítulo buscará na rua as táticas de sobrevivência da população. Lendo a contrapelo a documentação, emergem-se visões contraditórias do cotidiano que permitem evidenciar trajetórias ocultadas nos registros municipais.

CAPÍTULO V – POR UMA ARQUEOLOGIA DA RUA: TRANSGRESSÕES E RESISTÊNCIAS COTIDIANAS

No dia 29 de fevereiro de 1884, estavam na rua 25 de Março (antiga rua Direita e futura XV de Novembro, principal da cidade) um condutor de carroças e o caixeiro João de Souza Medeiros, que, a serviço da comissária de café Teixeira de Carvalho, Irmão & Machado, descarregavam o produto no armazém situado ao número 29. Em determinado momento, iniciou-se uma discussão. Pela estreiteza da via, o bonde da Companhia *City of Santos Improvements* que vinha logo atrás pedia passagem; o condutor, não conseguindo, chamou o fiscal da Câmara, João Feliciano dos Santos. O funcionário da municipalidade pediu ao condutor da carroça que a via fosse desocupada, recebendo como resposta o que poderia ser considerado uma consciente desobediência às leis municipais: a carroça só seria retirada da via quando ficasse totalmente descarregada, enquanto isso, o bonde deveria esperar. Impotente diante da atitude impassível do condutor em retirar a carroça do caminho, o fiscal resolveu chamar o delegado de polícia. Ao adicionar mais um personagem à discussão, gerando a possibilidade de prisão para o condutor, resolveu-se o assunto antes que os participantes fossem todos à delegacia de polícia.⁶²⁶

Diante desse evento, algumas considerações: segundo o fiscal, a situação permaneceu durante longos momentos num impasse, tendo prevalecido por algum tempo a regra criada pela desobediência do condutor da carroça. Dentro de um contexto de animosidade entre carroceiros e bondes, o condutor (que permaneceu anônimo durante todo o conflito) sentiu-se no direito de parar os bondes da principal companhia de transporte. Podia ser uma situação isolada, mas essas desobediências cotidianas constituíam algo bastante comum e desequilibravam um cenário de controle e ordem criado pelas elites dirigentes e suas leis: era o espaço entre a norma escrita e a aplicada.⁶²⁷

Neste capítulo prioriza-se a construção de uma arqueologia do poder da (e na) rua na cidade de Santos na passagem do Império para a República. Busca-se entender como a municipalidade, por meio de leis ou da influência de seus membros,

⁶²⁶ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização, 29 fev. 1884, documento 264. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁶²⁷ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização, 29 fev. 1884, documento 264. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

colocava-se presente e tentava moldar a rua, que pode ser entendida como a menor fração da cidade e onde se desenrola a cotidianidade. Também se busca compreender como atores extrínsecos à vida pública, até mesmo alheios a ela, conseguiam agir e imprimir marca indelével na cidade: Vila Mathias e Morro do Fontana são locais que até os dias atuais recebem nome de personagens que detinham poderes no cotidiano da cidade e participaram ativamente do processo de territorialização desses espaços, mesmo sem terem participado de conselhos municipais.

Mas o poder das (e nas) ruas não era apenas institucional ou baseado na influência daquele que o reclama. O desequilíbrio de forças poderia estar na desobediência, coletiva ou individual. Essa desobediência podia ter nome e sobrenome, mas também poderia ser – e muitas vezes de fato era – anônima. No caso do condutor, apesar de central na disputa, seu nome não foi mencionado em nenhum momento pela documentação municipal, característica que leva a crer que fosse escravizado ou forro⁶²⁸.

O poder público buscava normatizar esse espaço, por meio de regras de convívio e leis como as Posturas Municipais⁶²⁹. Busca-se ir além dessas normativas, fazendo emergir o espaço entre o “dever ser”⁶³⁰ – as leis e normativas da cidade, em sua maioria Posturas Municipais – e o “ser/estar” na rua, em uma constante luta cotidiana que transforma o espaço em território. A rua é/foi reconhecidamente o espaço mais visível da cidade, fazendo-se presente nos estudos sobre o urbano, porém se reconhece a sua ausência nos estudos históricos, e por isso busca-se aqui priorizá-la como palco do imprevisível, do imponderável, do efêmero do acontecer cotidiano e seus efeitos.

Nesse movimento, diversos elementos de uma cidade ainda acanhada e com feições coloniais começaram a ser considerados impróprios para o “espaço civilizado e moderno almejado”, discurso que se intensificou com o estabelecimento do regime republicano. Se as duas últimas décadas do século XIX foram marcadas por ações de alargamento de ruas no centro urbano – que possuíam um duplo sentido de arejar a

⁶²⁸ Escravizados apareciam na documentação, em geral, anônimos, mas atrelados a seus donos (escravo de tal senhor etc.), sendo que pessoas forras raramente eram nominalmente referenciadas pelo poder público.

⁶²⁹ Ver Capítulo II.

⁶³⁰ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho**. São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

cidade e facilitar o crescente fluxo de carroças no porto –, os anos de 1890 foram também assinalados com uma forte fiscalização de costumes, buscando uma (quase) impossível ordem nessa região. Pescadores, vendedores ambulantes, animais perdidos e sem dono: personagens praticamente ausentes na documentação⁶³¹ no período anterior à década de 1870. A partir de então, parecem tornar-se centrais, como elementos a serem combatidos e extirpados em uma cidade que crescia e diversificava-se em seus moradores e seus modos de viver.

5.1. PELAS RUAS DA CIDADE: ENTRE A ORDEM E A BURLA

Em ofício datado de 16 de julho de 1882, o fiscal Victorino José da Costa comunicava à Câmara Municipal uma advertência que havia feito ao dono do *chalet* que atuava na venda de bilhetes de loteria. O motivo era a quantidade excessiva de bandeiras existentes – quatro, ao todo –, o que, segundo o mesmo funcionário público, era proibido por lei. O fiscal, dizendo que o dono do estabelecimento não era revestido de poderes consulares de nenhuma das nacionalidades representadas pelas bandeiras, ordenou que as retirasse. O *chalet* amanheceu não com quatro, mas com sete bandeiras; intimado novamente, o munícipe ainda retrucou: não cumpriria ordens dele, pois ninguém poderia lhe dizer como seu *chalet* deveria ser.⁶³²

Apesar da impossibilidade de localizar o desfecho do caso, o documento mencionado é rico. Repleto de ironias, excedendo as características protocolares de documentos oficiais e até deixando transparecer emoções presentes na contenda – deboche, raiva, frustração –, o registro evoca uma faceta do cotidiano da cidade comum, que é a disputa dos pequenos poderes. O fiscal, porta-voz das elites políticas e econômicas nas ruas da cidade, muitas das vezes se via impotente frente a desobediências, essas pequenas resistências que por vezes mostravam-se efetivas para que a sociedade se acomodasse a um intrincado sistema de regras impostas pela municipalidade ao convívio social.

⁶³¹ O fato de serem ausentes na documentação não quer dizer, no entanto, que não existissem. Muito pelo contrário, faziam parte da cultura e tornaram-se incômodos para o tipo de cidade que se almejava.

⁶³² SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização, 16 jul. 1882, documento 213. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Questiona-se sobre quais táticas⁶³³ esses sujeitos históricos desenvolveram para se adaptar a uma municipalidade que formulava estratégias⁶³⁴ para regularizar o trânsito nas ruas da cidade. O estabelecimento de um “próprio”, de um campo de visão da municipalidade com as fiscalizações do Código de Posturas, apareceria como um contraponto às ações calculadas presentes no cotidiano. Tais táticas poderiam, inclusive, retornar ao campo de atuação dessas pessoas enquanto estratégias, muitas vezes de sobrevivência, quando se percebe que determinadas pessoas reiteradamente eram autuadas no mesmo tipo de contravenção.

Essas atitudes da população contra as regras aconteciam em lacunas abertas ao diálogo entre munícipe e fiscalização. O diálogo acontecia, obviamente, quando existia uma necessidade por parte das elites políticas em substituir uma prática cultural considerada danosa ou nociva para a cidade almejada, tida como ideal. No entanto, a resposta por parte do interlocutor autuado dependia, muita das vezes, de onde residia sua força para contrariar os agentes da lei.⁶³⁵

A Praça do Mercado, onde o *chalet* de venda de bilhetes de loteria estava localizado, era um local especialmente frutífero para esse tipo de análise, haja vista a profusão de pessoas comprando, vendendo ou simplesmente circulando em momento de folga dos trabalhos portuários. O mercado ficava na antiga Rua da Praia, próximo às pontes para embarque e desembarque do porto. Por si só era uma região de grande movimento de carroças e pessoas, intensificado pela presença do Chafariz da Banca, onde frequentemente as pessoas abasteciam seus estoques de água potável.

⁶³³ “Com respeito às estratégias [...], chamo de *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, como dizia von Bulow, e no espaço por ele controlado.” Cf. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 93.

⁶³⁴ Dentro dessa perspectiva, a definição de tais estratégias situaria o pêndulo da Câmara entre Posturas Municipais e Fiscalização: “Chamo de *estratégia* o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos e ameaças.” Ibidem, p. 93.

⁶³⁵ Esse espaço entre a letra da lei e a norma aplicada também seria discutido por Roger Chartier, que entendia como o espaço deixado entre o poder constituído e a norma é preenchido pela cultura popular. Para esse assunto, ver: CHARTIER, Roger. *Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico*. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, 1995.



Figura 24 – Rua da Praia e Mercado Provisório.⁶³⁶

Marc Ferrez, em fins dos anos 1880, registrou inúmeras paisagens urbanas que em menos de cinco anos não existiriam mais. Já era notório nessa ocasião o contrato celebrado entre a municipalidade e a Companhia Docas para o aterro de toda a região em questão. Por isso, essa imagem e esse ângulo teriam um apelo simbólico bastante forte (Figura 24). Ao contrário do que se planejava para a cidade, a fotografia remetia a uma “cidade-porto”, sem separação clara de fluxos, trânsitos ou espaços entre o que era voltado ao comércio local e o que era destinado ao comércio de exportação. O ângulo retratado, escolhido por Ferrez, foi o da Rua da Praia; além dos navios, trilhos, carroças e transeuntes, via-se ao fundo o Mercado Provisório e alguns dos locais de circulação citados até agora. A Câmara estava estabelecendo a prioridade de uso das ruas através das demandas. O acúmulo de vendedores ambulantes marcava essa região.

Na década de 1890, a intensa atividade portuária e a atuação da Companhia Docas teriam papel fundamental na alteração da fisionomia da cidade. “Ao apropriar-

⁶³⁶ Fotografia de Marc Ferrez. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

se da faixa de marinha demoliu, aterrou e construiu.”⁶³⁷ Com essas ações, fez desaparecer lugares, objetos e usos, como as canoas que aportavam nesse exato ponto para abastecimento do Mercado. Essas canoas faziam o abastecimento local e não mais atracariam na área central da cidade. “Os muros do cais fizeram com que o mar ficasse, nessa região, invisível para a cidade portuária.”⁶³⁸ A cena retratada na imagem era, portanto, elemento característico da cidade nas décadas de 1880 e 1890 e não poderia ser ignorada. O porto era a cidade; a cidade era o porto.

Em dezembro de 1884, aplicou-se uma multa a José Vieira Martins, que estava sentado no Chafariz próximo ao Mercado Provisório (que também era conhecido como Banca do Peixe), local que substituía as “casinhas” em que se vendia peixe fresco e verduras entre as ruas Meridional/Setentrional, que foram desapropriadas para dar lugar à futura Praça da República. O próprio Guarda do Mercado, Manoel Costa, foi quem o multou. Por meio de um requerimento enviado à Câmara, esse munícipe apresentou as razões pelas quais não pôde se sujeitar à multa imposta pelo Código de Posturas:

Achando-se o supplicante assentado é verdade na pedra onde pousa o chafariz, logar esse muito procurado por outros para depositos de bandejas com doces, frutas, quando foi intimado pelo guarda á multa de 30\$000rs. O supplicante ignora qual o artigo do Regulamento da Praça que prohiba a elle e outros assentarem-se ao redor do chafariz, e reconhecendo ser injustiça a multa pelo escrupuloso zelo do Guarda, espera de VV.SSas. ser a multa alliviada.⁶³⁹

O requerimento também citava que era ato costumeiro dos vendedores ambulantes – os famosos taboleiros, que levavam artigos de fazenda acima da cabeça para venda nas ruas – depositar suas bandejas no espaço onde o autuado estava sentado, indicando que o local também era usado para o repouso de tábuas de doces e frutas. O requerimento foi deferido, mas apenas inocentando-o a respeito de um possível desacato a funcionário público, embora também citasse o hábito daqueles

⁶³⁷ LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição: Santos 1870 – 1930**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 95.

⁶³⁸ Quando da construção do primeiro trecho do cais de pedra pela Cia. Docas de Santos, as canoas de pescadores foram proibidas de atracar naquele local. Como se pode ver neste trecho de ata: “Requerimento de diversos pescadores reclamando contra a ordem proibitiva da atracação de canoas em frente ao mercado. Ouvido o dr, intendente de hygiene.” Cf. Ibidem, p. 95.

⁶³⁹ SANTOS. Série 3.4.6 – Requerimentos de Recurso, dez. 1884, documento 040. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

trabalhadores que sempre por ali repousavam suas bandejas de trabalho. Desse modo, não seria possível saber o motivo da autuação de José Vieira: se por impedir a livre circulação de um local bastante movimentado ou por uma rusga com o guarda que lhe aplicou a multa.

José seria influente a ponto de medir forças com o funcionário da Câmara, seja por si ou por contatos superiores? Ou ele teria se utilizado de um momento de fragilidade do oficial da Câmara para fazer prevalecer sua própria autoridade? Não é possível saber ao certo, mas em seu discurso estava bastante clara a observância do costume daqueles vendedores.

Ambos os casos citados – o do *chalet* e o do taboleiro – evidenciavam uma preocupação com a circulação e com o fluxo dessas pessoas pela cidade. Sendo o último relato relacionado a um possível desacato ou não, sobressaía nessas situações que a municipalidade buscava focalizar essas aglomerações, gerando constrangimentos aos que por ali circulavam. No caso das bandeiras, o artigo de posturas usado para autuar o comerciante visava inibir uma excessiva “poluição” nos locais de circulação de pessoas; além disso, *chalets* foram alvo de perseguição no período exatamente por concentrarem várias pessoas no consumo de comidas e bebidas. Também chamados de *kioskes*, esses locais eram conhecidos no planalto como “frega moscas”. Dentro de uma estrutura de madeira ou metal se fazia um fogareiro a gás, mas fumaça e insetos se acumulavam. Eram vendidas bebidas alcóolicas, e ali se concentrava uma clientela de toda sorte⁶⁴⁰.

Não é possível rastrear pela documentação ou na bibliografia quando essas estruturas se popularizaram na cidade de Santos, sua existência apenas pode ser constatada no início da década de 1890, quando passa ser um incômodo para a municipalidade. O único documento que permite datar a existência de algum *Kiosque* na cidade é o pedido de Manoel Pereira de Miranda de 6 de agosto de 1892 feito à Intendência. Nele o requerente pede que a estrutura, que havia sido colocada em hasta pública para venda, fosse a ele devolvida “por estar o supplicante de posse delle ha mais de 8 annos [...]”⁶⁴¹, portanto desde pelo menos 1884.

⁶⁴⁰ CAMARGO, Daisy. Sob sol, chuva e moscas: os quiosques na cidade de São Paulo (1880-1910). **Antíteses**. Londrina, v. 3, n. 5, jan.-jun. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2UbBM9I>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

⁶⁴¹ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 5ª Sessão, 12 ago. 1892, p. 381-383. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.



Figura 25 – Detalhe de fotografia onde é possível observar um kioskue próximo às pontes de embarque e ao Mercado Provisório, c. 1887.⁶⁴²

Tais estabelecimentos causavam aglomerações de populares nas ruas. O *Correio da Tarde* do Rio de Janeiro de 3 de abril de 1895 trazia uma reclamação a respeito de um “[...] kioskue onde se reúnem durante a noite certos indivíduos de má conduta, que pronunciam palavras obscenas, impossibilitando as famílias de transitarem por ali”⁶⁴³. A má fama dos *kiosques* como locais de aglomeração perpassa os registros dos periódicos. Ainda em 1911 era possível encontrar referências como essa:

No dia 8 de novembro expirará o contrato de concessão dos kiosques, que tanto rancor e problemas trouxeram no passado, proibindo-os pela municipalidade nas ruas e praças da cidade, onde esses humildes locais de entretenimento desaparecerão. Muitas pessoas ficarão felizes quando a vassoura higienizadora for feita de uma só vez terminando com o derramamento de sangue e morte que teve origem com essas barracas de bebida. O kioskue que é conhecido na Europa não é o mesmo daqui. No Rio eles são ocupados por vendedores do mais tóxico espírito e

⁶⁴² Fotografia de Marc Ferrez. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁶⁴³ CORREIO DA TARDE. Rio de Janeiro, 3 abr. 1895, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

é assombrado por vagabundos e malfeitores da cidade. O Prefeito está agora exigindo a remoção desses locais desonrosos da cidade e alertando seus ocupantes que eles devem demontá-los até o dia após a expiração do contrato, sob pena de serem multados em 100\$000.⁶⁴⁴

A construção dos *chalets* ou *kiosques*, que era mediada pela municipalidade, possivelmente visava uma europeização do espaço público em curto prazo. Mas, como já dito, eles não foram utilizados para a finalidade esperada e diferiam e muito daqueles vistos em Paris e Londres. Tornaram-se empecilhos à circulação e à moralidade pública e implicavam questões de higiene pública. Por esse motivo o presidente do Conselho de Intendência Carvalho de Mendonça, no dia 9 de junho de 1890, fez a indicação de “retirada de quiosques”, cujos proprietários seriam obrigados a retirá-los nos 15 dias subsequentes à publicação da lei; os que não fossem retirados, seriam removidos à força pela municipalidade e vendidos para o pagamento das despesas de remoção.⁶⁴⁵

Na sequência, foi feita uma importante emenda a essa lei pelo Intendente Francisco Emílio Sá estabelecendo que poderiam “[...] continuar aquelles kiosques que se destinarem exclusivamente á venda de jornais, flores, bilhetes de loterias e semelhantes”⁶⁴⁶. Não foi possível precisar a quantidade de *kiosques* existentes na cidade até que a municipalidade exigisse sua retirada das ruas do centro urbano. No entanto, pelo menos oito ocorrências de remoção forçada entre 1890 e 1892 foram identificadas na documentação, incidindo nos seguintes locais: travessa 25 de Março, Largo Senador Vergueiro, Largo Monte Alegre e Largo 11 de Junho⁶⁴⁷, todos próximos à região do Porto.

⁶⁴⁴ No original: “On November the 8th the contract for the lease of the kiosques round which so much rancour and trouble has raged in the past will fall in the Municipality and the streets and the squares of the City will know these humble places of entertainment no more. Most people will be very glad when the clean sweep has been made for many a row which has ended in bloodshed and death has had its origin round one of these drinking booths. The kiosk as it is known in Europe is not at all the same thing here. In Rio they are occupied by vendors of the most poisonous kind of spirit and are the haunts of the vagabonds and ne’er-do-wells of the town. The Prefect is now calling for tenders for the removal of these blemishes to the City and is warning the occupants that they must clear out not later than the day following the expiration of the contract, under pain of being fined 100\$000.” BRAZILIAN REVIEW. Rio de Janeiro, 11 jul. 1911, p. 690. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁴⁵ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 20ª Sessão, 09 jun. 1890. Livro de 1890 – 1892 (impresso), p. 110-114. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁶⁴⁶ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 20ª Sessão, 09 jun. 1890. Livro de 1890 – 1892 (impresso), p. 110-114. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁶⁴⁷ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 14ª Sessão, 01 abr. 1890. Livro de 1890 – 1892 (impresso), p. 71-75. SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 25ª Sessão, 31 jul. 1890. Livro de 1890 – 1892

O *chalet* rodeado por bandeiras mencionado no início da seção, que se enquadraria na manutenção proposta, também incomodava pela aglomeração, que causava “poluição” estética do espaço público que a municipalidade almejava construir, além do baixo refinamento dos proprietários e do público frequentador. A preocupação com esses estabelecimentos parecia ser menos em função de sua existência em si e mais por uma reeducação de sentidos por parte de um poder público que visava um entendimento diferente do uso do espaço público. A continuidade ou não desses estabelecimentos parecia ser irrelevante, se a rua permanecesse livre – visto que essas estruturas atrapalhavam o livre fluxo das vias públicas –, e ao mesmo tempo não ofendessem a moral e os bons costumes, já que tornavam as ruas botequins a céu aberto, oferecendo ou não bebidas e comidas aos seus frequentadores.

Local de intensa circulação de caixaras que buscavam vender peixes e fazendas trazidas de regiões vizinhas como Ubatuba, São Sebastião e Bertioga, são vários os documentos que evocam desobediências e evidenciam a atuação de pessoas nesse ponto da cidade. Para além da presença dos caixaras, o problema eram os “atravessadores”. No dia 11 de julho de 1882 o fiscal do segundo distrito Antônio de Souza Guerra enviou um parecer para a municipalidade no qual dizia julgar inconveniente dar licença para pessoas que vendiam peixe no Mercado e não eram pescadores de profissão⁶⁴⁸.

No entanto, esses atravessadores muitas vezes se distanciavam do Mercado para esse tipo de atividade, local designado para venda “legalizada” do pescado caixara. Em 1896, o fiscal do primeiro distrito Manoel Faustino da Silva comunicou que, enquanto passava pela esquina da Constituição com a Xavier da Silveira, em frente ao porto e longe da região da Banca do Peixe uns 800 metros, encontrou o espanhol José Rodrigues, que havia arrematado algumas cambadas⁶⁴⁹ de pescadores e por ali mesmo comercializava o pescado. Não tendo esse imigrante licença para negociar, dirigiu-se o fiscal ao imigrante buscando intimá-lo a retirar os peixes de circulação:

(impresso), p. 130-133. SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 5ª Sessão, 28 jan. 1892. Livro de 1890 – 1892 (impresso), p. 301-304. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁶⁴⁸ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização, 16 jul. 1882, documento 214. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁶⁴⁹ Cambada, segundo o dicionário Hauaiss, significa quantidade de objetos pendurados, enfiados ou amarrados em algum suporte (fio, gancho, argola, pedaço de pau etc.).

[...] faltou-me com o respeito até prometer-me pancada; imediatamente prendi-o á ordem do major delegado de policia e acha-se recolhido á cadeia, e multado em 30\$000 mil reis de accordo com o art. 158 do Codigo de posturas em vigor.⁶⁵⁰

Era cada vez mais comum pessoas, principalmente imigrantes, abordando caiçaras em busca de sua produção de pesca ou de outros alimentos, comprando-a a um baixo preço e conseguindo assim um lucro na venda. Em fevereiro de 1896, o inspetor Manoel Faustino da Silva, percorrendo seu distrito, encontrou um italiano de nome Thomaz Tragne:

[...] atravessando gêneros alimentícios” onde, na ocasião, estavam “algumas pessoas para comprar”; “[...] eu intimei ao mesmo [...] a não arrematar, e o mesmo abusando da minha intimação, efetuou a compra; mandei detê-lo a ordem do Dr. Delegado de Polícia, e recolhi ao depósito municipal, os gêneros que são 9 galinhas.”⁶⁵¹

Com o aumento de pessoas na cidade ao longo da década de 1890, mesmo os negociantes de fazendas e peixes matriculados pela municipalidade começaram a se tornar um problema nas ruas da cidade. Em 13 de julho de 1893 o Intendente de Higiene Dr. Izidoro Campos pedia ações enérgicas aos “abusos” que se davam na rua Xavier da Silveira, visto que a falta de asseio era notável. “As inúmeras quitandas ao longo da rua dificulta a limpeza da cidade e das praias.”⁶⁵²

Para além dos atravessadores, o foco das fiscalizações municipais, a vigilância também incidia sobre aqueles que alimentavam esse mercado proibido pela edilidade, muitas vezes pescadores sem licença municipal. Novamente na rua Xavier da Silveira, o Inspetor Estevão Nunes Gusmão avistou, no dia 27 de junho de 1898, alguns indivíduos “arrematadores de gêneros comestíveis”. Na ocasião, teria flagrado “[...] Manoel José dos Santos em tracto para arrematar todo o peixe que continha em uma canôa [...]”, e dizia que não era a primeira vez que avistava o pescador incorrendo na contravenção. O fiscal então pediu-lhe a licença e, não sendo essa apresentada, proibiu então a “venda dos referidos peixes por atacado”, indicando que buscasse

⁶⁵⁰ SANTOS. Livro de Comunicados ao Intendente Municipal, 1896 – 1897, n.p. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁶⁵¹ SANTOS. Livro de Comunicados ao Intendente Municipal, 1896 – 1897, n.p. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁶⁵² SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 36ª Sessão, 13 jul. 1893. Livro manuscrito 1892 – 1894, p. 112A-115. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

público consumidor; somente quando esse estivesse abastecido poderia vender o resto do pescado para quem melhor lhe aprouvesse. O pescador entraria em uma contenda com o fiscal, dizendo que “não pagava licença e que não me dava satisfação alguma, porquanto não era eu Inspector d’ali”, por isso venderia o pescado a quem ele bem quisesse⁶⁵³.

Aparentemente, a prática de pesca era algo rentável, pois foram localizados documentos que mostram uma grande variedade de pessoas que participavam dessa atividade, sendo autuados por pescarem sem licença da Câmara Municipal na região do rio Bertioga (à época, parte da cidade de Santos e dentro dos limites legais da fiscalização municipal). Entre elas apareciam Luiz Manoel (vulgo “Cabo Verde”) ⁶⁵⁴ e Antônio Lucio Jorge (vulgo Antônio Pinhão) ⁶⁵⁵; ambos foram avistados com cercos de peixe e, depois, vendendo tainhas na rua Xavier da Silveira sem licença da Câmara. A autuação dessas pessoas era bastante complexa, haja vista sua constante mobilidade; o que a municipalidade conseguia fazer era encontrar os “cercos de peixe” e destruí-los, o que também parecia inútil, uma vez que novos eram construídos logo em seguida.⁶⁵⁶

Voltando à questão das quitandas levantada no início da seção, os ditos “quitandeiros da Xavier da Silveira” eram rivais dos da Praça do Mercado, pois faziam concorrência com esses últimos, mais antigos e tradicionais na cidade, haja vista que a Banca havia limitado boxes para venda e somente concedido licença aos já estabelecidos na cidade há mais tempo. Com o surgimento de novos comerciantes de alimentos, esses mais antigos se viram ameaçados e começaram a “ameaçar de violência” os da Xavier da Silveira⁶⁵⁷, que pediam à municipalidade pelo livre exercício de seus negócios. Em contrapartida, os negociantes da Praça do Mercado pediam garantia contra o “abuso e concorrência” daqueles estacionados na rua Xavier da Silveira, chamando-os de “atravessadores”:

⁶⁵³ SANTOS. Livro de Comunicados ao Intendente Municipal, 1896 – 1897, n.p. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁶⁵⁴ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização, 13 jul. 1883, documento 234. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁶⁵⁵ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização, 13 jul. 1883, documento 236. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁶⁵⁶ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização, 13 jul. 1883, documento 236. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁶⁵⁷ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 52ª Sessão, 4 out. 1894, p. 50-54A. Livro 1894 – 1895. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Parecer n. 187 da mesma comissão, sobre o requerimento dos quitandeiros estabelecidos na praça do Mercado, pedindo garantia sobre o abuso e concorrência dos quitandeiros estacionados na rua Xavier da Silveira, que atravessam todas as mercadorias vindas em canoas de S. Sebastião e Ubatuba; opina que sejam atendidos na parte referente ao atravessamento dos gêneros alimentícios transportados por canoas do S. Sebastião, Ubatuba e de outras procedências devendo os quitandeiros que abusivamente atravessarem tais gêneros, serem multados nos termos do art. 38 do Cod. de Posturas, quanto as demais alegações, não podem ser atendidos, por que os referidos quitandeiros pagam imposto. Aprovado.⁶⁵⁸

Cabe notar que, nessa contenda, a municipalidade era utilizada como intermediária e também como arma através da qual os quitandeiros tentavam forçar autuações e multas, um subterfúgio que não pode ser desconsiderado na análise das intervenções de fiscalização em outros contextos. Para a sobrevivência em um cotidiano marcado pela imprevisibilidade, o uso da lei para prejudicar o adversário poderia ser algo útil quando ameaças e violências não surtiram efeito. Como pôde ser visto, apesar da possível existência de pescadores licenciados para além do Mercado, a região da Xavier de Silveira parecia mais um local de comércio ilegal de peixe, que, mesmo assim, era parcamente fiscalizado ou punido pela municipalidade.

As tensões iam além desse tipo de comércio. Animais, tanto destinados ao abate como aqueles para carregamento de cargas, foram um ponto focal para a fiscalização durante todo o século XIX. No dia 1º de setembro de 1885, dizia Adolpho Antônio de Oliveira, negociante estabelecido em prédio à rua do Rosário nº 141, foi multado pelos ajudantes de fiscal Viegas e Carlos Pinto por matar um porco em seu quintal. Tentando justificar-se perante a municipalidade, dizia que o porco era para consumo próprio, seu e de sua família, e não para os clientes de seu botequim. Pedia, por isso, que a Câmara Municipal relevasse a multa aplicada⁶⁵⁹.

Códigos de Posturas, desde pelo menos o ano de 1847 (e reforçado nos códigos seguintes), não só proibiam a manutenção de porcos, cabras e galinhas dentro da cidade como determinavam que a matança desses animais deveria ser feita única e exclusivamente no matadouro da cidade, que em geral localizava-se em ponto

⁶⁵⁸ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 52ª Sessão, 4 out. 1894, p. 50-54A. Livro 1894 – 1895. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁶⁵⁹ SANTOS. Série 3.4.6 – Requerimentos de Recurso, 1 set. 1885, documento 047. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

afastado; a venda de carne verde (ou seja, aquela fresca, não salgada) somente poderia ser realizada por negociantes matriculados para o comércio de açougue, e fiscalizados de forma bastante rigorosa quanto ao estado de asseio desses estabelecimentos⁶⁶⁰. Portanto, ou a ingenuidade de Adolpho Antônio de Oliveira era calculada e dissimulada, haja vista a longa duração de reiteradas Posturas que coíbiavam a criação e matança de animais dentro do perímetro da cidade, ou a referida Postura era inócua e pouco fiscalizada, existindo ainda uma grande quantidade de pessoas com granjas e currais em seus quintais.

Entretanto, a circulação ou existência de animais era percebida na cidade, pois eram o principal meio de transporte de cargas e pessoas, seja por meio de carroças ou por meio de trilhos, puxando bondes. Além disso, o abastecimento de carne verde da cidade era feito por intermédio de tropas – os famosos marchantes –, que, até a transferência do matadouro para os limites do centro urbano, circulavam pelo centro, trazendo grande quantidade de gado para o abastecimento da cidade.

Esses personagens, muitas vezes deixados de lado pela historiografia local, tinham uma participação importante no cotidiano de Santos e, apesar de muitas vezes não terem influência política, podiam se dar ao luxo de burlar a lei sem punição. O fiscal Satyro de Azevedo, no dia 15 de dezembro de 1885, teria reclamado à municipalidade a cobrança ativa de multas aplicadas a marchantes. Esses indivíduos, além de serem reincidentes e não as pagarem, ainda faziam “[...] alarme e gargalhadas isso, a influírem outros mais prudentes e cordatos em cumprimento da Lei, a serem também refractarios e desrespeitadores da Lei”⁶⁶¹.

Alguns anos antes dessa advertência do fiscal Satyro, o marchante Antônio Macino, que se achava estabelecido com açougue na rua General Câmara, foi flagrado com uma criação de suínos em seu quintal, tendo sido por isso multado. O açougueiro entraria com pedido de revisão da multa, dizendo que tudo que o fiscal havia relatado era uma “miragem”. Não seria necessário ter curral em seu estabelecimento, uma vez que o espaço era pequeno, e já possuía um “em terreno de sua mãe” (possivelmente fora da cidade). Afirmava que o caso que se deu era de um suíno que “havia chegado n’esse dia pelo expresso da capital para ser abatido aqui e

⁶⁶⁰ Cf. Códigos de Posturas, 1847, 1857, 1870 e 1883. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁶⁶¹ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização, 15 dez. 1885, documento 234. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

ser vendido no outro, como sempre costuma fazer [...]”. O pedido de alívio de multa foi indeferido e a cobrança, efetivada⁶⁶².



Figura 26 – Antiga rua Meridional, atual Praça da República. Neste local funcionavam as antigas casinhas e pode-se ver um agrupamento de animais trazidos por marchantes, déc. 1860.⁶⁶³

Essas atitudes “solitárias” – visto que apenas uma pessoa colocava-se contra todo um aparato de fiscalização e constrangimentos criado pela municipalidade – contrastavam com ações coletivas de desobediência. Atitudes como essa aconteciam diariamente e nem sempre eram documentadas. Seu registro era um termômetro dos esforços da municipalidade visando uma reeducação de ações e práticas. Eram uma forma de resistência ativa que, no entanto, contrastava com as de caráter coletivo pela proporção que poderiam tomar, muitas vezes causando danos ao patrimônio público e forçando respostas enérgicas do poder público, seja no sufocamento da desordem, seja na mudança de normas que geraram revolta.

⁶⁶² SANTOS. Série 3.4.6 – Requerimentos de Recurso, 1883, documento 029. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁶⁶³ Fotografia de Militão Augusto de Azevedo. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

5.2 REVOLTAS E GREVES: DISTÚRBIOS E RESISTÊNCIAS POPULARES

No dia 22 de dezembro do ano de 1884, em pleno verão, a cidade de Santos passou por longos dias de seca e acabou sendo palco de uma grande manifestação de revolta contra a companhia inglesa *City of Santos Improvements Limited*, que detinha o contrato de fornecimento de água particular (por penas d'água) e pública por meio de chafarizes. Cerca de 3.000 pessoas se reuniram no Largo da Coroação (atual praça Mauá) convocadas por Miguel Ferreira e Henrique Brugmann⁶⁶⁴, tendo por motivação a resistência à regularização de penas d'água e a constante falta d'água nos chafarizes públicos, serviço feito com exclusividade pela companhia inglesa.

A população em fúria saiu pela cidade com achas nas mãos aos gritos de “Quebra!”, destruindo lampiões da iluminação pública, encanamentos de água e torneiras dos chafarizes públicos. Ao se depararem com os bondes, que à época eram puxados a burro, desataram os animais dos carros e os colocaram em disparada pelas ruas, jogando os bondes destruídos ao mar no cais do Valongo. Vidraças também não foram poupadas, sendo escolhidos como alvos o escritório da Cia. City e as casas do presidente da Câmara Municipal e do vereador Alves Lima.

Em seguida, a população rumou para a praia da Barra, local afastado do centro urbano, em busca da casa onde morava o gerente da companhia, o inglês Herbert Kiffyn Heyland. Chegando ao local, não o encontraram, pois, sabendo da confusão, fugira de barco e abrigara-se com sua família no forte da Barra, localizado na ilha ao lado, de Santo Amaro (atual Guarujá); as pessoas arrombaram a porta e destruíram tudo o que puderam, lançando alguns móveis ao mar. O destacamento de praças existente na cidade era insuficiente para conter a população, portanto, mantiveram-se aquartelados sem ação; somente no dia seguinte chegaram reforços de 100 praças, sem realizar, no entanto, nenhuma prisão⁶⁶⁵.

⁶⁶⁴ Francisco Martins dos Santos e Jaime Franco, dois memorialistas santistas que escreveram sobre o fato, concordam em narrar o nome dos dois personagens como centrais na convocação do povo à revolta; entretanto, o primeiro descreve suas oratórias inflamadas como combustível para os ânimos populares se exaltarem, enquanto o segundo narra exatamente o oposto, sendo a ausência dos dois o motivo pelo qual o povo se “impacientou”. Cf.: SANTOS, Francisco Martins dos. **História de Santos**. São Paulo: Empresa Grafica da Revista dos Tribunaes, 1937, p. 309. FRANCO, Jaime. **A Beneficência**. Memória Histórica da Sociedade Portuguesa de Beneficência e contribuição para a História de Santos. Santos, 1951, p. 151-153.

⁶⁶⁵ Cf.: SANTOS, Francisco Martins dos. **História de Santos**. São Paulo: Empresa Grafica da Revista dos Tribunaes, 1937, p. 309. FRANCO, Jaime. **A Beneficência**. Memória Histórica da Sociedade Portuguesa de Beneficência e contribuição para a História de Santos. Santos, 1951, p. 151-153.

O caso foi divulgado em diversos jornais nos meses seguintes⁶⁶⁶, sendo inúmeros recursos discursivos utilizados para relatar o mesmo fato, que, apesar de discordâncias em pontos mínimos, foi narrado com pouca variação. Da mesma forma, o evento seria imortalizado por memorialistas, que dariam ao evento um grau ainda maior de importância, por aparentemente ser a primeira convulsão social que tomou as ruas de Santos, nas últimas décadas do século XIX.⁶⁶⁷

Sem buscar as motivações e as tensões que levaram a população a se revoltar contra os ingleses da *City*⁶⁶⁸, procura-se tão somente entender como esse tipo de resistência ativa ocupava as ruas da cidade e se apropriava de espaços, tornando-se uma prática cada vez mais comum a partir desse momento de passagem do Império para a República.

As resistências consistem em eventos nos quais o participante (ou os participantes) provoca deliberadamente erros ou danos, sabotando processos constituídos pelos poderes estabelecidos. Entende-se como uma situação em que o indivíduo ou um coletivo age visando defender-se de mudanças propostas, questionando-as em sua validade ou implementação⁶⁶⁹. Ao ser realizado de forma coletiva, a resistência pressupõe uma maior exposição e visibilidade de seus componentes, diferentemente daquelas que foram apresentadas anteriormente enquanto táticas de micropoderes do cotidiano⁶⁷⁰. No caso das observadas em Santos na passagem do Império para a República, materializavam-se em forma de greves, paralizações e estavam na maior parte das vezes no universo do trabalho.

A intensificação dessas greves e paralizações coincidiu com o período de maior afluxo de imigrantes europeus, principalmente portugueses, espanhóis e

⁶⁶⁶ A PROVINCIA DE SÃO PAULO. São Paulo, 24 dez. 1884, p. 1. Acervo Estadão. THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 15 jan. 1885, p. 2-3. CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 13 mai. 1885, p. 1. CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 20 jun. 1884, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁶⁷ Cf. SANTOS, Francisco Martins dos. **História de Santos**. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunaes, 1937, p. 309. FRANCO, Jaime. **A Beneficência**. Memória Histórica da Sociedade Portuguesa de Beneficência e contribuição para a História de Santos. Santos, 1951, p. 151-153.

⁶⁶⁸ Sobre este assunto ver Capítulo 4.

⁶⁶⁹ VINCENZI, Silvana Lígia; SOUZA, Rosely Antunes; ANDRADE, Dalton Francisco de. Resistência uma ferramenta útil na mudança organizacional. **IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGeT**. Anais eletrônicos, out. 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/263_263_Artigo__Resistencia_a_mudanca_SEGET.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2021.

⁶⁷⁰ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012.

italianos, nas décadas de 1880 e 1890. Nessa transição do Império para a República que Santos adquiriu a centralidade advinda das grandes exportações cafeeiras, tornando-se o principal porto exportador do grão no país, posição antes ocupada pela capital federal. Nesse processo, as lutas de trabalhadores fizeram com que a cidade ficasse conhecida como a “Barcelona brasileira” durante a Primeira República, por conta da combatividade de seu movimento operário.

O intenso fluxo de estrangeiros e a formação de um mercado de trabalho livre, assim como a intensa urbanização e formação de uma cidade nos moldes europeus tornavam as contradições cada vez mais evidentes. Foi nesse momento que a concentração de trabalhadores fez surgir um movimento operário que amplificou a voz desses, deixando marcas importantes na cultura portuária local⁶⁷¹.

Notícias de paralizações no porto de Santos tomavam as páginas de jornais desde pelo menos 1877. No dia 21 de abril daquele ano, a *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro, replicando nota divulgada pelo *Diário de Santos*, comunicava uma paralização por parte dos trabalhadores das capatazias da Alfândega do porto paulista.

Segundo *Diário de Santos* houve no dia 18, grêve da maior parte dos trabalhadores das capatazias da Alfandega daquela cidade, por ter o inspector ordenado verbalmente ao chefe da 1ª secção que fizesse comparecer os empregados e trabalhadores e a repartição às 7 ½ horas da manhã, não permitindo mesmo que sahissem para almoçar. A ordem foi no mesmo dia modificada.⁶⁷²

Com a entrada de Santos na dinâmica capitalista ao longo das décadas de 1860 e 1870 por meio do trinômio “ferrovias – vapores – telegrafia”, o até então pacato porto aos poucos não só aumentava sua capacidade de exportação do principal produto da *hinterland* paulista, como também intensificava a circulação de pessoas e ideias. Com isso, as notícias de geadas no interior ou guerras e epidemias no exterior (que afetavam o preço das commodities) chegavam com rapidez, notícias de greves,

⁶⁷¹ Cf. GITAHY, Lúcia Caira. **Ventos do Mar**: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo: Unesp, 1992, p. 17-18. Ainda segundo Gitahy: “Ainda na última década do século XIX, sociedades mutualistas, um centro socialista pioneiro no País, e um “natimorto” partido operário socialista, alternam-se com as primeiras greves. [...] Os trabalhadores do porto ocupam um papel crucial nesta comunidade quanto neste movimento.”

⁶⁷² GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 21 abr. 1877, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

paralizações e motins que aconteciam em portos ao redor do mundo viajavam com mais intensidade, o que poderia incentivar o mesmo no porto de Santos⁶⁷³.

Santos não estava imune a essas convulsões sociais, e elas começaram pelos trabalhadores portuários, estando presentes também entre operários da construção civil, do transporte e do serviço público. Dentro desse espectro existe certa concordância sobre a hegemonia da mão de obra imigrante como catalizadora dessas manifestações. Inclusive isso foi corroborado pela versão dos fatos narrada pela imprensa e pelos memorialistas do evento dos “Quebra-Lampiões” em 1884, quando marcavam o *meeting* encabeçado por dois portugueses, mas também pela historiografia, que coloca a comunidade de portugueses, espanhóis e italianos como fundamentais para a criação da organização operária na cidade⁶⁷⁴.

Dois anos antes dessa revolta “Quebra-Lampiões” contra o poder público e a Cia. City, uma greve de menores proporções teria sido convocada por carregadores de café, num período em que esse grupo ainda era composto por escravizados de ganho, além de libertos, portugueses e espanhóis⁶⁷⁵. A paralização de novembro de 1882 foi divulgada apenas localmente, no *Diário de Santos* e no *Correio Paulistano*. Em 19 de outubro daquele mesmo ano, a delegacia de polícia executaria uma controversa Postura Municipal que marcava prazo de 15 dias para que todos os carregadores da cidade se apresentassem perante as autoridades policiais para tirar licenças individuais, pagando imposto municipal de 20\$000 (vinte mil réis) e sendo obrigados a trazer junto ao peito uma placa indicativa com um número⁶⁷⁶.

⁶⁷³ Não raro, paralizações no porto do Rio de Janeiro poderiam fazer eclodir greves em Santos e em outros portos, seja em solidariedade, seja por terem a mesma motivação.

⁶⁷⁴ Sobre o assunto ver: GITAHY, Lúcia Caira. **Ventos do Mar:** trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo: Unesp, 1992. SILVA, Fernando Teixeira. **Operários sem patrões:** trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. São Paulo: Unicamp, 2003.

⁶⁷⁵ Como já foi dito no Capítulo 4, Paulo Cruz Terra, acompanhado de vasta literatura internacional, relaciona o trabalho braçal e o carregamento de gêneros acima da cabeça como tradição das caravanas e comboios da África Central, sendo essa prática pouco usual em Portugal, onde era mais comum o transporte por carro de boi. O autor observou na documentação do Rio de Janeiro uma apropriação e substituição paulatina dessas turmas de escravizados Mina pela mão de obra branca europeia, principalmente portuguesa. TERRA, Paulo Cruz. **Tudo que transporta e carrega é negro?** Carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824 – 1870). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), 2007. FALOLA, Toyin. The Yoruba Caravan System of the Nineteenth Century. **International Journal of African Historical Studies**. Boston, v. 24, n. 1, 1991, p. 111-132.

⁶⁷⁶ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 19 out. 1882, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Passadas as duas semanas regulamentares, os carregadores se recusaram a pagar o imposto e, principalmente, a aderir às vexatórias placas⁶⁷⁷. Agrupando-se ao longo da rua da praia em frente às pranchas, recusavam-se a realizar os embarques de café, sendo assistidos em solidariedade por condutores de carroças, que também paralisaram os serviços naquele 3 de novembro a partir das 11 da manhã.⁶⁷⁸

Todo o commercio do porto ficou perturbado.
Os vapores que estavam carregando tiveram de suspender o serviço e um delles já sahio sem o carregamento de café que tinha de levar.
A praça do commercio pediu providencias a camara municipal que deve reunir-se para tratar do assumpto.⁶⁷⁹

A greve durou menos de 24 horas. Segundo a mesma matéria do *Correio Paulistano* do dia 4 de novembro, enquanto a municipalidade não revogou a Postura, “[...] houve numerosos ajuntamentos de carroceiros, grande movimento de povo nas ruas da cidade e muita algazarra”, tendo cessado as animosidades com a revogação do ato municipal na mesma tarde.

Com o crescimento da capacidade de exportação, modernização do porto e fluxo imigratório intenso, as greves a partir da década de 1890 tornaram a experiência da ocupação da rua nesse momento de revolta particularmente relevante para a análise que se propõe. O movimento de construção do novo cais pela Companhia Docas de Santos também seria um ponto de inflexão, visto que a empresa, que tinha à frente os fluminenses Candido Gafrée e Eduardo Guinle, aos poucos transformaria a paisagem portuária santista e monopolizaria as operações do porto paulista⁶⁸⁰.

No dia 17 de dezembro de 1889 um correspondente do *Jornal do Comércio* catarinense comentava sobre a agressividade da greve de trabalhadores de prancha do porto santista, que, pelas ruas do porto e adjacentes, buscavam apedrejar aqueles

⁶⁷⁷ A informação sobre as placas que deveriam ser utilizadas pelos carregadores viria a ser veiculada em uma seção de opinião no dia 7 de novembro do mesmo *Correio Paulistano*. Cf.: CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 7 nov. 1882, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

⁶⁷⁸ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 4 nov. 1882, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁷⁹ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 4 nov. 1882, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁸⁰ HONORATO, Cezar. **O polvo e o porto**: a Cia Docas de Santos (1888 – 1914). São Paulo: Hucitec, 1996.

que se propunham “[...] a trabalhar pelo preço que o comerciante entende pagar”⁶⁸¹. A paralização, portanto, não se justificava apenas pela perda monetária do empregador e pela suspensão do trabalho a ser executado; buscava-se também intimidar aqueles que discordavam da decisão da maioria pela paralisação. Aqui, assim como nas resistências apresentadas na seção anterior, o palco de disputas era a ocupação do espaço das ruas da região portuária.

As greves de 1891 em diante passaram a tomar proporções cada vez maiores, e com isso as formas de ocupar a cidade e as ruas dessas manifestações de resistência também mudaram. De todas as paralizações analisadas, a greve de maio de 1891 talvez seja a mais relevante para a análise que se busca. Com intensa cobertura da imprensa paulista e fluminense, o evento contém elementos relevantes para o entendimento dessa ocupação das ruas por grandes grupos de trabalhadores insatisfeitos. Além disso, foi apontada pela historiografia como a primeira greve geral a nível local, e considerada determinante para um certo nível de emergência para a organização operária na cidade de Santos⁶⁸².

Foi no dia 16 de maio de 1891 que o *Correio Paulistano* noticiou telegramas do dia anterior sobre a greve que estava se dando no principal porto do estado de São Paulo. Nesse dia paralisaram trabalhadores de prancha, do cais, do cemitério, matadouro e obras particulares; no mesmo dia ainda somaram à força grevista os trabalhadores das pedreiras que forneciam material para as obras de modernização do cais da Companhia Docas de Santos. Segundo relatores desses periódicos, em pouco tempo a situação tomou “proporções assustadoras”, forçando a Alfândega e a Mesa de Renda a fecharem, sob ameaça de ataques dos grevistas. Por isso, naquele dia todo comércio também paralisou, impossibilitado de seguir ativo em decorrência da intensa movimentação e ocupação das ruas⁶⁸³.

Foi reproduzido no *Correio Paulistano* um telegrama vindo da mídia fluminense que trazia texto do importante periódico da capital federal *O Nacional*, dando ainda mais detalhes sobre a ocupação da cidade após a deflagração da greve:

⁶⁸¹ JORNAL DO COMMERCIO. Santa Catarina, 17 dez. 1889, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁸² GITAHY, Lúcia Caira. **Ventos do Mar**: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo: Unesp, 1992, p. 59.

⁶⁸³ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 16 mai. 1891, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

SANTOS, 15

A gréve está ameaçadora. Tentativa de assaltos não realizados. A alfandega e bancos estão fechados; bem como os armazens da Estrada de Ferro Inglesa.

Grandes magótes de grevistas andam pelas ruas, precedidos de uma bandeira, intimando não aparecerem ao trabalho amanhã. Tendo sido assaltadas as obras do Cães, foram suspensas. O chefe de policia veio de manhã com o secretario e tres ordenanças.

Apenas viu tudo sem poder fazer nada, por ser imprevidente.

Consta que á tarde chega força, o que tem sobressaltado a população.

A policia é censurada.

Ha paralyzação completa e o numero de grevistas sóbe a 2.000. O Nacional⁶⁸⁴

No mesmo telegrama diziam que teria seguido para Santos um destacamento de força composto por 100 praças para conter os grevistas. Dois dias depois, o *Correio Paulistano* noticiaria que, com a notícia da chegada desse destacamento junto ao delegado de polícia, os paredistas se armaram em diversos cantos da cidade, ocupando estrategicamente ruas e praças e tentando cooptar mais categorias para adesão à greve. Com isso, conseguiram ainda incorporar os trabalhadores das pedreiras da Companhia Docas, além de constranger e persuadir a adesão daqueles que retornavam ao trabalho.

Era a maior greve de que se tinha notícia na cidade e porto de Santos. Além disso, no mesmo ano estava grassando na cidade um fortíssimo surto epidêmico de febre amarela que se arrastava desde 1889 e que, mesmo no inverno, não arrefecia e juntava-se aos casos de varíola. Os imigrantes europeus, maiores afetados pela febre, morriam às centenas e lotavam os hospitais de isolamento, misturados entre as classes que então conduziam a greve e marinheiros de navios estacionados no porto. Por isso, em uma situação tão calamitosa como a de 1891, não seria de se estranhar que os ânimos não esfriassem tão facilmente.

Seguiam pelas ruas de **S. Francisco, São Leopoldo, S. Bento, Largo de Monte Alegre**, mais de 400 homens, obrigando aos operarios que encontravam em serviço a largar o trabalho, com ameaças e espancando-os, quando estes não aderiam e não se encorporavam a elles.

O numero de grevistas crescia extraordinariamente.

⁶⁸⁴ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 16 mai. 1891, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Às 3 horas era superior a 600 homens; armados de páos, revolveres, alavancas, facas, navalhas, descansos de carroças, etc.

O boato alarmante foi chegando ao centro da cidade e, às 2 horas, mais ou menos, na **rua 24 de Maio**, um grupo superior a cem dirigiu-se às obras do cães, armados, tendo á frente bandeiras brancas e vermelhas, em gritos, em vozeria.

O mesmo grupo dirigiu-se ao escriptorio do orgam do governo onde estava o chefe de policia e ahi declarou cathegoricamente que não fazia desordens mas que não consentiria que os demais trabalhassem.

Em seguida, dirigiram-se para os lados do **Iitororó**, parando no edificio da escola da 3ª cadeira publica, onde conferenciou com os grevistas o sr. de Carlos Escobar, aconselhando-os a que fossem prudentes.

Seguiram então para a rua **S. Francisco** e acommetteram os empregados da Industrial de Santos, travando-se um tiroteio entre as duas forças; houve muitos tiros, pedradas, navalhadas, ficando feridos alguns individuos.

Avisada a autoridade, compareceu alli uma força de 32 praças, sob o commando do sr. capitão Carvalho, commandante do destacamento.

A força formou á distancia, em linha e os grevistas em grende numero internaram-se pelas mattas do **Monte Serrate**.⁶⁸⁵

As vias por onde os grevistas se movimentaram, praticamente todas as transversais que desaguavam na região mais movimentada do porto: S. Francisco, S. Leopoldo, S. Bento, Largo Monte Alegre e 24 de Maio. Com a atuação da polícia, os grupos de grevistas foram levados para regiões mais afastadas do porto, como a rua São Francisco, próxima às matas do Monte Serrat, que davam acesso às pedreiras da Companhia Docas de Santos, do outro lado do morro, no Jabaquara.

Nos dias que se seguiram à greve (ela duraria por mais de dez dias, a mais abrangente e longa até então), os conflitos ficariam concentrados longe da região portuária, próximos ao morro e às pedreiras. Foi lá que a situação escalou para violência, visto que, apesar das tentativas de diálogo por parte de alguns setores da sociedade, o governo estadual utilizou a força para tentar sufocar a greve. Foram diversos os confrontos, inclusive tiroteios, que, segundo a imprensa que cobriu os eventos, eram massivamente integrados por imigrantes portugueses e espanhóis. Entre tiros e navalhadas, muitos foram presos ou levados às enfermarias com ferimentos graves, incluindo algumas mortes. Por conta dessas prisões, foi feita uma

⁶⁸⁵ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 17 mai. 1891, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

ameaça anônima à sede da Associação Comercial de Santos por parte dos grevistas, que prometiam dinamitar o local caso as agressões e violências não cessassem.⁶⁸⁶

A contenção dos grevistas longe da área portuária parecia ter uma justificativa importante: recuperar o espaço ganho pelos grevistas, afastá-los das ruas que levavam às regiões de embarque e tentar cooptar trabalhadores que divergiam dos paredistas para furar a greve e retomar os carregamentos de café paralisados. Isso ficava claro quando se observava a movimentação paralela aos conflitos de cooptar “fura-greves” para retomar os trabalhos de embarque de café: turmas de “homens de cor” do Jabaquara, lideradas pelo líder do antigo quilombo Quintino de Lacerda, foram escaladas para o trabalho⁶⁸⁷. Segundo informações dos periódicos, esses trabalhadores não estavam acostumados com alguns trabalhos que já eram quase que totalmente dominados por imigrantes, como carregamento e embarque por pranchas e estivagem nos porões dos navios, fator determinante para o enfraquecimento da greve, que terminaria no dia 28 de maio com o total restabelecimento de todos os trabalhos portuários e, aparentemente, nenhuma exigência atendida.⁶⁸⁸

Embora as revoltas e greves desse período que antecede a organização sindical operária sejam consideradas pela historiografia como espontâneas, sem lideranças ou proposições claras – também conhecidas como “greves selvagens”⁶⁸⁹ –, cabe observar como esses movimentos se portavam na cidade e para com os espaços que buscavam ocupar. Subvertendo a ordem fixada pelos poderes, ocupavam as ruas e estabeleciam os territórios da greve e da revolta. Quando escalavam para a violência, buscavam invariavelmente locais simbólicos: na revolta “Quebra-Lampiões”, além de lampiões, foram quebradas todas as torneiras de chafarizes públicos, bondes foram lançados ao mar e as casas do presidente da Câmara e do gerente da companhia *City* foram apedrejadas.

⁶⁸⁶ GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 18 mai. 1891, p. 1. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁸⁷ Sobre essa questão, ver o Capítulo 4.

⁶⁸⁸ JORNAL DO COMMERCIO. Santa Catarina, 24 mai. 1891, p. 3. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁸⁹ As “greves selvagens” eram assim entendidas por não terem uma organização, tática ou liderança, nascendo da indignação comum entre os trabalhadores. Cf.: GITAHY, Lúcia Caira. **Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914**. São Paulo: Unesp, 1992.

No caso da greve de maio de 1891, ocupavam ruas vicinais ao porto e importantes para o escoamento do café, evitando que possíveis “fura-greves” retornassem ao trabalho. Mais do que isso, de uma maneira mais ampla, esse tipo de revolta e subversão da ordem estabelecida fazia com que uma massa de anônimos amplificasse sua voz e, mesmo sem reivindicações claras ou uma organização operária consistente⁶⁹⁰, marcasse presença nas ruas da cidade, ocupando espaços que por um breve momento tornavam-se seus territórios.

Cabe destacar que havia aqueles que permaneciam no anonimato. Ainda assim, com uma leitura atenta e a contrapelo da documentação, é possível revelar essas pessoas que eram ocultadas: mulheres, ex-escravizados ou até mesmo aqueles cuja procedência seria impossível designar pelos rastros deixados na documentação. Mesmo nesses relatos de greves, alguns indivíduos aparecem sem nome ou rosto definido: os “fura-greves” surgem apenas como “100 homens de cor” liderados por Quintino de Lacerda. Esse padrão não seria um acaso, era frequente a despersonalização de negros egressos da escravidão (ou mesmo escravizados, dependendo da década analisada), que tinham seus nomes omitidos da documentação, sendo conferida visibilidade apenas a uma ou outra liderança.

5.3 OS SEM NOME: INVISIBILIDADE E OCULTAMENTO

No dia 14 de janeiro de 1889, ocorreu em Santos um *meeting* que reuniu cerca de 500 ex-escravizados. Nessa ocasião, discursou Quintino de Lacerda, anfitrião da reunião, que buscava discutir e aprovar a seguinte moção contra o Império:

“Os homens de cor reconhecem que a abolição é obra do povo, e não da corôa; que os ex-escravos em todas as emergências devem estar ao lado do povo; que protestam contra os especuladores, que pretendem aliciar os pretos e armá-los contra os brancos em defeza de um governo que só soube perseguil-os.”⁶⁹¹

⁶⁹⁰ Lúcia Caira Gitahy, em análise thompsoniana, considera esse um processo embrionário da classe operária santista. Cf.: GITAHY, Lúcia Caira. **Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914**. São Paulo: Unesp, 1992.

⁶⁹¹ JORNAL DO COMMERCCIO. Santa Catarina, 22 jan. 1889, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Entre 1888 e 1889, diversas passeatas e *meetings* abolicionistas aconteceram na cidade de Santos. Diferentemente das revoltas de escravizados do interior ou das paredes de greve de imigrantes, que invariavelmente resultavam em cenas de violência, essas reuniões tinham tendência pacífica. Com ampla participação de setores das elites cafeeiras, esses comícios faziam com que pela primeira vez homens e mulheres negras ficassem no centro das discussões e pudessem se reunir e ter suas vozes amplificadas.

Os grupos de ex-escravizados eram, em geral, despersonalizados e colocados como grupos de “homens de côr”. Quintino de Lacerda foi, talvez, um dos únicos representantes a fugir da regra; em mais de uma ocasião apareceu como um líder ou um chefe, tendo seu nome estampado nas páginas de jornais. No dia 26 de agosto de 1888, quando se realizou uma conferência do Partido Republicano de Santos tendo como orador principal Silva Jardim, Quintino marchou ao lado do líder abolicionista e republicano⁶⁹². Todavia essa personalização não era estendida aos seus “irmãos de côr”, tendo Quintino sido um dos únicos ex-escravizados a ter seu nome exposto na documentação e a chegar à vida pública⁶⁹³, por conta de sua preponderância entre a população liberta na cidade.

Na documentação coletada para a construção da tese emerge uma população ignorada e, até então, invisibilizada, podendo ser identificada nos registros municipais a partir de uma leitura atenta a contrapelo. Escravizados e libertos, mulheres e pessoas em situação de vulnerabilidade em geral não eram registrados e personalizados, sendo muitas vezes ignorados; mesmo assim, com esforço de análise é possível localizar pontos que permitem evidenciar essas pessoas, seja pela menção indireta ou pela simples constatação de um sujeito oculto no discurso da municipalidade.

⁶⁹² “Durante toda a marcha o Dr. Silva Jardim dava o braço ao Sr. Quintino Lacerda, director da colonia de Jabaquara, em Santos, e que era o refugio de centenares de pretos fugidos nos tempos da escravidão.” Cf.: GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 27 ago. 1888, p. 2. Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁹³ Quintino de Lacerda chegou ao cargo de vereador durante a conturbada Intendência de 1892 – 1895. Isso, no entanto, não fez com que fosse questionado por ser ex-escravo. Sobre esse assunto, ver Capítulo 1.

Às vésperas do Natal de 1882, no dia 24 de dezembro, em um cortiço situado na Rua do Rosário nº 147, uma mesma pessoa foi tema de dois ofícios enviados à Câmara Municipal. Uma mulher “de côr preta” sobre a qual pouco se sabe, apesar de ser objeto principal dessas missivas; seu nome nem sequer foi registrado. A única informação revelada, além de seu gênero e cor, foi o fato de se encontrar em extrema vulnerabilidade e atacada pela varíola já em estado avançado. Em um dos documentos, Antonio Joaquim de Souza Guerra, em nome da Santa Casa, dizia que a mulher pereceria à míngua de recursos se não fosse prontamente socorrida e indicava que devia ser admitida no Hospital; já o médico da municipalidade, contrariando o pedido do irmão da Santa Casa, alertava que seu encaminhamento para a enfermaria daquele hospital era um risco, visto que a doença estava fora de controle, aconselhando o isolamento.⁶⁹⁴

Essas foram as únicas duas missivas que fizeram menção a essa mulher. Sem se saber seu destino – se o cemitério ou o isolamento –, a história da anônima corticeira é uma entre muitas sem desfecho que podem ser encontradas na documentação. Em contraste com registros sobre manifestações e revoltas, que, embora não focalizem uma ou outra pessoa, mas um grupo, traziam à tona pessoas invisibilizadas no cotidiano. Por vezes podiam figurar na documentação sem seu nome registrado, seja por esquecimento ou simplesmente por não serem importantes para que seus nomes fossem dignos de nota.

Em situações extremas, como no caso de uma mulher negra – que era escravizada ou liberta – em estado de indigência atacada por uma doença altamente contagiosa, tornava-se desnecessário que nomes fossem registrados pelos funcionários da municipalidade. No dia 23 de maio de 1896 o Inspetor Municipal descreveria a seguinte autuação que fez em seu quarto distrito: “Communico-vos [...] encontrei uma mulher vendendo charutos e cigarros, sem a competente licença desta Camara; a qual, logo que viu-me, abandonou a mercadoria [...]”⁶⁹⁵. A dita mulher foi autuada e a mercadoria, encaminhada para o depósito municipal, e só teria seus charutos e cigarros recuperados caso pagasse a multa competente. Como houve

⁶⁹⁴ SANTOS. Série 6.1.1 – Ofícios Solicitando Medidas Sanitárias, 24 dez. 1882, documento 0049. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos. SANTOS. Série 6.1.1 – Ofícios Solicitando Medidas Sanitárias, 24 dez. 1882, documento 0050. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁶⁹⁵ SANTOS. Livro de Comunicados ao Intendente Municipal, 1896 – 1897, n.p. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

autuação, seu anonimato não se deve ao fato de a infratora ter se evadido do local, mas à decisão do fiscal de mantê-la anônima.

Mulheres eram quase sempre ocultadas na documentação, não importando sua posição social. Em caso de maior prestígio, registrava-se o nome do marido, e se participavam em ação conjunta apareciam atreladas a esse. No episódio em que os Emmerich e os Fontana entraram em processo judicial contra Mathias Costa por conta de terras no Jabaquara, a questão fica clara. As partes que constavam no registro do processo eram “Benjamin Fontana e sua mulher”; mas no mesmo processo a parte dos alemães era representada por Felippina Emmerich, mãe de Antônio Emmerich. A razão era compreensível, visto que seu marido, Jacob Emmerich, morreu no ano 1882⁶⁹⁶. Nesses casos, acontecia de a mulher assumir os negócios da família e, assim, seu nome tendia a aparecer na documentação.⁶⁹⁷

São raros os casos na documentação de mulheres com nome e sobrenome, mas eles existem. No dia 26 de junho de 1878, Germana de Frias foi autuada e intimada pelo fiscal João Silveira de Oliveira Pinto a mandar demolir um sobrado que ameaçava ruína sobre duas casas vizinhas térreas, ao que respondeu que a Câmara fizesse o trabalho que a proprietária faria o pagamento da despesa.⁶⁹⁸ O caso foi um dos poucos encontrados em todo o período analisado de uma mulher, com nome e sobrenome, que lidou diretamente com alguma questão de interesse da municipalidade, de obras, construção ou qualquer outra natureza. Essas ocorrências iluminavam a participação de mulheres no cotidiano de Santos, encoberta por conta de uma invisibilidade causada pelo não registro de suas ações na (e para a) cidade.

⁶⁹⁶ Sobre esse assunto, ver Capítulo 4.

⁶⁹⁷ Divergindo da ideia hegemônica na sociedade oitocentista de que a viuvez implicaria improdutividade e velhice, diversos autores levantaram questões acerca da mulher que, ao perder o marido, rompia o modelo destinado à sua atuação social e invertia papéis estabelecidos, tornando-se, muitas das vezes, protagonista de narrativas históricas. Cf. BRANDÃO, Silmaria. **Linhas partidas:** viuvez, gênero e geração em Salvador (1850-1920). Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18539/1/Tese%20-%20Silmaria%20Souza%20Brand%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2021. POSSAS, Lídia M. V. **A Viuvez:** vivendo no limite entre a morte e a vida. Brasil e Argentina nos “Anos de Chumbo”. Anos 60 e 80. Tese (Livre-Docência), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília - SP, mai. 2014.

⁶⁹⁸ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização, 26 jun. 1878, documento 130. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

Um pouco menos rara, mas ainda assim definitivamente rarefeita e de difícil sistematização é a aparição de nomes de mulheres enquanto proprietárias de terrenos dos quais a municipalidade buscava se apropriar para o alargamento de ruas ou para a construção de prédios públicos. Merece destaque o caso de D. Anna Blandina da Silva Gordo, nome que permaneceu no esquecimento nos escritos de memorialistas santistas, tão ávidos pelo registro de biografias de homens notáveis. Seu nome apareceria constantemente na documentação pública entre os anos de 1876 e 1892: era de sua propriedade o terreno denominado “chácara da Philosophia”, adquirido pela municipalidade para a construção do cemitério e da enfermaria do Sabóó⁶⁹⁹.

A invisibilidade feminina na documentação das ruas de Santos deve-se, primeiramente, a uma proeminência masculina na ocupação dos espaços públicos. Por isso, mesmo atuando em funções visíveis no cotidiano, trabalhando como lavadeiras, quituteiras ou vendedoras ambulantes, eram invisíveis perante aqueles que faziam os registros municipais; no máximo, tinham sua infração registrada, mas com o nome ocultado. Ocupavam esses espaços como estratégia de sobrevivência, pois os costumes vigentes visavam desencorajá-las ou até constrangê-las a ocupar locais públicos. Por fim, acabavam invisíveis mesmo aquelas que ocupavam posição de prestígio, como proprietárias ou herdeiras de importantes fortunas, visto que inclusive após a viuvez muitas eram identificadas não pelo nome, mas tão somente como “viúva de” alguém.

Todavia, a ausência de seus nomes nos registros municipais não quer dizer que mulheres estivessem ausentes de tais espaços, principalmente aquelas de setores populares. O trabalho portuário masculino era composto por jornadas. Estivadores, trabalhadores de pranchas, ensacadores e até mesmo condutores de carroça tinham ganho incerto e sazonal. Por conta da característica do acúmulo de serviço na cidade no período da colheita do café, as entressafras podiam fazer minguar e até cessar o ganho familiar. Nesse cenário que as mulheres ganhavam as

⁶⁹⁹ SANTOS. Câmara Municipal. Livro de Registro de Ofícios, Officio a D. Anna Blandina da Silva Gordo sobre a venda da chacara dela, jun. 1876. Livro 1865 – 1880, p. 79. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

ruas e se lançavam a trabalhos situados no limite entre o privado e o público: lavadeiras, passadeiras, engomadeiras, costureiras de sacas, quitandeiras, quituteiras, entre outras.⁷⁰⁰

Sobre as lavadeiras, foi sensível a invisibilidade dessas mulheres na documentação pública, visto que uma das principais questões levantadas pela Intendência Municipal a partir da década de 1890 foi a da organização, sistematização e padronização do trabalho das lavadeiras. A lavagem de roupas era uma atividade essencial e que nunca cessava: famílias ricas utilizavam grandes quantidades de roupa branca no dia a dia, como roupas de cama, mesa e banho, além de suas próprias (homens, mulheres e crianças) que exigiam cuidado especial. Fora isso, o intenso movimento do porto, com grande número de navios que aportavam e solicitavam serviços dessas mulheres, transformou a atividade numa grande possibilidade de complemento familiar.⁷⁰¹

Elas agitavam o porto, movimentavam a cidade, pois em tempo hábil, antes da partida dos navios, as roupas deveriam retornar a bordo limpas, passadas e engomadas. As lavadeiras, algumas delas chefes de família, procuravam ampliar as fontes de subsistência num esforço para trazer à família recursos adicionais, vitais em caso de crise. Isto acarretou um aumento da atividade feminina, levando a essas mulheres a reproduzir as ocupações desenvolvidas nos quadros domésticos, como lavar, passar e engomar, atividades que passaram a constituir uma opção de ocupação remunerada, impondo-lhes uma jornada de trabalho ampla numa extensão de sua própria atividade doméstica e com ganhos parcos. Assim, procurando harmonizar o exercício da maternidade com atividades outras que lhes permitissem garantir a subsistência, as mulheres recorriam, entre outras, a esta estratégia de sobrevivência.⁷⁰²

Presentes na crônica diária dos periódicos, conhecidas personagens do imaginário popular e das ruas da cidade, contudo, as lavadeiras pouco figuravam na documentação. Em geral apareciam apenas enquanto um problema sanitário – o da lavagem de roupas em rios e mananciais da cidade – registrado nas atas. Esse problema devia ser sanado para que essas mulheres fossem colocadas no anonimato das ruas novamente.

⁷⁰⁰ MATOS, Maria Izilda Santos de. Santos, o porto do café: cidade, cotidiano e trabalho. **Revista Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. XXX, n. 2, p. 9-26, dez. 2004.

⁷⁰¹ Ibidem.

⁷⁰² Ibidem.

Tabela 7 – Prontuários médicos de mulheres da enfermaria especial aberta quando da epidemia de varíola (1887).

Nome	Classe	Idade	Est. Civil	Nacionalidade	Naturalidade	Residência	Objetos	Profissão	Cor	Alta	Molléstia
Madelena Maria da Graça	Pobre	20	Solteira	Brasileira	Santos	Duas Pedras	Roupa do corpo	Lavadeira	Preta	Sim	Variola
Juriqueta de Queróz	Pobre	25	Viuva de Ambrósio Queizós	Brasileira	Santos	Rua do Itororó	Roupa do seu corpo	Lavadeira	Preta	Sim	Variola
Anastasia	Pobre	7	Solteira	Brasileira	Espanhola	Duas Pedras	Roupa do Corpo	Lavadeira	Branca	Sim	Variola
Felizgarda Maria da Consusão	Pobre	26	Solteira	Brasileira	Hubatuba	Rua da Constituição, n 13	Roupa do Corpo	Lavadeira	Preta	Sim	Variola
Maria Jacinta do Espirito Santo	Pobre	20	Viuva de Jaçinto	Brasileira	Iguape	Rua do S. Leopoldo	Roupa do Corpo	Lavadeira	Branca	Sim	Variola
Benadicta Maria de Jezus	Pobre	25	Solteira	Brasileira	S. Sebastião	Rua da Constituição	Roupa do Corpo	Criada de servir	Preta	Sim	Variola
Seterberta Maria Roza	Empregada	40	Solteiro	Brasileira	Bertioga	Rua do Rozario	Roupa do corpo	Lavadeira	Parda	Sim	?
Augenia Paulina do Carvalho	Pobre	20	Solteira	Brasileira	Ubatuba	Rua do Chavier de Silveira	Roupa do corpo	Lavadeira	Parda	Sim	Variola
Frizbina da Silva	Pobre	17	Cazada com Silverio Bastos	Brasileira	Paranagua	Rua de São Francisco	Roupa do Corpo	Lavadeira	Parda	Sim	Variola
Rozilda Mendes dos Chejos	Pobre	26	Solteira	Brasileira	São Paulo	Rua de São Leopoldo	Roupa do Corpo	Criada de servir	Branca	Sim	Variola
Ritta Chandina	Pobre	25	Solteira	Brasileira	São Sebastião	Rua Constituição	Roupa do corpo	Lavadeira	Parda	Sim	Variola
Fausta Francisca do Espirito Santo	Pobre	38	Viuva de Joaquim antonio Moniz	Brasileira	Iguape	Rio Branco	Roupa do Corpo	Roceira	Branca	Sim	Variola
Quintina da Costa	Pobre	30	Viuva de João Amado Anastacio	Brasileira	São Sebastião	Rua do Rozario	Roupa do corpo	Lavadeira	Preta	Sim	Variola
Benta Querina de Jezus	Pobre	21	Solteira	Brasileira	São Sebastião	Rua Constituição	Roupa do corpo	Lavadeira	Branca	Sim	Variola

Existia um único tipo de documentação em que essas mulheres (fossem elas livres, escravizadas ou forras) apareciam com nome, sobrenome e profissão: os registros de atendimento médico por ocasião das epidemias. Foi possível fazer a sistematização dos prontuários médicos de uma enfermaria especial aberta pela municipalidade no ano de 1887, durante o surto de varíola daquele ano. O número de lavadeiras presentes na documentação foi massivo⁷⁰³. Exatamente por esse motivo a presença rarefeita e despersonalizada dessas mulheres na documentação é ainda mais estranha, haja vista a presença massiva dessas trabalhadoras nas ruas (e nas enfermarias) da cidade. Entretanto, a higienização parecia mais urgente que sua humanização, conferindo-se, então, maior visibilidade à sua profissão e ao possível perigo delas para com a propagação de doença. A partir da década de 1890 se construiriam lavanderias a vapor, consideradas higiênicas, não representando um perigo para a sociedade.

Um outro indicativo de invisibilidade de populares no cotidiano da cidade na passagem do Império para a República estava na circulação e apreensão de animais. O uso de bestas, mulas, muares e bois para auxiliar no trabalho de transporte de gêneros era bastante comum, e muitas vezes apenas um ou dois animais poderiam significar importante renda para pessoas sem posses.

No dia 14 de julho de 1882 o fiscal da Câmara Municipal comunicou ter encontrado uma besta morta na região da Vila Nova. Como não foi possível identificar seu dono “por estar a tempo abandonada”, o animal foi enterrado no mesmo local onde o fiscal o achara.⁷⁰⁴ Alguns meses depois, em 29 de janeiro de 1883, uma cena parecida: uma besta foi recolhida ao depósito público e começou a contar o prazo estipulado no artigo competente das Posturas Municipais para que o dono a recuperasse. Como ninguém reclamou pelo animal, dado seu estado debilitado de saúde, o presidente da Câmara deu ordem de “largar esse animal para além da ponte do Cubatão”.⁷⁰⁵

Existiam dois cenários: animais encontrados débeis e doentes, abandonados possivelmente por gerarem um custo excessivo para seus donos, eram soltos na

⁷⁰³ SANTOS. série 6.3.1 – Ofícios Informando Procedimento para Atendimento Médico, 1887. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁷⁰⁴ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização, 14 jul. 1882, documento 216. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁷⁰⁵ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização, 26 jan. 1883, documento 217. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

cidade à própria sorte; outros, encontrados perfeitamente sadios, eram vendidos pela municipalidade em praça pública se não fosse satisfeito o pagamento da multa aplicada, acrescida dos custos com alimentação do animal no depósito municipal.

O abandono de animais impossibilitaria que se conhecesse a identidade de seus donos, mas os dois cenários observados na documentação e descritos anteriormente levam a alguns questionamentos. Um animal abandonado doente poderia significar gastos, mas isso não necessariamente indicaria que esse antigo dono não pudesse gastar com seu sustento; talvez não compensasse tendo em vista que o animal não mais poderia gerar recursos como antes. No entanto, qual seria a explicação para animais sadios que, soltos pela cidade, eram capturados pela municipalidade e vendidos em praça pública?

No dia 20 de abril de 1896, o fiscal Manoel Faustino da Silva comunicou ao Intendente que levou “em hasta publica” dois dias antes um par de animais que se achavam recolhidos no depósito municipal e não haviam sido retirados. No leilão, um “macho tordilho” foi vendido por 75 mil réis. Dias antes o mesmo fiscal tinha comunicado uma grande apreensão de animais que, por vagarem nas ruas, haviam sido recolhidos ao depósito:

Communico-vos que fiz recolher ao deposito municipal, por andarem vagando na rua Bras Cubas, entre a rua Izolamento, em completa infracção do art. 65 do Codigo de Posturas; 3 mulas turdilhas, 2 pangaré, estando 1 com as duas [ilegivel] doentes, 2 mulas pretas, 2 pelo de Ratto, 1 macho pinhão, 1 pello de ratto, 1 mula rozilha mascarada, 1 egua andorinha com uma cria, e 1 cavallo rosso.⁷⁰⁶

Como já foi dito, muitos desses animais eram deixados para trás, sendo impossível saber a origem de seus donos, se grandes ou pequenos proprietários. Um dos motivos para o abandono de animais sadios poderia ser o alto custo para reavê-los da custódia da municipalidade. Três cabras que foram levadas ao depósito municipal por terem sido encontradas vagando pela rua Bittencourt em 16 de maio de 1896 ficaram detidas até que sua dona (nome não revelado pela documentação)

⁷⁰⁶ SANTOS. Livro de Comunicados ao Intendente Municipal, 1896 – 1897, n.p. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

pagasse a quantia de 42 mil réis, sendo 30 mil de multa e 12 mil pelos custos das diárias durante o período de permanência no depósito.⁷⁰⁷

Outro questionamento possível sobre esses donos sem rosto e invisíveis na documentação seria a respeito dos animais como um entrave à modernização da cidade. A visão emergente na documentação era diferente daquela que o poder público e as elites queriam propagandear em fotografias e cartões-postais, apresentando uma cidade que se europeizava em sua arquitetura e em seu espaço urbano, ao mesmo tempo que escondia a circulação dos animais pelas ruas. Era uma preocupação dessas elites o ordenamento e a higienização do espaço público, incluindo a presença de animais de forma controlada e dentro de uma ordem prevista em leis⁷⁰⁸.

Muito presentes na iconografia como coadjuvantes, puxando carroças que regurgitavam café, a documentação apresenta os animais como protagonistas em uma cidade confusa e caótica de idas e vindas de carros de madeira puxados a muares, além da condução de gado vacum, caprino ou suíno para o abastecimento da cidade. Esses animais, longe de serem controlados, vagavam pelas ruas e arrabaldes.

Para se entender a dinâmica de mudanças em certos espaços da cidade, cabe notar a alteração de sentidos dados para espaços como a Praça dos Andradas. Até a década de 1860 o local era intitulado como “Campo da Chácara” e utilizado como pasto para muares. Com a mudança da Casa de Câmara e Cadeia em meados daquela década para essa área, um esforço de mudança nos usos desse espaço foi feito: em julho de 1870 foi contratada uma obra que buscava refazer as sarjetas das ruas adjacentes (inclusive uma nova rua aberta até o largo), aterrar e nivelar toda a área, canalizar as águas de um córrego que

⁷⁰⁷ SANTOS. Livro de Comunicados ao Intendente Municipal, 1896 – 1897, n.p. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁷⁰⁸ Para esse assunto, ver: PEREIRA, David Durval Jesus. **A cidade dos “bichos”**: poder público, sociedade e animais em Belém - PA (1892 – 1917). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Pará - UFPA, Belém, 2015.

por ali passava e tornavam o local um charco e, em especial, cuidar do passeio em frente ao paço da Câmara⁷⁰⁹. Nesse momento, o local já tinha ganhado novo nome: Praça Andrada ou, como se conhece atualmente, Praça dos Andradas. Ao longo das décadas seguintes, foi paulatinamente arborizado e urbanizado, tendo sido ajardinado à moda inglesa em 1882⁷¹⁰, tornando-se local de grande atenção, diferentemente do pasto para animais que havia ali anteriormente.

O “formoseamento” da Praça Andrada, que anos antes funcionava como pasto para animais, poderia ser usado como um balão de ensaio para se entender como a municipalidade tentava mudar como os animais interagiam com a cidade. Mas já foi visto que entre a Câmara legislar e a mentalidade da população de fato alterar-se para o entendimento pretendido era uma distância considerável.

No dia 13 de novembro de 1884, o fiscal João Feliciano mandaria retirar “duas bestas de João de Andrade Bastos para o depósito por andarem na Praça Andradas vagando”⁷¹¹, sendo que o proprietário dos animais pagou então a multa, aplicada de acordo com o artigo 65. No documento correspondente, duas questões devem ser observadas: primeiro, o conflito em relação ao uso proposto para a recém-ajardinada Praça Andrada; outra é a presença do nome e sobrenome do dono das bestas. Ora, como em alguns casos o nome do proprietário era conhecido e em outros não? Cabe destacar que muitas vezes donos de animais eram carroceiros, ou seja, proprietários de carros puxados por bestas e mulas para carregamento de cargas na cidade. Esses podiam ser proprietários apenas de uma carroça, mas podiam ter mais de uma e diversos funcionários para conduzir seus carros.

⁷⁰⁹ SANTOS. Livro de Registro de Offícios, 1870, p. 55a. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁷¹⁰ Diferentemente do jardim geométrico francês, o jardim inglês tem como característica a arborização permeada de alamedas em nó, concretizada pela primeira vez no Brasil com o passeio público do Rio de Janeiro, em 1862. Cf.: MARQUES JÚNIOR, Arnaldo Ferreira. **Campo, parque, jardim: transformações do espaço público urbano - a Praça Visconde de Mauá em Santos 1740-1940.** Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Para mais sobre esse assunto, ver: MARINS, Paulo C. Garcez; SCHPUN, Mônica Raíssa. Introdução - Para além dos trópicos e dos consensos: atores, práticas e questões na história dos parques e jardins no Brasil. **Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material**, 25(3), 2017, 9-18.

⁷¹¹ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização, 13 nov. 1884, documento 278. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

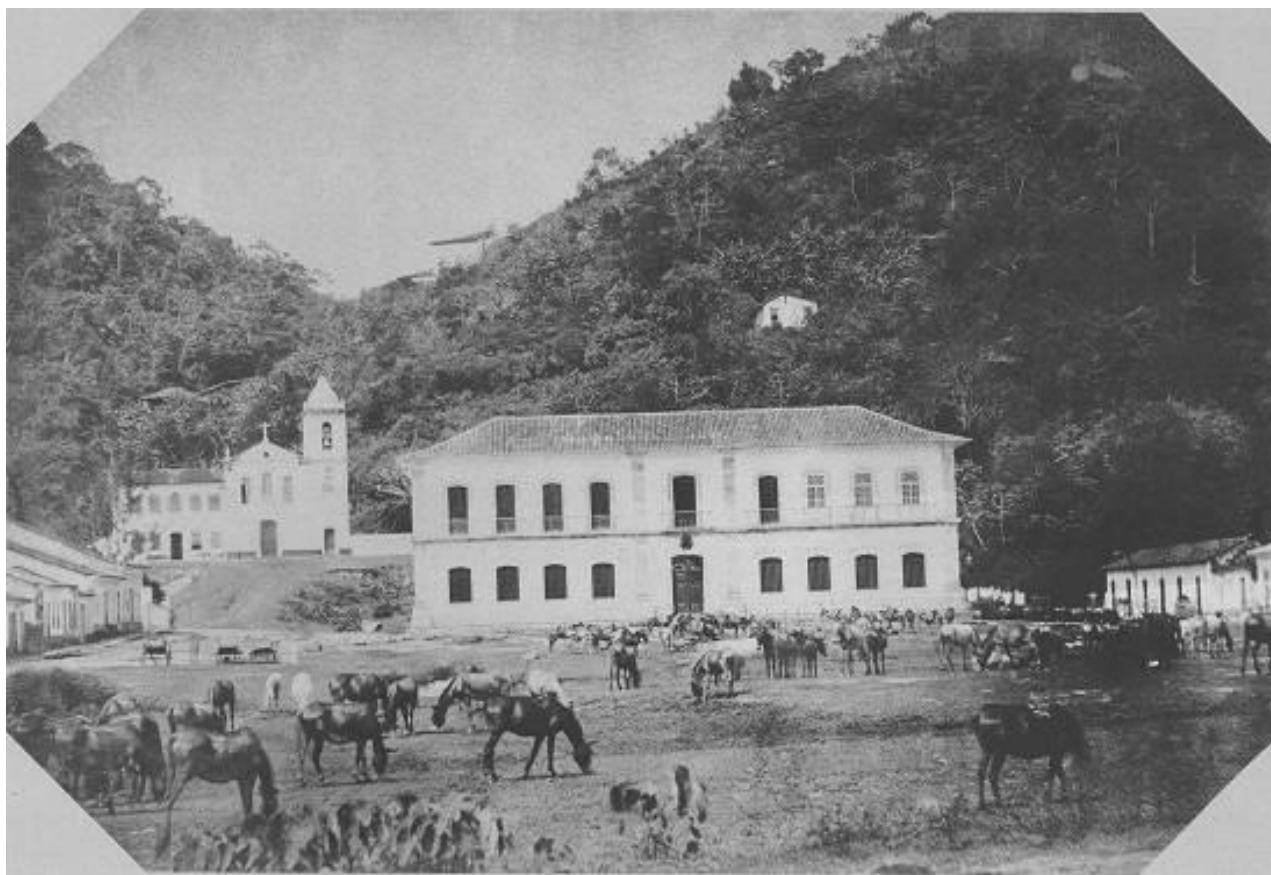


Figura 27 – Antigo Campo da Chácara, que funcionava como um campo de pastagem para muares e foi transformado no período na Praça dos Andradas, c. 1867.⁷¹²

⁷¹² Fotografia de Militão Augusto de Azevedo. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.



Figuras 28, 29 e 30 – Vistas internas da Praça dos Andradas já arborizada, c. 1920.⁷¹³

⁷¹³ Autor desconhecido. Acervo Museu do Café.

Condutores de bondes e de carroças eram quase sempre mantidos no anonimato. Tal fato se dava, talvez, pois geralmente eram trabalhadores negros assalariados recém-egressos da escravidão. A diferença de tratamento fica mais evidente quando se observam escravizados e senhores sendo autuados: as Posturas previam pena de reclusão aos que feriam seus dispositivos, mas no caso de escravizados essa pena poderia ser convertida em chibatadas aplicadas pelo senhor.

O condutor “[escravo] de Manoel Venancio das Neves” foi preso por não vir adiante de seu animal, guiando-o, como previam as Posturas. Sabe-se que a prisão foi efetivada, pois na relação de ocorrências do fiscal sua autuação aparecia marcada com o termo “cumpriu”. O relatório do fiscal ainda continha mais informações:

Por infracção do art. 111 foi recolhido a prisão por 4 dias **um escravo de Antonio Cruz (Cumprio)**

Por infracção do art. 37 foi recolhido a prisão por 24 horas um **conductor de carros de Manoel Venancio Neves (cumprio)**

Por infringir o art. 6º da lei nº 21 de 30 de Março d’este anno forão multados

√ José Antonio Bastos

√ Manoel José Ferreira

Por infringir o mesmo artigo [art. 6 da lei n. 21 de 30 de março de 1874] foi recolhido a prisão por 24 horas **um menor escravo de José Antonio Bastos (cumprio)**⁷¹⁴

Além disso, novamente a questão do anonimato se fazia presente. Todos os condutores têm seus nomes ignorados na documentação. “Um escravo **de** Antonio Cruz”, “Um condutor de carros **de** Manoel Venancio”: em todos os casos relacionados quem aparecia era o nome do senhor ou patrão, o nome do contraventor não era mencionado. Pode-se ver essa lógica da cidade escravista como uma constante quando, em 23 de janeiro de 1896, o inspetor de veículos Julio Alves Nascimento multou os carros de propriedade de José Novita na quantia de 10 mil rés por andarem na contramão⁷¹⁵; a multa não era direcionada ao condutor, que nem sequer era identificado, mas aos carros de José Novita.

Tendo em vista ainda o caso apresentado no começo do capítulo do condutor de bondes que parou a rua para descarregar café, questiona-se a existência de

⁷¹⁴ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização, documento 164 (grifo nosso). Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁷¹⁵ SANTOS. Livro de Comunicados ao Intendente Municipal, 1896 – 1897, n.p. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

“favorecimentos” nas autuações de Posturas, haja vista que a atitude do condutor de carroças anônimo pode ser considerada bastante incisiva para uma resistência individual. Essa questão da organização urbana entre animais e carroças, apresentada anteriormente, colide com interesses das elites cafeeiras.

Em 1893 foi proposto que, para organizar o trânsito de carroças que buscavam o café recém-chegado na Estação da Estrada de Ferro, os carros fizessem fila e recebessem senhas (de 1 a 1.000), uma vez que cenas consideradas lamentáveis ocorriam constantemente. Na sessão do dia 18 de maio de 1893 o Intendente Augusto Basto comunicou que esses bilhetes estavam sendo falsificados para carroças entrarem no pátio da estação, e que isso vinha “de casas [comissárias] importantes e tidas como sérias”.⁷¹⁶

Trabalhadores apresentados como anônimos e sem rosto, nome ou identificação nas fontes podiam ter papel preponderante no cotidiano e, muitas vezes, acabavam infringindo leis e normas de forma impune. Por isso, quando se diz que o carroceiro – ou melhor, o condutor de carroças – era o personagem mais visível do cotidiano santista na passagem do Império para a República, apesar de sem nome, refere-se a essa força e preponderância que tinham nas ruas da cidade.

Em julho de 1882, o fiscal do segundo distrito dizia que apenas com o auxílio do delegado de polícia conseguiu “regularisar o serviço de transito de vehiculos nas principaes ruas, harmonizando-os; de forma que todos trabalham sem hostilizarem-se”. Em novembro de 1884, o mesmo fiscal fez pedido formal ao delegado:

[...] para que ordenasse todos os dias 2 praças rondar na rua de Santo Antonio e rua 25 de Março [Direita], visto por varias vezes procurar praças e não encontrar, [...] para cessar os abusos dos carroceiros trancando ruas não dando passagem os bond de paçageiros, respondeu-me que tomasse os numero do carro e mandasse diser porque não tinha praça.⁷¹⁷

Desde o Código de Posturas de 1883, carroças e carros de bonde deveriam ser identificados com seu número de matrícula, que adquiriam no momento de retirar a licença que os autorizava a rodar pela cidade. Essa numeração facilitava que os fiscais da Câmara os identificassem para autuação em caso de transgressões.

⁷¹⁶ SANTOS. Atas da Intendência Municipal. 29ª Sessão, 18 mai. 1893. Livro manuscrito 1892 – 1894, p. 84-87. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁷¹⁷ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização, 13 nov. 1884, documento 278.

Entretanto, uma reclamação bastante comum desses inspetores era a de que condutores conscientemente cobriam os números de suas carroças com panos, sacas ou simplesmente recolhiam a placa, dificultando assim a fiscalização.⁷¹⁸

Os carroceiros e condutores, que por um breve momento pareciam ser elementos residuais⁷¹⁹ da cultura portuária santista (assim como seus animais de carga), fadados ao desaparecimento com o advento do bonde na cidade na década de 1870, seriam, todavia, figuras pujantes da cidade na virada do século XIX para o XX. Santos se tornaria a “cidade das carroças”, dada a quantidade delas nas ruas⁷²⁰. Os condutores de carroça com seus animais eram, talvez, as figuras mais visíveis da documentação e da iconografia santista à época.

A despeito dessa visibilidade, muitas vezes o condutor de carroças era um sujeito histórico oculto na documentação. No caso que se apresentou no início deste capítulo, sobre aquele condutor que parou a rua para descarregar seu café e impediu o curso do bonde, se estivessem trabalhando por conta própria, o condutor e até mesmo o caixeiro podiam ter sido presos ou arcado com uma pesada multa. Um dado a ser ressaltado: sabia-se o nome e sobrenome do caixeiro, João de Souza Medeiros. O condutor permaneceu anônimo, embora fosse central na confusão gerada, já que foi ele quem estabeleceu “que a carroça só seria retirada quando ficasse desocupada”.

Condutores de carroças e bondes faziam parte de uma parcela mais pobre ou remediada da população, e eram contratados por negociantes estabelecidos na praça ou pela própria Companhia City. A disputa que se viu acontecer provavelmente era por espaço de atuação dos contratantes, mas lá na ponta quem a desempenhavam eram os seus contratados, que, em busca de algum privilégio, eram protegidos por seus contratantes em alguns casos ou, em outros, jogados à própria sorte.

⁷¹⁸ SANTOS. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização, documento 220. Acervo Fundação Arquivo e Memória de Santos.

⁷¹⁹ “O residual, por definição, foi efetivamente formado no passado mas ainda está ativo no processo cultural, não só como elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente. Assim, certas experiências, significados e valores que não se podem expressar, ou verificar substancialmente, em termos da cultura dominante, ainda são vividos e praticados a base do resíduo – cultural bem como social – de uma instituição ou formação social e cultural anterior.” Cf. WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 125.

⁷²⁰ PEREIRA, Maria Aparecida Franco. Santos, cidade das carroças (fim do século XIX). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** - ANPUH. São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300868183_ARQUIVO_ARTIGO%20CARROCHAS_FINALC.F.22MAR2011.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2013.

Este capítulo apontou questões relativas à rua, constituindo uma arqueologia do espaço público como arena de disputa. Partindo de atitudes “cínicas” contra funcionários públicos, quando pessoas tentavam dissuadir os fiscais das autuações por meio de esquivas argumentativas, buscaram-se lacunas abertas pelo poder público para o diálogo entre o munícipe e a fiscalização. Partindo da visibilidade para a invisibilidade, tentou-se entender como insubordinações individuais ganharam destaque quando feitas em grupos, discutindo os contrastes das resistências individuais e coletivas.

As questões de invisibilidade motivaram buscas de registros e de questões na documentação, no desafio de identificar sujeitos históricos atuantes em eventos anotados na documentação municipal, mas que não possuíam seus nomes registrados. O termo “invisível” utilizado na historiografia, além de impreciso, é polissêmico, podendo ser entendido em três ordens diferentes: a invisibilidade cultural, a legal e a espacial⁷²¹, que nos registros analisados certamente se sobrepõem. Buscando a contrapelo na documentação a presença daqueles que deliberadamente tiveram seus nomes suprimidos, pensa-se contribuir para uma historiografia do cotidiano que compreenda as complexidades do viver a rua na passagem do Império para a República em Santos.

⁷²¹ MATOS, Maria Izilda Santos de; Oswaldo Truzzi; CONCEIÇÃO, Carla Fernandes. Mulheres imigrantes: presença e ocultamento (interiores de São Paulo, 1880-1930). **Revista Brasileira de Estudos de População**. Belo Horizonte, v. 35, n. 3, 2018, p. e0045. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/qygMSMQLfjnQF7k5fL6hBBH/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 27 out. 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese perseguiu as transformações da rua enquanto expressão do cotidiano de Santos na passagem do Império para a República. A busca poderia ter sido simplesmente pelas transformações urbanas, materiais, de uma cidade colonial em direção à *belle époque*; Posturas Municipais que alteraram normas referentes à largura das vias me levaram àquelas que regulavam a circulação, os costumes urbanos, entre outros. Da letra fria da lei, focalizei a contravenção, a burla e o momento fugaz das tensões de personagens conhecidos e desconhecidos.

A documentação de que me vali foram, em grande parte, papéis públicos produzidos pelas Câmaras e Intendências Municipais entre os anos de 1883 e 1897: atas de reuniões de vereadores, correspondências com outros poderes e, principalmente, documentação gerada pelos fiscais que realizavam rondas diárias nas ruas da cidade observando contravenções às normas municipais. Esses últimos, conhecidos como inspetores distritais, foram por muitas vezes meus guias pelas sinuosas ruas do centro urbano de Santos, focalizando por meio de seus relatórios fragmentos de tensões do cotidiano.

O período estudado foi um momento privilegiado para a compreensão das transformações da rua, sendo esse o maior destaque da documentação analisada e, notadamente, o centro do fazer histórico e do cotidiano. Cada registro que focalizava esse espaço, por mais fragmentadas que fossem as discussões ali presentes, ou que os nomes citados em princípio não fossem conhecidos (ou até estivessem ocultos), era passível de ser costurado em uma trama para o entendimento da cotidianidade. Foi na confusão entre sujeitos históricos conhecidos, desconhecidos e anônimos que observei uma possível “arqueologia da rua”.

Na passagem do Império para a República a cidade adquiriu uma centralidade no que diz respeito à atração de pessoas, por conta do aumento do fluxo de exportação de gêneros, em especial o café. O aumento populacional no período foi flagrante, o que fez com que a cidade se tornasse um caldeirão de novas formas de viver o cotidiano e a vida urbana, entre imigrantes e migrantes. Santos passou de uma cidade de aproximadamente 10 mil habitantes em 1870 para cerca de 90 mil em 1910, provenientes de diferentes partes do país e do mundo. Diversas práticas culturais

entravam em colisão com grupos de elites que visavam a homogeneização do viver urbano.

Alguns elementos foram determinantes para que Santos se tornasse um porto de grande porte e central nos negócios tanto de São Paulo como do Brasil como um todo: o estabelecimento da Estrada de Ferro São Paulo Railway (1867), o estabelecimento de escalas de navios transatlânticos (1870), as comunicações telegráficas internacionais pela Western Telegraph Co. (1874) e a remodelação do ancoradouro de navios pela Companhia Docas de Santos (1892). Serviços como transportes por bondes, abastecimento de água via encanamentos particulares, a instalação de encanamentos de esgoto, entre outros, aportaram na cidade ao longo das últimas três décadas do século XIX.

Para além de um polo de exportação de café, Santos tornou-se um centro financeiro e de informações, atraindo pessoas de diversas partes do país e do mundo. A cidade atraiu trabalhadores, como também homens de negócios, comerciantes e especuladores, por sua condição estratégica tanto política como financeira. Foi nas décadas de 1880 e 1890 que a cidade de fato entrou na dinâmica capitalista internacional, adquirindo status de um dos portos mais importantes do país, juntamente com o da capital Rio de Janeiro.

Não só a atividade portuária, mas como resultado dela, as ruas da cidade em sua materialidade adquiriram também uma atenção especial por parte das Câmaras e Intendências Municipais durante as décadas estudadas. A necessidade de abrir novas vias, alargar as antigas, assim como remodelar os calçamentos e edificações da antiga cidade colonial estava entre as informações mais comentadas nas sessões do Conselho Municipal. Embora as principais reformas urbanas tenham se intensificado nas primeiras décadas do século XX, com a definitiva consagração da Campanha Sanitária e a aplicação do plano de canais e esgotos, assim como a reconstrução de antigos logradouros, alargamento de ruas e praças, foi possível identificar importantes ações que visavam o mesmo fim no período estudado.

A aquisição de edifícios para desapropriação, demolição das fachadas e alargamento de vias foi tônica desde pelo menos o fim da década de 1870. Uma das primeiras obras de grande porte foi a demolição das casas que formavam as antigas ruas Setentrional e Meridional, visando ampliar o espaço de circulação de carroças na área, onde foi construído o novo edifício da Alfândega, inaugurado em 1881. Outras

vias transversais que levavam à região portuária também foram paulatinamente alargadas, além de uma preocupação maior com o alinhamento dos edifícios que fossem construídos nas ruas que estavam sendo abertas fora do perímetro urbano. As primeiras avenidas foram, aos poucos, incorporadas no vocabulário da municipalidade: Ana Costa e Conselheiro Nébias, que buscavam a região da orla da praia da Barra, assim como a Rangel Pestana e Taylor, perpendiculares.

Em um primeiro momento, focalizei a rua enquanto espaço material. Utilizei, antes de mais nada, os Códigos de Posturas como ponto de partida para entender que tipo de normas eram aplicadas ao espaço público. Apesar de ser uma legislação bastante comentada pela historiografia, pouco se escreveu sobre esse dispositivo legal. O intuito era responder a algumas questões que, apesar de objetivas, pareciam-me lacunares: processo legislativo municipal e suas diferenças entre o Império e a República, número de compilações existentes ao longo do século XIX, quais áreas da vida cotidiana afetavam essas normativas, entre outras. Entretanto, existe ainda campo para ampliação do estudo das Posturas Municipais, em especial no período do Império, pela forma como a Doutrina de Tutela amarrava a atividade legislativa das Câmaras Municipais, gerando uma quantidade expressiva de correspondências entre as municipalidades e as Assembleias Municipais, sendo um campo ainda pouco explorado.

As ações de desapropriação, alargamento e demolição visavam também uma transformação material que apagasse a memória colonial das fachadas de pedra e cal que eram predominantes. Ficou perceptível uma disputa de narrativas entre monarquistas e republicanos para com a nomeação de vias públicas e praças, visto que esse processo se iniciou ainda na década de 1860 e foi aprofundado na virada do século XIX para o XX. No entanto, foi evidenciado um direcionamento estético constante que almejava linearidade, simetria e racionalidade no entendimento do poder público, mantido entre as legislaturas do Império e da República.

A análise da documentação e o diálogo com a historiografia deixaram evidente que o modelo urbanístico e arquitetônico perseguido pela municipalidade santista foi uma leitura brasileira da urbanização europeia, notadamente aquela feita na França pelo barão de Haussmann, utilizando-se da Capital Imperial (e depois Federal) como exemplo. Todos os serviços contratados para Santos (bondes, encanamento, esgoto, calçamentos) traziam, invariavelmente, a seguinte especificação: à semelhança do

serviço realizado na cidade do Rio de Janeiro. A sede do governo foi um dos primeiros locais a receber diversos tipos de modernizações urbanas trazidas da Europa, além de ser centro da atividade política e cultural do país à época, sendo “a imagem mais acabada da civilização nacional”. Em outras palavras, a *belle époque* santista foi uma tradução da urbanização europeia feita por engenheiros e médicos fluminenses.

No que diz respeito ao entendimento das elites locais, sua circulação e sua influência na elaboração de leis que direcionavam a transformação urbana, foi possível adentrar terreno ainda pouco explorado pela historiografia. Os estudos que privilegiaram o período das últimas décadas do século XIX ofereceram poucos subsídios para a compreensão dessas elites dirigentes e econômicas, fazendo-se necessária a incursão em uma documentação ainda pouco explorada e o cruzamento de informações da documentação do Arquivo Público de Santos com aquelas encontradas em jornais e periódicos sobre a vida desses homens públicos. Visto que a intenção era tão somente realizar uma prosopografia para o entendimento da circulação e estabelecimento de redes, percebe-se nesse ponto uma lacuna que ainda carece de outros olhares, principalmente na perspectiva da história política e econômica.

O principal trabalho feito no âmbito da história política em Santos ainda é da lavra de dois memorialistas, Francisco Martins dos Santos e Costa e Silva Sobrinho. Em seus trabalhos existem informações muito importantes, principalmente para quem deseja entender a formação das elites republicanas na virada do século XIX para o XX. No entanto, os silêncios existentes a respeito de alguns sujeitos históricos, principalmente aqueles filiados ao Partido Conservador Imperial, revelam uma série de ocultamentos que ainda precisam ser estudados.

A prosopografia foi um elemento que permeou outras seções da tese, permitindo identificar redes de solidariedade (que muitas vezes se mostravam intermunicipais e até transnacionais). Nesse processo foi possível entender como se organizavam e as possíveis tensões que geravam no cotidiano das ruas da cidade. Partindo do mesmo pressuposto da existência de rastros e indícios em jornais e periódicos deixados pela ação de homens públicos, pude encontrar informações de pessoas silenciadas, ocultadas e que não necessariamente participavam da vida pública da cidade: imigrantes, em sua maioria, que adquiriram pequenas fortunas na

administração de habitações coletivas, assim como aqueles que se dedicaram a outras atividades capitalistas de maior relevo.

Ao perseguir corticeiros imigrantes, foi possível perceber que seu destaque não estava nas páginas de jornais ou em elogios nas atas do conselho municipal. Essas pessoas figuravam em denúncias da má condição de salubridade de suas habitações, vistorias de funcionários públicos que constataavam as más condições de higiene, além da constante superlotação desses locais, o que contribuía para a proliferação de doenças epidêmicas.

O discurso da municipalidade se apresentava de forma a dialogar com as circunstâncias: ora autoritário, ora negociável. Essa dinâmica se explicitava principalmente na fiscalização de habitações coletivas, como se o discurso público contra esse tipo de moradia fosse se adaptando às novas circunstâncias e endurecendo à medida que as epidemias se tornavam cada vez mais insustentáveis. Além disso, percebeu-se que o próprio termo “cortiço” adquiriu sentidos amplos, poderia significar qualquer local onde existissem pessoas em vulnerabilidade que se encaixassem nas ditas “classes perigosas”: cocheiras, bordéis, botequins e casas de pasto, entre outros.

O “espaço de diálogo”, o vácuo de poder entre a constatação da infração, autuação e recurso da multa, foi perseguido em boa parte dos capítulos desta tese. Protagonistas como o português Mathias Costa e o líder Jabaquara e ex-escravizado Quintino de Lacerda foram determinantes para entender como pessoas fora do campo dos poderes constituídos poderiam atuar no limite da legalidade. O cultivo de redes por vezes fazia com que existissem poderes paralelos, e a ação desses grupos poderia gerar intimidação – o caso do avanço das cercas das propriedades do português, ultrapassando limites e entrando nas terras do quilombo, e os ataques à colônia de portugueses por ex-escravizados sinalizavam uma cultura que ia além da letra da lei e da norma.

Permanecem latentes na documentação, no entanto, os conflitos raciais no pós-abolição. As tensões entre nacionais e estrangeiros, bem retratadas na historiografia que versa a respeito da cultura urbana da Primeira República no Rio de Janeiro e em São Paulo, em Santos contam poucas e tímidas análises. Essas questões devem ser estudadas à luz da formação de um movimento de trabalhadores portuários que se organizaram em movimentos sindicais coesos, buscando entender

os ocultamentos, afastamentos e aproximações nos grupos étnicos que se formavam na cidade.

A perseguição desses grupos e redes foi determinante para entender uma faceta da invenção e reinvenção dos costumes nas ruas da cidade. A busca por sujeitos históricos ocultados pela documentação, invisíveis para a municipalidade, foi uma das tônicas desta tese. Entender quando um nome e sobrenome era registrado em um documento permitiu, por vezes, entender o destino dado para a autuação: saber quando uma pessoa possuía prestígio, ou era apadrinhada ou afiliada a uma rede, era entender o contexto de uma disputa ou tensão. Focar em nomes e sobrenomes fez com que se destacasse quando em um documento se produziam ocultamentos: negros, mulheres, pessoas em situação de vulnerabilidade e não afiliados a nenhum grupo.

A busca pelos invisíveis foi determinante para, principalmente, entender como o estabelecimento de territórios na rua era dinâmico, dissuadindo a ideia de um cotidiano estático e repetitivo e a criação/aplicação de regras e normas feitas de forma impositiva e aceitas passivamente. O que se observou foi uma expressiva quantidade de documentos que registravam resistências variadas, que estabeleciam uma negociação intensa das classes populares com os agentes da municipalidade.

Uma questão relevante suscitada pela documentação foi a quantidade de novas práticas culturais que surgiram no discurso da municipalidade e eram passíveis de autuações e punições. A imagem de cidade ideal formava-se nas duas últimas décadas do século XIX, gerando um discurso contra aspectos identificados no corpo social que depunham contra a civilidade e a moralidade. Isso não quer dizer que pescadores, ambulantes, lavadeiras e demais personagens que foram identificados não existissem nos anos anteriores; muito pelo contrário, isso significa que tais práticas se tornaram um incômodo a partir da transformação da percepção que as elites dirigentes tinham das ruas da cidade. Sua visibilidade nos registros municipais estava condicionada a um discurso que visava seu desaparecimento.

Por isso, a construção da tese visou também chamar atenção para esses casos descritos no último capítulo, de uma população ignorada, invisibilizada e sem nome. Diversas histórias puderam ser recuperadas, mesmo que por um fragmento de documento ou um momento fugaz de contravenção identificado pela leitura atenta a contrapelo dos registros, mas não puderam ter o nome de seus autores registrado.

Escravizados, libertos, mulheres, pessoas em situação de vulnerabilidade documentados como centrais nas narrativas, mas ignorados no registro de seus nomes. Com esforço de análise foi possível localizar e evidenciar essas pessoas, seja pela menção indireta ou pela simples constatação de um sujeito oculto dentro da construção do discurso da municipalidade.

No entanto, ainda existem potencialidades múltiplas nesse e em outros períodos para o estudo de invisibilidades e protagonismos de personagens anônimos na História de Santos. A leitura a contrapelo da documentação, buscando o vácuo de poder da municipalidade, é um recurso metodológico ainda pouquíssimo aplicado na análise dos registros públicos. Os apontamentos desta tese, aqui finalizada, com as leituras feitas da documentação, ainda podem ser aprimorados com o olhar atento de historiadores por meio da análise do discurso tanto das elites como dos populares mediante os recursos às autuações recebidas.

Finalmente, penso que esta tese contribuirá para a historiografia da cidade, do cotidiano e dos costumes urbanos. Ao analisar um período da passagem do Império para a República, conturbado pela instabilidade política e propício para o surgimento de tensões por conta do crescimento acelerado e desordenado do acanhado centro urbano, busquei na arena pública da rua visões contraditórias como elemento para o entendimento da cidade. As táticas de sobrevivência da população, seja por meio de redes de solidariedade ou por meio da contravenção solitária, foram aspectos-chave que permitiram evidenciar essas trajetórias que, de outra forma, poderiam permanecer invisíveis na documentação.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I – Fontes Documentais

Acervo Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional

A ACTUALIDADE. Rio de Janeiro, 22 out. 1863, p. 2.

A CONSTITUINTE: ORGAM LIBERAL. São Paulo, 25 set. 1879, p. 2.

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 8 jun. 1891, p. 1.

A FEDERAÇÃO. Rio Grande do Sul, 6 jun. 1887, p. 1.

A FEDERAÇÃO. Rio Grande do Sul, 28 jun. 1888, p. 1.

A NAÇÃO. São Paulo, 2 mar. 1898, p. 2.

A NOTICIA. Rio de Janeiro, 24 fev. 1904, p. 1.

A REGENERAÇÃO. Santa Catarina, 9 jan. 1881, p. 1.

A REGENERAÇÃO. Santa Catarina, 20 out. 1888, p. 2.

A REGENERAÇÃO. Santa Catarina, 21 mai. 1889, p.1.

A TRIBUNA. São Paulo, 31 mar. 1968, p. 20.

Almanach Provincia de São Paulo: Administrativo, Commercial e Industrial. São Paulo, 1884, p. 549.

Almanach Provincia de São Paulo: Administrativo, Commercial e Industrial, 1886, p.71.

Almanach Provincia de São Paulo: Administrativo, Commercial e Industrial. São Paulo, 1888, p. 595.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1866.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1868.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1871.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1872.

Alamank Adminstrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1877.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1874.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1876.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1878.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1881.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1882.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1883.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1885.

Almanak da Provincia de São Paulo. São Paulo, 1873.

Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1896, p. 678.

Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1899, p. 1680.

Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro, 1900, p. 370.

BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1873, p. 836.

BRAZILIAN REVIEW. Rio de Janeiro, 11 jul. 1911, p. 690.

CAMPEÃO LUSITANO. Rio de Janeiro, 19 out. 1889, p. 2-3.

CARBONARIO. Rio de Janeiro, 27 ago. 1886, p. 2.

CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 12 jul. 1889, p. 3.

COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 12 out. 1898, p. 1.

CONSTITUCIONAL. São Paulo, 14 abr. 1875, p. 1.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 15 dez. 1901.

CORREIO DA TARDE. Rio de Janeiro, 3 abr. 1895, p. 2.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 24 abr. 1862, p. 1.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, 4 jun. 1863, p. 3.

Correio mercantil, e instructivo, politico, universal. Rio de Janeiro, 11 mar. 1853, p. 4.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 12 mai. 1855, p. 4.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 12 set. 1856, p. 3.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 16 set. 1857, p. 4.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 24 jun. 1863, p. 3.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 9 jul. 1864, p. 4.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 30 out. 1864, p. 3.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 27 nov. 1864, p. 2.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 27 dez. 1865, p. 1.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 5 abr. 1868, p. 1-2.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 12 dez. 1869, p. 1.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 19 mai. 1872, p. 2.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 6 abr. 1873, p.2.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 24 abr. 1873, p. 2.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 16 set. 1875, p. 2.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 24 nov. 1876, p. 3.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 5 ago. 1877, p. 2.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 15 mai. 1879, p. 1.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 23 nov. 1880, p. 2.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 2 mar. 1882, p. 3.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 21 jun. 1882, p. 2.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 19 out. 1882, p. 1.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 4 nov. 1882, p. 3.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 7 nov. 1882, p.2.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, n. 7898, 20 jan. 1883.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 4 fev. 1883, p. 2.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 3 jan. 1884, p. 2.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 28 mar. 1884, p. 3.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 20 jun. 1884, p. 1.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 22 out. 1884, p. 3.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 3 mar. 1885, p. 3.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 13 mai. 1885, p. 1.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 29 out. 1886, p. 2.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 10 ago. 1887, p. 2.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 10 ago. 1887, p. 2.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 15 jan. 1888, p. 2.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 29 abr. 1888, p. 3.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 9 mar. 1888, p. 3.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 17 jun. 1887, p. 2.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 29 jul. 1888, p. 2.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 23 set. 1888, p. 1.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 11 jan. 1890, p. 3.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 22 fev. 1891, p. 6.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 28 fev. 1891, p. 4.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 3 mar. 1891, p. 2.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 19 mar. 1891, p. 1.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 16 mai. 1891, p. 1.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 17 mai. 1891, p. 2.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 11 jun. 1891, p. 1.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 4 out. 1892, p. 4.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 15 abr. 1893, p. 1.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 2 out. 1894, p. 1.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 11 dez. 1894, p. 3.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 21 abr. 1895, p. 2.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 17 jun. 1897, p. 2.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 15 fev. 1898, p. 1.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 30 mar. 1915, p. 4.
CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 6 out. 1929, p. 14.

CORREIO PORTUGUEZ. Rio de Janeiro, 19 out. 1889, p. 2-3.
CORREIO PORTUGUEZ. Rio de Janeiro, 19 out. 1889, p. 2-3.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 25 mai. 1859, p. 3.
DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 22 ago. 1884, p. 3.

DIARIO DE NOTICIAS. "Contra a Monarchia". Maranhão, 16 fev. 1888, p. 2.

DIARIO DE NOTICIAS. Pará, 26 mai. 1896, p.2.

DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 11 mai. 1889, p. 2.
DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 11 mai. 1889, p. 2.

DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 12 set. 1893, p. 1.
DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 12 set. 1893, p. 1.
DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 13 mai. 1889, p. 3.
DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 14 mai. 1890, p. 1.
DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 14 mar. 1871, p. 2.
DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 18 out. 1885, p. 1.
DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 26 jan. 1894, p. 2.
DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 26 jan. 1894, p. 2.
DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 26 mar. 1889, p. 1.
DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 27 fev. 1886, p. 1.
DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 8 out. 1887, p. 1.
DIARIO DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 6 jan. 1890, p. 2.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife, 27 ago. 1876, p. 1.

DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 25 ago. 1865, p. 1.
DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 20 out. 1868, p. 1.
DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 31 out. 1868, p.2.
DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 10 mar. 1869, p. 2.
DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 10 mar. 1869, p. 2.
DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 19 out. 1865, p. 2.
DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 29 abr. 1870, p. 2.
DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 25 abr. 1871, p. 3.
DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 29 fev. 1872, p. 2.
DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 2 mar. 1873, p. 1.
DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 1º jul. 1876, p. 1.
DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 10 nov. 1876, p. 4.
DIARIO DE S. PAULO. São Paulo, 11 jun. 1873, p. 1.

DIARIO DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 29 set. 1889, p. 1.
DIARIO DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 19 jan. 1890, p. 3.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 13 jan. 1857, p. 1.
DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 14 jul. 1862, p. 2.
DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, jan. 1863, p.1.
DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 12 ago. 1870, p. 3.
DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 26 ago. 1871, p. 3.
DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 23 nov. 1873, p. 1.

DIARIO NACIONAL. Rio de Janeiro, 12 ago. 1886, p. 3.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 16 jun. 1885, p. 3.
GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 15 abr. 1886, p. 2.
GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 8 jun. 1887, p. 2.
GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 7 abr. 1895, p. 1.

GAZETA DE CAMPINAS. Campinas, 20 jul. 1871, p.2.
GAZETA DE CAMPINAS. Campinas, 5 set. 1872, p. 3.

GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 21 abr. 1877, p. 1.
GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 2 mai. 1877, p. 2.
GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 4 abr. 1879, p. 1.
GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 11 mai. 1879, p. 2.
GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 20 nov. 1879, p. 1.
GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 21 mar. 1881, p. 1.
GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 23 jan. 1883, p. 2.
GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 21 abr. 1888, p. 2.
GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 27 ago. 1888, p. 2.
GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 8 set. 1882, p. 2.
GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 18 mai. 1891, p. 1.
GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 22 mai. 1891.
GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 7 jun. 1892, p. 1.
GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 6 dez. 1895, p.2.
GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 17 ago. 1900, p. 3.

ILLUSTRAÇÃO PAULISTA. São Paulo, n. 3, 1º mai. 1881, p. 20.

JORNAL DA TARDE. São Paulo, 1º fev. 1879, p. 2.
JORNAL DA TARDE. São Paulo, 29 ago. 1880, p. 1.
JORNAL DA TARDE. São Paulo, 1º jul. 1881, p. 2.

JORNAL DE RECIFE. Recife, 14 set. 1882, p. 1.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 20 mai. 1891, p. 1.
JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 9 mai. 1893, p. 1.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 23 abr. 1860, p. 4.
JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 8 ago. 1860, p. 2.
JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 18 abr. 1867, p. 4.
JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 3 mai. 1877, p. 2.
JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 12 mai. 1886, p. 2.
JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 30 jul. 1888, p. 1.
JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 11 mai. 1889, p. 2.
JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 4 mar. 1890, p. 3.
JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 15 mai. 1892, p. 4.
JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 9 nov. 1894, p.12.

JORNAL DO COMMERCIO. Santa Catarina, 11 jun. 1886, p. 1.
JORNAL DO COMMERCIO. Santa Catarina, 19 ago. 1887, p. 1.
JORNAL DO COMMERCIO. Santa Catarina, 22 jan. 1889, p. 2.
JORNAL DO COMMERCIO. Santa Catarina, 17 dez. 1889, p. 2.
JORNAL DO COMMERCIO. Santa Catarina, 24 mai. 1891, p. 3.

LAVOURA E COMMERCIO. São Paulo, 27 fev. 1898, p. 2.

MINAS GERAES: ORGAM OFFICIAL DOS PODERES DO ESTADO. Belo Horizonte, 22 set. 1894, p. 6.

MENDONÇA, Carvalho de. Chronica. **Indicador Santista**. São Paulo, 1887, p. 24-25.

NOVIDADES. Rio de Janeiro, 26 set. 1887, p. 1.

Novo Almanach de São Paulo para o anno de 1883. São Paulo, 1882, p. 266.

O CEARENSE. Fortaleza, 28 mai. 1872, p. 3.

O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 22 ago. 1893, p. 1.

O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 13 dez. 1893, p.1.

O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 3 jul. 1894, p. 1.

O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 4 jul. 1894, p. 1.

O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 8 jul. 1894, p. 1.

O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 12 jul. 1894, p. 1.

O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 17 jul. 1894, p. 1.

O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 18 jul. 1894, p. 2.

O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 20 jun. 1894, p. 1.

O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 12 ago. 1898, p. 2.

O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 23 jul. 1899, p. 2.

O COMMERCIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 13 mai. 1909, p. 2.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 6 ago. 1890, p. 2.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 27 dez. 1947, p. 73.

O ECONOMISTA. Rio de Janeiro, 3 dez. 1882, p. 2.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 9 mai. 1880, p. 2.

O GOVERNISTA. São Paulo, 13 mai. 1851, p.1.

O LIBERAL DO PARA. Pará, 12 mar. 1887, p. 2.

O MERCANTIL. São Paulo, 19 mar. 1851, p. 3.

O MERCANTIL. São Paulo, 27 ago. 1851, p. 4.

O MERCANTIL. São Paulo, 19 set. 1890, p. 4.

O MERCANTIL. São Paulo, 26 fev. 1891, p. 4.

O MERCANTIL. São Paulo, 15 mar. 1891, p. 1.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 17 mar. 1886, p. 2.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 15 set. 1885, p. 3.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 16 set. 1893, p. 1.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 18 ago. 1891, p. 4.

O POPULAR. Periódico Noticioso. São Paulo, 26 jun. 1879, p. 1.

O PUBLICADOR PAULISTANO. São Paulo, 2 jun. 1858, p. 2.

O VINTE DOUS DE MAIO. São Paulo, 7 nov. 1872, p. 3.

O YPIRANGA. São Paulo, 9 jul. 1868, p. 2.

PACOTILHA. Maranhão, 12 fev. 1889, p. 3.

PHAROL. Minas Gerais, 26 nov. 1886, p. 1.

REVISTA COMMERCIAL. São Paulo, 21 mai. 1872, p. 4.

SANTOS COMMERCIAL. Santos, 19 jun. 1895, p. 2.

SANTOS COMMERCIAL. São Paulo, 12 jul. 1895, p. 2.

SANTOS COMMERCIAL. São Paulo, 19 jul. 1895, p. 2.

SANTOS COMMERCIAL. Santos, 16 out. 1895, p. 1.

SANTOS COMMERCIAL. São Paulo, 28 de jul. 1895, p. 1.

THE ANGLO-BRAZILIAN TIMES. Rio de Janeiro, 24 nov. 1880, p. 4.

THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 15 jan. 1885, p. 2-3.

THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 5 jul. 1887, p. 4.

THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 15 jul. 1887, p. 5.

THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 24 ago. 1887, p. 4.

THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 24 jun. 1888, p. 4.

THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 15 mar. 1888, p. 1.

THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 24 jun. 1889, p. 2.

THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 29 jun. 1889, p. 4.

THE RIO TIMES. Rio de Janeiro, 16 jun. 1890, p. 3.

THE RIO NEWS. Rio de Janeiro, 12 jul. 1892, p. 3.

THE RIO TIMES. Rio de Janeiro, 3 mar. 1896, p. 7.

TRIBUNAL LIBERAL. Maranhão, 11 mai. 1886, p.3.

TRIBUNAL LIBERAL. Maranhão, 13 mai. 1889, p. 3.

TRIBUNAL LIBERAL. Maranhão, 16 jan. 1889, p. 1.

Acervo do Arquivo Público Municipal – Fundação Arquivo e Memória de Santos

COLEÇÃO de leis e Posturas Municipaes aprovadas pela Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo. **Resolução 103**. São Paulo: Typographia Americana, 1870, p. 197-212.

COLEÇÃO de leis promulgadas pelo governo provincial. **Resolução 43 - Código de posturas da Camara Municipal da cidade de Santos**. São Paulo, 1883, p. 173-186.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Livro de Atas 1869 – 1874 (manuscrito).

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Livro de Atas 1883 – 1887 (impresso).

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Livro de Atas 1888 – 1889 (manuscrito).

SANTOS. Intendência Municipal de Santos. Livro de Atas 1890 – 1892 (impresso).

SANTOS. Intendência Municipal de Santos. Livro de Atas 1892 – 1894 (manuscrito).

SANTOS. Intendência Municipal de Santos. Livro de Atas 1894 – 1895 (manuscrito).

SANTOS. Intendência Municipal de Santos. Livro de Atas 1896 – 1897 (manuscrito).

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Livro de Registro de Ofícios. 1840 – 1850.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Livro de Registro de Ofícios. 1865 – 1880.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Livro de Registro de Ofícios. 1870 – 1880.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Livro de Registro de Ofícios. 1880 – 1890.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 3.2.1 – Requerimento de Indústria e Profissão, 1881.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 3.4.2 – Autos de Infração por Violação de Posturas, 1856 – 1889.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 3.4.4 – Autos de Vistoria de Imóveis e Logradouros Públicos, 1812 – 1884.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 3.4.6 – Requerimentos de recurso. Documento 012. Santos, set. 1876.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 3.4.6 – Requerimentos de recurso, 1854 – 1889.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 3.4.7 – Relações de Ocorrências de fiscalização, 1831 – 1889.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 6.1.1 – Ofícios solicitando Medidas Sanitárias, 1828 – 1889.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 6.3.1 – Ofícios Informando Procedimento para Atendimento Médico, 1882-1887.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 6.4.1 – Pareceres Apresentados e Emitidos pela Comissão de Higiene e Saúde, 1846 – 1889.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 7.2.1 – Abaixo Assinados Solicitando Serviços de Água e Esgoto, Documento 0028, 1887.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Série 7.3.8 – Dossiê de Construção do Cemitério do Saboó, 1882 – 1889.

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Código de Posturas, 1847 [manuscrito].

SANTOS. Câmara Municipal de Santos. Código de Posturas, 1857 [manuscrito].

SANTOS. Intendência Municipal de Santos. Código de Posturas, 1897 [manuscrito].

SANTOS. Intendência Municipal de Santos. Livro de Comunicados ao Intendente Municipal, 1896 – 1897, n.p.

Acervo da Assembléia Legislativa de São Paulo

SÃO PAULO (Estado). ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Departamento de Documentação e Informação. Acervo Histórico. **Alteração de Posturas Municipais**. 1836. Disponível em: <<http://bit.ly/2nKpRBY>>. Acesso em: 14 out. 2019.

SÃO PAULO (Estado). ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Departamento de Documentação e Informação. Acervo Histórico. **Emendas às**

Posturas de Santos. 1832. Disponível em: <<http://bit.ly/2MdsGoD>>. Acesso em: 14 out. 2019.

SÃO PAULO (Estado). ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Departamento de Documentação e Informação, Acervo Histórico. **Redação das Posturas da Câmara Municipal da Vila de Santos aprovadas pelo Conselho Provincial em 1º de Janeiro.** 1834. Disponível em: <<http://bit.ly/2IOIHiP>>. Acesso em: 14 out. 2019.

SÃO PAULO (Estado). ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Departamento de Documentação e Informação, Acervo Histórico. **Autorização de despesas para calçamento da cidade ao padrão de paralelepípedos.** São Paulo, 1881. Disponível em: <<http://bit.ly/37qlAag>>. Acesso em: 14 out. 2019.

SÃO PAULO (Estado). ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Departamento de Documentação e Informação, Acervo Histórico. **Requerimento pedindo aplicação de Posturas.** São Paulo, 16 fev. 1883 (grifo nosso). Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorioAH/Acervo/Alesp/Imperio/Falp_308/CP83_024.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2020.

SÃO PAULO (Estado). ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Departamento de Documentação e Informação, Acervo Histórico. **Alterações para Posturas Municipais de Santos.** São Paulo, 1836. Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorioAH/Acervo/Alesp/Imperio/esp-097/CP36-014.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

Outros acervos

A PROVINCIA DE SÃO PAULO. São Paulo, 24 dez. 1884, p. 1. Acervo Estadão.

BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil. Decreto nº 3.024, de 25 de novembro de 1880. Disponível em: <<https://bit.ly/3hPrG75>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Lei de 1º de Outubro de 1828. Rio de Janeiro, 1828. Disponível em: <<http://bit.ly/2vSOOip>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

BRITISH and foreign state papers (1850-1851). Compiled by the librarian and keeper of the papers, foreign office. London: James Ridgway and Sons, Piccadilly, 1863, p. 356. Disponível em: <<http://bit.ly/36ZlbYj>>. Acesso em: 29 out. 2019.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino:** aulico, anatomico, architectonico... Vol. 8. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728, p. 390-391.

COELLO, Carlos V. The present sanitary conditions at Guayaquil with special reference to yellow fever. Third General Session of the American Public Health Association at the Fiftieth Annual Meeting. **The American Journal Of Public Health**. Washington, v. 12, n. 3, mar. 1922. Disponível em: <<https://bit.ly/3CNWosH>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

FONTANA, Benjamin. **Idéas, lembranças e indicações para extinguir a escravidão no Brazil**. Salvar a propriedade e educar os libertos afim de serem cidadãos uteis. Santos: Typographia Commercial, 1865. Disponível em: <<http://bit.ly/2xAgztJ>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

GERMANIA. São Paulo. 2 mai. 1888, p.1. Acervo UNESP. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bitstream/handle/10/24766/germania-1888-0035.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 2 dez. 2021.

RIBEIRO, Julio. **A Carne**. São Paulo: Martin Claret, 1999. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/A%20Carne.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2021.

NOVO MILÊNIO. Jornal eletrônico. Vias públicas de Santos/SP. Rua do Consulado. s/d. Disponível em: <<http://bit.ly/33BWtgH>>. Acesso em: 15 out. 2019.

PORTO. Câmara Municipal. Registo do testamento com que faleceu Francisco Ferreira Limbres, 16 de março de 1882. Acervo Arquivo Municipal do Porto. Disponível em: <<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/17505/>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

PROVINCIA DE SÃO PAULO. São Paulo, 24 dez. 1884, p. 1. Acervo O Estado de São Paulo.

SANTOS. Recenseamento da cidade e município de Santos em 31 de dezembro de 1913. Santos, 1914. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0296a.htm>>. Acesso em: 1º ago. 2019.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Juízo Cível da Comarca de Santos. Acção de Esbulho. Autores: D. Felippina Emmerich, Benjamin Fontana e sua Mulher. Réus: Mathias Costa de Azevedo, Samuel Alves de Azevedo e suas mulheres. Santos: Typographia a vapor do “Diario de Santos”, 1887, p. 6.

WALLE. Paul. **Au pays de l'or rouge: L'état de São Paulo (Brésil). Ses ressources - ses progrès - son avenir. Étude générale économique et descriptive**. Paris: : Augustin Challemeil, 1921.

II – Bibliografia

AGULHON, Maurice. Nouveaux propos sur les statues de “grands hommes” au XIX^e siècle. **Romantisme**. Paris, n. 100, 1998, p. 11-16. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/roman_0048-8593_1998_num_28_100_3286>. Acesso em: 15 set. 2019.

ALVARO, Guilherme. **A campanha sanitária de Santos, suas causas e seus efeitos**. São Paulo: Casa Duprat, 1919. Disponível em: <<https://bit.ly/2Lgf8ao>>. Acesso em: 8 mai. 2020.

ALVES, Alexandre. A imprensa na cidade de Santos: 1849-1930. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, p. 39-62, dez. 2007, p. 54. Disponível em: <<http://bit.ly/39bv5ZD>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

AMARAL, Giana Lange do. Os maçons e a modernização educativa no Brasil no período de implantação e consolidação da República. **História da Educação**. Porto Alegre v. 21 n. 53, set./dez. 2017, p. 56-71. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6115076.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

AMORIM, Pietro Marchesini. **A medicina social e as medidas sanitárias em Santos (1870-1889)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História, Sociedade e Cultura), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

ANTUNES, Livia de Lauro. **Sob a Guarda Negra**. Abolição, raça e cidadania no imediato pós-abolição. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2019.

AZEVEDO, Edison Telles de. Vultos Vicentinos. **Subsídios para a História de São Vicente**. São Paulo: Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1972.

BARROS, António Augusto Salgado de. Os canos na drenagem da rede de saneamento da cidade de Lisboa antes do terramoto de 1755. **Cadernos do Arquivo Municipal**. Lisboa, 2^a série, n. 1, jan./jun. 2014, p. 85-105.

BASTOS, Sênia Regina. **A cidade por seus moradores: ação e participação dos moradores na administração da cidade de São Paulo, na segunda metade do século XIX**. Tese (Doutorado em História), PUC-SP, São Paulo, 2001.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Hausmann tropical - A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

_____. **Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz/Editora UFRJ, 1999.

BERTHOLD, Victor M. **Histoire du Télégraphe au Brésil (1851-1921).** Disponível em: <<http://bit.ly/370UnYI>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

BETHELL, Leslie. **Brazil Empire and Republic, 1822-1930.** Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

BLUME, Luiz Henrique dos Santos. **Moradia da população pobre no final do século XIX.** Dissertação (Mestrado em História), PUC/SP, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/2XDMFzl>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

BOMTEMPI, Bruno. Usos da prosopografia para a história dos intelectuais da educação. **Educação e Filosofia.** Uberlândia, v. 33 n. 67, jan./abr. 2019. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/47897>>. Acesso em: 3 jun. 2021.

BORIN, Monique Félix. Os passeios da Rua Barão de Iguape: disputas na implementação dos equipamentos viários em São Paulo no fim do século XIX. **Anais do Museu Paulista: História e cultura material.** São Paulo, v. 27, 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/144965>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

BRANDÃO, Silmaria. **Linhas partidas: viuvez, gênero e geração em Salvador (1850-1920).** Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18539/1/Tese%20-%20Silmaria%20Souza%20Brand%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2021.

BRODY, Jeanne. La rue comme forme. In: BRODY, Jeanne (Org.). **La rue.** Paris: Presses Universitaires du Mirail, 2005.

CABANEL, Patrick. Les catholiques dans la rue: l'église et le controle de la voie publique em France (XIX^e-XX^e Siècles). In: BRODY, Jeanne (Org.). **La rue.** Paris: Presses Universitaires du Mirail, 2005.

CALEFFI, Anderson Manoel. A Intendência Municipal e a Constituição Política de Santos de 1894: uma representação de República. In: FARIA, Luiz Henrique Portela; PEREIRA, Maria Aparecida Franco (Orgs.). **Santos na modernidade capitalista (1870-1930): novas abordagens e releituras de velhas fontes.** São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

CAMARGO, Daisy. Sob sol, chuva e moscas: os quiosques na cidade de São Paulo (1880-1910). **Antíteses.** Londrina, v. 3, n. 5, jan.-jun. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2UbBM9I>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

CARMO, Bruno Bortoloto do. **Entre Fiscais e Multas**: experiências urbanas através das posturas municipais (1870 – 1890). São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

CARRIÇO, José Marques. O Plano de Saneamento de Saturnino de Brito para Santos: construção e crise da cidade moderna. **Risco** - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, n. 22, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHAIA, Vera. A longa conquista do voto na história política brasileira. **Texto e Contexto**. São Paulo, s/d. Disponível em: <<http://bit.ly/37639Fe>>. Acesso em: 18 fev. 2020.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHARTIER, Roger. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, 1995.

_____. **A História Cultural**: entre Práticas e Representações. Difel: Alges, 2002.

CHOULI, Eleni. La gestion des eaux pluviales urbaines en Europe: analyse des conditions de développement des techniques alternatives. **Planète et Univers [physics]**. Ecole des Ponts ParisTech, 2006 (tradução nossa). Disponível em: <<http://bit.ly/2UuRUmS>>. Acesso em: 9 dez. 2019.

COELHO, Maria Cândida de Pádua; SCHULZ, Almiro. O advento da República e a Educação Superior no Brasil: uma mentalidade nova integrada pelo espírito do século e nas exigências do tempo. **História da Educação**. Pelotas, n. 17, p. 97-118, abr. 2005. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4062663.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

COSTA E SILVA SOBRINHO. **Santos Noutros Tempos**. São Paulo: IHGSP, 1953.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. O porto do Rio de Janeiro no século XIX: Uma realidade de muitas faces. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF. Rio de Janeiro, nº 8, agosto de 1999. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg8-7.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2014.

CURTIN, Philip D. The End of the "White Man's Grave"? Nineteenth-Century Mortality in West Africa. **The Journal of Interdisciplinary History**. Cambridge, v. 21, n. 1, 1990, p. 63-88. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/204918?seq=1>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

D'OTTAVIANO, Maria Camila L.; VIDAL, Frédéric. Calçada. In: TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella; LILLE, Laurent Coudroy de; D'ARC, Hélène Riviere (Orgs.). **A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2014.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Vol. 1 - Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FALOLA, Toyin. The Yoruba Caravan System of the Nineteenth Century. **The International Journal of African Historical Studies**. Boston, v. 24, n. 1, 1991, p. 111-132.

FARGE, Arlette. **Vivre dans la rue à Paris au XVIIIe siècle**. Paris: Éditions Gallimard/Éditions Julliard, 1992.

FARIA, Luiz Henrique Portela; MONTEIRO, Thalita di Bella Costa. A cidade rumo à Barra: a expansão urbana de Santos e o desenvolvimento da Vila Mathias. In: FARIA, Luiz Henrique Portela; PEREIRA, Maria Aparecida Franco (Orgs.). **Santos na modernidade capitalista (1870-1930): novas abordagens e releituras de velhas fontes**. São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 179-200, jul./dez. 2004. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/25401/14733>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

FITTIPALDI, Marta Lúcia Lopes. “Adesistas e históricos”: as disputas discursivas no processo de legitimação dos vários projetos republicanos. **Faces de Clio** - Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Juiz de Fora, v. 3, n. 6, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/36WHizL>>. Acesso em: 31 out. 2019.

FOUCAULT, Michel. O nascimento do Hospital. In: Idem. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

FRANCO, Jaime. **A Beneficência**. Memória Histórica da Sociedade Portuguesa de Beneficência e contribuição para a História de Santos. Santos, 1951.

FRUTOSO, Maria Suzel Gil. Negociantes portugueses e comércio em Santos no período de 1862 a 1892. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade [et al.]. **De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2013.

GAMBETA, Wilson Roberto. **Soldados da Saúde: A formação dos serviços de saúde pública em São Paulo (1889-1918)**. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

GARDEN, Maurice. Histoire de la rue. **Pouvoirs**. Revue française d'études constitutionnelles et politiques. La rue, n. 116, jan. 2006, p. 5-17. Disponível em: <<http://www.revue-pouvoirs.fr/Histoire-de-la-rue.html>>. Acesso em: 6 ago. 2021.

GIORDANO, Carolina Celestino. **Ações sanitárias na Imperial cidade de São Paulo: mercados e matadouros**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2006.

GITAHY, Lúcia Caira. **Ventos do Mar: Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914**. São Paulo: Unesp, 1992.

GOULART FILHO, Alcides. Abertura da navegação de cabotagem brasileira no século XIX. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 409-434, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v32n1/09.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2019.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o Café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HONORATO, Cezar. **O polvo e o porto: a Cia Docas de Santos (1888 – 1914)**. São Paulo: Hucitec, 1996.

HUURDEMAN, Anton A. **The Worldwide History of Telecommunications**. Wiley-Interscience, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/z5Srn7>>. Acesso em: 1º dez. 2017.

IOKOI, Zilda M. Gricoli. **O Legislativo na Constituição da República**. São Paulo: Contexto, 1990.

KAREPOVS, Dainis. Papéis avulsos: a Constituição Santista. **Acervo Histórico**. São Paulo, n. 2, p. 37-50, 2004. Disponível em: <<http://bit.ly/2UgsE3y>>. Acesso em: 1º fev. 2020.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma cidade na transição: Santos 1870 – 1930**. São Paulo: Hucitec, 1996.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012, p. 46. Disponível em: <<http://bit.ly/35zeldW>>. Acesso em: 14 out. 2019.

LEME, Maria Cristina da Silva. Avenida. In: TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stella; LILLE, Laurent Coudroy de; D'ARC, Hélène Riviere (Orgs.). **A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2014.

LOPES, Betralda. **O Porto de Santos e a Febre Amarela**. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.

MARINS, Paulo C. Garcez; SCHPUN, Mônica Raíssa. Introdução - Para além dos trópicos e dos consensos: atores, práticas e questões na história dos parques e jardins no Brasil. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 25, n. 3, 2017, p. 9-18.

MARQUES JÚNIOR, Arnaldo Ferreira. **Campo, parque, jardim: transformações do espaço público urbano - a Praça Visconde de Mauá em Santos - 1740-1940**. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Cidade: experiências urbanas e historiografia. In: ROSSETTI, Marta (Org.). **Cidades brasileiras: política urbana e dimensão cultural**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), 1998.

_____. **Cotidiano e Cultura: História, Cidade e Trabalho**. São Paulo: Edusc, 2002.

_____. Santos, o porto do café: cidade, cotidiano e trabalho. **Revista Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. XXX, n. 2, p. 9-26, dez. 2004.

_____. Em busca da árvore das patacas: imigrantes portugueses (1890-1930). In: Idem. **Cotidiano e Cultura: História, cidade e trabalho**. São Paulo: e-Manuscrito, 2019.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004, p. 223. Disponível em: <<http://bit.ly/380Z9Xv>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

MUNHÓS, Wilson Toledo. **Da circulação trágica ao mito da irradiação liberal: negros e imigrantes em Santos na década de 1880**. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

NEEDEL, Jeffrey D. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. **Almanack Braziliense**. São Paulo, n. 10, p. 5-22, nov. 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alb/article/download/11719/13492>>. Acesso em: 30 out. 2019.

PEREIRA, David Durval Jesus. **A cidade dos “bichos”: poder público, sociedade e animais em Belém - PA (1892 – 1917)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Pará - UFPA, Belém, 2015.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Almuthasib* – Considerações sobre o direito de almotaxaria nas cidades de Portugal e suas colônias. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n. 42, 2001.

PEREIRA, Maria Aparecida F. **O Comissário de Café no Porto de Santos, 1870 - 1920**. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

_____. Santos, cidade das carroças (fim do século XIX). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** - ANPUH. São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300868183_ARQUIVO_ARTIGO "CARROCAS"FINALC.F.22MAR2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300868183_ARQUIVO_ARTIGO%20CARROCASFINALC.F.22MAR2011.pdf)>. Acesso em: 21 dez. 2013.

PEREIRA, Maria Halpern. **A política portuguesa de imigração**. Bauru: Edusc, 2002.

PEREIRA, Matheus Serva. Em busca da cidadania: ex-escravos, negros, imigrantes e disputas por terra e trabalho no Jabaquara (Santos, 1880-1900). **Revista África(s)**. Alagoinhas - BA, v. 03, n. 06, jul./dez. 2016.

PEREIRA, Matheus Serva. **Uma viagem possível: da escravidão à cidadania**. Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

POSSAS, Lídia M. V. **A Viuvez: vivendo no limite entre a morte e a vida**. Brasil e Argentina nos "Anos de Chumbo". Anos 60 e 80. Tese (Livre-Docência), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília - SP, mai. 2014.

REED, Ian. **The hierarchies of slavery in Santos, Brazil (1822 - 1888)**. Standford: Standford University Press, 2012 (tradução nossa). Disponível em: <<http://bit.ly/2oC6StT>>. Acesso em: 1 nov. 2019.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500 - 1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968, p. 131.

RODRIGUES, Olao. **Almanaque de Santos** - 1971. Santos: Ariel Editora, 1971. Disponível em: <<http://bit.ly/2BAiLDp>>. Acesso em: 23 out. 2019.

_____. **Veja Santos!** Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1975.

ROSEMBERG, Andre. **Ordem e Burla: processos sociais, escravidão e justiça em Santos**. São Paulo: Alameda, 2006.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **A República da Espada: a primeira década republicana e o Florianismo**. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28042006-181955/publico/Tese_-_Saes-Guillaume_Azevedo_Marques.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2020.

SAIA, Luís. Notas preliminares sobre a fazenda Pau D'Alho: História, restauração e projeto de aproveitamento. **Revista de História**. São Paulo, v. 51, n. 102, 1975, p. 58-65.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas: usos de rios, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

SANTOS, Francisco Martins dos. **História de Santos (1532 – 1936)**. Vol. II. São Paulo: Empresa Graphica da “Revista dos Tribunais”, 1937.

SILVA, Fernando Teixeira. **Operários sem patrões: trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras**. São Paulo: Unicamp, 2003.

SILVA, Gustavo Pereira da. O predomínio das casas estrangeiras sobre a exportação cafeeira em Santos no século XIX. **América Latina en la historia económica**. México, año 22, n. 3, septiembre-diciembre 2015, p. 213-243. Disponível em: <<http://alhe.mora.edu.mx/index.php/ALHE/article/download/655/1130>>. Acesso em: 31 out. 2019.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011, p. 115-137.

TERRA, Paulo Cruz. **Tudo que transporta e carrega é negro? Caregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824 – 1870)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2007.

_____. **Cidadania e Trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870 – 1906)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1404.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

_____. Câmaras Municipais no Império: as posturas municipais do Rio de Janeiro sobre o trabalho (1830 - 1838). In: MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ABREU, Martha; TERRA, Paulo Cruz (Orgs.). **Os Poderes Municipais e a Cidade: Império e República**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/2Mg09io>>. Acesso em: 14 out. 2019.

THOMPSON, E. P. **Formação da classe operária inglesa**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

TOCHETTO, Daniel; FERRAZ, Celia. O urbanismo de Saturnino de Brito e as ressonâncias provocadas. **Risco** - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, n. 22, 2015.

TRINDADE, Jaelson Britran. Piedade Lusitana: sobre a imprensa e o poder. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 16, n. 31 e 32, 1996, p. 143-164.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social** - Revista de sociologia da USP. São Paulo, v. 20, 2008, p. 199-218.

UCKERS, William. Santos, the World's Greatest Coffee Port. **Tea and Coffee Trade Journal**. Kent, dec. 1931, p. 643-647.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**. Lisboa, v. xxix, n. 127, 1994 (3.º), p. 581-597. Disponível em: <<http://bit.ly/2XxsSkN>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **O Asilo de Órfãos de Santos na engrenagem da cidade**. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/3b9Jck5>>. Acesso em: 9 nov. 2019.

VIEIRA, Wilson. A decadência da cafeicultura fluminense e seus efeitos na diversificação agrícola da região (1889-1930). **Revista Leituras de Economia Política**. Unicamp, v. 6, n. 1 (8), p. 1-159, jun. 2001.

VIGARELLO, Georges. **Histoire des pratiques de santé: le sain et le malsain depuis le Moyen Âge**. Paris: Éditions Points, 2014.

_____. **Le Propre et le sale: l'hygiène du corps depuis le Moyen Âge**. Paris: Éditions du Seuil, 2014.

VINCENZI, Silvana Ligia; SOUZA, Rosely Antunes; ANDRADE, Dalton Francisco de. Resistência uma ferramenta útil na mudança organizacional. **IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGeT**. Anais eletrônicos, out. 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/263_263_Artigo__Resistencia_a_mudanca_SEGET.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2021.

WALDMAN, Berta. Entre braços e pernas: prostitutas estrangeiras na literatura brasileira do século XX. **Remate de Males**. Campinas, n. 22, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/download/8636158/3867/>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ANEXOS

ANEXO 1 – FORMAÇÕES DE CÂMARAS MUNICIPAIS (1883 – 1889)

1883 - 1886	1887 - 1889
<i>Conservadores</i> Benedicto Narciso do Amparo Sobrinho João Antonio Pereira dos Santos José Proost de Sousa Dr. Manoel Maria Tourinho <i>Liberais</i> João Octavio dos Santos Francisco Martins dos Santos Júnior Major Joaquim Xavier Pinheiro Dr. José Lobo Vianna (suplente) <i>Republicanos</i> Joaquim Manoel Alves de Lima Francisco de Paula Ribeiro <i>Sem Informação</i> Belisário Soares Caiuby (suplente) Balthazar Olyntho de Carvalho e Silva (suplente) João Nunes Carvalho (suplente) João Xavier da Silveira (suplente) João Maria das Neves (suplente)	<i>Conservadores</i> Felix Bento Vianna Lucas Alves Fortunato João Manoel Alfaya Rodrigues Júnior Júlio Conceição Constâncio Vaz Guimarães (suplente) <i>Liberais</i> João da Silva Oliveira Pinto <i>Republicanos</i> Guilherme José Alves Souto Américo Martins dos Santos Dr. Tito de Sousa Rodrigues Pe. Francisco Gonçalves Barroso

ANEXO 2 – CONSELHOS DE INTENDÊNCIA (1890 – 1896)

15 nov. 1889 a 21 fev. 1890 (Junta Provisória)	01 fev. 1890 a 14 fev.1891 (1º Conselho de Intendência)
<i>Club Nacional</i> Antonio de Lacerda Franco Ernesto Cândido Gomes Antonio Carlos da Silva Telles Leão Luiz Ribeiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada (Martim Francisco Sobrinho) Walter Wright José Azurém Costa Júnior Manoel Franco de Araújo Vianna <i>Centro Republicano</i> Henrique Porchat Guilherme José Alves Souto	<i>Club Nacional</i> José Xavier Carvalho de Mendonça Luiz José dos Santos Dias Ernesto Cândido Gomes Francisco Emílio de Sá Martinho Leal Ferreira José Azurém Costa Júnior Manoel Franco de Araújo Vianna José Serafim Cardoso
14 fev. 1891 a 14 dez. 1891 (2º Conselho de Intendência)	28 dez.1891 a 15 jul. 1892 (4º Conselho)
<i>Club Nacional</i> João Galeão Carvalhal Lino Cassiano Jardim Antonio Augusto Bastos Raymundo Gonçalves Corvelo Teophilo de Arruda Mendes Francisco Cruz <i>Centro Republicano</i> José Cesário da Silva Bastos Júlio Conceição José Augusto Pereira José Rodrigues Caldeira Ricardo Pinto de Oliveira Narciso de Andrade Manoel Maria Tourinho José Caetano Munhoz Francisco Feliciano da Silva. No período de 15 dias, entre 18 dez. 1891 e 28 dez. 1891 a Intendência Municipal foi governada por Antônio Carlos da Silva Telles, enquanto presidente da Associação Comercial de Santos.	<i>Oposicionistas a Floriano Peixoto</i> João Galeão Carvalhal Lino Cassiano Jardim Francisco Cruz Antonio Augusto Bastos Antonio José Malheiros Júnior Raymundo Gonçalves Corvelo Teophilo de Arruda Mendes Ernesto Hess

15 jul. 1892 a 7 jan. 1896 (1ª eleição)	
<i>Oposicionistas Cesaristas</i> José Cesário da Silva Bastos João Éboli Narciso de Andrade João Nepomuceno Freire Júnior João Octávio dos Santos Francisco Cruz Américo Martins dos Santos João Antonio Segadas Vianna Izidoro José Ribeiro Campos Cel. Antonio Martins Fontes <i>Oposicionistas Tourinho</i> Manoel Maria Tourinho José André do Sacramento Macuco Ricardo Pinto de Oliveira José Caetano Munhoz Antonio Augusto Bastos José Domingues Martins João Braz de Azevedo Manoel Henrique de Lima Hermann Aloys Reipert Olympio Lima	<i>Florianistas e Gliceristas</i> Quintino de Lacerda Major Antonio Dias Pinna Mello Capitão Justino Ferreira Junior Leoncio Alves Carneiro Antonio Vieira de Figueiredo Hygino Castro Freire Trajano Fidelis da Silva

ANEXO 3 – MENÇÕES A ALARGAMENTOS, CALÇAMENTOS E ABERTURA DE NOVAS RUAS E AVENIDAS NAS ATAS DE SESSÃO ENTRE 1883 E 1897

Data	Intervenção	Bairro	Rua
1884.07.24	Alargamento	Valongo	São Bento
1886.01.07	Abertura de rua	Centro	Nova Travessa e coberta do ribeiro do Carmo (atual Augusto Severo)
1887.02.03	Alargamento	Centro	Frei Gaspar
1887.02.03	Abertura de rua	Centro	Nova Travessa e coberta do ribeiro do Carmo (atual Augusto Severo)
1887.03.10	Calçamento	Paquetá	Cemitério
1887.04.28	Abertura de Avenida	Gonzaga e José Menino	Avenida em direção ao José Menino
1887.07.14	Alargamento	Centro	Braz Cubas e Martim Affonso (Beco entre)
1890.02.21	Calçamento	Paquetá	Xavier da Silveira
1890.02.22	Alargamento	Centro	Braz Cubas
1890.02.22	Calçamento	Paquetá	Xavier da Silveira
1890.02.26	Calçamento	Centro	Braz Cubas
1890.02.26	Calçamento	Centro	Praça Mauá
1890.03.03.	Alargamento	Centro	11 de Junho
1890.03.13	Alargamento	Centro	11 de Junho
1890.03.13	Calçamento	Centro e Paquetá	General Camara
1890.03.25	Calçamento	Paquetá	Dr. Cochrane
1890.03.25	Calçamento	Centro e Paquetá	General Camara
1890.04.10	Calçamento	Centro e Paquetá	General Camara
1890.04.26	Abertura de rua	Villa Mathias	Rua Henry Porchat, Predial e 27 de Fevereiro
1890.05.01	Calçamento	Centro	Praça Mauá e Visconde do Rio Branco
1890.05.26	Alargamento	Centro	Frei Gaspar
1890.06.28	Calçamento	Centro e Paquetá	Visconde do Rio Branco, Constituição e General Câmara
1890.07.13	Alargamento	Valongo	São Bento
1890.08.12	Alargamento	Centro	Frei Gaspar
1890.08.27	Alargamento	Centro	Frei Gaspar
1890.09.07	Abertura de rua	Villa Mathias	Travessa entre Bittencourt e 7 de Setembro
1890.09.23	Abertura de Avenida	Gonzaga e José Menino	Avenida em direção ao José Menino
1890.09.23	Calçamento	Centro	Praça da Alfândega

1890.10.14	Alargamento	Valongo	José Ricardo (antiga rua do Sal)
1890.10.14	Abertura de rua	Valongo	Santo Antonio ou Quintino Bocayuva (atual do Comércio) e Travessa 24 de Maio (atual Tuiuti) (Ligação)
1890.10.14	Alargamento	Centro	Frei Gaspar
1890.10.14	Abertura de rua	Centro	Nova Travessa e coberta do ribeiro do Carmo (atual Augusto Severo)
1890.10.14	Alargamento	Paquetá	Octaviana e Conselheiro Nébias
1890.10.14	Abertura de Avenida	Indeterminado	Avenida Liberdade e República
1890.12.06	Calçamento	Paquetá	Xavier da Silveira
1891.02.14	Abertura de rua	Centro	Nova Travessa e coberta do ribeiro do Carmo (atual Augusto Severo)
1891.02.19	Abertura de rua	Centro	Nova Travessa e coberta do ribeiro do Carmo (atual Augusto Severo)
1891.03.05	Alargamento	Centro	Frei Gaspar
1891.04.16	Alargamento	Centro	Frei Gaspar
1891.07.18	Abertura de rua	Valongo	São Leopoldo e Visconde do Embaré (ligação)
1891.08.13	Alargamento	Centro	Frei Gaspar
1891.08.18	Alargamento	Valongo	São Bento
1891.09.04	Abertura de rua	Valongo	Travessa Caiuby ao Morro (Ligação)
1891.09.04	Abertura de rua	Centro	Nova Travessa e coberta do ribeiro do Carmo (atual Augusto Severo)
1891.12.14	Alargamento	Valongo	São Bento
1891.12.14	Alargamento	Paquetá	Octaviana e Conselheiro Nébias
1891.12.14	Abertura de Avenida	Porto	Avenida Porto (Docas)
1891.12.26	Calçamento	Paquetá	Xavier da Silveira
1892.01.28	Alargamento	Centro	Frei Gaspar
1892.02.20	Alargamento	Paquetá	Octaviana e Conselheiro Nébias
1892.02.20	Calçamento	Vila Mathias e Boqueirao	Conselheiro Nébias (até a Barra)
1892.02.20	Calçamento	Paquetá	João Octavio
1892.03.24	Calçamento	Paquetá e Vila Mathias	Constituição, General Camara, Bittencourt, Xavier Da Silveira, João Octavio, Aguiar De Andrade, Eduardo Ferreira E Viscondessa Do Embaré
1892.04.07	Calçamento	Centro	Frei Gaspar
1892.04.24	Abertura de rua	Centro	Nova Travessa e coberta do ribeiro do Carmo (atual Augusto Severo)
1892.04.24	Calçamento	Centro e Paquetá	Amador Bueno

1892.04.28	Abertura de rua	Paquetá	Visconde do Rio Branco até Viscondessa do Embaré
1892.04.28	Calçamento	Valongo	Visconde de Embaré, Alexandre Rodrigues, Travessa Caiuby e São Leopoldo
1892.06.27	Abertura de rua	Valongo	São Bento e Travessa do Pacheco (Ligação)
1892.06.29	Alargamento	Valongo	Alexandre Rodrigues
1892.06.29	Calçamento	Valongo	Alexandre Rodrigues
1892.10.18	Calçamento	Centro	11 de Junho, Travessa do Rosário e Conselheiro Nébias
1893.01.04	Calçamento	Valongo	São Leopoldo
1893.05.16	Abertura de rua	Valongo	São Leopoldo (Paralela à)
1893.06.22	Abertura de Avenida	Indeterminado	Avenida Liberdade e República
1893.07.04	Calçamento	Paquetá	Xavier da Silveira
1893.07.13	Abertura de rua	Valongo	São Bento a Travessa Caiuby (Ligação)
1893.10.13	Calçamento	Valongo	São Leopoldo
1894.05.15	Calçamento	Vila Mathias	Julio de Mesquita e Rangel Pestana
1895.07.01	Abertura de Avenida	Gonzaga e Ponta da Praia	Avenida Barnabé (atual Eptácio Pessoa)
1896.11.11	Alargamento	Centro	Braz Cubas
1897.05.12	Alinhamento	Centro	Frei Gaspar
1897.07.15	Abertura de rua	Centro	Nova Travessa e coberta do ribeiro do Carmo (atual Augusto Severo)
1897.08.18	Alargamento	Centro	Frei Gaspar

ANEXO 4 – QUADRO DE DOENÇAS E MORTES, CONFORME NÚMEROS APRESENTADOS POR GUILHERME ÁLVARO NA OBRA “A CAMPANHA SANITÁRIA DE SANTOS: SUAS CAUSAS E SEUS EFEITOS”⁷²²

	População	Habitações	Mortes	Tuberculose	Desintéria	Febre Amarela	Varíola	Coqueluche	Impaludismo	Febre Tifoide	Peste Bubônica	Gripe
1856				19	7	2						
1857				20	16	48	0					
1858			247	23	0	19	8					
1859			249	18	6	6	3					
1860			290	14	6	11						
1861			368					6				
1862			304	38		0		1				
1863			532	39	6	11	107	3				
1864				41	17	0	2	12				
1865			350	40	5	0	23	0				
1866			251	22	2	1	5	9				
1867			239	33	3	0	10	5				
1868			268	35	8	0	0	8				
1869			420	40	68	5	0	38				
1870			364	31	6	55	2	2				
1871			338	34		0	16	15				

⁷²² Para melhor apresentação, foram omitidos nesta tabela os dados apresentados pelo autor de algumas doenças. A escolha foi feita priorizando enfermidades persistentes, ou com número constante de mortes no anuário sanitário. Entre as doenças retiradas do quadro geral estão: tétano, hidropsia fetal, cancros, febres malignas, pneumonias, anginas, *croup*, tifo, mal de sete dias, sarampão, escarlatina, difteria, tumores malignos e ancilostomose. No entanto, na análise da obra é possível adquirir os números de mortes das doenças supracitadas. Cf.: ALVARO, Guilherme. **A campanha sanitária de Santos, suas causas e seus efeitos**. São Paulo: Casa Duprat, 1919. Disponível em: <<https://bit.ly/2Lgf8ao>>. Acesso em: 8 mai. 2020.

1872	9.191	1.382	386	54	10	10	48	4				
1873			572	27	3	140	8	1	8			
1874			581	54	5	18	150	10	5			
1875			418	43	5	30	16	6	5			
1876	10.000			66	6	222	63	2				
1877			366	47	5	0	10	5				
1878			554	48	4	184	33	2	6			
1879			460	30	5	45	0	7	12			
1880			462	64	2	34	0		12			
1881			384	52		6	0		10			
1882			428	52	7	1	0	1	10			
1883			538	76	8	8	0	8	44			
1884			543		5	0	0		29	11		
1885			422	55	6	1	0	1	16	14		
1886	15.605		554	53		9	9	3	49	6		
1887			787	69	1	84	0	6	40	13		
1888				67	10	0	220	1	34	15		
1889	20.000	2.000	1.712	68	16	750	11		107			
1890	13.000		896	70	10	35	3	2	41	21		
1891	20.000 ⁷²³		2.473	102		930	24		100	100		
1892			4.173	130	12	1742	823	3	66	19		
1893	30.000	3.234	3.561	135	45	1642	59	3	78	33		
1894			1.440	173	15	172		2	104	25		
1895			2.574	148	5	1085	6	16	141	9		
1896	35.000	3.600	1.780	161	10	435	11	2	143	8		

⁷²³ Números questionados pelo autor.

[illegible]

ANEXO 5 – GLOSSÁRIO DE RUAS⁷²⁴

Avenida do Litoral, nunca aberta. Proposta de 1892, iria do Ribeirão dos Soldados até a Ponta da Praia da Barra.

Avenida Dona Ana Costa. Aberta no ano de 1887 com a inauguração do ramal de bondes da Companhia Villa Mathias desde o bairro de mesmo nome até a Barra. Nomeada em homenagem à esposa de Mathias Casemiro Alberto da Costa.

Avenida Rangel Pestana. A rua de mesmo nome foi aquela feita acompanhando o ribeirão dos Soldados, onde foi construído o primeiro canal de Santos. Durante um curto período de tempo foi chamada de Felix Bento Viana em 1889, porém substituída logo em seguida.

Avenida Taylor, atual Avenida Rodrigues Alves. Aberta após doação de terrenos feita por Antônio Iglezias da Silva Taylor, tendo a artéria recebido seu nome como homenagem. Foi nestes terrenos que se instalou a nova sede do Asilo de Órfãos. Recebeu o nome atual em 1922.

Largo 11 de Junho, atual trecho da rua Tuiuti entre rua Frei Gaspar e Riachuelo. Até o início do aterro do cais pela Cia. Docas de Santos, a região contava com diversos largos em frente às pontes de embarque e desembarque, sendo este prolongamento daquele onde estava instalada a Banca do Peixe. (ver rua Onze de Junho)

Largo da Coroação. (ver Praça Mauá)

Largo da Imperatriz, atual largo Teresa Christina. Importante local no século XIX por abrigar um chafariz de abastecimento de água pública na região da rua General Câmara, próximo ao Paquetá. Chegou a ter seu nome alterado para Praça General Deodoro em 1889, retornando à designação primitiva em 1914 em homenagem à Imperatriz Teresa Christina.

Largo da Matriz. (ver Praça da República)

Largo do Rosário. (ver Praça Rui Barbosa)

Largo dos Gusmões, atual trecho da rua Tuiuti entre a rua Conde d'Eu e a rua Frei Gaspar. Até o início do aterro do cais pela Cia. Docas de Santos, a região contava com diversos largos em frente às pontes de embarque e desembarque, sendo este o trecho onde estava instalada a Banca do Peixe.

Largo Monte Alegre. Local formado da convergência das ruas São Bento, da igreja de São Francisco do Valongo e do pátio da Estação da Estrada de Ferro São Paulo Railway, esta última instalada na década de 1860. Recebeu este nome em 1886, mas mesmo assim foi chamado durante algum tempo informalmente como Largo da

⁷²⁴ As informações deste glossário foram retiradas e resumidas do dicionário “Veja Santos”, de Olao Rodrigues, sempre checando as informações com as atas da Câmara Municipal de que o autor se valeu para pesquisa. Cf. RODRIGUES, Olao. **Veja Santos!** Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1975.

Estação. Em 1896 tentou-se mudar seu nome para Largo Floriano Peixoto, porém sem sucesso.

Largo Senador Vergueiro. Antigo Largo do Consulado (também chamado de Largo da Praia), confluência da atual rua Frei Gaspar com a Tuiuti e hoje parte de propriedade particular. Recebeu no ano de 1878 nome atual que homenageia Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

Praça da República, antigo Largo da Matriz e ruas Setentrional/Meridional. Formada primitivamente pelo entroncamento das ruas Santa Catarina (que corria para o outeiro de mesmo nome) e Setentrional e Meridional que vinham do antigo Pelourinho. Ao longo das décadas de 1870 foi o primeiro local que recebeu atenção urbanística, contando com a construção da nova Alfândega em 1881 e desapropriação e demolição de prédios para abertura da nova praça. Recebeu denominação atual no ano de 1889. (ver rua Setentrional e Meridional)

Praça José Bonifácio. Primitivamente denominada de Quadra Mauá. Recebeu este nome no ano de 1887.

Praça Mauá, antigo Largo da Coroação. O antigo Campo da Misericórdia, onde existiu um dia a Igreja de mesmo nome, transformou-se em Largo da Coroação no ano de 1846 por conta da visita de D. Pedro II para inauguração de um chafariz no local. Recebeu o nome atual em 1887 em homenagem ao Visconde de Mauá.

Praça Rui Barbosa. Primitivamente denominada Pátio dos Milagres, onde ainda hoje existe a Igreja do Rosário dos Homens Pretos. Já foi denominada largo General Francisco Glicério (1889), Moreira César (1897) recebendo, finalmente, o nome atual no ano de 1923. Sua transformação ocorreu no ano de 1902, quando aconteceu a desapropriação de diversos imóveis para abertura da atual praça.

Ribeirão dos Soldados. (ver Avenida Rangel Pestana).

Rua 11 de Junho, atual rua Riachuelo. Nome atribuído em 1865 para as primitivas Travessa da Banca e Beco do Teatro. Recebeu o nome atual em 1921, mantendo o sentido anterior que comemorava a batalha da Guerra do Paraguai no Riachuelo.

Rua 15 de Novembro, antiga rua Direita e rua 25 de Março. Uma das primeiras ruas do antigo povoado de Santos. Ia desde os Quatro Cantos (entroncamento com a atual rua Frei Gaspar) e rua D. Pedro II, este último trecho desmembrado no início do século XIX para rua Meridional. Em 1889 recebeu seu nome atual, substituindo e incorporando os seguintes logradouros: Rua Antonina (trecho entre a atual rua Frei Gaspar do Comércio), Travessa São Jerônimo (desde a rua do Comércio até a rua de São Leopoldo) e Beco do Alfaya. Foi chamada durante um curto período na década de 1880 de rua 25 de Março.

Rua 2 de Dezembro, atual D. Pedro II. Primitivamente denominada Travessa do Parto e Rua do Cano, mudou para o referido nome no ano de 1865 em homenagem à data de nascimento do imperador à época. Seu nome chegou a ser alterado na sessão de 1889 para Rua Benjamin Constant, mas a mudança não surtiu efeito. Adquiriu o nome atual em 1914.

Rua 24 de Maio, atual rua Tuiuti e antiga Rua da Praia. Corria desde o Valongo, passando pelo Largo de Vergueiro, dos Gusmões e 11 de Junho, terminando na rua

Xavier da Silveira. Adquiriu este nome na sessão de 1878, em homenagem à batalha de Tuiuti, na Guerra do Paraguai. Ganhou seu nome atual no ano de 1922. (ver Rua da Praia)

Rua Alexandre Rodrigues. Primitiva rua dos Canudos. Teve seu nome alterado para Travessa do São Bento no ano de 1878. Recebeu seu nome atual em homenagem a Alexandre Martins Rodrigues no ano de 1884.

Rua Amador Bueno, antiga rua Áurea. Primitiva Rua Nova, aberta em 1809. Foi também chamada de Rua do Campo por passar pelo antigo Campo da Misericórdia. Recebeu o nome atual no início da década de 1880.

Rua Antonina, atual rua 15 de Novembro. (ver rua 15 de Novembro)

Rua Áurea, atual rua Amador Bueno. Primitiva Rua Nova, aberta em 1809. Foi também chamada de Rua do Campo por passar pelo antigo Campo da Misericórdia. Recebeu o nome atual no início da década de 1880.

Rua Barão Aguiar Andrada. Rua aberta entre os anos de 1884-85 na região alagadiça do Paquetá quando do crescimento da malha urbana para aquela região. Principia no porto e segue até o cemitério. Seu nome deve-se a uma homenagem a Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada.

Rua Bittencourt. Primitivamente denominada Rua Fresca. Adquiriu seu nome atual em 1865 em homenagem a José Justiniano Bittencourt.

Rua Conde d'Eu, antiga travessa 24 de Maio. Pequeno trecho que vai da atual rua do Comércio até a Tuiuti. Recebeu o nome atual em 1929.

Rua Conselheiro João Cardoso. Pequena rua que no Valongo vai da rua São Leopoldo até a linha férrea. Recebeu este nome em 1882 em homenagem ao Barão de Paranapiacaba, João Cardoso de Menezes e Souza.

Rua da Alfândega. (ver rua Senador Feijó)

Rua da Constituição. Primitiva ruas da Palha e Josefina. Recebeu esse nome, possivelmente, na década de 1870.

Rua da Palha. (ver rua da Constituição).

Rua da Penha. (ver rua Marquês de Herval)

Rua da Praia, atual rua Tuiuti. Corria desde o Valongo, passando pelo Largo de Vergueiro, dos Gusmões e 11 de Junho, terminando na rua Xavier da Silveira. Foi renomeada para rua 24 de Maio nome na sessão de 1878, em homenagem à batalha de Tuiuti, na Guerra do Paraguai. Ganhou seu nome atual no ano de 1922. (ver Rua 24 de Maio)

Rua de Brás Cubas, antigo caminho velho da Barra. Recebeu seu nome atual em 1865, quando foi alterado o nome do caminho da Barra Grande desde os Quartéis até o Ribeirão dos Soldados.

Rua de Frei Gaspar, antiga rua do Consulado. Reunião de diversas ruas, becos e travessas: Beco da Maria Francisca, Rua Suja, Beco do Inferno e Rua do Rancho

Grande. Seu principal trecho, que ia dos Quatro Cantos ao porto chegou a se chamar Rua da Alfândega Velha e, depois, recebendo o nome de Rua do Consulado em 1865. Recebeu seu nome atual na década de 1880.

Rua de Martim Afonso. Primitivamente nomeada Travessa da Cadeia, recebeu o nome atual em 1865.

Rua de S. Bento. Uma das ruas mais antigas de Santos, que marcava o limite da vila para os lados do Valongo e corria até o morro e mosteiro de mesmo nome. Já foi chamada de Rua dos Curtumes. Na sessão de 15 de novembro de 1889 seu nome foi trocado para Rua Silva Jardim, porém sem continuidade, retornando a primitiva denominação anos depois.

Rua de Santo Antônio, atual rua do Comércio. Primitiva rua de São Francisco. Tentou-se modificar seu nome para Rua Quintino Bocayuva no ano de 1889, porém sem continuidade. Recebeu seu nome atual no ano de 1919 em homenagem à Associação Comercial de Santos, por sua localização estratégica, onde as principais firmas cafeeiras se encontravam à época (junto com a atual rua XV de Novembro).

Rua de São Francisco de Paula, atual Avenida de mesmo nome. Iniciava no antigo Rancho Grande e corria junto o Monte Serrat. Tentou-se modificar seu nome para Rua Wandenkolk no ano de 1889, porém sem continuidade.

Rua Direita. (ver rua 15 de Novembro).

Rua do Consulado (ver Frei Gaspar).

Rua do Isolamento. (ver rua Luiza Macuco)

Rua do Itororó. Primitivamente denominada travessa do Carmo, por vir desde os fundos dessa Igreja até a fonte do Itororó. Recebeu seu nome atual ainda no princípio do século XIX. Em 1889 tentou-se alterar seu nome para rua de Saldanha Marinho, porém sem continuidade.

Rua do Rosário, atual João Pessoa. Primitivamente denominada *Cubatãozinho*. Possuía este nome por iniciar no antigo largo de mesmo nome, atual praça Rui Barbosa. Recebeu denominação atual na década de 1930. (ver Largo do Rosário)

Rua do Sal. (ver rua José Ricardo).

Rua Dr. Eduardo Ferreira, atual rua dos Estivadores. Pequena rua no bairro do Paquetá aberta no início da década de 1890, sendo seu nome uma homenagem ao filho do visconde do Embaré, Eduardo Carlos Ferreira. Recebeu seu nome atual em 1975 por conta da instalação do Sindicato dos Estivadores no local.

Rua Gonçalves Dias, antiga travessa de São Leopoldo. Primitivamente denominada travessa do Alvarenga, tendo seu nome alterado para travessa de São Leopoldo no ano de 1865. Chegou a ser denominada travessa de Campos Salles no ano de 1889, porém sem continuidade. Recebeu seu nome atual no ano de 1921.

Rua José Ricardo, antiga rua do Sal. Primitiva rua da Graça por conta da antiga capela de mesmo nome existente em uma de suas esquinas. Pequeno trecho entre as atuais ruas Tuiuti e do Comércio, onde existiam diversos armazéns de sal. Recebeu

sua denominação atual em homenagem a José Ricardo da Costa Aguiar no ano de 1878.

Rua Luiza Macuco, antiga rua do Isolamento. Também conhecida como Rua do Hospital, por ser onde funcionou na passagem da década de 1880 e 1890 o Hospital de Isolamento, nomeado também de Almeida Moraes. Recebeu o nome atual no ano de 1894.

Rua Marquês de Herval, antiga travessa e, depois, rua da Penha. Também já foi conhecida como rua das Sete Casas. Recebeu seu nome atual, possivelmente, no princípio da década de 1880.

Rua Meridional, atual Praça da República e Praça Visconde do Rio Branco. Foi desmembrada da Rua Direita (atual rua XV de Novembro) em 1810, passando a se chamar Rua do Pelourinho. Corria próxima ao mar desde a antiga Casa de Câmara e Cadeia até o largo da Matriz. Sua quadra de aproximadamente 60 casas foi desapropriada na década de 1870 para urbanização e melhor circulação de carroças em direção à Alfândega. Em um curto período na década de 1870 foi chamada de rua 28 de Setembro.

Rua Octaviana, atual Avenida Conselheiro Nébias. Existente desde meados da década de 1860 em seu trecho inicial, próximo ao porto. Foi posteriormente alargada e aberta em forma de “estrada até a Barra” no ano de 1872, tendo sido alterado seu nome para Independência. Poucos anos depois seu nome primitivo foi reestabelecido. Em 1887 recebeu, enfim, seu nome atual em homenagem ao político conservador e, à época Conselheiro do Imperador, Joaquim Octávio Nébias.

Rua Senador Feijó, antiga rua da Alfândega.

Rua Setentrional atual Praça da República e Praça Visconde do Rio Branco. Primitivamente chamadas de Rua Pequena. Corria próxima ao mar desde a antiga Casa de Câmara e Cadeia até o largo da Matriz. Sua quadra de aproximadamente 60 casas foi desapropriada na década de 1870 para urbanização e melhor circulação de carroças em direção à Alfândega.

Rua Visconde de São Leopoldo. Primitivas ruas Vermelha e Formosa, recebeu o nome atual em 1865.

Rua Visconde do Embaré. Pequena rua aberta na década de 1880 desde a atual praça dos Andradas até a rua de São Bento.

Rua Visconde do Rio Branco. Primitivamente denominada rua do Pelourinho e de Santa Catarina. Recebeu seu nome atual, possivelmente, no princípio da década de 1880.

Rua Xavier da Silveira. Primitivamente denominada rua dos Quartéis. Recebeu seu nome atual por volta de 1874 em homenagem ao advogado abolicionista que da nome à via.

Travessa 24 de Maio. (ver rua Conde d’Eu)

Travessa S. Leopoldo. (ver rua Gonçalves Dias)

